

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM LIII

*História da
Civilização Brasileira*

N.º 5



SÃO PAULO - 1945

Os Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, são editados pelos Departamentos das suas diversas secções.

Toda correspondência deverá ser dirigida para o Departamento respectivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Caixa Postal 105-B, S. Paulo, Brasil.

The "Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo" are edited by the different departments of the Faculty.

All correspondence should be addressed to the Department concerned, Caixa Postal 105-B, São Paulo, Brasil.

UNIVERSIDADE DE S. PAULO

Reitor:

Prof. Dr. Jorge Americano

Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Prof. Dr. André Dreyfus

Secretário:

D. Ismenia Glasser Junqueira

CADEIRA DE HISTORIA DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Catedrático:

Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior

1.º assistente:

Prof. Odilon Nogueira Matos

Assist. extra-numerario:

Prof. Maxim Tolstoi Carone

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM LIII

***História da
Civilização Brasileira***

N.º 5



UNIVERSIDADE DE S. PAULO
**FACULDADE DE FILOSOFIA,
CIÊNCIAS E LETRAS**

SÃO PAULO - 1945

Aquisição por doação
Prof. dr. V. Simões de Paula
São Paulo, 17-10-1946
Exemplar em brochura

LIII

História da Civilização Brasileira

N.º 5

Capítulos da História
Psicológica de São Paulo

por

Alfredo Ellis Junior

1945

I PARTE

pgs.

Capítulos da História psicológica de São Paulo 1 a 194

II PARTE

Memória sobre a reforma dos estudos menores na Capitania de São Paulo 194

ÍNDICE DA 1.a PARTE

	Pgs.
Prefacio	3
Capítulo I	
Os pródomos vicentinos. João Ramalho e seus companheiros. A influência do açúcar no apresamento	11
Capítulo II	
As capitâneas colonizadoras. D. João III. Franceses. Francisco I e Carlos V..	15
Capítulo III	
A influencia do meio fisico na formação social, econômica, fisiológica, sentimental, etc. do Planalto. Isolamento.	20
Capítulo IV	
Situação econômica comparativa entre as varias colonias luso-brasileiras. Consequências culturais, etc., dessa diversidade. Primeira batalha do açúcar.....	23
Capítulo V	
A autarquia, A policultura, a pequena propriedade e a democracia no Planalto. Formação econômica, social, psicologica e étnica regional	30
Capítulo VI	
A influencia do Nordeste no Planalto. Necessidade imperiosa do apresamento. Falsa concepção do Bandeirismo	37
Capítulo VII	
Os Jesuitas: sua organização em terras espanholas	41
Capítulo VIII	
O Domínio espanhol. Consequências	44
Capítulo IX	
Volume do apresamento e o açúcar. Necessidades dêste em mão de obra.....	49
Capítulo X	
A invasão holandesa. Indiferença planaltina	54

Capítulo XI	
A Restauração portuguesa. O ponto de vista planaltino contrário ao do Nordeste	49
Capítulo XII	
O fim da hegemonia flamenga no Atlântico	64
Capítulo XIII	
A diminuição demográfica do Império jesuítico em terra de Espanha	67
Capítulo XIV	
A evolução psicológica das populações coloniais	76
Capítulo XV	
A expulsão dos jesuítas do Planalto	85
Capítulo XVI	
A Restauração do Nordeste	93
Capítulo XVII	
O início da formação da alma nacional	98
Capítulo XVIII	
M'Bororé e sua verdadeira influencia na História planaltina	114
Capítulo XIX	
O grau de submissão do Planalto a Portugal	118
Capítulo XX	
Pedro Taques e Frei Gaspar	123
Capítulo XXI	
O declínio do apresamento. A segunda batalha do açúcar	131
Capítulo XXII	
A reintegração jesuítica no Planalto. Causas e consequências	138
Capítulo XXIII	
O pastoreio. Expansão povoadora planaltina	142
Capítulo XXIV	
Continuação do apresamento diminuído. Crescimento planaltino para o vale do Paraíba e para o Oeste	146

Capítulo XXV

A descoberta do ouro. Causas e consequências. O caminho de Garcia Rodrigues e os acontecimentos dele resultantes. A melhoria na estrada da mar... 150

Capítulo XXVI

A modificação do carater da demografia e da economia do Planalto 162

Capítulo XXVII

A influência do ouro na economia e na evolução social do Planalto 167

Capítulo XXVIII

A guerra dos Emboabas. Encontro de duas mentalidades antagonicas 170

Capítulo XXIX

Paralização da evolução progressiva da alma nacional-crioula. Felipe dos Santos e a conjuração mineira 174

Capítulo XXX

Síntese final 177

1.ª PARTE

P R E F A C I O

Quanto mais me aprofundo no estudo do passado, mais se firma em meu cérebro a convicção arraigada de que, a quase totalidade dos acontecimentos que capitulam a história da civilização tem por base os fenômenos econômicos, que envolvem os agentes dessa história da civilização, os influenciando de tal modo que, eles se modelam, sob os pontos de vista biológico, social, étnico, político, psicológico, etc., de acordo com os moldes desses fenômenos econômicos.

A história brasileira não escapa dessa regra geral.

Eis que, a conformação social, a seriação de acontecimentos políticos, a modelação étnica, psicológica, sentimental, etc., de todos os núcleos demográficos, que, unidos constituem o agremiado brasileiro, tem por fundamento estrutural um evento econômico qualquer!

E' a economia, que vem dirigindo todos os quadros do nosso passado, que a história cinematiza, em cenas, que sucessivamente se vão desenrolando, com suas luzes, as suas cores, as suas sombras, às vezes mais escuras!

Infelizmente o estudo do passado brasileiro não tem sido concebido assim!

Ele tem consistido mais em um desfiar fastidioso de uma longa cronologia política, na qual as seriações de nomes exóticos e algumas de datas e de acontecimentos vem sendo desinteressantemente empilhados, sem explicação causal alguma, se alternando com ape-

lidos, títulos nobiliárquicos, batalhas, números, efetivos, leis, cartas regias, alvarás, etc., alem de fatos, sem a menor importancia, que sô servem para cansar a memória do estudioso, delea não advindo a menor consequencia.

Ilhado, em imensa serie de cronistas, mais preocupados com conveniencias cronologicas, se apresenta o notavel economista-historiador Roberto Simonsen, com a sua monumental "HISTÓRIA ECONOMICA DO BRASIL", da qual se ressalta a nova concepção do passado brasileiro.

Simonsen revolucionou o estudo da história, abrindo novos horizontes para a mais fiel interpretação dos capitulos da nossa vida nacional!

Ele deu realce brilhante ao que antes permanecia na sombra! Ele deu relevo ao que antes os cronistas deixaram em trévas!

Apesar do imenso que significa o que deve a Simonsen, o estudo do passado, penso que o emerito economista, ainda não teve em conta exatamente o quanto devemos atribuir à economia, na interpretação dos fenomenos da nossa peregrinação pelas edades.

Sou de opinião que, devemos buscar na economia explicação para tudo quanto se vem desenrolando nas paginas da história brasileira, de um modo mais intenso ainda, do que ensina Simonsen. Devemos ir alem, do ponto atingido pelo eminente homem de letras.

Assim pautando a concepção que faço do nosso passado e estribando quase tudo que vem acontecendo nos séculos, que medem no tempo a história do Brasil, em fenomenos economicos, divido o nosso estudo em ciclos, que se sobrepoem, juxtapostos e interligados, às vezes concomitantes, outras vezes independentes e separados, mas sempre se seguindo, em sequência fatal, acarretando imensa serie de consequências, de toda a natureza, as quais se projetam vivas e coloridas em admiravel saliencia política, social, psicologica etc., nos cenários cronológicos, que as sucessivas edades vão desenrolando, ante os olhos atonitos dos estudiosos.

Eis que, o primeiro ciclo economico, a se fazer notar, logo após haver o Brasil sido descoberto, foi o do pau brasil, o qual teve o maximo da sua intensidade na primeira metade do quinhentismo. Depois a extração quinhentista, o pau-brasil vem percorrendo molemente, sem morrer entretanto, mas apagada a anonimamente pelos séculos, chegando amortecido e palido até o século XIX.

Após a grande e exclusiva vigencia da faze extratora, a agricultura canavieira se impoz, no Nordeste vitorioso, depois da primeira batalha do açúcar. Ai, tivemos o segundo ato economico do drama da nossa formação. Foi o ciclo do açúcar, que teve lugar no Nordeste, mas que determinou a concomitancia do ciclo do apresamento no Planalto o qual teve lugar, para fornecer o imprescindivel braço para o Nordeste, atingindo o seu maximo, entre 1625

e 1650, período da dominação flamenca nessa região e coincidente com o domínio espanhol sobre Portugal.

Durante a segunda metade do século XVII, teve lugar o declínio do período açucareiro, vítima de uma diminuição de consumo resultante da política nacionalista dos Cromwells dos Colberts, o qual o levou a uma situação de hematuria, que se prolongou até o fim do seiscentismo e, em maior escala, até o fim do setecentismo.

Durante esse período descendente, em razão de varias circunstancias, decorrentes da economia açucareira, tivemos o ciclo do pastoreio, no Nordeste, no seiscentismo e no setecentismo, e no vale do rio de S. Francisco, em correlação com a economia do ouro.

Durante o século XVIII, o Brasil viveu em pleno ciclo do ouro e do diamante, durante o qual a economia revolucionou completamente, não só a diretriz política da America portuguesa, como também modificou profundamente a estrutura social, psicologica, moral, étnica, sentimental das diferentes regiões, que constituíam o domínio brasileiro. Todas essas partes em que se haviam transformado as velhas capitánias sofreram profunda e intensa alteração no processo de suas respectivas formações. Assim se ve, com meridiana clareza, como os acontecimentos economicos, determinam os sucessos políticos, étnicos, sociais, etc.. Para diagnosticar com precisão os capitulos dessas naturezas, é imperativo que se conheçam esses sucessos, nas suas causas, sendo bem esmerilhadas as forças que as determinaram. Para isso, é preciso que se faça luz sobre a história economica.

Se continuarmos a não atribuir magna importancia ao passado economico, só teremos deante de nós os sintomas de quadros, que secularmente se vem cinematizando, sem que se possa saber exatamente o fenomeno.

Eis, por exemplo o bandeirismo!

Para que se possa reconstituir, com exatidão, essa epopeia, bem como o verdadeiro espirito que a presidiu, se faz imperioso que se estudem com afinco e precisão, os fundamentos economicos que a determinaram. Não basta a constatar. E' forçoso se saber a sua causa. Por não ter sido feito isso, é que se estabeleceu uma ideia profundamente errada e absolutamente falsa, do que foi esse capítulo magnífico do nosso passado. De fatol Até agora, apenas se tem descrito o bandeirismo, registrando cronologicamente os seus eventos. Isso levou a se evocar o bandeirismo, como se ele fosse uma méra epopeia idealistica — aventureira, sem objetivo pratico, sem colimação utilitária, etc..

Ideia falsa, despida de senso comum, vazia de lógica, como sem a menor particula de razão naturall E' ela apresentada, sem os sustentaculo do raciocinio e só baseada na sentimentalidade que com facilidade se encastelou no animo popular, tomando a consistencia de um "tabu" solidificado.

Entretanto, a falsidade desse conceito salta aos olhos, com magnífica saliência e com claríssima evidencia, ante o menor vislumbre do mais rudimentar trabalho cerebral. A inverossimilhança desse "tabu" é tão notoria que, admira não ter ele sido derruido antes! De fato! Não seria crível que o bandeirismo fosse ser levado à cena, por meio idealismo aventureiro! E' preciso mais realismo na reconstituição dessa epopeia! De que viveriam os habitantes do Planalto, durante os dois primeiros seculos? De onde tirariam eles os recursos para importar do Reino os objetos de metal, alem de outros mais, aqui constatados nos documentos?

E' sabido que ninguem age, sem ter em vista um lucro qual-quer!

Eis o sacerdote, a ministrar os sacramentos! Eis o medico, a dar consultas! Eis o advogado a pedir justiça e o magistrado a distribuir!

Eis o professor a doutrinar! Ninguem faz isso sem remuneração.

Tudo obedece ao "primo vivere deinde"

Continuando a perpassar os ciclos economicos, que se sucederam interligados, na história brasileira, temos que o ciclo do ouro gerou grande numero de pequenos ciclos a ele apensos e dele dependentes.

Assim a mineração aurífera, alimentou a continuação do ciclo pastoril, ao longo do rio de S. Francisco e determinou o ciclo de animais das feiras de Sorocaba, com o intercambio com o extremo sulino do Rio Grande e mesmo com o Vice Reinado do Prata, etc..

Exgotadas as catas auríferas, no fim do setecentismo, o Brasil reviveu o açúcar em pequeno ciclo economico. A cana reforçada com o fumo baiano, com o cacau, com o algodão arboreo do Nordeste, alem de muitos pequenos produtos extraídos do Norte foi o esteio economico da comunidade, até mais ou menos 1815, quando a terceira batalha do açúcar veiu, com a beterraba, restringir, ainda mais o consumo, pesando mais que o liberalismo economico que nos auxiliava com o livre cambio, que sucedeu na Europa ao periodo napoleonico.

Teria sido graças a esse liberalismo economico que o nosso produto, batido na terceira batalha do açúcar, pode alcançar os primeiros resultados do novo ciclo economico que o café fazia madrugiar no verde vale do Paraíba fluminense. Esse ciclo cafeeiro fluminense foi o gerador da brilhante aristocracia do 2.º Imperio, até baqueiar em 1888 com a lei de 13 de Maio.

Eis como a economia traça regras inflexiveis aos acontecimentos, ainda que mais teatrais e aparentes de outras procedencias.

E' com o animo assim orientado, que procuro estudar a história, que não deve ser esquecida na sua faceta descritiva ou cronológica.

Este é mais um trabalho desse feito!

Algumas das muitas teses deste trabalho não estão ainda alicerçadas em ampla documentação. A história planaltina tem sido muito descuidada e seus elementos reconstituídos se estribam em material muito resumido. É que a pobreza econômica da região não facultava à população dos primeiros séculos da sua existência muitos meios para que fossem perpetuados os seus feitos em sólidos documentos ou lembrados por esclarecedores cronologistas. A pobreza econômica regional não outorgava à gente, que morava na Capitania vicentina, lustro mental para que ela pudesse rememorar os capítulos de sua evolução pela vida. A prova dessa conclusão é que, só no setecentismo, época do ouro, o Planalto, já bafejado por por uma magra aragem de prosperidade, produziu Pedro Taques e Frei Gaspar, que, de alguma maneira, fizeram recordar os primórdios da crônica regional. Infelizmente a, então vigente, mania de aristocracias, desvirtuou de algum modo a crônica planaltina. Militando no mesmo sentido, desgraçadamente do desvio da verdade histórica, esses dois cronistas, acima mencionados, tiveram que se valer da tradição verbal, passada de geração em geração e caíram no erro não separar o que haviam registrado com base em elementos sólidos, do que haviam sorvido nessa fonte duvidosa da tradição verbal.

Eis como o relato dos primórdios vicentinos estão crivados de erros, muitos dos quais clamorosos e grosseiros, os quais urgem em ser expurgados!

É assim que, eu explico a ausência de conhecimentos seguros, sobre a história vicentina e não se achar o passado desta parte do Brasil, com justeza incorporado ao que dele tem cuidado os clássicos autores de livros que rememoram a História do Brasil. De fato, se fomos estudar a história brasileira nos clássicos ensinadores dos capítulos do passado do país, tais como Varnhagen, Handelman, Capistrano, S. Leopoldo, Rocha Pombo, Southey, Macedo, Galanti e outros, só encontramos desenvolvidas as páginas concernentes ao passado do Nordeste, do Rio de Janeiro, da Baía, ou da mineração em Minas, etc.. Só cuidam esses mestres da história política e cronológica do Descobrimento cabraliano, das Capitânicas, do Governo Geral, dos Franceses, dos Holandeses, das Minas e pouco mais. A história planaltina, com o seu estupendo apresamento, etc. é pessimamente cuidada e vem sendo desvirtuada, intoxicando de falsidade o cérebro de quem queira se aprofundar nos seus estudos.

Eis como, o passado desta região vem sendo um corpo extraño na história nacional. Ela tem sido mal conhecida!

É por isso que, algumas das matérias articuladas neste trabalho, ainda não se acham alicerçadas em ampla documentação. Esta é suprida pelo bom senso, pelo raciocínio, pela lógica, etc.. Mais tarde, estudos mais acurados e mais aprofundados, pesquisas mais intensas, análises mais especializadas, mais demoradas

etc. realizarão, por certo, o que faltar.

O caso da aclamação de Amador Bueno foi assim. A principio, a cerca de vinte anos mais ou menos, eu concebi a tésse, que expus em publico em conferencia que proferi em 1941, no Instituto Histórico de S. Paulo.

Mais tarde, aos poucos, fui encontrando mais sólidas bases para as minhas afirmativas, ficando tudo quanto eu ante-vira, perfeitamente concretisado em provas documentais insofismaveis.

As asseverações articuladas, que fiz neste trabalho, deverão seguir o mesmo processo, caso elas ainda não estejam suficientemente alicerçadas, e convincentemente estabelecidas.

Dai, não se conclua que eu vote aversão a Pedro Taques e a Frei Gaspar. Longe de mim tal cousal

Sou dos que mais fervorosamente homenageiam esses dois "portentos de retentiva". Eles fizeram imenso pelo esclarecimento do passado planaltino. Muito devemos a esses dois notaveis e excepcionais luminares da nossa vida setecentista que fixaram a tradição verbal dos acontecimentos vicentinos, os firmando, as vezes, em documentos que excepcionalmente consultavam. Naturalmente, como a tendencia da epoca se fazia notar no sentido de ser ressaltada a nobreza e ser salientada a genealogia, cuidada sob o ponto de vista aristocraticomaniaco, os escritos dos dois cronistas planaltinos dos setecentos, transmitiram à posteridade a cronica planaltina, encarada sob essa atmosfera e com sacrificio da verdadeira situação.

Pedro Taques e Frei Gaspar não foram historiadores, como erradamente eles tem sido qualificados. Talvez se os possa chamar de cronistas, mas a função que eles desempenharam, com mais propriedade, foi a de linhagistas panegiristas de uma situação que eles procuravam enaltecere, tecendo ditirambos, sem verificar se os documentos confirmavam os seus relatos; tomavam partido e evidenciavam certa dose de paixão a qual, às vezes, suplantando a serenidade desvirtua a verdade dos fatos.

E' por isso que, eu, nem sempre, bitolo as minhas convicções pelos escritos desses dois memoraveis vultos do setecentismo da nossa terra.

Este trabalho contraria, não poucas vezes, o que nos legaram essas duas bruxoleantes luzes, que brilharam na noite escura da miseria intelectual dos nossos primordios.

O futuro me dará razão nos casos em que o presente, ainda, não está gritando suficientemente alto que, a verdade está do meu lado! Assim tem sido e assim continuará a ser!

Eu, tambem, não deixo de levar em consideração a atmosfera tendenciosa, que, como uma Ecologia moral, psiquica e sentimental

envolvía todos os cronistas que nos legaram relatos sobre o nosso planalto.

Essa atmosfera fatalmente deveria ter influenciado esses cronistas ao fazendo derivar acentuadamente no sentido em que os pressionava.

É preciso dar o desconto que compense essa situação, para se chegar à reconstituição mais aproximada da verdade. Nós sabemos como os cronistas são susceptíveis de se influenciarem pelos ambientes que os envolvem. Porque isso não se teria dado em relação aos nossos cronistas de outras épocas? Seriam eles impermeáveis a essas influências? Seria preciso que eles fossem seres super humanos!

Outro ponto que me firma uma funda convicção, a qual externo neste trabalho é o que diz respeito à fé em que devem ser tidas as crônicas jesuíticas.

Penso que, estas são excelentes peças informativas, roçando mesmo com algum valor probante às vezes. Elas não podem deixar de ser crônicas apaixonadas, provindo de uma parte interessada. São razões de um dos litigantes e portanto não podem ser tidas como sentenças dirimidoras de uma contenda.

Penso que, os depoimentos jesuíticos tem sido exageradissimamente considerados. Desse exagero manifesto e claro tem dimanado conceitos absurdos e pouco inteligentes a respeito do apresamento e do papel desempenhado pelos jesuítas, pelos planaltinos, etc.. Dai uma ideia falsíssima à propositio do bandeirismo da época, a meu ver, de muito maior significação que o de pesquisas e de mineração do ouro.

Essa ideia errônea tem gerado uma noção falha e deturpada do espirito que animava os apresadores. Estes não apresavam por pura crueldade, mas por dura necessidade. Se isso fizeram foi por precisão economica, incentivados pelo que os nordestinos, fabricantes do açúcar, ofereciam pelo escravo amerindio.

A economia planaltina merece ser estudada com intensidade, para se poder formar uma nitida ideia a respeito do passado primordial dessa região.

Para se ajusar da formação social, psicológica, etnica, sentimental, etc. da gente que nos seculo primeiros povoou o Planalto, é imperioso que se verifique previamente a exportação e a importação da região, reconstituindo-se, com isso, o intercambio que essa parte brasileira mantinha com o exterior. De fato, como se conhecer da conformação da alma planaltina se não levamos em conta a autarquia economica em que vivia o pequeno agregado de individuos, provenientes de reinóis alguns, através de cinco, seis ou sete gerações, decórridas em mais de um seculo, cheio de atribulações?

Como se conhecer dessa alma, se não levamos em consideração a imprescindível produção planaltina, que, tendo de ser consumida sumida in-loco, em razão da autarquia e do isolamento, deveria fatalmente ter produzido consequências de grande importância?

Como se pode traçar a evolução histórica da agricultura planaltina, se não formos perscrutar, como se dava a produção da agricultura planaltina, bem como os interesses regionais, os quais, por força, tinham que orientar as diretrizes políticas, sentimentais da região?

Como se poder reconstituir o passado da região, se não tivermos em conta a policultura, a pequena propriedade e o espirito democrático, aqui reinantes, nos dois primeiros seculos?

São esses delineamentos todos, de ordens economica, que devemos por em evidencia, ao reconstituirmos o que aqui, teve lugar, nos primeiros seculos. Este trabalho é mais uma tentativa neste sentido.

Ao finalizar esta advertencia, desejo frizar que consignei neste trabalho não poucas repetições de conceitos, o que para o leitor inavisado poderá parecer fastidioso e inoportuno. Isso, porem que é feito de caso pensado, obedece a uma imperiosa conveniencia de ordem didatica.

Este trabalho não é apenas um livro de literatura histórica. E' sim uma sintese de estudos, destinada a fins ligados ao magisterio, atividades as quais eu estou preso ha mais de uma decada. Esse periodo de tempo, em que utilizo a cathedra, ensinando às novas gerações o que aprendo nas minhas investigações, me tem mostrado que as repetições continuas de conceitos, simplificados pelo metodo de os articular, constituem das melhores e mais solidas maneiras de se transmitir e se fixarem ideias novas, as quais se tornam mais concretas e mais evidentes com as repetições.

Eu tenho empregado esse sistema, sempre encontrando o successo no meu caminho.

E' por isso que, ainda neste trabalho, encontram-se muitos assuntos repizados algumas vezes.

CAPÍTULO I

OS PRÓDROMOS VICENTINOS. JOÃO RAMALHO E SEUS COMPANHEIROS. A INFLUÊNCIA DO AÇÚCAR NO APRESAMENTO.

De 1.500 a 1.532 as terras vicentinas estiveram quasi que inteiramente despovoadas. Sim, porque o motivo, que atraia para o Novo Mundo as atenções colonizadoras da Metrópole, como tudo de resto, se estribando em fenômeno econômico, não incluía a região vicentina no raio de sua influência. Era o páu brasil, a grande causa que punha em foco as terras do país recém-achado. Mas o páu brasil, a riqueza das regiões novas, era uma base economica oriunda da atividade extratora, a qual, ao invéz da agricultura, ou da industria, não fixa o povoamento à terra, por três motivos:

a) os serviços "*in loco*" exigidos por essa fonte de atividade humana, são tão limitados, pois não absorvem muito tempo de duração, de modo que, as pessoas que dela participam não precisam se enraizar na terra, para exercê-la, bastando entregar a maior parte da atividade aos nativos, se limitando a buscar, em viagens periódicas, a mercadoria em bruto, acumulada em feitorias;

b) os serviços exigidos por essa fonte de atividade, prescindem o braço feminino, de modo que, para exercê-la não há precisão de imigração definitiva;

c) só o cultivo do sólo por uma agricultura permanente, ou o trabalho industrial, realizando produção mais complexas, determinam, ou antes, atraem povoamento e enraizamento dêsse povoamento.

Mas, além dêsse fraquíssimo elemento de colonização, que era a extração do páu-brasil, ainda as terras vicentinas tinham contra o seu povoamento, o fato de não estarem elas englobadas nas que haviam sido favorecidas pelo clima, quente e úmido, em teor tal, de modo que não podiam oferecer à ambição do mercador reinol, quantidade apreciável de páu tinta, em boas condições econômicas.

Assim, as terras vicentinas da futura capitania eram quasi inteiramente despovoadas nas três primeiras décadas do quinhentismo. Apenas aí se achavam localizadas algumas pessoas, que deveriam ter vindo por circunstâncias que independeram das respectivas vontades. Uns haviam chegado a São Vicente, em virtude de deportações ou de grêdo,

por qualquer infração às normas do livro V das Ordenações; outros haviam aportado, em virtude do naufrágio das embarcações, nas quais estavam.

Conhece-se uma dezena de indivíduos, bordando o litoral vicentino com os seus vultos, aglomerados em míseros povoados existentes, ao longo dessa região, quando aí chegou Martim Afonso, em 1532.

Entre esses troncos pre-martinafonsinos, destaca-se o vulto de João Ramalho, que teve a desempenhar função tão importante, à chegada da expedição colonizadora de Martim Afonso (V. "*HISTÓRIA DE SANTOS*", de Martins dos Santos).

Essa gente, vivendo no litoral vicentino, durante muitos anos, antes de haver chegado Martim Afonso, apesar do baixíssimo teor de vida, bem como de seu fraquíssimo índice de necessidades vitais, tinha precisão de certo poder aquisitivo, graças ao qual, eram importados do Reino artigos concernente ao armamento, ao vestuário, etc., com os quais era mantido certo grau de civilização.

Qual teria sido então a atividade, que proporcionava êsse poder aquisitivo? Sim, porque a gente portuguesa, vivendo no litoral vicentino, antes da vinda de Martim Afonso, não podia contar com os produtos da extração do páu-brasil, porque este só vicejava no litoral situado do Cabo Frio ao Cabo São Roque, em razão do clima vicentino não poder oferecer as temperaturas elevadas do Centro e do Norte brasileiros, segundo nos ensina Pero Magalhães de Gandavo. A agricultura também não podia proporcionar qualquer elemento lucrativo para os carangueijos lusos, que arranhavam o litoral vicentino. Falta à dezena de civilizados, arrojados às selvas americanas, tudo para materializar uma produção agrícola qualquer. Não tinham mão de obra, não dispunham de capitais, não contavam com transporte, etc..

Assim, na contingência de se asselvajar, equiparando-se ao ambiente que os rodeava, êsses portugueses tiveram de se arrojar ao incipiente preamento. Eis como nasceu o apresamento, em seus primórdios, fruto de uma indeclivável e incoercível pre-determinação, que não dependeu, de maneira alguma, da vontade de seus agentes. Claro que, se porventura estes tivessem podido escolher, teriam, por certo, adotado um gênero de atividade mais cômodo, mais lucrativo, mais seguro, menos perigoso e menos trabalhoso, etc.. Caso êsses infelizes moradores da costa vicentina, que aí foram arremessados, antes de Martim Afonso, tivessem livre arbítrio, quanto à sua ocupação, parece evidente que, eles não iriam escolher uma orientação, que os conduzia à guerra cruenta contra os selvícolas, proporcionando-lhes situação miserável, além de perigos sem conta e sacrifícios sem número.

Eles agarraram no apresamento, como ansiosos náufragos buscam uma táboa de salvação, em situação de agonia e desespero.

As únicas explicações para os que recriminam essa gente, residem na ignorância, na má fé, ou na paixão dos que se erigem julgadores dos primeiros povoadores das terras vicentinas.

Toda produção, seja da origem que for, é relativa à soma dos fatores da equação algébrica seguinte:

$Produção = T$ (ambiente geográfico + ambiente social) + M (mão de obra) + C (capital) + N (transporte) + H (consumo).

Óra, nos primeiros tempos de São Vicente, a produção, no apresamento, não poderia ter sido grande, pois os fatores foram muito reduzidos. Vejamos:

O primeiro fator, respeitante aos ambientes geográfico e social, na equação supra designado pela letra T , temos que foi elevado, pois a massa de índios a apresar era grande; o segundo, porém, isto é o fator M , foi muito apoucado e isso - facilimo de ser compreendido, uma vez que se saiba que, os civilizados residentes em terras, que futuramente iriam ser da Capitania de São Vicente, eram apenas uma dezena, entre os quais João Ramalho, Antonio Rodrigues, etc.. O *capital*, empregado nessa atividade de preamento, era mínimo e não se diga que, êsse gênero de produção não requeria capital, pois este se fazia preciso para os aprestos, o armamento, os pelouros, as correntes, os vestuários, etc., proprios para o Bandeirismo.

Quanto ao fator *TRANSPORTE*, precisamos não só considerar o que tinha lugar no nosso continente e êsse era abundante e fácil, pois o escravo era uma mercadoria que se transportava por sí, mas o que se fazia necessário, entre São Vicente e Lisboa, que era o porto a serviço do mercado consumidor.

Óra, êsse *TRANSPORTE* era limitadíssimo, difícilimo, lentíssimo, inseguríssimo, etc., pois temos que, o condicionar aos navios da época, no relativo ao seu número apoucado, a sua fraquíssima capacidade, a sua marcha lentíssima, a sua fragilidade, etc.. Tendo em conta essas considerações, o *FATOR TRANSPORTE* seria muito diminuto. Se o mercado de consumo tivesse sido então o próprio Brasil, não exigindo um transporte transatlântico, a produção teria contado com um transporte muito mais avantajado, muito mais fácil, muito mais eficiente, etc., mas o mercado, então, era na Metrópole. Isso fazia com que o fator N da equação acima enunciada, fosse muito resumido e limitasse o total concernente à produção, diminuindo o valor da produção, P .

O *FATOR CONSUMO*, também, era muito pequeno e concorria decisivamente para que o resultado de gênero de atividade apresadora, nos tempos pre-martinafonsinos, tivesse sido de mínimo vulto.

De fato, o mercado metropolitano, em assíduo e próximo contacto com a África, onde havia muita mercadoria muito melhor do que a america, a qual, em razão da distância, era encarecida por um transporte difícil, raro, etc., não poderia ter servido de escoadouro para o apresamento vicentino. Em razão disso, a Metropole não deixaria de se abastecer nos fartos e baratíssimos celeiros africanos. Dessa concorrência,

fácil de ser evocada nos seus resultados, não sobraria muito consumo para a mercadoria americana, que assim não poderia contar com colação fácil, do que fosse produzido.

Disso tudo, é simples e fatal a conclusão de que, a produção de escravos ameríndios, por meio da indústria apresadora, antes da chegada de Martim Afonso, e portanto, antes de se ter estabelecido no Nordeste brasileiro o forte núcleo de produção açucareira, teria sido infima.

O Nordeste açucareiro foi o grande propulsor do apresamento!

A proporção em que se desenvolvia, e crescia a indústria agrícola do fabrico do açúcar, tomava vulto a indústria correlata do apresamento.

Simonsen nos fornece uma estatística da produção do açúcar, por parte do Nordeste, na sua "*HISTÓRIA ECONÓMICA DO BRASIL*", I, e por ela se verifica a coincidência dos dois ciclos, isto é, a ascensão do açúcar, sendo acompanhada, como uma consequência, pela do apresamento.

Esta foi, pois, uma méra repercussão, na Capitania de São Vicente, da atividade açucareira do Nordeste, a qual não teria podido subsistir, se não fosse o apresamento, que lhe fornecia mão de obra abundante e barata. Simonsen constata a grande diferença de preços entre o ameríndio e o africano, mas infelizmente não nos fornece a causa mais importante.

Esta está em que, penso eu, o africano exigia u mtransporte transatlântico, muito lento, inseguro, e caríssimo, enquanto que o ameríndio era posto no Nordeste, encarecido por um transporte menos oneroso. Daí, em parte, ser a mercadoria americana, muito mais barata.

A influência do grande fóco de atividade nordestina exercida no apresamento é translúcida. Suprimamo-la, teremos feito desaparecer o apresamento e com ele o bandeirismo. Com a sua expansão, vemos crescer, com todas as suas consequências anti-jesuitas, o apresamento tão malsinado pelos ignorantes e pelos jesuitofilos.



CAPITULO II

AS CAPITANIAS COLONIZADORAS. D. JOÃO III. FRANCESES. FRANCISCO I E CARLOS V.

Dom João III, o monarca português que reinou 1521 a 1557, foi obrigado a colonizar o Brasil. Caso ele não se dispuzesse a fazer com determinação, o Brasil lhe escaparia, pois os franceses, muito mais poderosos do que Portugal (a França tinha então, cerca de 15.500.000 habitantes e Portugal apenas 1.200.000 hs. "DICTIONARY OF MULHALL"), timbravam em realizar ao longo da costa brasileira, empresas extrativas de pau brasil, as quais, se não constituíam domínio da terra, eram, entretanto, graves arranhões na soberania portuguesa. Não havia meio suasório ou violento de obrigar os franceses a uma acomodação, reconhecendo que o Brasil era exclusivamente de Portugal. O único meio de Portugal poder manter o Brasil nos seus domínios, era o colonizar. Poderia esse pequeno país ibérico, exausto pelo Oriente sugador, levar a bom termo esse objetivo? O Estado português, isto é, o governo luso, estava financeiramente em péssima situação. E' que, a aventura oriental, em vez de enriquecer, constituiu para o órgão diretor do país, uma fonte de "deficits" e de despesas sem conta; enquanto que, para o particular, foi um grande e lucrativo negócio. E' que, o poder público português tinha que, arcar com as guerras e lutas, necessárias para que o caminho fosse desbravado e esmagado o inimigo, muçulmano, os mercadores venezianos, os genoveses e indús, e os apaniguados das velhas correntes comerciais. Para isso, com as oposições que êles moviam, grandes despesas foram feitas para a manutenção de armadas, as quais tinham de lutar porfiadamente, a uma distância imensa de Lisboa. Isso ficava caríssimo e os lucros comerciais não chegavam para cobrir as despesas!

Os particulares, que realizavam o intercâmbio oriental, não tendo que ocorrer a esses onus, ganhavam muito. Daí resultar para o Portugal de D. João III, o resultado seguinte:

Estado pobre e particular rico.

Por isso, ficou resolvido em Portugal que a colonização do Brasil seria realizada sob a égide de particulares. Não poderia ser de outro modo!

Eis a causa da divisão do Brasil em capitánias e estas terem sido doadas a particulares de prol no Reino!

Isso teria sido um auxílio que o particular, enriquecido com os negócios do Oriente, iria prestar ao governo português, incapacitado de realizar a necessária e inadiável missão de colonizar o Brasil.

Felizmente para Portugal de D. João III, os franceses que importunavam o Brasil, estavam com o máximo de suas energias empregadas no duelo contra Carlos V. Caso assim não fosse, isto é, não tivessem as forças de Francisco I, de ser utilizadas, com o máximo de suas energias, contra o soberano da Espanha e imperador da Alemanha, elas teriam podido ser concentradas na empreitada de conquista do Brasil e, com facilidade, Portugal teria sido eliminado da costa brasileira.

Eis como Carlos V, indiretamente, foi o causador decisivo de haver o Brasil permanecido português! E' bem verdade que, Carlos V era casado com uma princesa portuguesa e sua irmã era rainha de Portugal!

Como vimos, pois, Portugal de D. João III foi forçado a colonizar o Brasil. Nenhum mérito especial caracteriza esse monarca que foi chamado o "colonizador". Se agiu assim, porque a isso foi forçado e não em virtude de sua livre vontade. Caso essa deliberação não tivesse sido tomada, o Brasil teria escapado de suas mãos. Para que isso não acontecesse, Portugal teve que colonizar o Brasil. O estado português estava, porém, empobrecido e por tal forma isso acontecia que, a única solução era entregar a colonização do Brasil aos particulares.

Daí o regime das capitánias!

Portugal, pelos motivos que analisamos acima, tinha um governo pobre e particulares opulentos. E' que o Oriente, obrigando a dispendiosa conquista militar e naval e a onerosa manutenção dessa conquista, tinha dado ao governo português o fardo pesadíssimo de suportar esses onus, enquanto que o particular, livre disso, enriquecia imensamente.

Daí a atribuição da decadência portuguesa, ainda no tempo de D. João III. E' que então se tratava de declínio financeiro do Estado luso, que, pelas causas expostas, estava empobrecido, embora o particular se conservasse em pujança. Como este não aparecia, entretanto, pensou-se que, a decadência se havia manifestado em toda a nação.

Assim, premido pelas circunstâncias, D. João III recorreu ao particular, para entregar a essa camada privilegiada no comércio Oriental, o fardo de colonizar o Brasil, pois era preciso indeclinavelmente que esse passo fosse dado e para isso, o Estado português não podia realizar a colonização oficial. Daí, como acima ficou dito, a divisão e a doação entre particulares das capitánias.

Entretanto, a colonização do Brasil, país ermo e despovoado, sem riquezas e perspectivas de lucros, não era negócio convidativo para os capitais particulares, acostumados aos grandes lucros, que o gordo Oriente proporcionara. Daí, para a consecução de seu objetivo de povoar o Brasil recorrendo ao particular, ter D. João III de outorgar imensas concessões e benefícios aos particulares aquinhoados na obra de colonização

do vasto litoral brasileiro. Em razão dessas desmedidas concessões outorgadas por D. João III aos donatários, para que estes se deixassem tentar pelo negócio, o regime das capitanias assumiu uma coloração feudal. Eram tantas as regalias, os privilégios, as dádivas, etc. outorgados que, os observadores desprevenidos se iludiram a respeito do caracter das doações e foram levados a supor que elas representaram um retrocesso ao feudalismo.

Por outro lado, sabemos que o inspirador do plano do regime das capitanias hereditárias foi o famoso Diogo de Gouveia, intelectual português, que havia passado toda sua vida em França, em contacto com a psicologia francesa a absorver a cultura francesa e a se saturar de elementos tirados da formação francesa. Seria natural que Diogo de Gouveia, impregnado de traços da mentalidade de além-Pirineus, houvesse elaborado um plano de divisão do Brasil, o qual lembrasse, pela sua coloração, o feudalismo, que a França havia conhecido e que era novidade para Portugal, que havia tido notícias dessa morfologia social e política, mas não a havia praticado senão em linhas desvirtuadas que contrariavam a própria essência do regime.

De fato, enquanto a França atravessava a época medieval, em pleno regime feudal, isto é, em que a aristocracia senhorial gozava da mais completa soberania, só abdicando de uma mínima parte de seu imenso poder, em benefício da autoridade real, a Ibéria já dispunha de monarquias centralizadas e fortes, que mantinham em si a totalidade do poder do qual abdicava descentricamente uma mínima partícula em benefício de seus "barões" e "hidalgos", que não possuíam feudos, nem poder. Em síntese, na França o monarca era um protegido dos fortes potentados **senhoriais** e na Ibéria, o monarca era um protetor dos fracos vassalos.

A tal ponto era desvirtuado e fraco o regime feudal em Portugal, que, Alexandre Herculano negou que sua pátria o tivesse conhecido.

Assim, pois, não se deve encarar a divisão do Brasil em capitanias, sem ter em conta os raciocínios acima expendidos. Em virtude deles, se verá que D. João III não iniciou a colonização do Brasil em deliberação de sua livre e espontânea vontade, mas foi a isso forçado pelas circunstâncias. Ainda, pelos raciocínios expostos, veremos que, devemos ao equilíbrio político-militar europeu, em virtude do poderio de Carlos V se contrapor ao de Francisco I da França, o fato de haver Portugal podido manter o Brasil.

A seriação de idéias acima, nos leva à conclusão de que é explicável a nuance feudaliforme da divisão das capitanias hereditárias, mas estas se revestiram apenas de traços morfológicos a lembrar apagadamente esse regime político-social, que havia morrido e que elas se caracterizam, de preferência, de imensa liberdade econômica, destinada a atrair os favorecidos.

★

★

★

Mas, ao serem distribuídas as capitanias, o critério com que elas deviam ter sido doadas, em benefício da eficiência da colonização, foi

substituído pelo que tinha por base o favoritismo cortezão. Com esse desvirtuamento do critério que deveria ter presidido às doações, a colonização foi muito prejudicada. Capitánias hereditárias foram distribuídas para quem não tinha idoneidade econômica, para tão vasto empreendimento.

O resultado não poderia ter sido outro. Vários fracassos finalizaram quasi todas as tentativas. Estas eram exigentes em capitais e dos colonizadores do Brasil, só Duarte Coelho e Martim Afonso realizaram cousas sólidas e duráveis. Os demais, por falta de capitais na proporção desejável, em relação à tarefa que teriam de realizar, fracassaram.

Em vista deste resultado deficiente do esforço particular, afim de levar a efeito a colonização do Brasil, D. João III lançou novamente mão do esforço oficial. Afinal de contas, a situação financeira do governo português, não era desesperadora.

Na Convenção de Saragoça, em 1529, Portugal pagara à Espanha de Carlos V. uma forte soma para comprar o que já era seu, para solucionar o caso das Molucas (Calogeras, "*Política Exterior do Imperio*", I). Pouco antes, Portugal emprestava dinheiro a Francisco I de França, para o resgatar da prisão de Madrid, seus dois filhos, Francisco e Henrique, dados como reféns a Carlos V.

Além disso, Portugal havia pago, ainda, a Carlos V, o dote da infanta D. Isabel, que se havia casado com o Habsburgo de Madrid. Assim, os cofres do Reino não se encontravam em tal estado de míngua que impedisse por completo, ao governo de D. João III, de realizar qualquer esforço, ao lado do particular, no sentido de colonizar o Brasil. Foi assim que, o governo de Lisboa comprou a capitania da Baía aos herdeiros de Francisco Pereira Coutinho e aí localizou a séde do governo geral iniciando um pujante núcleo de povoamento. Entretanto, é preciso que fique bem accentuado que, a criação do Governo Geral em 1548 não quer dizer que tenha findado o regime das capitánias. Este continuou! O que teve termo foi o sistema governativo unicamente das Capitánias o destas se ligarem com Lisboa, pois a criação do Governo Geral estabeleceu, em concomitancia com as Capitánias particulares, um órgão governativo centralizador. As capitánias continuaram, porem!

A divisão do Brasil em capitánias hereditárias, o que constitue os alicerces sólidos da divisão do mesmo na sua multiseccular evolução histórica, bem como na divisão que até hoje impera, quer me parecer, foi uma medida da mais alta sabedoria. Para a justificar, eu invoco as palavras de Oliveira Vianna, na "*EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO*", pág. 234, as quais formam o ensinamento que de tal modo influenciou o meu intellecto, que constitue a base de meu pensamento: "**UM GOVERNO UNITÁRIO IMPLICA UMA BASE GEOGRÁFICA AMPLA, MAS TAMBÉM CORRESPONDENTEMENTE, UMA CIRCULAÇÃO POLÍTICA EXTREMAMENTE DESENVOLVIDA: AMPLIAR AS BASES FÍSICAS DO ESTADO, SEM AM-**

PLIAR IGUALMENTEE. E DE MANEIRA PROPORCIONAL OS SEUS MEIOS DE CIRCULAÇÃO POLITICA, E' CONDENA-LO, FATALMENTE, A FRAGMENTAÇÃO".

Anteriormente, já o mesmo sociólogo, na página 229 do seu sábio citado livro "*EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO*" havia difundido o seguinte ensinamento:

" Os homens de estado portugueses procuram, como se vê, resolver os problemas da administração e da defesa militar da colonia, segundo um pensamento de centralização e de unidade, de modo a manter unida e coesa essa vasta massa amorfa e ganglionar, que é a população colonial dos primeiros séculos. Contra essa pretensão, levanta-se porem, a fatalidade inexoravel que ainda hoje nos pesa e embaraça, da latitude excessiva do território, criando o problema das distâncias insuperaveis e invencíveis. Esses são levados, dest'arte, a abandonar o seu belo sonho de unidade política para realizar, pela fragmentação do poder e da autoridade, uma melhor administração e uma melhor defesa dos núcleos coloniais."



CAPÍTULO III

A INFLUÊNCIA DO MEIO FÍSICO NA FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA, FISIOLÓGICA, SENTIMENTAL, ETC., DO PLANALTO. ISOLAMENTO.

A região planaltina, parte da capitania de São Vicente, teve a sua formação geológica marcada pelas cristas endentadas, desordenadamente dispostas, em alternância com os profundos abismos, valados sinuosos, encostas íngremes, espigões florestados, penédias escorregadias e musguentas, ravinas bravias, rocas empilhadas e fendidas, além dos platôs enristados de obstáculos e de cumes enevoados, pela umidade das evaporações tropicais. Essa barreira, enleada pelos cipós e lianas, que se entrelaçavam com as embiras, que amarravam complicadamente o manto da floresta tropical, se destacava azulada, ao longe do mar, e firmava na Capitania Vicentina, os limites nítidos de uma região física, que se evidenciava, neste sul brasileiro, já tão isolado da metrópole portuguesa pela distância de cerca de dois meses e meio de viagem lenta, insegura e seriada de perigos bravios, a marcar de quadros negros e incertezas dos audaciosos que por ela se aventurassem.

De fato, a capitania de São Vicente, se situava no extremo sul da parte que Tordesilhas dera avaramente a Portugal, a uma distância tal da metrópole europeia que se isolava da séde da lusitanidade, e, com isso, tendia a ser atraída pelo pólo oposto, isto é, para a rápida nacionalização. A navegação, naquelas épocas remotas, era trôpega, incerta, difícil, ineficiente, perigosa e cara, de modo que só os bem aquinhoados de meios podiam pensar em manter continuado contacto com o Reino metropolitano. Com isso, o isolamento, em que se achava a Capitania de São Vicente em relação à comunidade portuguesa, já era intenso e nesse grau, deveria produzir muitas consequências.

Mas, além desse isolamento, o Planalto ainda se segregava do litoral, separado por dificuldades de comunicação e por impecilhos, ainda mais de vulto. Eram as novas europeias que se faziam ignoradas na região, eram notícias de pessoas amigas ou parentes, que ficavam da outra banda do oceano; eram eventos metropolitanos evocadores de cenas reinos, de horizontes lusos, de sentimentalidade portuguesa, que não obtinham eco na colonia planaltina!

Foi assim que, o Planalto se conservou na miseria intelectual, que os documentos nos mostram, ignorando Camões e as arcadas coimbrãs.

De fato, uma barreira adusta e quase intransponível se antepunha entre o litoral e o Planalto, transformado em região hermeticamente fechada, o que o impermeabilizava das influências externas.

Baseado nisso, Paulo Prado elaborou a doutrina de que êsse isolamento, preservando o Planalto da gangrena externa, produtora da decadência, teria dado a essa região o privilégio da superioridade incontestável.

Até 1553, o Planalto se ligava ao litoral por simples trilho de índio. Por ele teria galgado o altiplano Martim Afonso de Souza, quando em 1532 foi à Piratininga. Nesse ano, Anchieta, encontrando outra passagem na arestosa Paranapiacaba, deu origem ao famoso caminho do Padre José, que serviu de elemento ligador do Planalto ao litoral, durante muito tempo, até que o Conde de Sarzedas veio, em fins do século XVIII construir a calçada do Lorena.

Essa barreira física, de transposição a mais difícil, era portanto irremovível e fatal, determinou uma situação, que se pode constatar facilmente, pelos documentos conhecidos, a qual se verifica em rosário de consequências evidenciadas na evolução histórica da região.

Uma consequência que logo ressalta com particular saliência é de que essa situação, creadora de ambiente, fisico especial, determinou fatalisadoramente que, o Planalto não poderia alimentar intercâmbio econômico com o mundo externo, e, portanto, tinha, forçosamente de se manter em rígida autarquia econômica, nada importando do Reino, como nada exportando para fóra. A miséria econômica da região concorreu ainda, nesse sentido, dando mais força de repercussão à situação gerada pela barreira serrana, acima evocada. Além disso, temos que, os produtos agro-pecuários planaltinos, sendo os próprios de uma região temperada, não poderiam concorrer, em condições econômicas favoráveis, com os produtos reinóis. Eles, oriundos de clima temperado, que era o predominante no Planalto, como fruto desse ambiente fisico, sobrecarregados com as despesas de transportes através de arestosa região, só poderiam chegar à Lisboa por um preço 300 a 400 % mais caros do que os congêneres similares reinóis. De fato, o Planalto, produzindo trigo e uva, em razão de seu clima mais frio do que o das outras zonas brasileiras, não poderia, com esses produtos ir concorrer, em Portugal, com produtos congêneres e analogos europeus, que não se achavam sobrecarregados com as despesas pezássimas de um difficilimo transporte, através de ingrátissima e aspérrima região e de navegação transatlantica caríssima, lentíssima e custosíssima.

Por outro lado, o Planalto, produzindo tambem gêneros próprios de climas tropicais e quentes, não os podia fornecer ao mercado reinol, porque naturalmente outras zonas luso-brasileiras do litoral, as obtinham em condições muitissimo mais favoráveis, não sendo oneradas com o difficilimo transporte, ácima apontado.

O mesmo raciocínio se poderá fazer, em relação ao intercâmbio exportador do Planalto para o opulento Nordeste açucareiro, onde havia um

magnífico mercado, dotado de altíssimo poder aquisitivo, vivendo em elevadíssimo nível de vida. O Planalto não poderia exportar, para aí, gêneros próprios de climas temperados, porque seria vencido pelos congêneres reinois, mais baratos, visto como não tinham que suportar as despesas de transportes, como na região asperrima de Paranapiacaba. Também não poderia exportar gêneros próprios de climas quentes, porque estes, outras regiões luso-brasileiras, ofereceriam em condições de preços muito mais vantajosas.

Nestas condições de isolamento material ou comercial, o Planalto, também não pode comungar nos ares psicológicos, que um contato mais assíduo com o exterior, por força, proporcionaria, fazendo com que os ambientes morais, sentimentais, etc. da região fossem influenciados por forças moldadoras ou pressionadoras oriundas do exterior, (1).

Se a falta de intercâmbio comercial, entre o Planalto e o mundo externo, determinou uma autarquia econômica na região, a mesma causa fatalizadora disso deveria ter gerado, também incoercivelmente, uma autarquia psicológica, sentimental e moral, que foi a atmosfera espiritual, que envolveu toda a zona piratiningana, durante os séculos XVI e XVII, até que, essa autarquia viesse a ser eliminada pela quebra do isolamento, no século XVIII, com o ouro, etc. que deu ao Planalto outras condições de vida.

Esse isolamento físico, indeclinável e impossível de ser minorado pela vontade humana, dentro dos infimos recursos do grupo social, que jazia nessa região planaltina, agia energeticamente, no sentido de produzir, não só uma autarquia material, comercial, social, etc. do núcleo colonizador, como também uma autarquia moral, sentimental, etc. o que se constituía, em causas de importantes capítulos, que teriam de marcar a evolução histórica planaltina de signos do mais evidente nacionalismo.

E' graças a êsse raciocínio, que encontra apóio na documentação dos séculos XVI e XVII, que se podem explicar capítulos da evolução histórica regional os quais, antes ficavam sem base racional.



1) Isso já havia ferido a percuciente visão de Rubens Borba de Moraes, que sustenta ideias iguais na sua luminosa introdução a Saint-Hilaire, da col. Martins.

CAPITULO IV

SITUAÇÃO ECONÓMICA COMPARATIVA ENTRE AS VARIAS COLONIAS LUSO-BRASILEIRAS. CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS E PSICOLÓGICAS, ETC., DESSAS DIVERSIDADES. PRIMEIRA BATALHA DO AÇÚCAR.

Sabemos que existiam, pelo menos, quatro grupos distintos de núcleos coloniais, os encarando, sob o aspecto económico, social, demográfico, etc. (1), (2).

Tivemos o grupo do açúcar, o do apresamento, o do ouro e o do pastoreio. Cada um desses grupos teve a sua localização geográfica própria, e em virtude disso, um conjunto de circunstâncias diferentes premia de modo diverso, os modelando à sua maneira. Uns distavam menos do Reino; outros tinham, no caminho para a Metrópole, mais obstáculos; uns, graças à menor distância, mercadejavam mais com a Europa; noutros, o sólo era mais rico, mais plano, os rios correndo para o mar diretamente, ofereciam transporte mais fácil, cómodo e rápido; noutros, o clima, mais suave, variava mais na temperatura, na umidade, na pressão barométrica,

-
- (1) Eu bem sei que o espirito contido nesse período, vai desagradar muita gente, principalmente essa que formou e cristalizou as suas idéias em torno dos velhos "tabus", que os fossilizados compendios da centenaria ortodoxia haviam firmado como se o Brasil tivesse sido um todo homogêneo e unitário.

Eu não vou recorrer à Capistrano, à Euclides da Cunha, à Oliveira Vianna, ou à Vicente Liciano Cardoso, cujas frases lapidares aí estão, em unanimidade firmando um diagnostico absoluto. Antes que esses historiadores e pensadores se houvessem pronunciado já o notavel intelectual português, Oliveira Martins, no seu luminoso "O Brasil e as Colonias Portuguesas", chegava às mesmas conclusões, ao dizer:

"Sem exagerar demasiado o valor d'este termo, pode dizer-se que, pelos fins do XVI seculo, a região de S. Paulo apresentava os rudimentos de uma nação; ao passo que a Bahia e as dependencias do norte eram uma FAZENDA de Portugal na America.

Os governos coloniaes
..... Se o estabelecimento recente do Rio de Janeiro não merecia ainda o nome de colonia no fim do XVI seculo; se outrotanto succedia aos do

na irradiação solar, no regime dos ventos, etc., originando daí, produções vegetais diferentes da que os trópicos ou a região equatorial ou as litorâneas podiam oferecer ao Reino, na frígida ou temperada Europa.

Assim, de início, isto é, na segunda metade do quinhentismo, o açúcar esteve na iminência de ser produzido em todos os núcleos coloniais da costa litorânea do Brasil. Martim Afonso, Duarte Coelho, Thomé de Souza, quizeram produzi-lo e para isso recorreram a todos os elementos de suas regiões. Feriu-se, então, a primeira batalha do açúcar, na qual foram contendores a capitania vicentina, de um lado, e o Nordeste pernambucano e baiano, de outro. Os dois litigantes, partiram do ponto zero, isto é, tiveram igualdade inicial, no prélio econômico, que se ia ferir surda e anonimamente.

Ambas as partes dessa pugna tinham resolvido bem a fórmula algébrica da produção. De fato, vejamos. A fórmula é a seguinte:

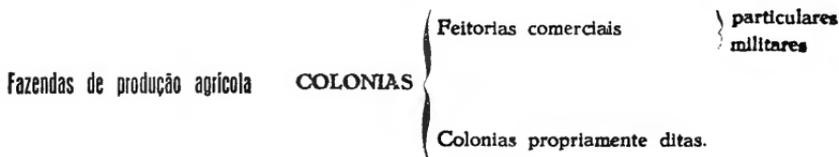
$$\text{Produção} = T \text{ (ambiente geográfico e social)} + M \text{ (mão de obra)} + C \text{ (capital)} + N \text{ (transporte)} + H \text{ (consumo)}.$$

Se analisarmos os termos da equação nordestina, referente à produção do açúcar e os compararmos com os pertinentes à capitania vicentina, teremos que o fator *T* do Nordeste teria sido equivalente ao da capitania vicentina. As massapés do Nordeste tem as preferências de Simonsen (*HIST. ECONÔMICA DO BRASIL*) mas não creio que elas tivessem sido mais produtivas do que as humíferas do litoral vicentino. Penso, também, que o clima nordestino não teria influido muito, para que a vitória econômica, nesse prélio, sorrisse ao Nordeste, em desfavor da capitania vicentina.

O fator mão de obra, também teria sido equivalente nos dois blócos

norte de Pernambuco; em Itamaracá e na Parahyba; e se as COLONIAS marítimas da província de S. Paulo (Santos, S. Vicente) declinavam, porque essa se desenvolvia agricolamente — o progresso era manifesto em todas as COLONIAS litoraes, cujo centro foram Pernambuco e Bahia.”

- (2) De acordo com os ensinamentos de Oliveira Martins, podê-se organizar o quadro abaixo a respeito de tipos de colonias, (“Brasil e colonias portuguesas”, 201):



Por esse quadro esquemático, vê-se bem que não se deve confundir uma obra de colonização, com uma estritamente comercial. Por aí se vê, ainda, como o litoral brasileiro possuía varios tipos de colonias, de modo que, não é possível se resumi-las em uma unica, tão heterogeneas elas eram.

coloniais, o nordestino e o vicentino. O fator capital deveria ter sido um pouco maior no Nordeste, devendo ter Duarte Coelho e mais tarde, o governo ou o estado português, na Baía, aplicado mais capital do que foi possível a Martim Afonso o fazer nas suas terras sulinas. A diferença, porem, não teria sido grande.

O fator consumo, também teria sido o mesmo, pois a Metrópole, tanto consumia e distribuía o açúcar de uma parte como da outra de seus domínios.

Eu penso que, o fator que decidiu a justa econômica a favor do Nordeste e contra a capitania vicentina, a relegando a sotoplanura, em todas as manifestações de sua existência, foi o referente ao transporte, que eu designei na equação pela letra *N*.

De fato, o transporte do açúcar no Nordeste, para Lisboa, tem um percurso de 1.500 quilômetros ou 1.000 milhas, a menos do que o de São Vicente para Lisboa, cousa que significava um economia de 15 a 20 dias na duração da viagem normal, (calculando a velocidade do navio da época, em 4 milhas horarias).

Essa diferença, hoje não terá importância, mas a mesma cousa não se poderá dizer nessas épocas longinquoas, de navegação à vela, morosa, ronceira, cara, enferrujada, trôpega, frágil e difícil.

Então, a navegação se fazia:

a) *Em navios muito mais lentos*, podendo se calcular que um navio quinhentista se locomovia, à razão de 3 ou 4 milhas por hora, quando navegava contra a corrente oceânica, o que acontecia, quando da capitania vicentina tinha o navio que, enfrentar a corrente equatorial — ramo brasileiro, perlongando o litoral brasileiro até o Cabo Sto. Agostinho.

Os navios de então realizavam 2 viagens, em média, por ano, para o Brasil, em quanto que hoje, podendo eles correr de 8 a 10 milhas por hora, realizam, em média, 6 viagens ao Brasil, por ano. Sendo muito mais lentos os navios dos séculos XVI e XVII, tinham que ser muito menos aproveitados, o que representavam um capital, que se remuneraria de uma forma muito menor, o que deveria ser compensado por uma elevação dos fretes, proporcional.

b) *Em navios de muito menor capacidade transportadora*.

Um navio do século XV ou XVI, carregava, em média, 200 toneladas de açúcar, enquanto que um cargueiro de hoje transporta, em média, 8.000 toneladas ou sejam, 40 vezes mais. Com isso, um navio quinhentista ou seiscentista representava um determinado capital, que, para ser remunerado, precisava tirar da carga frêtes em proporção 40 vezes maior, isto é, a carga de um navio tinha que produzir a mesma quantia para remunerar o capital invertido.

c) *Em navios muito de construção mais cara*. Nesses séculos recuados a construção naval saía, em regra, por um preço muito maior do que hoje, em que esses transportadores oceânicos são construídos em séries, etc. Com isso, o capital que, um navio representava nos séculos XVI e XVII, era muito maior e pedia remuneração muito maior, a qual devia sair da carga.

d) *Em navios muito mais frágeis.* Com isso, eles não suportavam mais que 15 a 20 viagens ao Brasil, isto é, tinham a duração de 6 a 8 anos, enquanto que os navios de hoje, vivendo 40 a 50 anos, suportam mais ou menos 250 viagens transatlânticas, cerca de 10 vezes mais do que os navios dos nossos primeiros tempos. Estes, tendo que remunerar o capital, neles empatado, tinham que cobrar fretes altíssimos e em proporção com as distâncias.

Eis como essas contingências, fáceis de serem concebidas, teriam tornado decisivo o valor do termo transporte, e feito com que a capitania vicentina fosse esmagadoramente derrotada pelo afortunado Nordeste, nesse primeiro prêmio do açúcar. Toda a evolução histórica do Brasil foi simples consequência dessa batalha silenciosa e não assinalada pelos que cuidaram de nosso passado.

Eis que, logo no terceiro quartel do quinhentismo, a luta já estando decidida, fazia refletir o seu resultado na famosa e estafada estatística demográfica do Padre Anchieta, confirmada pelos dizeres irretorquíveis de Fernão Cardim e de Gandavo.

Logo no início do século XVII a situação se agravava, como se ve da estatística de Falcão, no "*LIVRO DE TODA A FAZENDA*", (1).

No decorrer do século XVII estes quadros evoluem em progressão geométrica, em razão de se haver desenvolvido um bloco econômico-demográfico no Nordeste, a exigir pelo seu elevado poder aquisitivo e alto nível de vida cargas de importação reinol, que constituíram frête de retorno para os navios que levavam açúcar. As colônias lusas do Nordeste brasileiro, no século XVII, já não eram apenas núcleos econômicos exportadores, visto como todo movimento de importação é consequência de exportação e se faz na razão direta desta. Como esta existia no Nordeste e não existia em São Vicente, houve importação para o Nordeste e não para a região vicentina. Daí o frete de retorno para o Nordeste, com o que os fretes dessa região lograram se fazerem mais

(1) A estatística de Figueiredo Falcão, "*LIVRO DE TODA A FAZENDA*", é concernente a um orçamento de despesa para o Brasil, em 1607. Esse orçamento estabelece as seguintes verbas para cada colônia:

Pernambuco	12:528\$417 réis
Itamaracá	398\$660 réis
Parahyba	2:255\$070 réis
Sergipe	296\$000 réis
Rio Grande	3:255\$180 réis
Bahia	19:732\$600 réis
Espirito Santo	353\$120 réis
Ilhéus	40\$000 réis
Porto Seguro	40\$000 réis
Rio de Janeiro	2:015\$000 réis
S. Vicente e Sto. Amaro	1:467\$820 réis

baixos ainda que os de São Vicente. Por isso é que a situação no médio seiscentismo foi marcada por uma forte superioridade do Nordeste sobre a capitania vicentina, como se pode ver da estatística elaborada para efeito do pagamento da paz da Holanda e do dote da princesa portuguesa D. Catharina.

Com o exposto, temos que, a luta pelo açúcar não só distinguiu dois agrupamentos com características particulares os diferenciando ainda mais, dando a cada um deles morfologias inteiramente diferentes e até antagônicas, como foi causa de toda evolução histórica do Brasil. De fato, se a luta do açúcar não tivesse decorrido, segundo os moldes, constatados pela crônica, os dois agrupamentos economico-social-demográfico-sentimentais diversos, o do Nordeste açucareiro, rico, latifundiário, com grande poder aquisitivo, elevado nível de vida, culto, monocultor, aristocrático, lusitanófilo, com interesses econômicos psicológicos e sentimentais pela Restauração portuguesa e a do Planalto apresador, pobre, autárquico, policultor, democrático, acrioulado, euro-amerindio, de baixo poder aquisitivo, e ínfimo nível de vida, quasi analfabeto, com interesses economicos orientados pela continuação do Domínio Espanhol e pela Hegemonia Flamenca, etc., não teriam tomado a coloração, que os documentos e os cronistas nos evidenciam. Essa batalha do açúcar foi a causa básica da constituição dos núcleos apontados, na imensidão territorial brasileira e foi o agente responsável pela formação de duas linhas evolucionais distintas, dentro das quais se processava a nacionalização dos imigrantes portugueses, a qual variava no tempo e na intensidade com que realizava, projetando diversamente as consequências dessa variedade de gráu, de coloração, de intensidade, de morfologia, de tonalidades que foram constituindo marcas regionais e formaram mais tarde os alicerces dos ensinamentos de Tavares Bastos e os esteios da Federação. Sintetizando, o açúcar estabeleceu as diferenças entre os dois grupos:

Nordeste açucareiro:

Grande índice de riqueza
Latifundio e Casa Grande
Altíssimo poder aquisitivo
Elevado nível de vida; grande cultura
Patriarcalismo acentuado
Intenso comércio com o Reino
Monocultura agrícola-industrial
Latifundio
Interesse pela restauração portuguesa e pela expulsão do flamengo
Aristocracia
Indiferença quanto a luta contra os jesuitas

Planalto apresador

Quase miséria
Pequena propriedade
Poder aquisitivo quasi nulo
Nível de vida miseravel; nenhuma cultura
Patriarcalismo atenuado
Autarquia quasi absoluta
Policultura
Pequena propriedade
Interesse pela continuação do domínio espanhol e pela hegemonia flamenca
Democracia
Luta contra os jesuitas

Esses dois grupos, assim identificados em suas linhas gerais, tiveram as respectivas evoluções pelos séculos, bem apartadas, pois que o Brasil na sua imensidão territorial, sem comunicações proporcionais a sua vastidão, não punha em contacto esses dois blocos divergentes. E' preciso ver o que ensina Oliveira Vianna no seu magistral "EVOLUÇÃO DO POVO BRASILEIRO", págs. 234 e sgs.

Com o pastoreio foi diferente! Mas o grupo social, economico, demográfico, psicológico, sentimental, etc., formado pela atividade pastoril, teve similantemente as suas causas próprias e foi origem de consequências, também profundamente em divergencia com as pertinentes ao Nordeste açucareiro ou ao Planalto. A zona pastoril formou um núcleo de características próprias, nítidas e bem delimitadas. A sua evolução particular apresenta delineamentos, que não são passíveis de confusão com as relativas ao Nordeste ou ao Planalto. As causas do Pastoreio residem na facilidade da produção de mercadorias relacionadas com esse gênero de atividade. O fator terra, isto é, o que se relaciona com os ambientes social e geográfico, foi fácil ao pastoreio, fugindo do litoral agrícola e do Planalto enrugado e florestado e buscando, em completo isolamento, as ermas e desérticas paragens do plano e despido vale do São Francisco, ou aos desnudos platôs do Piauí, como os calcinados carrascais do Nordeste, não desse Nordeste úmido, florestado e litorâneo, em que a agricultura da cana fixou as massas humanas, mas o outro Nordeste, esse ressequido e despovoado que se mantinha afastado e isolado da faixa agrícola da bordadura atlântica, pela distância e pela inexistência do arame.

O fator mão de obra, para o pastoreio, foi facilmente resolvido, porque esse gênero de vida quasi não requer mão de obra e o português herdeiro das tradições pastoris arabo-berberes, trazia consigo uma afinidade, que encontrando ambiente favoravel ao seu desenvolvimento, dava expansão à tendência secularmente comprimida. Por outro lado, o indígena encontrava no pastoreio, o ideal para na civilização empregar a sua atividade preguiçosa. Com esse elemento, além do mameluco, sempre ávido da galopada, entremeada de longos períodos de modorra, o pastoreio foi realizado. Nele o negro esteve ausente, porque era mais afeito aos trabalhos da agricultura.

O fator capital, também era facilmente realizado, porque essa atividade não requer quase capitais, de forma que, os elementos, que na agricultura não podiam dispor de recursos para se fixar como proprietários, recorriam ao pastoreio, muitíssimo menos exigente a esse respeito.

O fator transporte era facil de ser posto em prática, pois o gado se transporta por si. Como todos os produtos da atividade pastoril eram consumidos aquém Atlântico, o transporte dos mesmos se fazia muito cômodo e simplificado.

O fator consumo, também, marcava um grande desenvolvimento para a atividade pastoril, pois embora não houvesse exportação, ela contou durante todo o período colonial com excelentes mercados compradores. A princípio, os lavradores e fabricantes de açúcar, eram o seu mercado.

Gente dotada de elevado poder aquisitivo, necessitando não só para a alimentação e uso de suas massas demográficas, como também para a movimentação da sua industria agrícola, dos produtos do pastoreio, ela se ligou fortemente ao núcleo que se esparramava por larga área territorial, nos vastíssimos planos descampados, fartamente irrigados da parte sertaneja do Brasil.

Pode-se dizer que, sem pastoreio, não teria havido industria-agrícola produtora de açúcar e portanto prosperidade e povoamento do Nordeste. Assim, não se pode afirmar que o pastoreio foi mera consequência do açúcar, pois ele se reveste da importância de uma das suas causas possibilitadoras.

No século XVIII o pastoreio realizou com o ouro o que já havia feito nos séculos XVI e XVII com o açúcar. Forneceu-lhe carne, couro, laticínios em abundância, de modo que, o adensado humano, de alto poder aquisitivo que se empregava na mineração, não teve que se preocupar com os problemas referentes à sua alimentação, etc..

Assim, desta forma, foi efetivada a constituição de mais um bloco humano no Brasil, o qual, pelas suas linhas delimitadoras economico-sociais, diversificava-se profunda e substancialmente dos característicos acima apontados. Esse bloco teve no curso de sua evolução histórica as seguintes marcas, as quais devem confrontadas com as acima enunciadas:

Prosperidade — Poder aquisitivo elevado, mas baixo nível da vida.

Nulas comunicações com a Metrópole, com a qual não mantinha intercâmbio.

Minimo índice cultural. Autarquia absoluta. Fraquíssima densidade populacional. Interesses sentimentais lusitanófilos. Indiferença pelo antagonismo em relação aos jesuitas.

Coloração étnica euro-americana. Distâncias imensas. Uso intenso do cavalo como meio de transporte. Patriarcalismo acentuado.



CAPÍTULO V

A AUTARQUIA, A POLICULTURA, A PEQUENA PROPRIEDADE E A DEMOCRACIA NO PLANALTO. FORMAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL, PSICOLÓGICA, CULTURAL, POLÍTICA E ÉTNICA REGIONAL.

Vimos com exuberância de minúcias, como a região planaltina se isolava do litoral, isto é, do mundo português. Evocamos os magníficos quadros do "PAULÍSTICA", do nunca assáz lembrado Paulo Prado, para cunhar com mais aproximação o que teria sido o isolamento geográfico da região planaltina, perfeita e profundamente delimitada e remarcada pelos sinuosos recortes que formavam as suas fronteiras de difícilíssima transposição.

O degrau da Serra do Mar, que deixava o Planalto ilhado em um nível superior de 750 metros, em relação ao litoral luso-brasileiro, era uma barreira adusta e eriçada dos mais enristados obstáculos, como de penhascos altíssimos em desordenada alternância com despenhadeiros insondáveis e baratros profundíssimos, que se serriavam infernais, recobertos de espessíssima vegetação, que se entrelaçava recortada de pedregais mal dispostos, de sulcos escorregadios e íngremes e de paredões imensos e musquentos, vestidos de lianas e manchados de lichens, etc..

Isso determinou, por certo, uma transposição penosíssima dessa muralha separadora do Planalto, grimpado no alto das culminancias, que para serem excepcionalmente atingidas, seriam precisos prodígios de ginástica, encadeiados em rosários de acrobacias, sobrepostos ao galgar infatigável dos que se socorrendo das mãos se agarravam às raízes e folhagens, subiam pelas luzidias escarpas marcantes das etapas que eram mais capítulos tormentosos de uma via sacra, em que se buscava afoqueadamente a Chanaan planaltina.

Por isso a região se destacou isolada do mundo português, do qual não só uma grande distância da tosca e primitiva navegação, afastava, como ainda, uma natureza madrastra, proporcionada pela Serra do Mar, fazia separada.

Daí, ter o Planalto se ilhado hermeticamente em relação, não só, aos centros colonizadores europeus e aos mercados fornecedores e consumidores na Metrópole, mas ainda, às outras colonias, com as quais mantinha muito pouco contacto.

Dessa situação incoercível, outorgada determinantemente, de um modo radical pelo meio físico, o que significa um capítulo independente

da vontade dos habitantes regionais, sobreveio fatalmente um isolamento economico, quase que absoluto. De fato, todo comércio, quer o de exportação, como o da importação, se fez defcilimo e com isso se efetivou reduzidissimo.

A distância do litoral vicentino da metrópole lusa e de outros núcleos coloniais, a ser vencida por uma navegação ineficientissima, lerdíssima, enferrujadíssima, pouco numerosa e fragílissima, já seria um obstáculo intransponível para um intercâmbio de monta, interessante à Capitania na parte litorânea. Além disso, que já de si seria um impecilho gigantesco, o Planalto, ainda ao se isolar mais da civilização, tinha, diante de si o obstáculo magno da Serra do Mar, o qual impedia, de um modo seguro, qualquer contacto econômico com o mundo exterior, que não se cingisse à uma pequena exportação de escravos indios, para o Nordeste açucareiro e a uma mínima importação de artigos metálicos da Metrópole. Nisso, apenas nisso, se cifrava o intercâmbio do Planalto com outras regiões.

Com efeito, se examinarmos os documentos quinhentistas e seiscentistas do Planalto, verificaremos que, nessa região, nada era produzido em larga escala para exportação. Nada poderia ser exportado, pois se o Planalto fosse produzir mercadorias de clima frio, a Metrópole, as podendo haver por um preço muito mais baixo, não as compraria e não as consumiria. Se, por outro lado, o Planalto fosse produzir mercadorias de clima quente, também seria varrido pela concorrência de outras terras tropicais do proprio Brasil ou da Africa portuguesa. As colonias ao norte do Planalto, como a do Espírito Santo, a dos Ilhêus, etc., já não falando nas do Nordeste e nas do Norte, assim como as do Ceará, do Piauí, do Maranhão ou do Pará, estavam em tais condições de superioridade econômica, muito mais perto dos centros de consumo, que deixavam a colonia vicentina, e, mais especialmente o Planalto, em situação de concorrência absolutamente esmagada. A análise e a percuciente victoria nos documentos planaltinos dos séculos quinhentistas e seiscentistas, confirmam, de modo absoluto, completo e irretorquível, o raciocinio acima.

De fato, o Planalto produzia cereais, tais como o trigo, o milho, o feijão e o arroz, além da cana, da uva, do algodão, da pãina, da carne, etc. e mantinha pequeníssimos rebanhos de gado bovino, muar, lanígero, caprino, porcino, galináceo, etc. (Ellis, "*Raça de Gigantes*"; Alcântara Machado, "*Vida e morte do bandeirante*"). A confirmar isso, temos a diminutissima quantidade de ferramentas existente na região. Com efeito, não fosse assim, teríamos que o Planalto teria sido uma região rica, mas isso viria contrariar tudo quanto se sabe a respeito. (*História Economica do Brasil*", Rob. Simonsen). Eis como se impõe o raciocinio acima. isto é, de que o Planalto nada exportava além de "*peças*" de escravos ameríndios. Isso quanto à exportação, mas o mesmo se dava no concernente à importação, pois os documentos quinhentistas e seiscentistas, que mencionam todos os objetos existentes no Planalto, os enfileirando em

identificação segura, revelam a mínima quantidade da importação, a qual era absolutamente imponderável, (Ellis, "*Raça de Gigantes*"; Alcântara Machado, *loc. cit.*)

Com isso, o Planalto se fez impermeável economicamente, fenômeno do qual resultaram consequências, as mais interessantes e radicais, entranhadas profundamente a caracterizar o grupo humano planaltino, que, graças a isso, tinha coloração própria e morfologia social, econômica, psicológica, etc., que lhe eram particulares, distinguindo-o dos mais núcleos coloniais luso-brasileiros.

A consequência máxima, que facilmente se distingue salientemente, na primeira plana, desta verdadeira indigência do intercâmbio, é que o Planalto predeterminadamente se refugiava na autarquia, afim de suprir a deficiência apontada.

De fato, o Planalto, não mantendo com o Exterior intercâmbio de produtos e se mantendo hermeticamente fechado à troca mercantil, teve que se encerrar em regime de elevado grau de autarquia, afim de se proporcionar os elementos necessários à continuação da sua vida civilizada.

Toda autarquia é naturalmente relativa, mas de todos os exemplos de autarquia, que conheço, o do Planalto é o mais caracterizado e o que se evidencia mais vincado e mais salientado em relevo mais evidente e palpável à menor inspecção.

Tudo nos mostra isso de uma forma tão manifesta e tão clara que, me admiro que êsse quadro de côres tão destacadas e vivazes, não tenha sido vislumbrado antes. E' que, a História planaltina, se conservando no anonimato, pelos que se veem preocupando em estudar o passado brasileiro, o qual resumia as capitâneas do opulento e rebrilhante Nordeste açucareiro, tem sido esquecida.

Essa autarquia planaltina, tão marcada de modo que seria vislumbrada por qualquer aprendiz, obrigava imperiosamente à policultura, a qual se estereotipa magnificamente espelhada nos documentos quinhentistas. Perpassei em acuradíssima análise, em mais de três centenas de inventários dos séculos XVI e XVII e neles encontrei, com espantosa nitidez, essa policultura, consistente na produção minúscula do trigo, do milho, da mandioca, da uva, do vinho, da lã de carneiro, etc., nestas terras frias e húmidas das redondezas paulistânicas, nas quais os elementos nobres da química, não foram pródigos na dosagem, com que compuzeram as terras de "sangue de tatu" ou de "barba de bode" das erçadas ribanceiras do Alto Tietê, do Tamanduatê, do Anhangabaú, do Aricanduva, do Pirajussara ou do Pacaembú ou ainda do Jurubatuba, etc..

Eis a policultura modelando o grupo social planaltino, tão em contraste com a monocultura canavieira no opulento Nordeste das Casas grandes, descrito por Gilberto Freyre e Honorio Rodrigues.

Diga-se de passagem, foi benéfica essa modelação geográfica, social, econômica, etc. do Planalto, pois, com ela o paulista foi obrigado ao apresamento e à expansão, à frugalidade e à rusticidade e sem ela, não

teríamos tido a dilatação das fronteiras da capitania vicentina e não teria sido o ouro descoberto, pois o paulista teria sido sedentário, enraizado em terras de farta produção, etc..

Da policultura obrigatória, dessa policultura, que só é possível em terras fracas e pobremente compostas, originando uma produção minúscula, houve necessariamente a ocorrência da pequena propriedade, gênero econômico-social de repartição de terras, que estampou no Planalto dos primeiros séculos o vivo e profundo contraste com as colônias do Nordeste açucareiro, em que a monocultura refletia o latifúndio, o intenso patriarcalismo, etc. (Gilberto Freyre, "*Casa Grande e Senzala*"; Simonsen, "*História Econômica do Brasil*"; Padre Estevam de Abreu Pereira, "*Descrição etc.. Anais do Museu Paulista, IV*"; Antonil; Ellis, "*Raça de Gigantes*"; Alcântara Machado, "*Vida e Morte do Bandeirante*").

É claro que, essas miríades de fazendolas, de chácaras ou de sítios e de datas territoriais, que, no Planalto, reproduziam as quintas portuguesas, a orbitar, minúsculas, em torno das aldeias e povoados reinóis, não tinham originariamente tido as proporções atrofiadas, que os milhares de documentos analisados e o bom senso casado com a lógica, além do raciocínio, fartamente nos demonstram. De princípio, ao serem doadas, as sesmarias teriam sido grandes, com léguas a medir suas facetas, em quadra. Mas a feitura social e econômica do grupo humano planaltino, determinou imperiosamente o fracionamento dos latifúndios doados, de modo que, estes, quer por transmissão "inter-vivos", quer por transmissão "causa mortis", foram minguando, a ponto de serem medidos aos metros em quadra, como nos mostram os documentos, ("*Sesmarias*", "*Inventários e Testamentos*").

Esse regime de pequena propriedade, que retalhava as vizinhanças do "*akrópole*" paulistano, fazendo uma verdadeira jardinagem, tão do gosto português, instilava hereditariamente nos moradores planaltinos os seus costumes das hortas e dos pedregais de além mar. Era ele o único a conseguir alguma produção das sáfaras e dêbeis terras, que se alteiam nos espigões cobertos de vegetação rala e rasteira, que atapetam de verde-cinza os valados pobres do Tietê, que em dobras serpenteantes hesita, em abandonar a sombra amena do azulado Jaraguá e entrar nesse sertão gigante, que o aguarda misterioso nas encostas de suas morrarias ondulantes.

A pequena propriedade, gera a democracia. Este é um dógma, que teve aplicação no Planalto, segundo se vê, com evidência nos documentos que examinei. Estes denotam o regime da mais completa e absoluta democracia. Só depois, no decorrer do setecentismo, a nobiliárquico-mania estabeleceu o culto dos medalhões planaltinos, que teriam, por força dos relatos fantasiosos de Pedro Taques, de ser destacados da sotoplanura dos séculos anteriores. Isso não passou porém de história adulterada pelas tradições verbais, coletadas pelos cronistas setecentistas, os quais imbuidos da mania pandêmica, que a todos infeccionava, emprestaram esse colorido menos verdadeiro e que tem feito com que, o passado planaltino venha tendo interpretação errônea.

Então, só no século XVIII, isto é, no setecentismo, cujos áureos bordados emolduravam um nível de vida superior, ao lado de um mais elevado poder aquisitivo, se procederam com avidez ansiada aos processos ridículos dos "*nobilitate probanda*", etc.. Estes só tinham o condão de impressionar a ignorância da época, apaixonando os avesgados cronistas, que nos transmitiam, com as linguagens patriarcais do ciclo do ouro, as lendas e as limpezas de sangue, com as fidalguias e as hierarquias deturpadas, em que erradamente se desnivelariam os moradores da região planaltina.

Foi assim que, se considerou os pobres companheiros de Martim Afonso, como gente, inexplicavelmente abandonando as riquezas afidalgadas e o entorpecedor conforto reinól, pelas rudes selvas vicentinas, onde as agruras e as lutas os aguardariam a substituir os amolecedores aconchegos, que uma corte enriquecida, pela aventura oriental, proporcionava. Foi assim que, se concebeu o bandeirismo como capítulo hierarquizado, em que desniveis se destacavam com nitidêz a formar uma aristocracia, os expoentes marcados pela pena fantasiosa do linhagista, mais embebida na tinta colorida e imaginosa da tradição verbal, do que na da verdade histórica.

Depois vieram os documentos quinhentistas e seiscentistas, que nos trouxeram, na sua frieza rígida e imperturbável, a retificação de muitos pontos do passado planaltino, entre os quais, o relativo à estratificação social dos moradores regionais. A leitura e a análise imparcial e despreocupada desses documentos nos deu uma impressão antagônica da que Pedro Taques nos havia inculcado.

Se êsses documentos não nos autorizam de maneira alguma a crer que os companheiros de Martim Afonso tivessem sido deportados, como já tive ocasião de mostrar no meu modesto "*Resumo da História de São Paulo*", também não podem sustentar a crendice, pouco inteligente e menos verosímil que, a gente priméva, aqui aportada, tivesse trazido os braços lambrequinados a emoldurar pomposas genealogias, ("*Raça de Gigantes*", Ellis).

Isso tudo não passa de fantasias, que povoaram, negramente a mentalidade pessimista de Cândido Mendes e roseamente a de Pedro Taques e dos seus otimistas seguidores. Em um meio termo entre esses dois extremos deve estar a verdade. Não devem prevalecer nem as idéias sombrias do maranhense, nem o colorido fantasioso do linhagista, pois, a gente que Martim Afonso trouxe no bojo fragilimo de suas "náus", "caravelas" e "galeões", não teriam sido os transgressores das comicas disposições do pouco significativo livro V, nem os galhos dos ramalhudos troncos das linhagens peninsulares, que na América procuravam "redoiar os seus braços carcomidos".

Esse meio termo deve estabelecer que, os primórdios vicentinos foram cimentados com gente bem nascida, talvez ligada à gente aristocrática e representada na sala dos Veados do palácio de Sintra, talvez dessa boa burguesia do Reino, talvez, mesmo, dessa nobreza mediana, que, campezina, não se havia embriagado com "*o fumo da Índia*", mas jamais com

degradados e criminosos escapos das masmorras peninsulares, ou escorridos das sargetas metropolitanas. E' possível que, a gente povoadora martinafonsina, fosse composta por algum violador das normas fanaticamente religiosas das Ordenaçõesmanuelinas! Os documentos aliás, nada nos asseguram. Mas se isso tivesse sido, que importância teria?

Mas logo à chegada ao novo ambiente erigido de desconhecidas condições, nova estruturação social se teria operado, depois de um nivelamento, em que todos os povoadores se teriam fatalmente firmado em um só degrau social. Só depois dessa fase primordial, uma certa seleção teria agido no sentido de estabelecer novas diversificações, em níveis diferentes.

Naturalmente, os mais adaptados a nova ecologia, às novas condições que os rodeavam, foram se elevando, destacados da camada de indivíduos que inadapta dos ou acomodados em menor grau, sincronizadas em menor escala com as circunstâncias novas do ambiente no qual estavam engolfados, formavam os níveis inferiores.

Então, o ciclo do apresamento, por força, teria destacado em níveis separados e distintos as diversas personagens, que nele tomaram parte. Quanto a isso, penso que não possa restar dúvidas! O que estou seguro e os documentos que examinei me dão impressão, é que havendo destaque, esse não foi acentuado e nem foi no sentido de enaltecer as personagens assinaladas por Pedro Taques como azes, expoentes de um movimento. Penso que, esses destaque não foi marcado de modo a sulcar desníveis e a formar aristocracias.

Com tudo, estou no firme pensar de que o Planalto albergou uma atmosfera absolutamente democrática.

Esta teria prevalecido não só nos séculos XVI e XVII, quando o apresamento riscavam os sertões da América espanhola, mas ainda no século XVIII, quando o ouro, rebrilhando nas Gerais, em Goiás ou no sertão do Coxipó, matogrossense, sugou a melhor qualidade da gente planaltina, a substituindo pela enxurrada de reinóis, que se acamaram sobre os preexistentes, dando à sua evolução histórica, como à sua feitura social, a deformação da influência de sua psicologia.

Só no século XIX, o Planalto teve a aristocracia atapetando os seus ondulantes espigões, mas foi unicamente quando aqui o café implantou a sua exclusivista hegemonia, a qual surgia com a monocultura e com o latifúndio.

Mas essa identificação social, foi no oitocentismo, no Brasil Independente, já no II Império! Antes, foi profundamente diferente!

Trezentos a quatrocentos anos haviam decorrido e o mísero povoamento inicial dos primeiros séculos, em torno da miraculosa vila anchieta, tinha evoluído na riqueza outorgada pelo pujante café, que em nova camada demográfica tinha feito a população planaltina subir a quase dois milhões de habitantes.

Sintetizando tudo, temos que, o ambiente geográfico isolou o Planalto, dando à região características particulares e diferentes das zonas que estavam em contacto mais assíduo com a Metrópole.

Esse isolamento geográfico foi causa de um proporcional isolamento econômico e dele a autarquia, constatada nos documentos quinhentistas e seiscentistas do Planalto. Esse rigorosa autarquia, por sua vez, foi causa de notável policultura, também constatada pelos documentos coévos. Esse regime era forçado, porque a gente isolada no Planalto, precisava produzir tudo para auto suprir todas as suas necessidades.

A policultura, para ser eficiente, produziu a pequena propriedade. A monocultura gera a grande propriedade. Sobre isso, já Gilberto Freyre se manifesta inequivocamente em "*Casa Grande e Senzala*". A pequena propriedade, por sua vez, é causa geradora da democracia; ao inverso disso, como sabemos, o latifúndio é a base da aristocracia.



CAPÍTULO VI

A INFLUÊNCIA DO NORDESTE NO PLANALTO. NECESSIDADE IMPERIOSA DO APRESAMENTO. FALSA CONCEPÇÃO DO BANDEIRISMO.

O Nordeste açucareiro, como sabemos, depois de haver ganho sobre São Vicente a primeira batalha do açúcar, o que deixamos analisado no capítulo IV deste trabalho, fixou nessa região do país, uma fonte de riqueza econômica, que deu a ela características especiais, as quais vistoriamos ligeiramente nesse citado capítulo IV deste trabalho, mas que Gilberto Freyre e J. Honorio Rodrigues aprofundam com maestria in-excedível.

Essas características especiais da região ao norte de Salvador, da Baía, a qual é designada, neste trabalho, com o nome genérico de Nordeste, obrigaram-no a resolver bem a fórmula enunciada da Produção:

$$P = \text{Terra (ambientes geográfico e social)} + \text{Mão de obra} + \text{Capital} + \\ + \text{Transporte} + \text{Consumo.}$$

Por certo que, na região nordestina teve sempre elevado valor o fator — *Terra* — isto é, os ambientes ecológicos reinantes nessa parte do Brasil. Já verificamos, ao passar em revista o capítulo IV, quais as ocorrências, para a região, da vitória econômica do açúcar. O mesmo se poderia dizer dos fatores — *Capital, Transporte e Consumo*.

Mas, escapa dessa privilegiada situação o fator — *Mão de obra* —, mais difícil de ser resolvido pela região nordestina. Esta, para suprir as suas precisões imperiosas de braços, para sua lavoura, absorvente e exclusivista fonte de trabalho, tinha a sua disposição 3 mananciais de abastecimento:

- a) Importação africana
- b) Apresamento local
- c) Importação do Planalto.

Aprofundemos a análise. A importação africana era a fonte de abastecimento mais cara. Simonsen, na sua obra tão citada, não indispensável para o estudo de qualquer assunto da nossa economia histórica, já ensina que a mercadoria africana, era, em regra, de 7 a 11 vezes mais

cara que a ameríndiana. Parece não restar dúvidas a respeito da grande superioridade da mercadoria humana africana, mas tenho que, a enorme desproporção do custo de cada uma é motivada pela careza do frete marítimo, que onerava muito mais a mercadoria do continente negro, enquanto que a escravaria ameríndia desonerada, em parte, dêsse onus, se apresentava muitíssimo mais barata. A navegação dêsses dois séculos XVI e XVII era caríssima, como já vimos no capítulo IV e como a mercadoria africana exigia mais navegação, era mais cara.

Confirmando essa conclusão, Simonsen, *loc. cit.* 167, I, invocando Antonil, apresenta uma lista de despesas que oneravam uma caixa de açúcar posta em Lisboa. Por essa lista se vê que, a navegação onerava a mercadoria em 19 ou 20%.

Ora, se isso acontecia com o açúcar, seria natural que houvesse a mesma cousa em relação às outras mercadorias. Mas a mercadoria humana africana, além de ser onerada pelo frete, que elevava o custo da mesma, ainda havia de suportar os desgastes, que faziam com que ela fosse muito diminuída.

Isso tudo fazia com que a África fosse um centro abastecedor de mercadoria humana muito mais caro e, portanto, fóra do alcance do poder aquisitivo de muitos agricultores nordestinos, menos bem aquinhoados de elementos. Mesmo assim, entretanto, nem sempre, no decorrer do século XVII, a África pôde servir de celeiro fornecedor de mão de obra escrava.

Durante os 100 anos do século, o Nordeste teve apenas 76 anos de navegação oceânica livre. Durante os 24 restantes, os holandeses fizeram, em razão da hegemonia naval, que lhes emprestava sua situação privilegiada nos mares, com que a África, como mercado abastecedor de braços, estivesse quase vedada às precisões indispensáveis do Nordeste.

Assim, durante o século XVII, quantos escravos foram importados da África? Talvez, o seguinte cálculo ofereça algumas probabilidades (Varnhagen diz que a importação anual era de 4.000). Temos que no século XVII a importação total foi de 304.000 cabeças, dando credito aos números oferecidos por Varnhagen.

Como o prazo para a eficiencia de cada escravo era, em média de 10 anos, temos que seriam 30.000 escravos africanos apenas, os utilizados na produção do açúcar. Esse total não chegava para ocorrer à produção total do açúcar durante esse século, além da parcela, que seria necessária a outros gêneros de trabalho, inclusive os domésticos.

Penso que, portanto seria preciso dobrar aquela quantidade. Assim, penso que, o Nordeste precisava manter permanentemente uma escravaria de cerca de 80 a 100.000 cabeças. Ora, a África não seria suficiente para alimentar esse total. Para suprir o "deficit" o Nordeste teria que recorrer ao abastecimento consistente no apresamento. Este tinha que ser:

- a) local
- b) vicentino-plamaltino

O apresamento local, na minha opinião, não teria tido vulto, em virtude de dois indícios veementes, os quais suprem as deficiências da crônica e dos mais elementos:

a) O trabalho da produção açucareira tão remunerador, seria tão empolgante e exclusivista que, naturalmente eliminaria qualquer outro, que, fatalmente, seria menos lucrativo.

b) O fato de não ter havido antagonismo, mesmo suave, entre jesuitas e moradores, a exemplo do que, se passou no Planalto e no Maranhão.

O antagonismo registrado no Planalto e no Maranhão, entre padres da Companhia e moradores foi originado pelo fato de os moradores apresarem índios, para suas precisões.

Óra, se no Nordeste não se constata essa consequência do apresamento é que não houve causa. Evidente!

Pois se não havia entre eles oposição alguma e se eles viviam bem harmoniosamente, é claro que não havia motivos a turbar essa doce paz. Logo, não houve apresamento!

Em vista do exposto, pois, só restaria ao Nordeste, para a consecução do fator — *mão de obra* — o recurso da importação do Planalto. Assim, chega-se à conclusão de que o apresamento não foi, como erradamente vem sendo suposta, uma aventura mais ou menos rumorosa, levada a efeito por gente cheia de entusiasmo e de idealismo, mas sim um fenômeno indeclinável, de natureza econômica, o qual não dependeu da vontade dos agentes, que foram obrigados a agir assim, por forças oriundas de fóra de seu agregado humano.

Caso não fosse o Nordeste açucareiro, ávido de mão de obra, não teríamos constatado o apresamento, que foi levado a efeito para satisfazer as necessidades, em mão de obra, do Nordeste açucareiro, que, por meio dos preços oferecidos determinava a maior ou menor efetivação do apresamento.

A reciproca também é verdadeira. Se não fosse o apresamento planaltino, não teríamos tido a alta valia da produção açucareira no Nordeste, pois o vulto do fator — *mão de obra* — teria sido muito menor e daí a produção ter sido também muito mais reduzida. Daí o grande merecimento do apresamento, pois ele possibilitou a produção açucareira, concorrendo com importante parcela de mão de obra, portanto, concorrendo com parte, não pequena, para a existência do Brasil.

Com isso, o mérito do bandeirismo de prêa se reveste de muito maior importância, na sua atuação em terras de aquém-Tordesilhas, do que nas de além-Tordesilhas.

A concepção de um bandeirismo epopeico, aventureiro e impulsionado pelo ânimo ardoroso e estoico de seus agentes é geralmente a mais comum e popular. Entretanto êsse erro grosseiro urge ser estirpado do nosso passado, tão pouco cuidado e esclarecido.

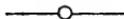
O apresamento foi um fenômeno estritamente econômico e determinado pela necessidade de um rendimento qualquer, para o agregado humano planaltino. Não há atividade humana alguma que não vise lucro

imediatO. O homem, para persistir na civilização, tem precisão de certas aquisições, as quais só são possíveis com uma fonte de remuneração qualquer a as permitir. A fonte de remuneração imperiosamente requerida nem sempre, pode ser escolhida pelo agente, pois, às vezes, as circunstâncias impõem uma diretriz, que tem imperiosamente de ser seguida por todo um grupo humano.

Dêsse raciocínio, tão claro, tão nítido, tão evidente, vê-se maravilhosamente a diferença entre “bandeira” e “entrada”.

Aquela, a “bandeira” — era um empreendimento econômico e particular, que, pertencendo exclusivamente ao ciclo do apresamento, tem em vista um lucro imediato e imprescindível. Ela teve lugar só no Planalto, (1).

Esta, — a “entrada” — era um empreendimento econômico e oficial, que, pertencendo exclusivamente ao ciclo das descobertas, tem em vista um lucro remoto e mediato. Ela teve lugar não só no Planalto, mas nas colônias do Norte, também, pois em geral eram originadas e financiadas pela Governança, que só tinha atenção para essa parte do Brasil.



(1) Outras regiões brasileiras poderiam ter tido fenômeno parecido. Apresamento como fonte exclusiva, só se registra no Planalto, porém.

CAPÍTULO VII

OS JESUITAS: SUA ORGANIZAÇÃO EM TERRAS ESPANHOLAS.

A Companhia de Jesús, organização católica, destinada a agir em prol do movimento de contra-reforma, enviou seus elementos para se estabelecer na parte espanhola da América sulina. Teriam êles a intenção de formar na deserta América espanhola um império, aproveitando da gente indígena, por êles cristianizada e civilizada?

Parece que, a resposta é pela afirmativa, segundo as palavras bem significativas de Basílio de Magalhães e das mais páldas, mas não menos sugestivas do Prof. Taunay. No mesmo sentido se enfileira a legião de historiadores, cronistas, sociólogos, pensadores, etc., que não titubiam em lançar sôbre os padres da Companhia, anséios imperialistas.

Muitos que se tem ocupado do nosso passado, firmaram a crença, a meu ver exageradíssima, de emprestar papel primacial ao jesuita. Pode ser que, eu labore em erro, mas limito o ativo da Companhia de Jesús na História do Brasil, pois nas páginas do passado baiano e pernambucano, "magna-pars" do Brasil dos dois primeiros séculos, o elemento loiolano não teve grande destaque.

Não se pode porém firmar essa conclusão em relação às colonias do Sul, nas quais os jesuitas aparecem logo na primeira plana, não só como agentes formadores das conciências das colônias, com os vultos imorredouros de Anchieta, ou de Nóbrega, como também antagonistas e inimigos virulentos dos colonos e estabelecidos em terras espanholas. Ai, esses jesuitas inimigos dos colonos manejavam contra os planaltinos as massas de ameríndios, que êles domesticavam e com elas se opunham "manu militari", que fosse o apresamento realizado pelos bandeirantes.

Êstes, tangidos pela imperiosa necessidade econômica, eram forçados a usar de violência, em suas empreitadas, que os cronistas loiolanos exagerada e fantásticamente coloriram de crueldade extremada. Isso foi causa para que fosse exacerbado o antagonismo, entre os moradores do Planalto e os reverendos de Sto. Inácio. Assim, êstes tiveram um papel pronunciado na evolução planaltina e foram modeladores de primeira plana na formação de nossa gente. Foi entre os estabelecimentos jesuitas, que teve lugar o ciclo econômico do apresamento. Não houvessem os reverendos da Companhia agido eficientemente na sua gigantesca obra de civilização, cristianização, domesticação e militarização das grandes massas ameríndias, trazendo ao alcance das facilidades de apresamento

mento possível, gordas quantidades de índios, antes bravios, teria sido impossível o bandeirismo de preã, que é hoje decantado, como se fôra unicamente uma épica aventura. Por aí se vê, os reverendos de Sto. Inácio, também, de algum modo, participaram do ciclo econômico do apresamento, pois sem o trabalho titânico de amansar grandes massas de índios, o Planalto teria se limitado a exportar escravos bravios e selvagens, para o ávido Nordeste.

A historicidade desse feito, infelizmente, tem sido desvirtuada e deturpada, de modo completo, pelo modo exagerado e refalsado, pelo qual os apaixonados cronistas loiolanos teem relatado, em causa própria, as suas desgraças frente à hostilidade máscula do apresador.

Estabelecidos no Paraguai castelhano, nos primórdios do século XVII, os jesuitas se expandiram por sôbre o território do Guairá, isto é, pelo que se interpõe entre os rios Paranapanema, Paraná e Iguassú, ameaçando, graças a sua incontida "*vis propulsiva*", a transpor a crista da Serra do Mar, que, como um imenso obstáculo, se antepunha à expansão até o litoral de Paranaguá. Os jesuitas desenvolviam uma maravilhosa atividade, de modo que, não é difícil a previsão de que, logo, saturada a área territorial entre os rios citados, eles, fatalmente, haveriam de se expandir pelas áreas limítrofes, chegando até às praias do Atlântico e se derramando por sôbre a área portuguesa da Capitania de São Vicente.

Não sei até onde iria a célula jesuítica, assim animada de tão dinâmica força expansional! Talvez até os contrafortes da Mantiqueira, pois até êsse acidente montanhoso não havia nenhum obstáculo geográfico, do qual se valessem os vicentinos para fazerem "*finca-pé*" contra a onda guaraníco-jesuítica, que seria avassaladora e incoercível.

Foram os planaltinos que impediram êsse descalabro, atacando o inimigo, que ficou arrazado, antes que ele tivesse forças para desencadear o cataclisma que enguliria, no mínimo, as margens do Paranapanema, bem como a orla litorânea de Paranaguá.

Eis que, aos apresadores, o Brasil deve não sômente o seu crescimento em regiões que Tordesilhas dera à Espanha, mas também a defesa do quinhão português.

Vê-se, por aí, como são ingratos os apedrejadores do apresamento. Só podem lhes valer a ignorância e a incultura, ainda que essas evidências se mascarem atrás dos áureos e acadêmicos bordados!



A Companhia de Jesús formou o seu imperio teocrático no Paraguai, mas logo a região se tornou pequena para conter toda a atividade dos seletos e abnegados apóstolos de Sto. Inácio. Então foi decidido o alargamento territorial e a expansão catequizadora, com o que o império teocrático, seria dividido em províncias, com a ocupação do território de Guairá, com a travessia do rio Paraná e com a redução e catequização dos índios Ibiraiaras, Carijós, etc..

Assim, o Império teocrático foi repartido nas seguintes províncias: *Paraguai*, *Guairá*, *Itatines* (no sul de Mato Grosso), *Tape*, (na parte leste do Rio Grande do Sul), *Uruguai* (na parte oeste do Rio Grande do Sul) *Paraná*, no território mesopotâmico, entre os rios Uruguai e Paraná (Aurélio Porto, "*História das Missões Orientais do Uruguai*").

Quasi uma centena de estabelecimentos jesuíticos, se escalonavam pelas margens dos rios, que cortavam os territórios dessas províncias. Nelas haviam cêrca de 1.000.000 de índios domesticados e semi-civilizados, trabalhando comuniticamente, em beneficio dessa organização portentosa e ideal, uma verdadeira cidade de Deus.



CAPÍTULO VIII

O DOMÍNIO ESPANHOL — CONSEQUÊNCIAS

O domínio espanhol, durante o qual, Portugal se viu privado de sua independência, foi causado pelos fatos de haverem os filhos de D. Manuel o venturoso, se casado com príncipes espanhóis; de não ter a dinastia de Aviz podido se perpetuar em Portugal, em virtude do caráter nevroptata e degenerado de D. Sebastião, que encabeçou a desastrosa aventura de Alcacer-Kibir, não tendo deixado prole, ao morrer nessa infausta causa africana e de ser vigente em Portugal a lei sucessora, pela qual o trono não poderia ser ocupado por mulher.

De fato, dos filhos de D. Manuel e da infanta D. Maria de Espanha, (filha dos reis católicos e portanto, irmã de D. Isabel, a primeira esposa de D. Manuel; de Joana a louca, mãe de Carlos V. o Imperador, etc.), o mais velho foi D. João III, que em 1521 subiu ao trono português, em substituição e seu pai D. Manuel, então falecido; D. Eduardo, duque de Guimarães, cuja filha, D. Catarina se casou com o duque de Bragança; D. Luiz, que se casou com D. Violante Gomes (*Coimbra e D. Antonio Prior de Crato*), Mario Brandão) e foi pai do Prior de Crato, D. Antônio; D. Isabel, que se casou com seu primo co-irmão Carlos V (filho de Joana, a louca, nascido em 1.500), o Imperador; D. Henrique, o Cardeal (nascido em 1510), que em 1578 foi chamado a reinar no lugar de seu sobrinho-neto D. Sebastião, morto na desgraçada batalha de Alcacer-Kibir.

D. João III (nascido em 1502), ao falecer, em 1557, tinha visto pre-morrer em 1554, seu filho D. João, casado com a infante espanhola D. Joana, sua prima duplamente, pois era filha da irmã de seu pai e do irmão de sua mãe. Dessa incrível consanguinidade gerou-se D. Sebastião, com todas as taras ancestrais multiplicadas, a ponto de ser êle um degenerado, que inventou a aventura africana. Com a morte de D. Sebastião nos areiais marroquinos, sem deixar descendentes, o seu sucessor no trono português foi seu tio-avô, o clérigo D. Henrique. Êste, já velho e sem descendentes, via, angustiado, à sugar os peitos carnudos de Maria da Motta, a rápida aproximação de sua morte, que trouxe para Portugal, um problema de difícil solução.

Três eram os candidatos fortes, a esperar pela herança régia do Cardeal:

- a) D. Catarina, a neta de D. Manuel, por seu pai, D. Eduardo;
- b) D. Felipe II, rei de Espanha, neto de D. Manuel por sua mãe, a imperatriz D. Isabel, esposa de Carlos V;
- c) D. Antônio, Prior de Crato, também neto de D. Manuel, por seu pai, D. Luiz.

Dêses três candidatos, o preferido era Felipe II, o mais rico e o mais poderoso, pois dispunha do ouro das arcas governamentais de Madrid e o ferro dos "tercios", já em ordem de guerra, dos exércitos espanhóis, muito embora os seus direitos fossem iguais aos dos outros candidatos, além deles provirem pela via feminina.

D. Catarina, logo abandonou a pugna, a favor do rei da Espanha, depois de haver recusado o Brasil.

D. Antônio o Prior, apesar de ser acoimado de bastardo, ainda lutou, mas foi esmagado, diante de Alcântara, pelos aguerridos soldados de Felipe, comandados pelo famoso duque de Alba e mais tarde, pelos navios do Marquês de Sta. Cruz.

Livre da competição dos quem tinham mais direitos, Felipe II, por intermédio do "quinta-coluna" — Cristovam de Moura, comprou a fidalguia portuguesa e se fez aclamar por ela nas côrtes de Thomar.

Por isso é que Felipe II pode dizer em relação à Portugal:

Yo lo herdé! Yo lo compré! Yo lo conquisté!

Felipe II teve especial consideração para com Portugal, pois manteve a sua soberania, apenas o ligando à Espanha, por uma espécie de união pessoal, mas os sucessores dêsse rei semi-lusitano, reduziram o velho reino de Aviz à categoria de dependência espanhola, de modo que Portugal, sem soberania, ficou sendo uma méra província administrativa, centralizada em Madrid.

Como Portugal resistiu a isso, é um atestado de que a nacionalidade lusa, profundamente enraizada em magníficas epopéias de um passado brilhante, saturando a consciência popular, depois que uma literatura épica inigualável as enalteceu em panegíricos ditirâmicos, estava perfeitamente cristalizada em metamórfica rijeza, a ponto de receber o domínio estrangeiro, mais como uma força engrandecedora da alma nacional lusitana.

A Espanha, naturalmente não queria abrir mão da união da parte portuguesa, mas não é com vinagre que se atraem moscas. Uma união política só subsiste, se é vantajosa para as partes. Ora, Portugal não tinha vantagem alguma na união com a Espanha. Este país, não só não proporcionava melhoria alguma, para a situação portuguesa, sob qualquer ponto de vista, como realizava uma constante opressão no povo lusitano, angariando, com isso, uma odiosidade que, progressivamente, aumentava, de formas a só esperar pela oportunidade, para que o ambiente, assim preparado, fosse deflagrado.

Eis que em 1618, os Habsburgo espanhóis, em solidariedade com seus parentes alemães, entraram na guerra dos 30 anos.

A França de Richelieu entrou do lado contrário e a partida se equilibrava. Era a ocasião oportuna para que Portugal se aproveitasse, atacando a Espanha pela retaguarda, com um problema visceral.

Naturalmente incentivado pelo gênio de Richelieu, preparou-se a conspiração de portugueses ilustres, como Pinto Ribeiro, Sanches de Baena, Almada e outros. Esse grupo procurou o Duque de Bragança, na sua soberba mansão de Vila Viçosa. O titular português, como um Pe-tain seiscentista, alegando o bem-estar de uma cômoda situação, não quiz se comprometer e timidamente preferiu ficar nas bonanças e gosar de sua grande fortuna, mas sua esposa, D. Luiza de Gusman, varonilmente, exigiu que seu timorato espôso se puzesse à frente do movimento, que teve lugar em Dezembro de 1640, o qual derrubou o "gauleiter" do rei de Espanha, a duquesa de Mântua, e o "quisling" português Miguel de Vasconcelos, implantando, em seu lugar, a dinastia de Bragança, que se perpetuou em Portugal, por mais de dois séculos e meio.

No Brasil, a repercussão do domínio espanhol não foi igual em todas as colônias. Algumas permaneceram com um colorido mais lusitano, como as do Nordeste açucareiro, em mais contínuo e aprofundado contacto com Portugal, não só devido às suas relações econômicas e comerciais, como as suas relações culturais, psicológicas, morais, etc. envolvendo consequências sentimentais, demográficas, étnicas, políticas, administrativas, sociais, etc.. Outras, receberam bem o domínio espanhol, a esse fenômeno adaptando a sua economia, como o Planalto paulista, por exemplo. Essa região colonial exercia o apresamento amerindiano. Era a única fonte de renda dos moradores planaltinos, os quais tinham a sua psicologia moldada em utilitarismo, que, de muito, ultrapassava qualquer sentimentalismo lusitanófilo, o qual, por força, tinha que ser muito apoucado.

O Planalto, em virtude do seu isolamento, tinha os seus moradores já constituídos em estirpes formadas de quatro a cinco gerações "crioulas", profundamente enraizadas na terra piratiningana, não mais comunicando em lusitanidade.

Sem ligações econômico-comerciais com Portugal, sem riqueza e portanto sem poder mandar gente para a Europa, a sorver nas arcadas coimbrãs ou nas ruas lisboetas o espírito português, a região planaltina ficou relegada ao seu espírito próprio, em divórcio absoluto com as aspirações lusitanas, que agitavam o sentimentalismo do Nordeste açucareiro, saturado pela imigração portuguesa, que fôra atraída pela riqueza espetacular da mesma região privilegiada que chamara a gula econômica dos mercadores de Amsterdam ou de Delft. Sem a força aglutinadora do sentimentalismo português e levada por seu interesse econômico em continuar o apresamento em terras castelhanas, que, durante o domínio espanhol, não tinham fronteiras muito defendidas com as terras portuguesas, os planaltinos não rezavam pela cartilha do lusitanismo, que ansiava por se libertar da Espanha. Para o Planalto, o regime do domínio espanhol era conveniente, economicamente e não contrariava o sentimentalismo da população, já fortemente "acrioulada". Assim, a região não

Nordeste, ao norte da cidade do Salvador da Baía.

cutir de modo diverso na região piratiningana à que já tinha reboado no podia pender pela causa da Restauração portuguesa. Esta viria reper-Montalvão aclamou o novo rei-português, D. João IV, enquanto que, >gado à Baía em 15 de Fevereiro, nessa ocasião mesmo, o Marquês de que examinei. Estes donetam o regime da mais completa e absoluta de-

Foi por isso que, a notícia da Restauração portuguesa, tendo chemesma notícia, tendo chegado ao Planalto um mês depois, só passados 18 dias, os moradores, com ela, afinal se conformaram e, isso mesmo, pela intercorrência, concomitante e, de alguma maneira casual dos vários fatores seguintes:

a) *A psicologia timorata do escolhido para expoente das aspirações e do idealismo planaltinos.* Indiscutivelmente, a escôlha do Planalto, para que fosse levado a efeito um movimento que representasse o desejo regional, foi infelicíssima. E' bem verdade que o campo da escôlha não poderia ter sido mais dilatado, pois, no sertão do rio Uruguai estava a quasi totalidade da gente masculina de São Paulo. (Aurélio Porto, "*História das Missões Orientais do Uruguai*"; Taunay, "*História Geral das Bandeiras Paulistas*"; Padre Carlos Teschauer, "*História do Rio Grande do Sul*"; Padre L. G. Iager, "*Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul*").

b) *O fato de estar o povoado planaltino vazio de sua população masculina.* Nós sabemos que a bandeira paulista assinalada no sertão de M'Bororê, em meados de março de 1641, era composta de 500 a 600 mamelucos e 4.000 tupis (Aurélio Porto, loc. cit., 171). Ora, isso era quase que tôda a população planaltina, pois 500 a 600 mamelucos representavam 1.500 almas, entre homens, velhos, mulheres, crianças, inválidos, etc.. Tupis, seriam, entre homens, velhos, mulheres, etc., no mínimo 7 a 8.000, com que o total subiria a 8 a 10.000 almas. Ora, a população planaltina de então teria sido de 6.000 individuos.

Logo...

A confirmar êsse raciocínio, temos que, a aclamação de D. João IV, no Planalto, foi subscrita apenas por 40 assinaturas! Enquanto isso, a expulsão dos jesuitas, levada a efeito no ano anterior no Planalto, foi subscrita por 300 assinaturas! Não é isso eloquente e não está a gritar que, a adesão do Planalto ao Portugal dos Braganças, foi levada a efeito sem que a população masculina, na sua quasi totalidade só pudesse se manifestar, por uma infima parcela dessa população, justamente a mais ineficiente e tímida? Quem não vê que o Planalto, hesitante, diante de um fato como o que vinha de ter lugar, viu seus intentos protelatórios burlados pela minoria dos lusitanófilos apasiguadores? Estes se aproveitaram de estar a totalidade quasi da população masculina de São Paulo ausente, para, em golpe de surpresa e de evidente traição, fazer com que o Planalto embarcasse na Restauração portuguesa, contrariando com interesses econômicos.

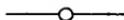
c) *O fato de não haver forte pressão reinól, contra o esquecido Planalto, que já gosava a liberdade de fato, o que tornava desnecessária a liberdade de direito.*

Isso agia sobre o morador, não exigindo com premência imperiosa uma ação no sentido de libertação. O esquecimento e o abandono em que se achava a paupérrima região planaltina não aguçava ódios, não criava ambientes de opressão, não descontentava, não comprimia liberdades, não feria sentimentos, não dava lugar à ansiedades, não gerava reações, não originava idealismos, etc.!

Esse estado de alma fez o Planalto inativo, abrandando mornamente arestas, adoçando violências, amortecendo ímpetos!

*
* *

A conjunção dessas três causas, determinou a continuação do Planalto atrelado ao carro português.



CAPÍTULO IX

VOLUME DO APRESAMENTO E O AÇÚCAR. NECESSIDADES DESTES EM MÃO DE OBRA.

Firmada a indústria agrícola do açúcar no Nordeste, em virtude do resultado da 1.ª batalha do açúcar, estampou-se entre os moradores dessa magnífica região um problema temeroso. Sim, porque, ao se tratar de auferir os resultados dessa pugna, pondo em produção a indústria agrícola nessa parte brasileira, tiveram naturalmente os dirigentes interessados nessa produção, de resolver da melhor maneira a equação algébrica, base de toda espécie de qualquer gênero de vida produtor. Assim, os nordestinos tiveram ante si a resolução da equação da produção:

Produção = Mão de Obra + Terra + Capital + Transporte + Consumo.

Verificamos em outro capítulo que, o fator — terra —, isto é, ambientes ecológicos, dava ao Nordeste uma vantagem decisiva, o mesmo se podendo dizer do fator — transporte; sendo os mais fatores, mais ou menos equivalentes nas regiões vicentina ou nordestina.

O fator — mão de obra — tanto podia ser resolvido em São Vicente, como no Nordeste, com a variante de que ambas as regiões teriam podido recorrer à mão de obra africana. Quanto à mão de obra ameríndiana, temos que ela se efetivou graças ao apresamento na Capitania de São Vicente. Fosse contrário o resultado da batalha do açúcar, isto é, tivesse ela sido ganha pela capitania de São Vicente, em detrimento do Nordeste, a mão de obra ameríndiana teria sido apresada no sertão, pelo Nordeste, então desfavorecido e desocupado e o bandeirismo teria tido lugar lá e não na Capitania vicentina e nesse caso, a evolução histórica brasileira teria tido diretrizes completamente diferentes.

Seja porém como for, a realidade nos apresenta o Nordeste, tendo vencido a batalha do açúcar, a exigir imperiosamente mão de obra ameríndiana, na proporção da produção açucareira e daí o apresamento vicentino, chamado bandeirismo paulista. Este se realizou na razão direta das exigências nordestinas.

Se assim tivesse sido, para sabermos do volume mais ou menos exato do apresamento, temos que preliminarmente fixar o “quantum” da produção de açúcar no Nordeste. Simonsen, na sua preciosa “História Econômica do Brasil”. I, 170, nos oferece um magnífico quadro da produção

açucareira. Por aí, é difícil se firmar uma idéia segura, a respeito da produção média, tão heterogêneos e variáveis são os dados dos muitos e autorizados autores referidos por Simonsen, no seu citado quadro. Em todo o caso, pode-se fixar que no quinhentismo a produção nordestina subia a cerca de 1 milhão de arrobas anuais, para no início do século XVII, subir a 2 milhões de arrobas anuais, indo até 2 milhões e quinhentos mil arrobas no médio seiscentismo (haja visto para o cálculo de Raf-fard, o qual sobe a 4.200.000 arrobas para 1650). Para ser levada a efeito essa produção qual teria sido a mão de obra necessária?

Diz Simonsen, na sua "*História Económica do Brasil*" que, cada escravo produzia, em média, 60 arrobas por ano. Com isso, temos que o Nordeste requereu os seguintes totais, quanto à mão de obra, afim de poder produzir aqueles totais:

No quinhentismo	17.000 escravos, fabricando	1.020.000 ar. por ano
No início do sec. XVII.....	34.000 escravos, fabricando	2.040.000 ar. por ano
No médio seiscentismo	42.000 escravos fabricando	2.520.000 ar. por ano

Aliás, esses totais coincidem, aproximadamente, com os dados demograficos que oferecem o Padre Vieira e Gaspar Dias Ferreira, citados por Simonsen, *loc. cit.*, I, 207.

Mas a esses totais empregados na produção do açúcar, devemos dar um suplemento para ocorrer ao total de escravos precisos para outros gêneros de produção e para os serviços domésticos. E, assim, temos os seguinte:

No quinhentismo	34.000
No início do sec. XVII	68.000
No médio seiscentismo	84.000

Qual seria a média da duração do valor do trabalho escravo, em anos de trabalho eficiente? Precisamos saber a duração média de cada escravo, afim de que se possa fixar o "quantum" anual, que exigia o Nordeste em importação de mão de obra.

O Padre Estevam de Abreu Pereira, citado por Simonsen, *loc. cit.*, pág. 157, em trabalho seiscentista de descrição de uma fazenda de açúcar da Companhia de Jesús, diz que, o tempo médio para o serviço ativo de cada escravo, era de 5 anos (publicado no vol. 4.º dos Anais do Museu Paulista).

Se elevarmos isso a 10 anos, tendo em consideração que, nem todos os escravos estavam empregados na esgotadora produção do açúcar, temos o seguinte quadro, a respeito das importações anuais em mão de obra pelo Nordeste.

No quinhentismo	3.400 escravos
No início do século XVII..	6.800 escravos
No médio seiscentismo....	8.400 escravos

Só de duas procedências o Nordeste podia importar: da África e de São Vicente. Varnhagen calcula em muito menos a importação anual africana. Assim, para 1637, isto é, o médio seiscentismo, cêrca de 4.000 indivíduos por ano. Restaria, a se emprestar certeza nesse total dado por Varnhagen, um "deficit" de 4.400 cabeças.

E' preciso notar que isso teria acontecido, não se levando em consideração o fato de haverem os holandeses, que, no século XVII, na sua primeira metade, tiveram um tal poder naval que paralisaram o intercâmbio afro-americano e o tráfico para as colônias portuguesas. Mas, se tivermos em conta êsse fato indeclinavel, temos que o decorrer do seiscentismo, o Nordeste teria exigido 546.000 escravos, ou sejam 5.460 por ano. Como a importação africana, segundo Varnhagen, se limitou em 4.000 por ano, durante o período em que a hegemonia naval flamenga não exerceu a paralisação do tráfico, houve um "deficit" de 1.460 escravos que teve que ser suprido alhures. Durante o período da hegemonia naval flamenga, temos que o Nordeste teve que se abastecer alhures, nas suas precisões de mão de obra, as quais orçavam por 5.460. Assim sintetizando o resultado acima, temos o seguinte quadro:

Durante o periodo da hegemonia naval flamenga, o Nordeste exigiu de regiões não-africanas.....	5.460 escravos por ano
Durante o periodo do livre tráfico africano, o Nordeste exigiu de regiões não-africanas.....	1.460 escravos por ano

Ora, onde o Nordeste poderia conseguir esses suprimentos anuais supra referidos? O crescimento vegetativo seria uma rubrica que teria podido causar os aumentos necessários para ocorrer às deficiências em mão de obra. Entretanto, o escravo africano, por diversas circunstâncias não aumentava, pois a sua elevadissima mortalidade superava a natalidade, segundo todas as observações feitas, entre as quais a de Eschwege. O apresamento local que poderia ter sido outra fonte de suprimento que fosse mitigar as precisões braçais nordestinas, parece não ter havido na região. Não temos sequer uma referência de qualquer escritor. A verossimilhança e o hipotético nos conduzem para a não admissão de ter havido apresamento local.

Havia no Nordeste a empolgante e altamente remuneradora faina do fabrico do açúcar, que se constituia em monocultura exclusivista e eliminadora de outras atividades.

No Nordeste nunca houve antagonismo entre moradores e jesuitas como aconteceu no Planalto e no Maranhão. Por que essa disparidade? Não é ela significativa? Não está ela clamando que, não tendo havido consequência foi porque não houve causa? Logo, o Nordeste não praticou o apresamento!

Isso condiz bem com o que ensina Paulo Prado no seu magistral "Paulistica" que diz que bandeirismo só houve no Planalto.

Graças a êsses raciocínios, confirmados por ensinamentos de um historiador notavel como Paulo Prado, o apresamento não existiu no Nordeste.

Com isso, se conclui obrigatòriamente que o Nordeste, para satisfazer suas necessidades em mão de obra, teve que recorrer exclusivamente ao apresamento planaltino.

Assim, êste teve que suprir a indústria agrícola nordestina, do seguinte modo:

Durante os 76 anos de liberdade de tráfico afro-americano..... 1.460/ano

Durante os 24 anos de quase paralização do tráfico afro-americano 5.460/ano

Com isso, vemos que o Planalto teve que, incrementar sua indústria de apresamento, justamente quando os nordestinos estavam impedidos de recorrer ao tráfico afro-americano, em virtude de terem os holandeses impedido, com seus navios, uma navegação regular entre a África e a América. Coincidindo com isso, de uma forma muito significativa, temos que o apresamento avultou justamente nesse periodo.

Quanto ao total dos apresamentos feitos, temos que tomar por base o ensinamento de Simonsen — que o fazem subir a cêrca de 300.000. Eu faço um cálculo aproximado, da seguinte maneira:

Apresamento quinhentista, a 350, por ano 35.000 escravos

(O Nordeste possuiria então 34.000 escravos, sendo precisos, para serem renovados, uma importação de 3.400 indivíduos por ano, dos quais 10% seriam importados do Planalto).

Apresamento no seiscentismo, no periodo de liberdade do tráfico africano (76 anos) 110.960 escravos

Apresamento seiscentista no periodo em que os flamengos dificultaram o tráfico afro-americano 125.750 escravos

Apresamento setecentista (cálculo subjetivo) 20.000 escravos

Total da exportação de escravos ameríndios 291.720

A êsse total exportado, deve-se acrescentar o total dos índios precisos para a manutenção da lavoura planaltina e dos demais serviços urbanos e rurais do Planalto.

Cálculo que o Planalto teve os seguintes elementos apresados na sua população:

escravos no quinhentismo 3.000 (1)

escravos no seiscentismo 10.000 (2)

(1) O número relativo ao total de escravos no quinhentismo não deveria ser muito diferente, porque no início do seiscentismo a população total do Planalto, teria sido de 6.000 habitantes. No século anterior teria sido o total de 4.000, dos quais 3.000 seriam sido escravos. (Ellis, têsede de concurso, Boletim n. IX da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras).

(2) O total de escravos no seiscentismo, também seria bem calculado, pois a população total planaltina, em fins do século XVII, não ia além de 15.000. Atribuindo que,

Para manter êsses totais em nível, eu penso que, dada a natureza dos trabalhos a que estavam obrigados, seria necessário renová-los em cada vinte anos, com o que temos que seria preciso um apresamento de cento e cinquenta escravos por ano, no quinhentismo e um de 500 escravos por ano no seiscentismo. Daí, temos que o Planalto teria absorvido os seguintes totais de ameríndios apresados:

no quinhentismo	15.000
no seiscentismo	50.000
Total de apresados absorvidos no Planalto	65.000
Somando êsse resultado aos da exportação, temos	<u>291.720</u>
	356.720

Esse teria sido o total aproximado dos apresados, pela indústria bélica paulista.

*
* *

dêsse total 1/3 fosse livre e 2/3 escravos, ou que cada homem livre tivesse 2 escravos em média, temos o total de escravos, atingindo os 10.000.

CAPITULO X

A INVASÃO HOLANDESA — INDIFERENÇA PLANALTINA.

Em virtude do antagonismo violento entre a Holanda e a Espanha não só de fundo religioso, mas também político, étnico, e económico, aquela nação, enriquecida, não podendo se utilizar das mercadorias, antes distribuídas no porto de Lisboa e em vista da fraqueza de Portugal, bem como da impossibilidade desta nação em defender o que era seu, deliberou em Haya que, Portugal seria a região atacada, em suas possessões ultramarinas.

Sim porque, caso os holandeses atacassem as terras espanholas, a metropole de Madrid haveria de desencadear um esforço muito energico, de modo que, os atacantes haveriam de encontrar dificuldades e impecilhos muito grandes. Caso atacassem porem as terras lusas, esse esforço de defesa seria muito menor, pois a Espanha não se encarniçaria tanto no seu movimento defensivo e não deixaria Portugal promover luta séria e eficiente, para salvaguardar o seu imperio de alem-mar. Eis como ficou resolvido que, os holandeses iriam se opor às regiões dos portugueses e destas foram escolhidas as mais ricas e para isso fundaram-se na Holanda duas Companhias particulares. Esperavam as duas Companhias, a das Índias Orientais, fundada em 1602 e a das Índias Ocidentais, fundada em 1622, auferir gordos lucros, nos ataque e conquista que iriam levar a efeito contra regiões portuguesas. De fato, calculavam os holandeses que, Portugal amarrado e amordaçado pela Espanha, que o mantinha em sujeição, não poderia socorrer essas regiões, que fossem atacadas e a Espanha, pouco interessada na manutenção do que só indiretamente era seu, não se esforçaria muito na defesa, (1). Mesmo porque assim, os holandeses não atacariam as terras espanholas, embora

(1) Foi isso que se passou, porque em 1624 a Espanha não defendeu a Baía, que deveu a sua libertação, aos coloniais, pois quando chegou a armada de D. Fradique de Toledo Osorio, já a situação estava definida. A Armada hispanica apenas deferiu o golpe de misericórdia nos holandeses, já cambaleantes. Aliás a Espanha nessa ocasião, não poderia realizar esforço digno, pois estava envolvida na guerra dos Trinta Anos, que, na Europa, empolgava-lhe todas as forças.

Em 1630, a Espanha não defendeu Pernambuco, ficando Mathias de Albuquerque revoltantemente abandonado. Em 1631, a Espanha mandou o Almirante

as perspectivas em relação ao México, por exemplo, fossem muito mais promissoras. Essas, os espanhóis defenderiam com muito mais encarniçamento, porque lhes pertenciam diretamente.

Também, os holandeses se abstiveram de empreender a invasão e a conquista das regiões luso-brasileiras, as quais não oferecessem tantas perspectivas a respeito de botins. Eis que, a política aconselhou aos flamengos que não interessassem a conquista senão do que lhes outorgasse lucros grandes e imediatos, sob o ponto de vista econômico. É preciso lembrar que era uma Companhia particular que atacava o Brasil e não era uma nação. Ora uma Companhia particular tem por objetivo o lucro imediato e rápido, o qual não pode postergar. Uma nação pode visar um fim mediato, demorado e indireto, porque ela não tem que distribuir dividendo, cousas, que faz parte das obrigações de uma Companhia privada, que tal era o caso das invasões holandesas.

Assim, não foi sem um plano, bem orientado sob o ponto de vista econômico que, os mercadores e guerreiros da Holanda pouparam S. Vicente, Rio de Janeiro, Espirito Santo, etc., concentrando seus esforços na rápida conquista das regiões açucareiras.

Era o açúcar que atraía a gula flamengal

Nessa ocasião o açúcar estava expandindo o seu consumo na Europa. Seu preço aumentava prodigiosamente. A Europa enriquecida pelo comércio com o opulento Oriente, pela supressão da anquilozadora autarquia feudal, com o seu poder aquisitivo elevado pelas imensas riquezas, que o México e o Perú enviavam a Iberia, cujo nível de vida, em crescimento, pela sua civilização que aumentava progressivamente, passou a

Oquendo. Esse homem de guerras e sua imponente esquadra apenas escalou na cidade de Salvador e logo seguiu para as Antilhas, cuja proteção interessava muito mais a Espanha.

Em 1635, Madrid mandou Rojas y Borja, mas com forças deficientes pois foi derrotado e morto em Mata Redonda. Depois disso, só em 1639, Felipe IV mandou, em auxílio do Brasil, as forças do Conde da Torre. Essas eram porém tão fracas e deficientes que, o fidalgo Mascarenhas não teve animo de tentar restaurar Pernambuco. Mesmo reforçado com a gente, que Salvador Correia de Sá lhe havia levado, ele foi estrondosamente batido pelos flamengos e desbaratado abandonou a sua gente apoucada, no cabo S. Roque.

Como se vê, foi mínimo o esforço feito pela Espanha, em benefício da defesa do Brasil, contra os holandeses e da reitegração deste na soberania lusitana. As expedições contra os flamengos, enviadas pela Espanha, foram apenas 4. A primeira, isto é a de D. Fradique, chegou atrasada, a segunda, a do almirante Oquendo em 1631, foi inútil, nada tendo feito pela restauração. A batalha naval, travada por essa frota, na qual morreu o holandês Adrião Pater, foi um encontro casual e sem a mínima eficiência, no sentido da restauração. A terceira, em 1635, resultando na derrota militar da Mata Redonda, com Rojas y Borja, foi fraquíssima bem como a quarta, do Conde da Torre, a qual nada fez pela reitegração do domínio ibérico no Nordeste.

consumir o açúcar, de um modo cada vez maior, transformando o produto de consumo acanhado e diminuto, em genero indispensavel, de alto preço e cada vez mais largamente utilizado na alimentação.

Foi porisso que, os holandeses, em 1624 atacaram e tomaram a Baía e em 1630, conquistaram Pernambuco.

O Brasil seiscentista se resumia nesses grupos coloniais. Ou antes, no litoral dessas duas regiões nordestinas. O resto do Brasil-luso era de insignificante valor. O Espírito Santo, o Ilhéus e a Paraiba do Sul eram capitánias que nada possuíam, que emprestasse às regiões mencionadas qualquer atrativo economico, o mesmo se poderia dizer do Rio de Janeiro, fundado em 1567, o qual só com o ouro, no século XVIII, teve incremento, pelo imenso enriquecimento e povoamento de seu hinterland antropogeografico e economico. A capitania vicentina, com o seu núcleo demografico e economico de serra-acima, tambem era minguada e desimportante, não só com uma população resumida, mas tambem com um coeficiente produtor mínimo. Com isso, não se exagera, ao dizer que o Brasil seiscentista se restringia à parte ao norte da Baía. Foi exatamente aí que, os holandeses desferiram os seus golpes sucessivos.

Qual seria o comportamento dos outros núcleos coloniais ibero-americanos, em face da agressão flamenga às partes açucareiras?

Seria o mesmo fenomeno, que quando ha agressão em torno de um ramo de uma familia? Todos agiriam, no sentido de hostilizar o mais possível essa agressão, movimentando, para isso, todos os seus elementos disponiveis, mobilisando, para esse fim, todos os seus recursos. Foi isso que se deu?

Era isso que seria de esperar! Entretanto não foi o que aconteceu! Por que? Não parece evidente a imperiosa necessidade, em se apurar a causa disso? Não havia, então, unidade sentimental, compreendendo todos os núcleos coloniais luso-brasileiros? Não comungavam todos, nos mesmos ideais? Não objetivavam os mesmos fins? Não ansiavam todos a mesma méta? Não corriam todos as mesmas diretrizes? Não estavam todos os coloniais bitolados nos mesmos quadros? Não rezavam todos no mesmo diapasão da lusitanidade? Não! Os acontecimentos históricos, relativos às guerras holandesas, aí estão patenteando a negativa mais esplendente. Vejamos a causa.

O Planalto vicentino-paulista, no decorrer das guerras holandesas, manifestou sempre uma indiferença clamorosa pelas partes afetadas pelos atacantes!

Por que isso? É preciso que, se estabeleça que, o carater do planaltino era profundamente utilitário.

Sim, em beneficio de um objetivo economico, que importava em vantagem lucrativa para a sua industria e para o seu modo de vida, o planaltino sacrificava a sua sentimentalidade, a sua psicologia, a sua re-

ligiosidade, a sua lusitanidade enfim. Sabemos como o planaltino, profundamente religioso, cousa que se evidencia dos testamentos dos séculos XVI e XVII, tendo elevado ao mais alto grau o temor reverencial, orientado no sentido de uma profunda dedicação às cousas catolicas, se entregou ao apresamento, enfrentando e hostilizando, com violencia, os je- no seu procedimento, um fim economico, que viria lhe proporcionar lu- com fanatismo!

Se o planaltino assim procedia em relação ao seu sentimentalismo religioso, eu compreendo que ele tenha igualmente passado por cima de um sentimento de solidariedade colonial luso-brasileiro, para objetivar, no seu procedimento, um fim economico, que viria lhe proporcionar lu- cros e imensas vantagens.

Eis que, as invasões flamengas, muito longe de contrariar a economia planaltina, eram extraordinariamente favoraveis a ela, pois lhe propor- cionavam lucros enormes e vantagens não comuns, as quais se avultavam com a quase paralisação do tráfico de escravos da África.

De fato, com as invasões holandesas, estabeleceu-se no Atlantico sul a hegemonia naval batava, e esta cortou ou dificultou imensamente o tráfico importador de mão de obra para a industria agricola açucareira na Baía e em Pernambuco.

Se o Nordeste, nas suas precisões de mão de obra, tinha visto a quase supressão de sua fonte de abastecimento na África, era claro que, tinha que se sujeitar a importar, quase que unicamente a mercadoria planal- tina, isto é o escravo amerindio, apresado pelos sertanistas de S. Paulo. Isso é tão claro e evidente que, não só dispensa maiores esclarecimentos, como admira que não tenha ainda sido entrevisto, pois infelizmente esse ponto da história economica do Brasil tem escapado à argucia dos co- mentadores que cristalisaram o conhecimento da evolução do passado do país. A explicação dessa lacúna, é que até agora, os que tem cuidado da História do Brasil a tem encarado unicamente nos capítulos de História Política da região do Norte da Baía, com abstração da parte economica e das colonias do sul. O passado brasileiro tem sido encarado, como se fosse o de um país unitario, quando o deveria ser, se tendo em conta que o Brasil é uma Federação, não unicamente politica, mas tambem socioló- gica, economica, etc., etc.. Teimar em não encarar assim a História do Brasil, é errar concientemente e deixar sem soluçao muitos problemas, entre os quais o que tratamos.

O prof. Taunay, na sua "*História seiscentista da villa de S. Paulo*", II, 261, constata essa profunda indiferença dos planaltinos pela restaura- ção do Nordeste, mas não aprofunda a causa e não se lembra que já Euclides da Cunha, havia dito que, a Restauração do Nordeste fora obra exclusiva dos habitantes dessa região Brasileira. O ensinamento do grande pensador e escritor ficou sem éco e sem aproveitamento, de modo que, as paginas da história do Brasil continuavam a se intoxicar com o erro.

Vê-se mesmo a indiferença do planaltino pela sorte do Nordeste, ao continuar ele no apresamento, enviando para o sul, contra Tape, Uruguai, etc., expedições que se avultavam em centenas de brancos com milhares de índios, (Padre Carlos Teschauer, "*Historia do Rio Grande do Sul*"; Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*"; Aurelio Porto, "*Hist. das Missões do Uruguai*") isto é toda a população masculina de S. Paulo. Esses homens poderiam estar combatendo no Nordeste! (1).



(1) Dir-se-a que o Planalto, não tendo concorrido para as guerras holandesas, com o envio de corpos armados, entretanto, teria mandado generos alimenticios.

Se o fez foi, com absoluta certeza, em minimas proporções, pois a produção planaltina era insignificantissima, como se ve dos documentos da publicação official. A população do planalto, o numero apoucadissimo de ferramentas agricolas, na região, a area cultivada, etc. obrigam dessa conclusão.

Alem disso, o tranporte pela Serra de Paranapiacaba, defencilimo como era, teria limitado o concurso planaltino a quantias reduzidissimas de generos alimenticios.

CAPITULO XI

A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA — O PONTO DE VISTA PLANALTINO CONTRARIO AO DO NORDESTE.

O dominio espanhol era uma humilhação à estirpe portuguesa. Felipe II. de 1580 a 1598, não sujeitou Portugal a desnivel inferior, pois esse Habsburgo se manteve com o soberano de Portugal, que figurava como uma monarquia apartada, em união pessoal com a Espanha, mas sem nexos de submissão. Os demais Felipes, porem, governaram Portugal, como uma dependencia administrativa da Espanha. A soberania lusa, com isso, foi suprimida e Madrid, erigida em capital iberica, nomeava um governador seu, em Lisboa, que passou a ser sede, apenas de uma provincia espanhola, sem individualidade politica e unicamente como repartição administrativa.

Ora isso, era um convite insistente para que Portugal se rebelasse.

Não são esses processos, estribados na violencia e na compressão, os indicados para a assimilação de um corpo nacional qualquer. Não é com vinagre que se apanham moscas! Para que haja submissão de uma estirpe nacional qualquer, a um governo estabelecido, é preciso que, essa estirpe nacional se sinta bem, sob esse governo. Caso contrario, ela tende a se subtrair desse governo qualquer, se rebelando contra a opressão. A observação do passado ensina isso! Se não fossem as violentas perseguições dos Imperadores romanos, o cristianismo não se teria espalhado dominador pelo mundo antigo! Se não fosse, a violencia dos absolutistas, as idéias liberais da Revolução Francesa, não se alastrariam pelo mundo! Se não fosse estúpida compressão britânica de Lord North e de George III, não teríamos tido Washington, Jefferson, Franklin, e a vitoriosa separação das 13 colonias anglo-americanas!

Espirito e vontade não se acorrentam! Toda união nacional deve se estribar na livre vontade e na conveniencia das partes! | Uma vez que, uma destas não encontre vantagens economicas, sociais, ou psicologicas, na continuação da união politica, não existe força material, que a obrigue a continuar, no mesmo "statu-quo" politico. É preciso que, as partes heterogeneas de uma nação sejam contidas pela boa Governação Geral, que deverá repartir entre elas, com a maior justeza e imparcialidade, na proporção dos valores economicos e demograficos de cada uma, os direitos e as obrigações. É necessario, para a subsistencia de qualquer

união que não haja filhotismos, injustiças e desproporções na distribuição de favores e de onus, às partes!

Óra Portugal, logo compreendeu que, não era da sua conveniencia a manutenção do dominio espanhol. Seu imperio colonial não era defendido pelos decadentes Habsburgos espanhois e assim as terras desapareceriam sorvidas no turbilhão da desgraça, que a propria Espanha atraia sobre o mundo portuguezs.

Foi facil a Richelieu, o ministro francês de Luis XIII, que havia desencadeiado a guerra dos Trinta anos, sobre o Imperio, fazer com que estourasse a rebelião portuguesa, a qual deveria ser um incomodo espinho, cravado no flanco espanhol, na guerra contra a França.

Assim, essas foram as causas mediatas e imeditas da rebelião portuguesa de Pinto Ribeiro, Almada, Sanches de Baena, etc. a qual teve lugar a 1 de Dezembro de 1640, pondo termo ao dominio espanhol em Portugal, cuja soberania foi restaurada, com a elevação ao trono de D. João IV. até então Duque de Bragança, com a deposição da representante do rei da Espanha, Felipe IV, a italiana duqueza de Mantua, e com a desfenestração do miseravel "quisling" Miguel de Vasconcellos.

A Espanha, empolgada pelos sucessos e pelos desastres na guerra dos Trinta anos, nada poude fazer contra Portugal, alem de frouxo esforço militar, que, em 1644, Portugal, esmagou facilmente em Montijo.

Um acontecimento político, que tão terremóticamente alterava a situação, deveria, por força, repercutir fortemente sobre o Brasil, de modo a ser causa, em aquem Atlantico, de não poucos acontecimentos. Seria impossivel que, no Brasil, tal fato como a Restauração lusa, não fosse ter o éco ribombante de um trovão! Era uma subversão política, que modificava a situação das metrópoles! Seria natural que, a profunda alteração sobrevinda, fosse produzir, no Brasil, uma grande repercussão de varias naturesas.

Mas, nós sabemos que, o Brasil, sendo um todo politico, harmoniosamente conjugado, era um composto de partes social, economica, psicologica, sentimental, cultural e étnicamente heterogenas, deveria receber essa transformação, fazendo-a ecoar desigualmente em cada uma das suas partes.

E' claro que, em algumas dessas partes, a modificação política, na Europa, deveria ter sido bem recebida, por consultar as suas diretrizes e se ajustar bem aos seus anhelos; mas em outras, tão diferentes elas eram, o acontecimento metropolitano contrariava a interesses, em sendo indifferente ao sentimentalismo.

Extranhavel seria, se no Brasil, corpo político unificado, mas de regiões social, psicologica, e economicamente desiguais, fosse refletir uniformemente, ao longo de todas as suas partes diversas, a alteração política, que foi a Restauração lusa.

Assim o Nordeste brasileiro, monocultor, opulento, aristocrático, latifundiário, etc., mantinha um contacto muito mais assiduo com o Reino, com o qual estava sempre em relações economicas e portanto demográficas, étnicas, intellectuais, etc. do que o isolado Planalto, que era pauperissimo, policultor, democrático, etc. e impermeabilizado ao contato luso, pela distancia, pelas dificuldades do meio físico e pela ausencia absoluta de intercambio mercantil, como pela navegação primitiva que era tosca e ineficiente.

No Nordeste, pois, se refugiava o sentimentalismo luso e lá, fatalmente seria bem recebida a Restauração politica da patria camoneana. O Nordeste, por força, deveria ter sido muito mais português do que qualquer outra parte brasileira, mormente do que o isolado Planalto, que teria sido fatalmente, muito mais americanizado, pelas circunstancias que rodeavam os seus promordios.

Seria, pois, natural que, nesse Nordeste, em que a formação intelectual e étnica tinham sido lusitanas, em constante e ininterrupto contato com a amargurada alma portuguesa, que gemia, durante sessenta anos, sob o júgo castelhano, a Restauração lusa de 1640, tivesse a repercussão mais favoravel e fosse recebida com as manifestações mais festivas de grande satisfação. Por isso, logo que em Salvador, na Baía, se soube das novas da Restauração em Portugal, o Marquês de Montalvão, governador Geral Dom Jorge de Mascarenhas promoveu, com imensa facilidade a aclamação do novo rei de Portugal, o incolor e fraco Duque de Bragança erigido em D. João IV. Isso teve lugar em meados de fevereiro de 1641.

Nas demais colonias luso-brasileiras a aceitação da Restauração tinha que ser muito mais difficil. Eram regiões, que tinham muito menos contato com Portugal, recebendo daí, muito menos influencia nas respectivas formações, que lhes delineavam os contornos basicos. Com muito menor intercambio mercantil com a Europa, essas regiões não ouviam, com nitidez os lamentos portugueses, privados da soberania, assim como não auscultavam, com ansia, os movimentos que faziam vibrar as cordas distendidas do sentimentalismo luso.

Foi assim que, só em 15 de março de 1641, isto é, um mês depois de, a Baía haver aceito a Restauração portuguesa, o Rio de Janeiro e S. Vicente, tambem, aclamavam o Duque de Bragança.

A demora já é notavel e de causar suspeitas!

Mas no Planalto, os acontecimentos iam se cenificar, ainda mais accentuadamente! A região tinha outras características! Não era como o Nordeste, em que a abundante exportação açucareira facultava a opulencia, causa de caudalosa e permanente infiltração na mentalidade e na sentimentalidade locais da alma ulcerada de Portugal, pelas arcadas monacais das universidades, pelos livros, pelas ciencias, ou pelas artes lis-

boetas, e pela atmosfera pungente que envolvia toda a velha patria de Camões. De fato, o envio continuo de centenas de elementos juvenis da aristocracia nordestina às escolas reinóis, de onde tornavam, aureolados pelo prestígio do saber e reinolisados pelo sentimentalismo, era consequencia causada pela pujança economica, só conhecida pelo Nordeste açucareiro.

No Planalto, se via justamente cena contrária, pois essa região enfeudada na autarquia, no isolamento e na miseria, não podia imitar as colonias prosperas do Nordeste. Com isso, não lhe era possivel lusitanisar a sua alma, lustrando seu intellecto. Daí, não lhe ser facultado ouvir os doridos queixumes da gente lusa, oprimida por Castela. Por conseguinte, no Planalto a lusitanidade era muito menos intensa e o amor, a dedicação e a submissão à causa de Portugal, tinham que ser muito menos vibrantes e havia motivos até para serem contrarios aos interesses economicos dos moradores regionais.

Estes viviam unicamente do apresamento de escravos indios e isso se fazia em terras espanholas. Convinha aos planaltinos a continuação do dominio espanhol, porque, com ele vigente, era possivel a fácil penetração em territorio de alem-Tordesilhas. Os governantes espanhóis não se opunham, com muito empenho à penetração das expedições planaltinas, que, assim, podiam agir mais ou menos livremente.

Óra, os planaltinos eram muito utilitaristas, sacrificando, em benefício de seus objetivos economicos, até o seu espirito de intensa religiosidade, o que fez com que, os planaltinos buscassem assaltar os estabelecimentos jesuiticos, ferindo moral e fisicamente os sacerdotes de sua própria religião. Ora, se os planaltinos são se detiveram ante os seus sentimentos religiosos, porque haveriam de se mostrar muito apegados ao espirito de lusitanidade? Com a Restauração lusa, voltava a ser estabelecida a dualidade politica na Ibéria e na America sulina e com isso as fronteiras, como barreiras, que, por certo, iriam ser defendidas, de algum modo. Óra isso, por mais molemente que fosse feita a defesa espanhola das fronteiras americanas, seria um obstáculo ao apresamento planaltino.

Assim, se faz lógico e transparentemente claro que, a Restauração lusa, não sendo propícia ao mobil economico dos apresadores, não deveria encontrar ambiente favoravel entre os planaltinos utilitarios, os quais deveriam ter feito tudo para que, esse capitulo político não fosse levado a realização.

Os fatos, registrados pela cronica dos acontecimentos planaltinos, confirmam admiravelmente esse raciocinio, não se realizando a Restauração lusa no Planalto, sem uma resistencia, que se concretisou no movimento de Amador Bueno, o primeiro movimento nativista nas Americas, o qual infelizmente fracassou, por estarem os Planaltinos apresando escravos indios no Uruguai, estando a quasi totalidade deles (os cronistas da

Companhia de Jesus nos falam em varios milhares de componentes das bandeiras paulistas) empenhados na campanha de M'Bororé (1).

Eis como se patenteia, de modo claro e evidente o desinteresse, que os planaltinos tinham pela Restauração lusa, a qual seria um successo que deveria enternecer apenas uma parte das colônias brasileiras, mas jamais a sua totalidade, como vimos.



-
- (1) A prova mais concreta, que se poderia mencionar de estar o Planalto, esvaziado de seus elementos masculinos, é que a aclamação de D. João IV ai, só foi subscrita por poucas dezenas pessoas, enquanto que a expulsão dos jesuitas, levada a efeito um ano antes, acontecimento de muito menos importancia do que a Restauração lusa, foi subscrita por 300 pessoas, (Azevedo Marques, "Apontamentos").

E' que na expulsão, em 1640, os planaltinos, ainda em povoado, tomavam parte, todos, no acontecimento.

Na aclamação do Bragança, os apresadores, no sertão, a cerca de 2.000 quilometros do Planalto, tiveram que se abster, só a levando a efeito os velhos, inválidos e clérigos, que haviam ficado na região.

Isso é claro como agua, só não vê quem não quer!

Que os planaltinos estavam na mesma ocasião no sertão, é o Professor Tau-nay quem assegura ("Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"), além do que dizem os cronistas da Companhia, cujos depoimentos, reunidos, são apresentados por Aurelio Porto, "Hist. das Missões Orientais do Uruguai", pelo Padre C. Te-schauer, "Hist. do Rio Grande do Sul", pelo Padre L. G. Jager, "Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul" além de outros.

C A P Í T U L O X I I

O FIM DA HEGEMONIA FLAMENGA NO ATLANTICO

A vitória esmagadora das forças navais inglesas, em 1588, sobre as espanholas, da Armada invencível, de Felipe II, abateram completamente o poderio hispanico, nos mares, e, com isso, os holandeses, que se haviam enriquecido com a expulsão do elemento israelita de Portugal, em 1495, por D. Manoel o Venturoso, tomavam um surto expansionista comercial, que lhes deu a hegemonia naval no mundo.

Portugal não era inimigo da Holanda, mas a Espanha era e os odios entre essas duas nações estava atravessando um periodo de grande exacerbamento, em virtude de haver a Holanda quebrado os grilhões que a prendiam á dependencia de Madrid e devido ao fato de a Holanda se haver enfileirado entre as nações que haviam abraçado a Reforma, tendo a Espanha permanecido fanaticamente como guardiã do catolicismo.

Com esses dois motivos a Espanha, que, então dominava Portugal, entrando em luta contra a Holanda, fez com que a hegemonia naval Flamenega abocanhasse o imperio português de ultra-mar. Foi assim que Portugal e mais indiretamente ainda, as suas colonias e possessões se viram envolvidas em uma guerra contra o poder naval batavo.

Impossibilitados de irem a Lisboa, com seus navios buscar as especiarias orientais, de que tinha necessidade o seu comercio, que de Amsterdam, etc. as espalhavam pela Europa consumidora, os holandeses tomaram a resolução de irem ao Oriente luso, buscar essas especiarias, monopolizadas pelo entreposto de Lisboa. Assim em 1602, para esse fim, foi fundada a Companhia das Indias Orientais, a qual teve uma prosperidade inimaginavel. Em começo do século seiscentista, os holandeses celebraram com a Espanha, tréguas que deveriam durar 12 anos. Na expectativa de que, ao se findarem essas tréguas em 1624, os holandeses fundaram, a Companhia das Indias Ocidentais, à imagem da outra Companhia já existente em condições de grande pujança financeira.

Em 1624, a Holanda desferiu seu golpe contra a colonia lusa de Salvador, na Baía e em 1630, ela insistiu, contra Pernambuco.

Aí permaneciam os holandeses, até que, em 1651, na Inglaterra. sob o dominio de Cromwell, foi decretado o famoso — ato da navegação — gesto nacionalista da ditadura cromwelliana, que muito fundo feria os interesses maritimos holandeses, pois determinava que só poderiam trafegar, mercadorias inglesas ou coloniais inglesas que fossem transpor-

tadas em barcos ingleses. Isso determinou a criação da marinha mercante inglesa e foi um golpe tremendo contra o poderio flamengo nos mares, o qual já vinha sendo ferido pela natureza, que fazia com que os grandes rios europeus Reno, Mosa e Escalda, levando para os respectivas desembocaduras no Zuiderzee e em Flessingen, o lodo das erosões dos territórios, por eles atravessados, entupissem e aterrassem os portos holandeses, que assim abarrotados e sem que pudessem ser dragados não podiam comportar os navios, cujas dimensões, em tonelage, aumentavam progressivamente, com o tempo.

Foi tão rudemente atingido o país, com o *ato da navegação* —, que, a guerra estalou nesse ano de 1651, entre a Inglaterra cormwelliana e a Holanda. Esta tendo sido derrotada navalmente, principalmente nas batalhas de Dover e de Texel, pelos dois almirantes ingleses Blake e Monk, perdeu a hegemonia maritima no Atlantico e mau grado seus grandes homens de guerra Van Tromp e Van Ruyter, firmou a paz com a Inglaterra, em 1654.

Dois grandes acontecimentos resultaram para Portugal, dessa guerra anglo-holandesa de 1651.

a) O enfraquecimento da Holanda, daí a facilitação da Restauração do Nordêste, com a expulsão dos flamengos, que já estavam em pessima postura, com varias derrotas pelos insurretos nordestinos e não puderam suportar serem cortados da Europa pelos navios ingleses.

b) O restabelecimento do trafico português com a Africa e das correntes importadoras de escravos africanos, antes impedido pela supremacia nos mares, pelas cores da Holanda.

Do Brasil a parte, mais afetada pelo fenomeno acima mencionado, na sua letra a), foi o Nordêste. Mas, a guerra anglo-holandesa, entre as suas consequencias capitulados na letra b), influenciou mais o Planalto.

De fato, essa região luso-brasileira, antes a unica fornecedora de braços para a industria-agricola nordestina, em virtude de os navios da Holanda impedirem a importação africana, teve que perder o monopólio e enfrentar a concorrência. Assim, na contenda anglo-holandesa, o Planalto tinha seus interesses economicos ligados à causa holandesa, enquanto que, o Nordêste deveria estar pelo partido britânico.

Teria sido, pois, um dia de luto e de tristesa, para os planaltinos, o resultado das batalhas navais de Dover e de Texel, nas quais os Estados Gerais perderam a hegemonia nos mares. Isso veio libertar a navegação portuguesa, entre as suas colonias brasileiras e a costa africana, onde ficava Angola, que Salvador Correia de Sá e Benevides havia reconquistado em 1648, para Portugal dos Braganças.

Enquanto isso, o Nordeste açucareiro, que havia se insurgido contra o dominio holandês, tinha o maximo interesse em que os navios britânicos causassem o maior dano nos seus inimigos e os mantivessem cortados da Holanda, isolados em Recife, sem poder receber reforços ou recursos, etc..

De fato, quer me parecer que, o acontecimento político da guerra anglo-holandesa determinou uma situação estratégica verdadeiramente insustentável para os holandeses isolados da Europa.

E' bem certo que, estes, ao ser declarada a guerra anglo-holandesa, estavam derrotados, pois já tinham tido lugar as duas batalhas dos Guararapes, mas eram derrotas, ainda que brilhantes, não haviam determinado o esmagamento decisivo.

A insurreição demorava desde 1645, sem que houvesse a eliminação do intruso batavo e a consequente restauração do dominio lusitano, nessa parte do Brasil.

Alem disso, a propria paz de 1661, entre a Holanda e Portugal foi uma afirmação de que os insurretos só venceram esmagadoramente, expulsando os flamengos, devido ao concurso dos sucessos na guerra naval anglo-holandesa. Sim, porque os termos da paz de 1661, entre a Holanda e Portugal, não foram os que caracterizam uma vitória portuguesa, sobre a Holanda, mas sim uma transação, levada a efeito entre duas partes, que tratavam, não como se fossem vencedor e vencido, mas sim como dois paises, cujas forças estavam intatas e podiam ser mobilizadas, de novo.

Sim, só assim se pode explicar o fato de Portugal ter comprado por 4 milhões de cruzados, o que os insurretos já tinham conquistado com seu sangue e seu esforço.

Portugal ainda conservava um certo medo de que os holandeses pudessem voltar a ocupar o Nordêste.

Portugal não evidenciava muita confiança em que os insurretos renovassem os seus feitos, os quais, sem o concurso de uma guerra naval anglo-holandesa não poderiam vencer os intrusos. Não havia a insurreição durado nove anos, sem que uma expulsão esmagadora fosse levada a efeito? — Não tinha sido preciso que, para isso houvesse as hostilidades anglo-holandesas, as quais selaram a sorte dos flamengos intrusos?

Eis, como se explicam a tibesia, a transigencia e a revoltante pouca intelligencia dos dirigentes lusos, em comprar o que já era seu, em 1661, na paz da Holanda!

Seja porém como for, a verdade é que o Nordêste teve, na luta anglo-holandesa, seus interesses políticos e economicos ligados ao lado inglês, mesmo porque a vitória inglesa significava, alem de tudo a liberdade da navegação atlântica e portanto do tráfico africano, com a abolição do monopólio planaltino do fornecimento de braços para as atividades locais com a reintegração da livre concorrência do braço africano.

CAPÍTULO XIII

A DIMINUIÇÃO DEMOGRÁFICA DO IMPÉRIO JESUITICO EM TERRA DE ESPANHA.

Nós sabemos a importantíssima função jesuítica desempenhada no apresamento nos seus estabelecimentos. Não foi, por certo, uma função consciente, em que deliberadamente, os padres teriam agido acordados com os agentes da atividade belico-econômica do apresamento. Nada disso! A função exercida pelos jesuítas na produção de mão de obra abundante, barata e em boas condições para o Nordeste açucareiro, consistiu em amansar, catequisar, civilizar, etc. grandes massas de índios, aprimorando a matéria prima, que, apresada pelos planaltinos, iria ser fornecida aos produtores de açúcar no Nordeste açucareiro.

Eu bem sei que, os jesuítas fizeram isso muito à contra-gosto.

Nem por isso, entretanto, deixaram de exercer uma destacada função no apresamento, sem a qual este teria existido, mas teria sido em proporções muito menores e muito mais acanhadas, produzindo uma mão de obra muito mais grosseira e selvagem. De fato, os jesuítas reuniam, em seus estabelecimentos, milhares de ameríndios, que antes, estavam dispersos em imensa área. Eram eles que davam a esses rudes selvagens os ensinamentos da civilização, do cristianismo, das condições higiénicas, que permitiam uma enorme diminuição da mortalidade, além de grandes quantidades de alimentos, que determinavam um prodigioso aumento da natalidade.

Eles, em síntese, aprimoravam de tal forma a matéria prima que, o apresador realizava a sua função de colheita e podia fornecer ao consumidor nordestino uma massa de produção, infinitamente mais valiosa!

Estabelecidos em terras espanholas, os jesuítas concentraram em seus estabelecimentos milhares de índios, antes dispersos por área territorial enorme. Bandeiras que fossem apresarem índios disseminados em grandes extensões geográficas, teriam tido dificuldades muito maiores e resultados muitíssimo menores, os quais, talvez, não compensassem os sacrifícios do apresamento.

Não fossem os jesuítas, o apresamento, como ciclo econômico, não teria tomado tanto desenvolvimento. É possível, mesmo provável que, o fenômeno do apresamento tenha existido, mas não com a hipertrofia por ele tomada, justamente na época em que os jesuítas se haviam estabele-

cido. De fato, os apesadores tiveram diante de si uma presa facilíma de ser apanhada, além de aprimorada, sob vários pontos de vista. É claro que, eles não se fizeram de rogados, ante tão amável e apreciável convite.

Puzeram mãos a obra e deram grande desenvolvimento à industria, cujas perspectivas se faziam tão promissoras, pela ação jesuítica.

Foi assim que, a imensa nação — *ibiraiára* —, antes dispersa pelo território, entre os rios Iguassú, Paraná e Parapanema, bem como os *carijós*, antes antropófagos, selvagens e broncos, espalhados pela crista da serra marítima e pelo litoral, desde Cananea; além dos *gualachos* e *caamós*, estendidos pelo Iguassú e pelo litoral catarinense, foram trazidos ao gremio da civilização e endoutrinados no uso dos elementos próprios de gente que vivia em convívio com a produção agrícola-pastoril ou industrial.

Com o aldeamento e o envernizamento de tanta gente, antes asselvajada e antropófoga, graças ao conforto e a condições sanitárias devidas à melhoria na luta contra os elementos de uma natureza gigantesca, a mortalidade edessa gente caiu à porcentagens incríveis. Por outro lado, com a produção intensificada e grande fartura em alimentos, a natalidade dos ameríndios, antes circunscrita à caça e pesca, que exigiam grandes áreas para oferecer em condições sofríveis a alimentação, teve um enorme aumento. Isso teria sido absolutamente fatal! Daí, isto é dessas duas circunstâncias apontadas, por força, houve um imenso crescimento vegetativo da população ameríndiana, reduzida pelos padres jesuítas.

Estes reuniram na provincia de Guairá, cerca de 200.000 índios, em 13 reduções, que se escalonavam pelas ribanceiras dos Tibagi, Ivai, Parapanema, Pirapó, Ribeira e Iguassú.

Guairá, com uma massa de índios civilizados, reunidos em região, já conhecida dos planaltinos e ligada à S. Paulo por distancia pequena, (47 dias de viagem a pé) através de caminho identificado e bom, como era o de Peabirú, não poderia deixar de ser um excelente chamariz para os apesadores planaltinos.

Estes, encontrando no mercado de mão de obra, condições de oferta e de procura, verdadeiramente excepcionais, lançaram-se ao que os atraía com tantas menses de risonhas perspectivas.

Até 1632, Guairá ficou inteiramente destruída, tendo sido apesados milhares de ameríndios. Ignoravam-se, com exatidão, os totais dos índios apesados no Guairá pelos planaltinos. Com a destruição desse celeiro magnífico de elementos ameríndios, situados em magníficas condições de distancia do centro planaltino e subsistindo, ainda, a fome de mão de obra do Nordeste, os apesadores alongaram o raio de suas incursões e focalisaram outra provincia do Imperio teocratico, para servir de alvo aos seus bôtes. Foi Itati, no sul do atual estado de Mato Grosso. Aí, os sertanistas do Planalto apesaram varias dezenas de milhares de ameríndios, os quais igualmente foram exportados para o Norte.

Com a continuidade da situação dessa região, que a obrigava a pedir ao Planalto mais suprimentos de braços e tendo os mananciais destes se esgotado dentro de um raio de 1.000 quilômetros do Planalto, no seu povoado central, os apresadores tiveram que alongar o raio de sua penetração. Porisso o apresamento teve que se desenvolver no Rio Grande do Sul, onde os jesuítas haviam localizado as duas províncias do Tapé e do Uruguai.

Aurelio Porto, em monumentais trabalhos de pesquisas e de juxtaposição de pesquisas nos documentos paulistas, com elementos tirados de depoimentos dos padres loiolanos (*"História das Missões Orientais do Uruguai"*), reconstitue magistralmente o apresamento no Rio Grande do Sul. Este teve início em 1635, com a bandeira de Aracambi, a qual agiu em Santa Catarina, fóra das organizações jesuíticas, entre os índios gonanases, ainda em selvageria, os quais não haviam ainda sido atingidos pela expansão da Companhia.

Raposo Tavares, Fernão Dias, Francisco Bueno, Baltazar e André Fernandes; foram os apresadores no Rio Grande do Sul e chefes de bandeiras que destruíram as duas províncias do Tapé e do Uruguai, do Imperio teocrático-guaraní.

Com esses eventos, haviam-se esgotados os celeiros de índios apre-sáveis dentro de um raio de 1.500 quilômetros e enrijecia-se a resistencia material dos jesuítas, os quais lançando mão de maior numero de armas de fogo, reagiam, com mais eficiencia, aos assaltos do planaltinos, (Taunay, *"Hist. Geral das aBndeiros Paulistas"*, II).

Entretanto, o Nordeste açucareiro, ainda sem poder importar africanos, por meio do mercado de mão de obra, onde fazia imperar a procura, oferecendo bons preços, determinou aos planaltinos, a continuação do apresamento, mesmo enfrentando os dois obices, que dificultaram muito a atividade belico-economica do apresador.

O apresamento, na sua continuação, passou a ser exercido através de maiores dificuldades, unicamente enfrentadas pelos apresados planaltinos, em razão dos altos preços pagos pelo escravo ameríndio pelo Nordeste açucareiro.

Foi, assim que, os planaltinos, em face dos novos antolhos, que, para eles, significava o despovoamento dos territórios, ao alcance facil do Planalto, resolveram estender, mais ainda, a sua penetração.

Foi em 1640, organizada na região, uma imensa expedição, que arrolou quasi toda a população masculina valida de S. Paulo.

Chefiavam essa grande lêva de apresamento, varias personalidades paulistas entre as quais Jeronimo Pedroso. Visava essa empreitada realizar na Provincia mesopotânica do Paranã, a mesma função despovoadora levada a efeito nas quatro províncias nomeadas acima. Essa expedição apresadora desamparou a vila piratiningana da sua população masculina a mais qualificada. A região ficou entregue aos velhos, invalidos, crianças, mulheres, clérigos e à gente sem coragem e animo de enfrentar as intemperies e os embates rudíssimos que um apresamento, em terras

distanciadas, a 2.000 quilômetros do Planalto e contra gente tão prevenida, fazia antever.

Justamente, nessa mesma ocasião, explodia em Portugal, a conspiração que iria por termo ao domínio espanhol.

Era, para o Planalto uma pessima ocasião!

A região estava completamente desprevenida, sem a sua população masculina e deliberante. O que isso importava para o Planalto, pode-se bem imaginar, pois a região ficou na sua evolução histórica, à mercê do que deliberassem, uns poucos de apaziguadores incapazes de acompanhar a bandeira ao rio Uruguai e de velhos, prudentes em demasia e sem os ardores que só a mocidade sabe imprimir em cada um de seus atos.

De fato, os jesuítas, nos contam que, em 1641, estavam bandeirando às margens do rio Uruguai, 600 homens capitaneando 4.000 tupis (Aurelio Porto, *loc. cit.*; Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III).

Ora, o Planalto, nessa ocasião, teria uma população só de livres de 3.000 habitantes, segundo Machado de Oliveira (*Rev. Int. Hist.*), em uma população total de 6.000 (Ellis, "*Meio século de Bandeirismo*", Boletim n. IX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Esses 600 planaltinos assinalados no rio Uruguai em 1641, pelos depoimentos dos cronistas jesuítas, seriam 20% da população parcial do Planalto, marcada por Machado de Oliveira e com os tupis seriam 76% do total, que eu consignei, na minha tese de concurso, como sendo a população total do Planalto, compreendendo os escravos.

Isso faz certo que em 1641, o Planalto estava vazio de sua população masculina. No ano anterior, isto é em 1640, o movimento da expulsão dos jesuítas, o qual empolgou todo os animos piratininganos, reuniu cerca de 300 pessoas que assinaram o ata da expulsão — E' de se comparar esse numero, que pode ser verificado em Azevedo Marques, "*Apontamentos*", com o que, um ano depois ficou no Planalto, aclamando D. João IV.

E' edificante essa comparação e por ela se vê que, o numero dos planaltinos, que foram ao Rio Grande do Sul e tentaram transpor o rio Uruguai, para continuar no exercicio da caçada humana, que era o genero de sua atividade economica, era o duplo do que havia tomado parte no empolgante movimento que culminou com a expulsão dos jesuítas em 1640. Por aí se vê bem, o grão em que estava o Planalto privado de sua população masculina.

Mas, o rio Uruguai delimitou até onde deveria atingir o apresamento.

Na margem direita deses caudal, já seria região proibida aos planaltinos, porque a distância aumentava de tal maneira que não seria estrategicamente recomendavel uma continuação da penetração em regiões mais distantes e mais bem defendidas.

E' preceito dogmático de que quanto mais um corpo armado qualquer se afasta de suas bases de operações, mais ele se vai enfraquecendo, ou em outros termos, um corpo bélico qualquer perde, em eficiencia, na razão direta em que se afasta de seu posto básico. E' por isso que, quando os planaltinos atingiram o rio Uruguai, a cerca de 2.000 quilômetros do

Planalto, já estavam, de tal maneira, enfraquecidos que, não seria vantajoso proseguir, pela enorme soma de riscos cumulados sobre a empresa. Eis, porque o combate de M'Bororé foi uma derrota planaltina, marcando indelevelmente o extremo, atingido pelo apresamento. Não foi esse, aliás, o maior desastre causado aos planaltinos pela derrota de M'Bororé, de março de 1641. Eu considero que, o maior desastre para os planaltinos foi a falta feita pelos apresadores, retidos nesse sul, distante de 2.000 quilômetros do Planalto, pela dura campanha de apresamento, justamente quando a região, esvaziada de sua população, tinha a enfrentar o acontecimento de maior gravidade, em toda a sua evolução histórica, que foi a Restauração de Portugal contra o domínio espanhol. De fato, o Planalto, quando teve de deliberar, sobre qual seria o seu destino, em face da Restauração portuguesa, o fez tendo em conta, apenas, a vontade trepada e timorata da sua gente selecionadamente a menos valiosa, pois era a que não se havia disposto a empreender a campanha de M'Bororé, que tanta fibra exigia dos seus agentes. Vê-se com evidencia e clareza meridiana, como o Planalto foi surpreendido por um transcendental acontecimento, da importancia mais visceral, para os seus destinos e obrigado a resolver inadiavelmente sobre ele, por meio de uma parte diminutissima e selecionadamente a menos valiosa de sua população. Mas, o combate de M'Bororé marcára no Sul o limite da penetração apresadora. A partir dessa data de 1641, em virtude mesmo do magno acontecimento político da Restauração portuguesa, os planaltinos tiveram, senão impedida ao menos dificultada, a sua penetração em terras espanholas e estabelecimentos jesuíticos, na continuação de seu ciclo economico do apresamento.

Entretanto, continuava o Nordeste açucareiro a demandar braços para as suas lavouras. O trafico com a África não se havia restabelecido, de modo que o apresamento planaltino continuava a ser a fonte de abastecimento de mão de obra, para esse faminto Nordeste açucareiro. O apresamento se tornava mais difficil, embora a procura continuasse e os preços fossem mais convidativos.

O fenomeno político da Restauração portuguesa teve um efeito terrômotico no apresamento, que sofreu uma brusca freiagem, evidenciada na subita paralisação que da cronica bandeiristica transparece. De fato, em 1642, é assinalada no sertão uma expedição da qual fazia parte Vicente Bicudo e Luiz Dias. Essa porem deveria ter sido a bandeira que voltava do sul, batida em M'Bororé, pois os sertanistas estacados no rio Uruguai, pelos jesuítas e indios do chefe Abiarú, levaram muito tempo para voltar ao povoado, de modo que só em 1642, estavam todos no povoado paulistanico.

Só em 1645 encontramos novos sinais da avançada planaltina, para na sua faina economica do apresamento, continuar a satisfazer ao Nordeste, sempre premido pelas necessidades braçais. Os planaltinos, em virtude dos insucessos às margens do Uruguai, tiveram pois de mudar de rumo das suas empresas de apresamento.

Nessa época, o Paraguai estava convulsionado, em luta acerrima contra os jesuítas, movida pelo Bispo Bernardin de Cardenas, (Taunay,

"*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 147, citando cronistas jesuítas). Seria pois o Paraguai, a região alvejada pelos "raids" planaltinos! O Paraguai ficava a cerca de 1.000 quilômetros de S. Paulo e aí os jesuítas estavam em situação angustiosa, devida ao tremendo Bispo Cardenas, que era um homem formidável, inimigo encarniçado dos loiolanos, cerebro de "*cordotieri*", a serviço de uma infatigável atividade e de uma descumunal energia.

Para essa região, pois, se dirigiriam as atividades belico-económicas planaltinas, as quais represadas ao sul, pelo insucesso de M'Bororê, teriam buscado, no Paraguai a linha de menor resistencia. Nessa direção, pois teriam sido orientadas as expedições planaltinas de 1644 em diante.

Pedro Taques diz que Jeronimo Bueno, (irmão de Amador e de Francisco), morreu em 1644, no rio Paraguai. O linhagista pode ter acertado e eu não tenho indício nenhum para duvidar da sua asserção.

Em 1645, tendo falecido no sertão o bandeirante planaltino Antonio Gomes Borba, foi possível assignalar uma expedição paulista, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Merid.*", 132, 1.^a edição, citando "*Invent. e test.*", XI, 347 a 370). Essa expedição tinha por chefe João Mendes Geraldo e é provavel que, se aproveitando das dificuldades dos jesuítas no Paraguai, causadas pela ação do Bispo Cardenas, tenha realizado, nessa região, gordos apresamentos.

Em 1646, houve em S. Paulo uma grande bandeira, marcada em "*Actas*" V, 262 e assignalada no meu livro "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*", 133. Quando publiquei, ha vinte anos atrás, esse livro, eu não podia atinar com a região percorrida por essas duas expedições mencionadas. Hoje penso, com segurança, que, essas empresas planaltinas alvejaram o Paraguai, em vista da situação precaria e difficil dos jesuítas, na região, acometidos pelos Bispo Cardenas, que em inicio de 1649, faria com que os padres da Companhia fossem expulsos.

Em 1647 deveria ter saído do Planalto, a expedição, que nesse ano, dizem os documentos espanhois (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, 167), fora derrotada pelos assaltados. Taunay, *loc. cit.*, aventa que, talvez a bandeira derrotada fosse a de Jeronimo Bueno, tendo Taques se equivocado no milesimo. E' possível que, Taques tenha cometido esse deslize apontado por Taunay, mas a má situação dos jesuítas no Paraguai, data de 1644, segundo o proprio Taunay, e é difficil conceber que, isso não tenha sido aproveitado pelos sertanistas. Como a data do fracasso de Jeronimo Bueno, mencionada por Taques, coincide com a da ação anti-jesuítica do Bispo Cardenas, eu suponho que, ao menos desta vez, o linhagista tenha acertado.

Em 1648, entretanto, o grande Raposo Tavares, de quem não se tinha noticias, desde 1636, no Rio Grande do Sul, em companhia de André Fernandes (Ramos?), voltou a atividade no apresamento, e ainda, se aproveitando da postura molesta, em que estavam os jesuítas no Paraguai, com o Bispo Cardenas erigido em Governador, penetrou na região do Paraguai à frente de enorme bandeira apresadora.

O que fez essa formidável expedição de 1648, comandada pelo Mestre de Campo Raposo Tavares e André Fernandes, na região norte do Paraguai, na serra de Maracajú, chamado de M'botetei, é relatado pelo Professor Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III, por isso me abstenho de repetir os dizeres do mestre eminente, contentando-me na asserção de que os planaltinos talaram essa região paraguaia e a do sul matogrossense, em virtude de lhes ter sido trancada a porta do sul, nos insucessos que tiveram lugar nas margens do rio Uruguai.

A época do predomínio político do Bispo, Fray Dom Bernardin de Cardenas, no Paraguai, teve termo em 1650, pois ele foi destituído, então sendo nomeado em seu lugar, como governador, D. André de Gravitos, (Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", III) que expulsou o bispo e reintegrou os jesuítas. Com esses eventos, cessou para os apresadores o filão opulento para a sua dinamica ação, que tinha imperiosa necessidade de continuar a se fazer sentir, em vista da permanencia da situação do Nordeste, sempre ávido de braços para a sua produção açucareira, pois o monopólio de fornecimento de mão de obra, ainda não havia sido quebrado pelo restabelecimento do tráfico com a Africa. Só nesse ano, Salvador Correia de Sá e Benevides, reconquistaria Angola, que em 1642, havia sido tomada pelos holandeses.

Não se sabe o quanto tenha atingido as cifras referentes ao apresamento efetuado na região paraguaia.

Sei apenas que, a presa feita foi suficiente para a manutenção da exportação para o Nordéste, sempre faminto de braços, pois só na segunda metade do seiscentismo começou a decaír a sua produção açucareira.

Entretanto, apesar-de os apresadores só terem disposto de quatro anos para esmagar o M'Botetei, eles deixaram a região inteiramente talada e destruída, pois não era possível realizar apresamento, sem destruição.

Então, os estabelecimentos jesuíticos, de 1644 a 1648, teriam ficado esmagados e inteiramente despovoados.

Eis que, aos planaltinos se fazia imperiosa uma nova solução, pois com a derrota do Bispo de Cardenas e com a reintegração dos jesuítas no Paraguai, teria sido impossível aos apresadores planaltinos a continuação da sua ação nessa região!

Assim, em 1650, a ação do sertanistas apresadores experimentou outra diretriz. Eles precisavam recorrer à outra porta, porque a do Paraguai lhes tinha sido fechada também com a reintegração dos jesuítas na região.

Assim, os planaltinos volveram as suas atenções para o Sul, novamente. Talvez aí houvesse ainda algumas possibilidades.

Sim, porque caso contrario, os planaltinos, para ocorrer à continuação de sua atividade apresadora, afim de suprir o Nordéste de braços, teriam de recorrer ao apresamento do índio selvagem, cousa que tornaria muito menos convidativo o negocio, economicamente falando. Tão desvantajoso seria o apresamento do índio bravo, muito mais oneroso e

muitíssimo menos remunerador que, foi organizada, no Planalto, uma empresa, destinada a penetrar na Província mesopotâmica do Parana, até a cidade argentina de Corrientes. Foi a bandeira que seguiu, capitaneada por quatro notáveis expoentes do apresamento, entre os quais Domingos Barbosa Calheiros. Chegou ela até Corrientes, onde parou, em circunstâncias ainda não bem conhecidas.

Com esse surto, o apresamento havia despovoado, conquistado e destruído, todas as organizações jesuíticas dentro de um raio de 1.000 quilômetros, para Sudoeste e mais de 1.500 quilômetros para o Sul, havia destruído esmagadoramente o Imperio teocrático jesuítico-guaraní, em terras espanholas, arredado a ameaça que essa poderosíssima organização fazia cair, na sua formidável expansão sobre o planalto luso-creoulo; e apresara para a sua indústria do preamento mais de duas centenas de milhares de ameríndios, os quais exportava para o Nordeste açucareiro.

Não fosse esse apresamento, tão ingrata, como ignorantemente tratado hoje, teríamos certamente:

- a) Um Paraguai gigante, vindo até ao Atlântico e compreendendo os 4 Estados brasileiros — do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e S. Paulo, com o sul de Mato Grosso.
- b) O Brasil teria sido privado diretamente de uma área territorial de 1.200.000 quilômetros quadrados.
- c) O Nordeste açucareiro, da Baía para o Norte, teria sido privado de sua riqueza açucareira, que seria impossível viver por falta de braços. Com ele, desapareceria o ciclo do açúcar e como o Brasil vivia exclusivamente da riqueza açucareira é fácil se concluir qual teria sido sua sorte e qual a sua evolução histórica, sem o açúcar e por consequência sem o apresamento!

Com a extinção dos celeiros jesuíticos, a empresa econômica da caça do índio foi golpeada rudemente. Ela, que já havia sido prejudicada com a Restauração portuguesa, talvez fosse onerada de morte, dessa vez, pois os estabelecimentos jesuíticos representavam para o apresamento uma condição tão favorável que este dificilmente subsistiria sem o viveiro de ameríndios escravizáveis reunidos e amansados pelos jesuítas.

E o fato das províncias do imperio teocrático terem sido aniquilados, nas proximidades do Planalto, equivalia à sua extinção para o apresamento econômico. Este para ser eficientemente remunerador exigia imperiosamente que, as despesas com o apresamento fossem menores do que as receitas, apuradas com as vendas ao consumidor. Ora, nos celeiros jesuíticos das reduções, os apresadores encontravam a matéria prima reunida, já semi-manufaturada por uma civilização e domesticação, levadas a efeito pelos reverendos, dentro de um raio de distância relativamente curto do Planalto. Destruídos os estabelecimentos jesuíticos, os apresadores tiveram que arcar com condições muito mais onerosas na continuação da exploração da sua indústria. De fato, com o afastamento das províncias jesuíticas, os apresadores teriam de

recorrer ao apresamento do índio bravo. Este, esparsos em imensa área territorial, ainda em estado selvagem e portanto ignorando as práticas do trabalho agrícola, seria presa muito mais difícil para os planaltinos.

Com isso, o apresamento passou a ser muito dispendioso e difícil, caro e ineficiente, como passou a produzir uma mercadoria muito mais grossa a exigir um trabalho suplementar evidente, o qual encareceria o produto.

Felizmente, para o Brasil, nessa ocasião, houve a Restauração do Nordeste e a perda da hegemonia nos mares por parte do flamengo, com o que o africano pôde ser introduzido em maior escala.

Estava, em parte, resolvido o problema da mão de obra, para a indústria-agrícola açucareira.

É visível porém a influência indireta do jesuíta na indústria-agrícola básica do Nordeste, através do raciocínio, que vai acima exposto.

Essa solução, porém, que importou para o Nordeste, não poucas consequências mas que resolveu o problema econômico açucareiro, trouxe para o Planalto, não pequenos desastres econômicos que determinaram para a região, a perda da sua única fonte de receita, bem como do advento sua expansão pastoril e colonizadora e da sua penetração no ciclo das buscas de mananciais auríferos e de outras preciosidades. Mas isso, são outros capítulos da nossa evolução histórica os quais tratarei separadamente.

CAPÍTULO XIV

A EVOLUÇÃO PSICOLÓGICA DAS POPULAÇÕES COLONIAIS

É claro que, as primeiras gerações dos companheiros de Martim Afonso, em S. Vicente; de Duarte de Coelho, em Olinda; de Tomé de Souza, em Salvador, na Baía; de Duarte da Costa e de Mem de Sá, ainda em Salvador, na Baía; de Estacio de Sá, no Rio de Janeiro, ou de Dom Francisco de Souza, ainda em Salvador, na Baía, ou em S. Vicente, tinham a alma profundamente enraizado em Portugal. Esses povoadores quinhentistas traziam, ao atravessar os mares, ainda quentes, a lhes pulsar vibrantes, todas aquelas lendas e tradições lusas, cantadas com ardor, na lira camoneana, ou nas estrófes vigorosas de João de Barros. As crônicas ditirâmicas de Damião de Goes, ou o ritmo cadenciado de Sá de Miranda, ou ainda a poesia satírica de Gil Vicente, lhes traziam as mentes enaltecidas e os corações alevantados. O fumo da Índia, os alexandrinos de Camões, relatando os quadros épicos de Vasco da Gama, de Albuquerque, e de todos os heróis lusos, perpassados nos doces versos que embalavam a alma, ericando a ufanía e o orgulho da brilhante falange colonizadora, firmavam nas memórias da primeira geração civilizada na nossa terra, as cenas, que ela trazia esmaltadas nas retinas. Aí estavam cinematizadas as rudes e penhascosas serranias da Galiza e das Astúrias, as alegres e atapetadas ribanceiras do Minho, do Douro e do suave Mondego, as rocas e os abismos das Beiras, as sombras e os valados do Traz-os-Montes, as penedias enristadas da Estremadura, as charnecas do morno Alentejo e as planuras tostadas do fervente Algarves, em cambiantes mágicos com as agulhas góticas da Batalha, as arcadas floridas dos Jeronimos; e o vulto bojudo da manuelina Torre de Belem, plantada na boca hiante do Têjo lendario, como se fôra uma caravela toda de pedra a lembrar a aventureira jornada oriental, o monumental periplo henriqueano, a volta à Africa, como que à clamar que se "*mais mar houvera, lá chegara*".

Essa gente, esgalhada do ramalhudo tronco lusitano, era da mesma cepa, da qual saíram os homericos conquistadores do Oriente e os devassadores do "*mar tenebroso*". Isso os revestia da rutilante armadura da superioridade, aumentada em um pedestal granítico, que ainda não havia sido abalado pelo terremoto desprestigiante de Alcacer, Kibir, e demolido pelo humilhante dominio espanhol.

Essa gente, que plantou na virgem America, a semente fecunda da civilização era lusitana de alma! Ela transplantou para as nossas sel-

vas as suaves recordações do épico episódio de Iñez de Castro, a bravura cavalheresca dos "onze de Inglaterra" e todo o heroísmo dos Luziadas daquelas almas candidas dos descendentes dos batalhadores de Ourique, de Valdevez, ou de Aljubarrota. Ela vinha empenachada de sonhos e aureolada de glórias, colhidas no Promontorio de Sagres ou na misteriosa Taprobana!

Depois, na segunda geração, todo o cenário grandioso, onde se agitavam as energias desses barbaçudos reinóis, que se revestiam de esplendentes couraças e povoavam seus escaldantes corações de ideais lusitanos, se transfigurou!

Morreram encanecidos os truncudos povoadores, tragados pela idade, ou carunchados pelo clima enervante dos trópicos.

Sucederam-lhes seus filhos: mamelucos, amestiçados com os aborígenas.

Eram os primeiros "*crioulos*". Espigados, magros, ossudos, tisanados pelo sol e pela raça, amongoilados, varonis de animo, bravos e sobrios, românticos e crueis. Eis a segunda geração que povou o Brasil!

Mas esse fenomeno do povoamento não teve identidade de linhas bitoladas no mesmo diapasão em todas as colónias que os metropolitanos haviam escalonado no Brasil, separadas pelas imensas distancias e isoladas umas das outras pelas arestosidade intransponiveis de um ambiente físico inegalavel e gigantesco.

Algumas dessas colónias se situavam no litoral, com facil acesso ao Reino metropolitano. Não tinham a separar os povoadores da velha Iberia, nenhum obstáculo geográfico, senão a vastidão dos mares, vencida em 40 dias de navegação.

Outras, se situavam a muito maior distancia dessa Metropole, dela separada por acidentes físicos, a lhes barrar as comunicações e a as isolar no interior, para onde tinham ido os que não haviam querido viver a arranhar o litoral, como, já nos seiscentos, dizia Frei Vicente do Salvador.

Aquelas, as colonias próximas da Metrópole, conseguiram uma economia prospera e opulenta, o que determinava nelas a manutenção de um contato continuo, permanente e facil com o Reino metropolitano, que, justamente por isso, lhes mandava, em corrente, continua, gente, intercambio, cultura, carinhos e atenções para com filhos prosperos que rendiam gordas contribuições fiscais, etc..

As colonias distantes da Metrópole, ficaram relegadas à miseria e à falta de recursos, o que as fatalizou ao isolamento mental, a ser acrescido ao isolamento causado pela geografia física. Elas não poderiam manter navegação regular com a Metrópole. Não havia o que exportar, como não havia poder aquisitivo para importação. Resultado não havia intercambio, assim como o Reino não podia infundir nessas colonias, assim física e economicamente isoladas, a sua cultura, as suas idéias e os seus sentimentos. Essas colonias miseraveis e nada produzindo, não tinham

poder para enviar à essa voraz Metrópole européia, grandes rendas fiscais, com o que recebiam, em troca, abandono e esquecimento.

Não é natural, lógico, evidente e conclusivo que, essas colônias, ou esses núcleos coloniais tenham tido diversidade de linhas evolucionais, nos respectivos processos de transformarem as estirpes reínois e colonizadoras em “crioulas”, americanizadas?

Que essa transformação se deu, não resta dúvida!

Podemos ver hoje o que se dá, em S. Paulo, com o italiano, o espanhol, o sirio, o germanico, o hungaro, o nipônico, etc. Na primeira geração, eis o estrangeiro, com suas roupas de veludo e suas almas vinctadas de reminiscências saudosas do Velho Mundo! Na segunda geração, eis o nacional, já assimilado à cultura do Novo Mundo!

Estamos vendo isso! Não ha melhor documento que o quadro que fere todos os nossos sentidos.

Aliás não foi esse mesmo fenomeno de acrioulção assimilatória o que se deu nas Treze Colônias anglo-americanas, bem como o que se pode estudar nas colônias hispanicas? Disso é de se concluir a diretriz de toda colônia. Toda emigração definitiva produz uma assimilação e portanto “acrioulção”. Aliás é o que se dá com cada um de nós ou com as nossas estirpes, pois não ha, dentre nós, habitantes desta terra, quem não seja descendente, mais ou menos remotamente de estrangeiros.

Todos nós sentimos particular carinho para com a terra dos nossos maiores! Eu sinto grande e preferencial afeição pela Inglaterra, Portugal e Espanha, de onde vieram meus antepassados, em épocas variadas. Acima de tudo porem, eu sou acorrentado, em todo o meu sentimentalismo pelo torrão onde nasci e onde tenho vivido. Isso, que eu vejo, que eu sinto deve acontecer com todos e deve ter acontecido nos primeiros tempos vicentinos.

É bem certo que, ha nucleos coloniais, em que, pela sua respetiva ecologia, se dá a evolução mais pronta, mais rapida e mais firme, como ha colônias, em que esse processo se realiza mais lentamente, etc. Tudo depende das circunstâncias ecológicas, que rodeiam os nucleos coloniais!

Assim, por exemplo, os ricos centros açucareiros do opulento Nordeste, (tão bem descrito por Gilberto Freyre), por força, deveriam ter ficado presos à Portugal, por muito mais tempo, devendo neles ter influido muito mais, a velha Metrópole reinol! Essa região nordestina estava bem mais proxima da Lusitania. Devido ao seu trabalho industria-agricola, ela mantinha com o centro mercantil distribuidor lisboeta, um intercambio comercial não pequeno, do que advinha uma influencia reinolizante muito sensível. Da riqueza regional, fruto da economia do açúcar, essa região podia auriç nas Universidades reinóis a cultura metropolitana, etc.! Essa mesma opulencia atraía para a privilegiada região, uma corrente imigrativa imensamente maior do que, a que, como rebotalho, procurava as desoladas praias vicentinas, ou os miseraveis valados planaltinos. Alem de tudo isso, o Nordeste, graças a sua pujança economica, podia enviar saldos fiscais para a Metrópole, que procedia para com essa dadivosa região, como uma mãe gentil, enquanto

que a região vicentina pesava deficitária nos orçamentos portugueses que agiam com os vicentinos, dando-lhes, em troca abandono e esquecimento.

Isso tudo, obrigava como é lógico se pensar, a manutenção de ligação com a Metrópole, a qual teria sido na proporção dessas situações todas.

Eis que, o Planalto "acrioulava" a sua gente povoadora, de uma forma muito mais rápida do que o Nordéste.

Se os companheiros de Martim Afonso eram portugueses, seus filhos já não o eram! Creio que, já no fim do quinhentismo, deveríamos ter no Planalto, uma mentalidade elaborada no crioulisto o mais evidente.

Com essa serie de raciocínios, temos que, logo ao fim do quinhentismo, a atmosfera reinante no Planalto era já absolutamente regional, pois os velhos companheiros de Martim Afonso, vindos em 1532, tinham todos morrido, seus filhos, em média já tinham ultrapassado a velhice e só os seus netos ou bisnetos estavam a constituir a geração dirigente.

Acontecia que a imigração no Planalto não havia vindo de uma só vez. Com Martim Afonso em 1532, havia vindo uma onda, da qual Frei Gaspar e Pedro Taques nos dão uma certa quantidade de nomes. Depois, a imigração se fez de modo singular, sendo a demografia planaltina acrescida de famílias isoladas, gotejadas na massa geral, já acrioulada, de modo que, a assimilação pela atmosfera nativa, dessa massa, foi facilima. Só no fim do século, aportou no Planalto uma onda imigratória de maior vulto, foi a que consigo trouxe D. Francisco de Souza (Carvalho Franco). *Os companheiros de D. Francisco de Souza*". Essa veio muito desluisitanizada porem, pois era composta de muitos elementos espanhóis e flamengos, que logo entraram no "in breeding" geral, se acrioulando e entrando a militar contra o elemento lusitano.

Eu já não falo dos povoadores que se incorporaram à massa demográfica planaltina, vinda na Armada de Flores de Valdez, segundo ensina o já citado Carvalho Franco. Eis os Camargos! Eis os Buenos! Eis os Godoys! Eis os Tenorios!

O domínio espanhol, trouxe para o Planalto não desprezíveis contingentes de espanhóis, os quais vieram trazer para a mentalidade planaltina, uma decidida influencia antagonica ao lusitanismo, que reinava nos outros núcleos coloniais.

Isso teria sido um importante fator para que o Planalto, logo nesse fim dos quinhentos se visse abandonar a esfera de atração lusitana e começasse a constituir um microcosmo social e economicamente independente e com vida própria.

Esse fenomeno infelizmente não tem sido vistoriado, pelos que se tem ocupado do nosso passado. Duas causas contribuíram para esse fim.

a) O abandono a que foi relegada, de modo absoluto, a história planaltina. De fato, só a história de outras partes brasileiras tem sido evidenciada, como se o Brasil colonial se resumisse no açúcar, no pastoreio e depois no ouro! O Planalto tem sido ultimamente lembrado, mas apenas no capítulo da expansão geográfica e esta mesma errada-

mente atribuída às buscas metalíferas, com absoluto abandono e ignorância lastimável do apesamento, que foi um importantíssimo ciclo econômico do período colonial do Brasil.

b) A história brasileira tem sido estudada, apenas como cronologia política, com abandono sistemático da história econômica e da história social do país. A prova de que esse erro se perpetua, no estudo do nosso passado é que o Brasil, vem sendo encarado, como se fosse uma só colônia. Politicamente era uma só organização, mas geográfica e social e economicamente o Brasil não era uma unidade homogênea. Parece que, a criação do Governo Geral fez com que se esquecessem dos motivos da heterogeneização que determinaram a divisão em Capitânicas e que mais tarde estabeleceram a Federação. Apesar-dessa cegueira em querer resumir a história do Brasil, em mera crônica, já se vem estabelecendo uma seria reação nesse sentido, por parte dos escritores novos, que vem aparecendo nesta geração.

Essa seriação de raciocínios acima enunciados, é claro, não se estriba em documentação direta, mas é ditada pela lógica e pelo bom senso, e em abono da sua solidez ha documentação indireta, que a confirma, como ha manifestações da sua concretização.

Assim, no Planalto, o idioma português, se era a língua oficial, empregada nos documentos oficiais e atos públicos, não era, entretanto a língua popular, pois a usada pelo povo, em todas as suas manifestações, era o guarani. Eis, assim a toponímia de Piratininga, de Jaraguá, de Anhangabahú, de Anhemby, etc.

Se a nossa conclusão acima, tirada, com lógica, do raciocínio exposto, apresenta em suas linhas gerais, tais aspectos de reconstituição verdadeira, deveria ter evidenciado manifestações e decorrências. Sim, porque se uma determinada situação teve lugar, ela deveria fatalmente ter produzido consequências. Se essas consequências não aparecerem, é porque a causa não existiu. Mas se as consequências surgem nítidas, estão a confirmar a existência da causa. De fato, bem analisada a história planaltina vamos encontrar fenomenos, que, despidos das suas vestes que os mascaram, mostram, com clareza terem sido as consequências ou manifestações dessa situação acima descrita.

Assim, teria sido natural que, no Planalto, tivesse havido a primeira manifestação de nativismo em todo o Brasil e portanto, em toda a America. Não é outra cousa o que houve em 1628, quando a grande bandeira raposiana iniciou o assalto a Guairá.

Então, segundo os depoimentos dos jesuítas, que presenciaram o feito, no colorido do qual não tinham o menor interesse, depoimentos esses reproduzidos por Taunay, na sua "*História Geral das Bandeiras Paulistas*" II, conforme eu me refiro a eles, em outro capítulo deste trabalho, os planaltinos mostraram um elevadíssimo grau de nativismo independente do reinolismo metropolitano, evidenciando com meridiana clareza que já possuíam alma própria, já erguida a alto indice.

De fato, do relato do depoimento do padre Montoya, citado por Taunay, verifica-se:

- a) Desde 1628, estava em gestação no Planalto, o movimento de aclamação de Amador Bueno, que deveria ter lugar em 1641, tal a semelhança, em suas linhas gerais, do que Montoya assistiu, com o que iria acontecer, em momento inadequado e impróprio para os Planaltinos, 13 anos depois.
- b) Os planaltinos evidenciaram, então um elevadíssimo expoente de individualidade, completamente desligados da metrópole, cujos signos não estavam nas suas bandeiras, onde apenas apareciam estampados os sinais deles planaltinos.
- c) Os planaltinos revelaram, com fotográfica clareza, o seu nenhum apego ao rei espanhol, Felipe IV. que nessa ocasião era o seu soberano de direito, mas não de fato.

As manifestações de nativismo, teriam fatalmente que, aparecer nos demais núcleos coloniais, pois seria também natural que, neles se passasse, com variantes, mais ou menos grandes, os mesmos fenômenos que o Planalto ceniçou. Assim temos que, o núcleo colonial carioca, em 1660, se rebelando contra Salvador Correia de Sá e Benevides, também revelou fase importante do que processava, na criação da sua alma própria. O Nordeste, ao se rebelar, em 1645, contra o holandês, e principalmente se ante-pondo à Portugal, de 1647 a 1650, que queria entregar a região ao batavo, revelou a sua alma própria. O Maranhão, em 1684, com Beckmann e o próprio Planalto, outra vez, em 1708-1709 na guerra dos Emboabas; o Nordeste, ainda, em 1710, na guerra dos Mascates, evidenciaram estagios patentes de diferenciação em que estavam dos reinóis, ante os quais eles estavam postados.

Todos caminhavam individualmente, no sentido de estabelecer mais ou menos, completa desligação da Metrópole. Uns andavam mais depressa, outros mais devagar. Uns marchavam com mais firmeza, outros iam mais hesitantes. Todos porem se orientavam na mesma direção da assimilação da alma europeia, pela alma própria de cada núcleo.

Cousa admiravel, esses movimentos todos, não eram interligados! Pelo contrario! No caso da guerra dos Emboabas, os colonias da Baía, de Pernambuco, do Rio de Janeiro; etc. formaram ao lado dos reinóis, contra os coloniais paulistas! Não está isso clamando que, havia uma completa disparidade de "acrioulação", entre as gentes dos diversos núcleos coloniais? Não está esse fato a gritar que, os elementos populacionais dos diversos ramos coloniais, não estavam nos mesmos estagios de "acrioulação"? Não está isso a evidenciar, com meridiana clareza que, os paulistas, se haviam polarizado no extremo do "crioulismo" nativo, enquanto que, os demais coloniais, jungidos aos reinóis, se haviam coloca-

do exatamente em extremo oposto, ao lado dos metropolitanos, representando o elemento emboaba ou forasteiro, isto é o de alem-mar?

Durante todo o século seiscentista, teve lugar a evolução progressiva do espirito nativo planaltino.

Formou-se um bloco rígido e compacto de população nativa, ainda mais endurecida no crioulimo, pela continuação do isolamento geográfico, que determina os demais isolamentos, como o economico, gerando a autorquia, a pequena propriedade a democracia, etc..

As paginas luminosas da "*Hist. seiscent. da Villa de S. Paulo*", do professor Taunay, estão cheias de evidenciações desse espirito particularista e crioulo do planaltino, que simbiotizava esse traço psicológico, com o de uma altivez incrível e de grande arrogancia. Esse traço, que profundamente sulcava a alma planaltina, já fora evidenciado no quinhentismo, quando aquele filho mameluco de Ramalho, afirmou, em rasgo inaudito de audacia, ao ser ameaçado com a Inquizição, que com flexadas acabaria com essa tremenda instituição. Esse perfil, ainda assinalava a alma em 1659, a edilidade municipal paulistana, respondia a Salvador Correia de Sá e Benevides que, se tivesse ordens de sua magestade, que as mandasse de Santos, mas que não tentasse pizar no Planalto; ou quando, no fim do século, mandava dizer a Arthur de Sá e Menezes que, era excuzado ele vir a S. Paulo, pois os paulistas sabiam muito bem se governar. Não transpirava outra impressão dos depoimentos dos viajantes, que se referiam aos planaltinos. Assim, Froger, no seu "*Relation d'un voyage*", mencionada por Basilio de Magalhães, no "*Expansão Geográfica*", 169, chama os paulistas de, "*brigands de toutes Nations qui peu a peu y ont formé une grande Ville et une espece de Republique...*"

Não eram outras ideias as transpiradas da correspondencia oficial. Assim a carta do Governador D. João de Lencastre ao rei D. Pedro II, mencionada pelo mesmo Basilio de Magalhães, loc. cit., 170, existe um trecho verdadeiramente precioso, que é um espelho da psicologia planaltina. E' o em que essa carta diz:

"... sendo o fim particular deste negocio segural-a de seus mesmos moradores, pois estes tem deixado, em varias ocasiões, suspeitosa a sua fidelidade, na pouca obediencia com que observam as leis de V. Mge. e ser gente por sua natureza absoluta e varia e a maior parte delia criminosa e sobretudoo amantissima da liberdade..."

Esse espirito indisfarçavel de independencia, de autonomia, de amor à liberdade etc., o qual é evidente de todos os documentos da época, deveria ter impressionado a Washington Luis, que no seu "*Capitania de S. Paulo*", afirmou que só no século do ouro, São Paulo, reconheceria a soberania portuguesa.

Assim pois não é de se admirar que, os paulistas tenham se revelado, os campeões do nativismo "*crioulo*", na guerra dos Emboabas!

Infelizmente os planaltinos, tão, aprimorados no nativismo, como vimos, eram quantitativamente muito poucos. Talvez uns 15.000 apenas.

Apesar de altamente dosados daquele espirito que a pena magica de Dumas, o velho, soube instilar em D'Artagnan, ou melhor ainda, eles, altamente possuidos daquela divina essencia, que ungia a alma nivea de Bayard, o "*sans peur et sans reproches*", os paulistas eram poucos e ainda que, estribados legalmente naquele aresto real, de Afonso VI, de 18 de março de 1664, que lhes deu a propriedade das minas que descobrissem, não foram capazes de vencer a onda de reinos que invadiu as minas, em numero gigantesco.

A descoberta do ouro, repercutiu de formas a alterar profundamente todo o cenário psicológico, que tanto havia impressionado Washington Luis, ponto de o induzir a proferir a sua notavel frase, acima citada, a qual sintetisa toda a psicologia planaltina.

Com o ouro, precipitou-se sobre as minas uma onda de reinos.

Entre as consequências desse evento, a região ficou saturada de gente reinol, com sua mentalidade, com a sua sentimentalidade, com a sua formação social, com a sua constituição étnica, etc.

A avalanche reinol foi tamanha que transbordou sobre o Planalto, que foi invadido, tambem, por uma chusma de reinos, que infundiram na região a influencia da sua formação social, do seu idioma, do seu apego à Metrópole, às instituições reinois, ao soberano luso, à casa bragançina, etc.

A governança lisboeta, não contente com esse peso atirado aos planaltinos, mandava a governar a capitania de S. Paulo e Minas os "*cães de fila*", como D. Rodrigo Cesar, Assumar, Caldeira Pimentel e outros, afim de que esses truculentos "*gauleiters*", cortassem a crista da altivez e da arrogancia planaltina.

Esses homens, verdadeiros lombrozianos, implantaram no Planalto o regime negro do terror. Foi tão grande a inominavel perseguição movida contra a região que, Lisboa não trepidou em 1738 de desmembrar a capitania, arrancando-lhe o território do Rio Grande do Sul e Sta. Catarina, que inexplicavelmente foi jungido ao Rio de Janeiro, depois de ter iniciado o desmembramento em 1720, com a criação da capitania de Minas. Mas o plano contra o Planalto ainda não havia, na sua totalidade, sido levado a termo, pois anos depois, a Capitania, que se havia agigantado até os contra fortes andinos, foi, de novo amputada, tendo lhe sido cortados os territórios de Mato Grosso e de Goiás, que foram constituir Capitánias autonomas. Não satisfeitos ainda os tigres reinois, na sua voracidade morbida, em abater a capitania planaltina, suprimiram a sua autonomia e a sua individualidade, adjudicando ao Rio de Janeiro o seu privilegiado território.

Esses golpes truculentissimos, repetidamente desferidos contra a região que fora de Martim Afonso, modificaram a alma e os sentimentos do morador planaltino, assim como lhe metamorfosearam a sua formação social, étnica ou economica, alteraram a sua constituição demográfica, como adulteraram a sua fisionomia moral e modificaram as linhas do seu perfil intelectual, etc. Eis o planalto mostrando delineamentos fisicos, morais e psicológicos inteiramente diferentes e mesmo opostos aos que ele

apresenta nos dois primeiros séculos. Pode-se pois, dizer que na vida evolucionar do Planalto, o ouro constituia um marco, estabelecendo a sua alma como ela era antes e como ela veiu a ser depois.

Sintetizando o que ficou dito, temos que, antes da descoberta do ouro, o planaltino era altivo, arrogante, masculino, ávido de liberdade, independente, já perfeitamente acrioulado, americanizado por fortes mestiçagens, falando, mesmo, o idioma guarani; depois do ouro o planaltino ficou timorato, tímido, subserviente, bajulador, utilitarista, cortesão, medroso, rastejador, sem linha, etc., traços que perduram, em bõa parte, até hoje, quando se vêm reproduzidas essas marcas no procedimento atual dos paulistas, em relação aos poderosos e governantes, quaisquer que estes sejam.

CAPÍTULO XV

A EXPULSAO DOS JESUÍTAS DO PLANALTO

Logo no início de S. Vicente, ainda nos tempos pre-martinafonsinos, os habitantes da região, levados por circunstancias varias, se dedicaram, como única atividade, que a todos os povoadores empolgava ao apresamento do gentio. Óra essa atividade contrariava os principios cristãos, pois tinha em vista privar da liberdade, supremo dom do direito natural, alguém feito à imagem divina. Mas os primeiros vicentinos eram obrigados à recorrer à esse genero de vida, em face da situação miseravel a que uma ingrata ecologia lhes obrigava. Por isso, eles, não podendo contar com nenhuma outra fonte de recursos economicos, como acontecia com os povoadores de outras regiões mais ao norte, foram obrigados, a esquecer os principios cristãos de caridade, lançando-se ao preamento.

Este, a principio tinha que ser diminuto. Eis que o consumo da mercadoria humana amerindiana, se resumia à uma limitadissima procura, nos mercados de alem mar.

O apresamento vicentino pre-martinafonsino não podia contar com mercados consumidores deste lado do Atlantico.

Só na Europa distante, nessa Lisboa de D. João III, a Metrópole de colonias brasileiras, que se desigualavam no vulto e na coloração de cada conjunto economico, se situava o magrissimo mercado de consumo dos miseros vicentinos das 3 primeiras decadas do século dos quinhentos. Mas esse mercado lisboeta minguava muito para a mercadoria amerindiana, porque nele se feria concorrência acirrada entre o escravo africano, docil, paciente, fiel e submisso, apresado à pequena distancia e o escravo asselvajado amerindiano, enviado pelos João Ramalho e companheiros.

Não teria sido possivel acontecer outra cousa ao escravo amerindiano, nessa rude concorrência com o africano, se não, ser derrotado. De fato, a mercadoria vicentina tinha que, arcar com uma longa viagem maritima, enquanto que, a africana, apresada na costa occidental do continente negro, suportando os "onus" de um transporte maritimo 3 a 4 vezes menos longo, chegava ao entreposto lisboeta, em situação de poder ser vendida por preço muito inferior a produzida na futura capitania de Martim Afonso.

Por isso, o apresamento, nos primórdios quinhentistas, foi diminuto.

Depois, com a chegada dos primeiros jesuítas, estes se viram na contingencia de se anteporem com violencia ao apresamento.

Agiram mal? Não estavam eles na obrigação de se fazerem campeões dos princípios da liberdade dos indios? Eles que se apresentavam na catéquese, como vestais puríssimas dos princípios da moral cristan, que pregavam e dos quais se faziam apóstolos abnegados e na doutrina dos quais, eles se erigiam em martires muitas vezes sacrificando as proprias vidas?

Mas não havia certa incoerencia de norma de ação dos padres da Companhia, em relação à escravização? Não admitiam eles a escravização do africano, igualmente feito à imagem divina? Porque essa diferença de atuação dos jesuítas?

Alem dessa evidente diminuição de autoridade moral, pois eles observavam duas normas de proceder, diferentes e antagonicas em relação à escravização, fazendo diferença a respeito delas, ainda os reverendos padres, jesuítas tinham à arcar com o fáto de eles manterem a escravidão em suas propriedades. Isso diminuia-lhes a autoridade!

Com as normas de ação, anotadas em defesa dos princípios da moral cristan, embora essa norma de ação não se estendesse aos africanos, cuja escravidão incoerentemente admitiam os jesuítas, se puzeram em antagonismo, em relação ao que constituia genero de vida forçado dos videntino-planaltinos.

Durante o quinhentismo, o apresamento e a ação jesuítica se antepuzeram antagonicamente, mas sem violencia. É que, então o apresamento se fazia em pequena escala, unicamente com o fito de satisfazer as magras precisões locais, como a limitada procura da industria-agricola açucareira do Nordeste, ainda no seu primeiro estágio de desenvolvimento. Por isso, o antagonismo, entre jesuítas e apressadores não attingia grande acrimonia.

Eis as palavras tepidas e moderadas do grande Nobrega ou do suave Anchieta! A não ser a maior rispidez de frases do Padre Leonardo Nunes, não se encontram grandes manifestações de choque entre os loiolanos e os preadores.

O apresamento ainda estava em defensiva e se limitava a correr atraz dos selvagens que atacavam. Era os tamoios no Rio de Janeiro, no litoral norte-videntino ou nos sertões do rio Paraíba; eram os carijós no litoral guairenho, ou no sul Planaltino; eram os antropófagos tapúias, que, como Cerberos, defendiam a penetração expansionista de S. Paulo.

Mas a situação deveria se modificar, logo ao se iniciar o século XVII. O bandeirismo passou à ofensiva! Dom Francisco de Souza disciplinou e organizou as quadrilhas de assalto de Piratininga! O domínio espanhol suprimiu as fronteiras hispano-lusas na America! O apresamento se avolumou, para satisfazer à procura incrementada da industria-agricola açucareira, que crescia enormemente. Os holandeses, senhores dos mares, dificultavam o tráfego com a Africa, melhorando as condições para a mercadoria humana americana. Alem disso tudo, os jesuítas, logo na primeira decada dos seiscentos, haviam começado a ca-

tequês no Guairá, aí levantando os seus primeiros estabelecimentos, dando início ao Imperio teocrático-guaraní, que tantas consequências marcou no passado. Os apresadores, cuja população se tinha avolumado, tendo diante de si um celeiro de mercadoria humana fácil e já semi-civilizada, não hesitaram e precipitaram a sua faina economica e a sua voracidade ávida, sobre os adensados nucleos amerindianos, reunidos e amansados pelos jesuítas.

Ante tudo isso, aumentou muito a virulencia do antagonismo entre o loiolano e o apresador planaltino. Logo no início do século XVII, os reverendos ergueram do lado sul do Parapanema, estabelecimentos ligados ao centro planaltino pela estrada de Peabirú, dentro de um raio de 900 a 1.000 quilometros. Era um perigo, o transe afrontado pelos abnegados inacinos! Estavam se estabelecendo sobre a cratera de um vulcão! Desafiavam a sorte!

Seria natural que, a luta entre jesuítas e apresadores, se acirrasse e fosse se refletir, com negras cores, nas lamurientas e exageradas crônicas, que tanto impressionam os leigos em história do apresamento.

Assim os loiolanos começaram a se fixar no Guairá na primeira década dos seiscentos e em agosto de 1611, houve a primeira manifestação dos planaltinos contra a Companhia, a qual teve repercução na edilidade, até meados de 1612, (Azevedo Marques, "*Chronologia*"). Também, em razão do dominio espanhol, os holandeses, com seus corsarios e a sua superioridade nos mares, vinham perturbando o tráfico de escravos africanos, importados para a lavoura canavieira e industria açucareira no Nordeste.

Em virtude dessas dificuldades, o amerindio vinha sendo mais procurado e devido a essas causas, a cronica planaltina registra os varios empreendimentos de apresamento, tais como as bandeiras de Martim Rodrigues, de Belchior Carneiro, as quais foram aos "*bilreiros*", que, eu estou convencido, ficavam no Guairá; as de Pedro Vaz de Barros, de Sebastião Preto, de Garcia Rodrigues Velho, etc., Ellis, "*O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*"; Basilio de Magalhães, "*Expansão Geográfica*"; Taunay, "*História Geral das Bandeiras Paulistas*" 1).

Em virtude, pois, desse súbito e incoercível recrudescimento do apresamento, levado a efeito, por causas, que analisei acima, se firmou também a hostilidade entre os planaltinos e jesuítas.

Depois de 1612, os planaltinos continuaram na sua faina apresadora, concretizada nas bandeiras de prea de Lasaro da Costa em 1616, de Antonio Pedroso de Alvarenga (que, segundo Carvalho Franco, no seu excelente "*Bandeiras e Bandeirantes*", talou o Guairá), Sebastião Preto, Henrique da Cunha Gago, Manuel Preto e outros, (Ellis, "*O Bandeirismo Paulista*", Basilio de Magalhães *loc. cit.*, Taunay "*Hist. Geral*" 1). A trégua entre Espanha e Holanda, a qual devia durar até 1621, amorteceu, um pouco, o apresamento, até que, em 1628, houve a grande bandeira raposiana, contra o Guairá, a qual pelas suas proporções, pelo dano levado a efeito, como pela enorme massa de indios apresados, cavou um sulco profundo na história do apresamento, como exacerbou ao

paroxismo o antagonismo entre os reverendos e os paulistas. Como reação ao ato de preamento, os jesuítas, no odio impotente contra os paulistas, que haviam tido a suprema audacia de afrontar o poder imenso e incontrastavel da Companhia de Jesus, incrementavam as suas lamurias objurgatórias contra os apresadores, veiculando para o secular futuro, uma ideia erronea e altamente exagerada do que era o apresamento, ao mesmo tempo que, enviaram à Roma, o padre Francisco Dias Taño, que, na impossibilidade de se queixar ao Bispo, ia levar o éco das lamurias inicianas aos pés do Santo Padre. Afim de que os dirigentes, de então e a posteridade pudesse ajuizar do que tinha sido a furia bandeirante, no assalto ao Guairá, os padres Justo Mansilla van Sürk e Simão Mazzetta escreveram o famoso "*Relacion de los Agrabios*", que era um relato, naturalmente visto pela parte ofendida e portanto altamente exagerado e desvirtuado, segundo a parcialidade jesuíta, dos acontecimentos de 1628-29. O padre Diaz Taño obtivera do Papa, uma bula de excomunhão contra os apresadores planaltinos, que haviam, no dizer dos jesuítas, cometido tantas tropelias no sublime celeiro jesuítico — guaraní do Guairá.

Os planaltinos eram fanaticamente católicos e só quem tiver tido contato assíduo com os testamentos paulistas dos três primeiros séculos, pode fazer ideia de como era entranhado o culto religioso do catolicismo entre os moradores da região planaltina. Mas esse traço profundo na psicologia e na sentimentalidade dessa gente não ia ao ponto de sacrificar o interesse economico regional. Por maior que fosse a religiosidade desses planaltinos, entretanto, entre eles, primava o interesse utilitário.

Seria um traço israelista, primando na alma do paulista, o qual dava razão às objurgatórias, lançadas, contra eles, pelo padre Montoya, (*Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas" II*)? Entretanto, é de se notar que, o paulista até hoje evidencia, com nitidez, esse traço, que faz com que um idealista sincero se sinta isolado no meio farisaico de utilitaristas. É de se observar, porem, que, se os paulistas de velha estirpe se mostram servos do bezerro de ouro, sacrificando o seu idealismo, em holocausto ao utilitarismo, os imigrantes recentes ou filhos e netos desses imigrantes, também se estremam em bitolar suas normas de proceder pelo materialismo mais utilitário, com sacrificio mais absoluto do idealismo. Em sintese, não são só os paulistas da velha estirpe, os que se esquecem da sãbia norma de que não é só de pão que vive o homem.

São os de nomes exóticos os que mais se evidenciam no lavalismo rasteiro, que pode ser a mais prudente norma de ação, mas não é a mais bonita. É o que estamos vendo!



O suceso da missão à Roma do padre Taño, visava atirar sobre os planaltinos, a bula de excomunhão, ante à qual, os jesuítas esperavam que cessasse a voracidade preadora. Essa bula, deveria exercer o efeito

cocinizante no apresamento, devendo amornar o animo ardego do bandeirante, fazendo-o socegar, nas suas drásticas incursões.

Os reverendos loiolanos calcularam mal o efeito da arma espiritual, que o padre Taño havia forjado, com tenacidade e esforço, e iria ser brandida contra os apresadores. Dez anos levava o padre Taño, lutando para obter essa bula, movimentando, em herculeo esforço, as enferrujadas engrenagens da corte pontificia, tais eram as esperanças que os atilados jesuitas depositavam no espirito religioso moldavel do paulista, Aliás, para sermos justos, devemos dizer que, os padres não tinham calculado mal, pois de acordo com a lógica, os paulistas deveriam se ter intimidado e subido a ladeira ingreme e arestosa de uma Canossa de um arrependimento, turvado pela penitencia amarga, semelhante do proceder do imperador Henrique IV, aos pés de Gregorio.

Os reverendos haviam raciocinado de acordo com as normas gerais, mas não haviam pensado que, o apresamento era um ciclo econômico incoercível, que não se poderia deter ante uma arma espiritual, que havia perdido a sua ponta aguçada, nos tempos modernos e que não teria forças contra os paulistas, que eram pessoas fóra da normalidade, e se haviam mostrado sempre imbuidos de tal utilitarismo.

Assim, quando em 1640, o padre Dias Taño surgiu em S. Paulo, com a bula, esta teve um efeito exatamente oposto ao esperado, no animo dos paulistas. Estes reagiram com violencia, em vez de se acomodar com facilidade, ante a energia do remedio, trazido pelo padre Taño.

Foi em março de 1640, que, os planaltinos, levados ao auge, no seu antagonismo, contra os padres os expulsaram do Planalto, depois de minúcias, que nos são relatadas pelas crônicas.

Não nos interessam essas minúcias, relatadas pelas crônicas, mas quem quizer se emiscuir com elas, poderá as encontrar em Azevedo Marques, ("*Chronologia*"). Apenas nos preocupa o antagonismo, mais ou menos, virulento entre a Companhia de Jesus e os apresadores.

Mas é interessante comparar a situação da Companhia de Jesus, nos diversos núcleos coloniais brasileiros.

No Planalto tiveram que atravessar quatro periodos, no concernente às suas relações com os moradores:

- a) De 1549 a 1610 — *Antagonismo moderado.*
- b) De 1610 a 1653 — *Antagonismo violentissimo.*
- c) De 1653 a 1700 — *Indiferença hostil e cordial.*
- d) De 1700 em deante — *Indiferença amistosa e cordial.*

Por que essas fases? Por que o termómetro das relações entre jesuitas e planaltinos sofria as alternancias de altos e baixos tão acentuados? É facil se compreender essas diferenças, uma vez que se tenha sabido que o pomo da discordia, entre os dois grupos era exclusivamente o apresamento do indio. Na proporção em que este se acentuava ou amainava, o antagonismo entre paulistas e jesuitas se fazia mais ou menos

virulento. Eis que, à princípio o antagonismo, embora notório foi moderado e acalmado, mas a partir de 1610, a luta se acirrou de tal modo que os reverendos foram expulsos da região planaltina, acomodando-se a essa situação de indesejáveis no Planalto, até 1653. Então eles foram readmitidos e reintegrados em seus bens. É que os planaltinos haviam, senão abandonado o apresamento, ao menos, dado folga aos estabelecimentos jesuítas, que puderam com calma e socego executar o seu mister de abnegados catequisadores do selvagem amerindiano. Havia decaído a procura de braços para a diminuída lavoura açucareira no Nordeste e esse fato, repercutindo no Planalto, causou entre as suas consequências, a quase paralisação do apresamento. Daí a mudanças da situação dos jesuítas na região, onde foram readmitidos em 1653, (Azevedo Marques, "*Chronologia*"; Taunay, "*Hist. Seisc. da Villa de S. Paulo*").

Nos demais núcleos coloniais do Brasil, a situação entre colonos e inacinos, não teve essas contingências, e foram muito mais cordiais.

No Nordeste, por exemplo, onde se concentrava quasi toda a faina economica e colonizadora do Brasil, a situação da Companhia de Jesus, sempre foi de grande cordialidade com os colonos. Nem uma só nuvem perturbou essa calma, que reinou durante três séculos da era colonial. Eu atribuo a isso a tendencia de, ao se escrever a História do Brasil, se exagerar a atuação jesuítica. É que durante muito tempo o Brasil foi o Nordeste açucareiro e ao se escrever a História do Brasil, é costume encrustado se fazer unicamente a História do Nordeste, como se o resto não fosse Brasil. É costume desses homens, que cuidam do passado, só se referirem ao Nordeste, às guerras holandesas, o pastoreio, etc., omitindo a história do Planalto ou a do Maranhão, etc. Quando, por ventura, escrevem sobre essas regiões, o fazem como se elas tivessem identica coloração de capítulos, com a mesma formação social, étnica, ou psicologica e como se não importasse a completamente diversa orientação economica, já não falando nas diferenças demográficas, etc.

Naturalmente, nas paginas do passado desse Nordeste, não tendo o sabor amargo de um antagonismo anti-jesuíta, a História do Brasil, como vem sendo escrita, não reflete as cores escuras da roupeta, que se projeta na História do Brasil em contornos gigantescos. É por isso, que o nordestino Capistrano de Abreu, que não viveu a tempo de compreender que o apresamento planaltino foi um ciclo economico, não encarou o fenomeno com olhos muito bonançosos e afirmou que, não se poderia escrever a História do Brasil, sem ter sido escrita préviamente a História da Companhia de Jesus. É que o nordestino Capistrano, não tinha nas paginas do passado da sua região a impregnação das sombras de um antagonismo virulento entre os reverendos inacianos e os moradores.

Isso não quer dizer que eu não tribute à memória do meu velho amigo e mestre Capistrano de Abreu, a homenagem a mais reverenciosa e toda unvida de respeito e de admiração, engrinaldada pelo culto e pela saudade.

Mas era natural que, o hirsuto Capistrano, cuja bonhomia o fazia dos melhores corações que hei conhecido, e cuja cultura imensa se unia bem sincronizada, com uma agudeza de visão admirável, não tivesse ao perpassar pelas paginas da nossa formação, sentido o agri-doce de um sabor esquisito, que imbué todo o contato com a Companhia de Jesus.

E a falta de antagonismo entre jesuítas e colonos, no Nordéste, em que, então, nos dois primeiros séculos, se resumia o Brasil, não está gritando uma conclusão de transcendental importancia?

"*Na ha fumo sem fogo*", diz a sabedoria popular, consagrando o aforisma científico que afirma que não ha consequencia, sem causa, (1).

Aplicando esse sabio brocardo à História do Brasil, temos que no Nordéste a situação entre jesuítas e moradores, foi sempre cordial. Isso quer dizer que não ha a menor nuvem de fumo perturbando a situação dos jesuítas na região. É evidente que essa falta de fumo, foi motivada por uma falta de togo, que na hipótese seria ausencia do pomo de discordia entre jesuítas e colonos, isto é estes não perturbavam os ameríndios com um apresamento qualquer. Aliás essa falta, de os nordestinos recorrerem ao preamento é bem verosimil, porquanto eles tendo uma ocupação muito lucrativa, que os absorvia empolgantemente, não iriam a deixar, para realizar uma ocupação, muito menos lucrativa, de prear índios, cousa que poderia ser realizada por outrem, como o foi pelos paulistas, que não estavam engolfados em ocupação lucrativa alguma.

A virulencia do antagonismo entre jesuítas e planaltinos, foi tamanha que, os padres, em meados de 1640, foram expulsos do Planalto. Logo no mesmo ano, no mês de dezembro, era feita a restauração portuguesa, subtraíndo do domínio espanhol não só a metrópole portuguesa mas também as colonias lusas, que tiveram então uma barreira fronteira a as separar das regiões espanholas na América.

Em 1643, o rei português, aclamado no Planalto em 3 de abril de 1641, ordenava por um alvará imperativo que, os planaltinos readmissem os reverendos, banidos do ano de 1640, restituindo a eles os bens tomados.

Os planaltinos, entretanto, parece que não tinham esse rei em conta, pois não obedeceram a ordem. Em 1647, novamente o rei metropolitano, age por novo alvará, no sentido de fazer com que os loiolanos fossem readmitidos no Planalto e reintegrados em seus bens. Outra vez os moradores da região piratiningana não obedeceram ao que lhes mandava o maximo reinol metropolitano. (Azevedo Marques, "*Chronologia*"). Decididamente, os apresadores não se curvavam ante a autoridade lusa, que havia sido aclamada no Planalto por uma insignificante minoria, enquanto que o grosso da população planaltina estava, fóra do

(1) Eu recebi uma carta do illustre professor Mario Mello, que respondendo à uma consulta minha, declara que nao conhece na historia da região manifestações de antagonismo, entre os reverendos e os habitantes.

povoado na margens do rio Uruguai, em grande bandeira preadora com cerca de 600 homens e 4.000 tupís, segundo nos ensinam os depoimentos jesuíticos. (Padre Carlos Teschauer, "*Hist. do Rio Grande do Sul*").

Só em 1653, quando os apresadores já haviam abandonado a caça ao índio das reduções e portanto quando o antagonismo anti-jesuítico já não era tão agudo no Planalto, embora diminuto continuasse o apresamento, mas em volta apenas do índio bravo, os jesuítas foram reintegrados e readmitidos. Então não culminava mais a oposição entre jesuítas e planaltinos.

CAPÍTULO XVI

A RESTAURAÇÃO DO NORDESTE

Os holandeses haviam contratado Mauricio de Nassau para ser o Governador do Brasil holandês, em 1637.

Mauricio tinha ideia de fazer no Brasil não uma simples possessão mercantil, que produzisse lucros imediatos, que tal era o fim objetivado pela Companhia das Índias Ocidentais, que tinha precisão de obter lucros, afim de renumerar com dividendos os capitais empatados na empresa.

Mauricio queria localizar no Nordeste uma colônia, dessas que os teóricos franceses chamam de povoamento (denominação, a meu ver redundante, porque toda colônia pressupõe povoamento. O estabelecimento mercantil não é colônia e tem o colorido de simples possessão). Com isso, podemos constatar duas tendências, no tocante ao domínio holandês, as quais se chocaram hostis muitas vezes: a) Mauricio a governar tolerantemente para com os nativos, os agremiando, em torno de seu ideal de pátria nova, promovendo a radicação e o bem estar dos nordestinos, qualquer que fosse a sua procedência ou origem, agindo liberalmente para com todos os credos religiosos, ou atuando como um autêntico mecenas, realizando esplendorosa civilização artística, altamente promissora; b) a Companhia das Índias Ocidentais não dando recursos a Mauricio para esse liberalismo, e querendo tirar da região todo o lucro imediato possível, não dando ao Brasil holandês o tratamento a que faz jus um núcleo colonial.

Qual dessas duas diretrizes a mais acertada?

Embora haja uma tendência manifesta no sentido de se aplaudir a orientação de Mauricio, não emprestando à outra senão advérbios pejorativos, acho que devemos compreender as duas normas de ação.

Para a Companhia, que não era um Estado, mas uma simples associação de capitalistas, o alvo, não podia ser a edificação de uma nação, mas sim uma simples aventura mercantil, em que uma determinada soma de capitais deveria ser aplicada de uma forma a ser o mais e o mais rapidamente possível remunerada com dividendos, pelos quais o renome da Companhia seria, de uma forma ou de outra, cotado no julgamento dos argentarios europeus.

Isso naturalmente demandava uma determinada política.

A orientação de Maurício era outra! Ele queria erigir um núcleo colonial na América. Mas a Holanda não seria capaz de realizar um capítulo de colonização.

Sua população era muito pequena, além de que ela, ocupada como estava na época, com a navegação tinha que circunscrever às suas indústrias opulentas nas bocas hiantes do Reno, do Mosa ou do Escalda a servir, com o seu ativo comércio as zonas mais ricas da Europa. Assim, este continente retinha a população, fazendo com que ela não se expatriasse e, preferisse, com a emigração de seus capitais, manter possessões, em além mar, do que fazer emigrar a sua gente para manter colônias.

Aliás, a Holanda nunca exerceu a colonização na sua história, pois as regiões da Malaya ou da Indonésia, hoje pertencentes a Holanda, não passam de méras possessões políticas e economicas do Estado holandês, mas **jamais colônias deste país, que herdou as posses da Companhia das Índias Orientais.**

Apenas no século XIX, houve uma pequenissima colonização do Sul Africano, por parte dos holandeses, no Transwaal e no Orange, colonização, à principio de uns poucos milhares de batavos, a qual foi feliz em se multiplicar, de modo a formar as duas republicas hoje integradas no Imperio britânico.

Assim, Nassau, para formar colônias no Nordeste, teve de recorrer a outros elementos colonizadores, que não os de procedencia holandesa.

Daí o seu liberalismo, tão louvado! Mas esse traço na sua norma de conduta não significava fraquesa, nem tibieza, ou transigencia com o elemento luso. Todas as vezes que Nassau empreendeu campanhas militares contra a governança, em Salvador na Baía, o fez com decisão, bravura e truculência. Eis a campanha de 1637!

Em 1640, quando Portugal sacudiu o jugo espanhol, e Nassau foi prevenido disso pelo Marquês de Montalvão, ele não só poz em jogo essas virtudes guerreiras, como agiu solertemente na conquista do Maranhão, do Sergipe e de Angola, mostrando que, era um político do fino estofado de Machiavel. Eis que, a ação de Nassau, senão tinha em vistas um lucro immediato em favor dos crescos de Amsterdam, também não tinha em vista os interesses lusos! Penso que, Nassau teria visado mais os interesses nativos, pois era precisamente recorrendo aos elementos brasileiros que ele, os fixando ao sólo e ao ambiente urbano de Recife, desejava promover a colonização povoadora. Daí, a sua ação benevolente e liberal, para com os nativos e os credos diferentes. Essa norma de conduta não se afinava, entretanto, pelos desejos ambiciosos e naturais dos acionistas da Companhia, os quais desejavam lucros immediatos para os seus capitais, invertidos nas indústrias-agrícolas açucareiras brasileiras. Com isso, em 1644, Nassau deixou as plagas do Novo Mundo, tendo naturalmente a tendencia por ele representada sido vencida pela dos capitalistas metropolitanos, que almejavam que, os estabelecimentos flamengos no Brasil fossem méras possessões e não colônias, destinadas a serem, mais tarde, emancipadas.

Com a queda de Nassau, passou a imperar decididamente a orientação de fazer o Brasil holandês não uma colônia, como queria Maurício, mas sim uma possessão que seria mais uma feitoria comercial, cumulado com uma base militar. Com isso, orientou-se a política dos dirigentes, no sentido do que acima é enunciado. O regime diretor tornou-se muito menos suave para os moradores, já habituados com a cordura e a tolerância de Nassau. Por outro lado, tudo fazendo para tirar o máximo rendimento direto da possessão, os diretores do Brasil holandês reduziram o Nordeste à possessão.

Os moradores, já habituados com o regime de Nassau, que dava a eles, muita autonomia e grande parcela de liberdade, os tratando com tolerância e corduras bruscamente sofrendo o desnível de uma "*capitis diminutio*", se rebelaram.

Em 1645, exatamente um ano depois da partida de Nassau, se deu a rebelião. Mas o interesse dos rebeldes não corria paralelo ao dos da dinastia bragançina, ou aos de Portugal.

Portugal, recém libertado da Espanha, tinha entronizado a dinastia de Bragança, com o tímido D. João IV. Os interesses dinásticos e os interesses reinóis eram bem anti-espanhóis e por isso, a corte lisboeta buscou se aproximar da Holanda contra a iracúndia dos Felipes de Madrid. Daí a política do padre Antonio Vieira, de Souza Coutinho, e de Macedo, os "*judas do Brasil*", no sentido de materializar o famoso "*papel forte*". Portugal tratava o Brasil, como se o conjunto colonial fosse uma entidade desprezível e facilmente subordinável às suas conveniências, não compreendendo que a região nordestina já havia atingido a um desenvolvimento tal que, com os seus 250.000 habitantes, a sua voz deveria ser ouvida. Mas geralmente as Metrôpoles não respeitam, nem querem atender os interesses coloniais! A Inglaterra, tomou mais tarde essa norma de proceder para com as Treze Colônias anglo-americanas e Portugal sempre procedeu assim, para com o Brasil, etc.

Os nordestinos porém não quiseram pautar a sua ação pelos interesses reinóis e continuaram na rebelião contra os holandeses, não obstante a tendência sincera de D. João IV. em se aproximar da Holanda e buscar se refugiar na sombra do poderio militar flamengo, para poder enfrentar os "tercios" de Felipe IV.

Os nordestinos nada tinham contra os espanhóis. Era certo que, eles preferiam que os portugueses os dominassem! Os espanhóis haviam feito muito pouco, em benefício deles e não ser as expedições de Fradique de Toledo Osorio, de Oquendo (essa mesma só de passagem), a de Rojas y Borja, a do Conde da Torre, isto é quatro expedições, nada fizeram para os livrar dos flamengos. Mas a simpatia dos nordestinos pelos lusos, não iria ao ponto de sacrificar as suas conveniências, para que estes e mais particularmente os Braganças tivessem suas causas amparadas. Foi por isso, altamente extranhável o procedimento de Salvador Correia de Sá que ao envez de auxiliar a restauração do Nordeste, obedeceu ao interesse reinól, que não era o do Nordeste brasileiro, e foi reconquistar Angola.

Assim a rebeldia do Nordeste continuou, mas demoradamente, em razão de os rebelados não poderem contar com recursos de valia. A luta caminhou tropega e vagarosa, como que hesitante e sem decisão, durante muitos anos, pois os holandeses, também, faltos de recursos e enfraquecidos, não puderam esmagar a rebelião que se alastrou logo, por toda a região! Os holandeses não representavam um Estado, mas sim uma Companhia, que timbrava em não considerar o Brasil holandês como uma colônia de recursos próprios, mas sim como uma mera possessão mercantil, sem recursos que não fossem os mandados da Metrópole holandesa. Esta não era suficientemente forte para manter a milhares de milhas, uma situação não concretizada por uma colonização e pela boa vontade dos nativos, mas essa situação se mantinha por um fluxo constante de recursos bélicos. Como a Companhia economicamente anêmica, não podia enviar bastos recursos, os holandeses foram batidos em vários encontros pelos nativos, tais como o combate da Casa Forte, o das Tabocas, etc.

E assim a luta se foi eternizando. Três para quatro anos tinham corrido, sempre os coloniais a vencerem combates sem decisão e os holandeses encerrados no Recife sem poderem fazer mais pela manutenção do domínio flamengo que não fosse nessa nesga de litoral, o qual se apertava nas bocas do Capiberibe e do Beberibe.

Eis que afinal, Portugal vencido, na sua orientação em se aproximar da Holanda, autorizou a que o Brasil oficial auxiliasse os rebeldes do Nordeste. Só então Telles da Silva, da Baía pode socorrer abertamente o que desesperadamente se batiam desde 1645 pela causa regional.

Note-se bem, não era pela causa de Portugal, que os rebeldes lutavam desde 1645, mas sim pela restauração do Nordeste.

Portugal só depois se sincronizou na luta contra o holandês.

Durante muitos anos, a Metrópole permaneceu insensível à luta que se feria. Isso, naturalmente, dava à alma nordestina o revestimento esplendente de uma consistência rigidíssima! Só eles lutavam! A libertação só eles conquistavam!

Isso dava a eles um espetacular prestígio! Se a luta tivesse continuado por mais tempo, sem a assistência oficial de Portugal, o Nordeste teria realizado a sua independência, não só da Holanda, como também de Portugal.

Se Portugal foi feliz, pondo termo à dominação holandesa, a qual se extinguiu, pela rendição da campina de Taborda, em 1654, em virtude do esforço hercúleo dos nativos, ainda que, pouco auxiliado pela impotente e fragil Metrópole e da guerra anglo-holandesa, como vimos mais profundamente no capítulo XII, foi radicalmente infeliz quando assinou a paz com a Holanda em 1661.

De fato, a rendição da campina da Taborda foi determinada por uma situação de verdadeiro desespero, por parte dos holandeses. Sem esperanças de receber socorros da Metrópole, os restos apoucados dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais, estavam encurralados no

Recife, apertados pelos vitoriosos nordestinos, que depois de nove anos de lutas viam a vitória bem próxima, e cortados da Europa pelos navios ingleses, que vinham de coroar a vitória de Dover pela de Texel. Só mais tarde os holandeses assinavam a paz com a Inglaterra de Cromwell.

Tendo todos os trunfos consigo, sem embargo das vitórias dos Guararapes e da Taborda, Portugal aceitou a paz da Holanda, assinada em 1661, pela qual ele comprou o seu sossêgo e a sua estabilidade por 4 milhões de cruzados, soma formidável, o que testemunha a pouca intelligencia, com que agiram os portugueses, reeditando a obtusidade, com que tinham agido na convenção de Saragoça, em 1529, comprando as Molucas que já eram suas e preludiando o tratado de Methuen, de 1703. É verdade que os reinóis não quizeram suportar sós os onus dessa descaída e descarregaram a metade desses 4 milhões de cruzados sobre o Brasil.

Foi uma das injustiças com que Portugal nos cumulou!

Não havia necessidade da espantosa transigencia, em dar aos holandeses essa soma imensa. O Brasil tinha vencido, não precisava pagar. O Brasil já tinha pago em sangue a sua bela vitória, não precisava pagar em ouro! É que Portugal Metrópole tinha que se escudar no poderio holandês, para se proteger da Espanha, que vinha de assinar a paz dos Pirineus. Isso quer dizer que para acalmar os terrores metropolitanos, para manter a dinastia dos degenerados Braganças, a paz da Holanda em 1661 foi comprada por 4 milhões de cruzados, a metade dos quais recaiu sobre o Brasil.

E assim foi feita a restauração, com a eliminação dos flamengos.

CAPÍTULO XVII

O INÍCIO DA FORMAÇÃO DA ALMA NACIONAL

Em capítulo anterior, eu já deixei afirmado que, os povoadores do Planalto da primeira geração eram bem portugueses. Vinham eles de alemar e traziam as suas modelações mentais, morais, sentimentais, etc. forjadas nos moldes reinóis. Eles, na modestia das suas origens e na pobreza de seus recursos, traziam para as nossas plagas ideais, pensamentos, formações, sentimentos etc. que se haviam sedimentado em suas almas simples e rudes de acordo com os motivos, os quadros, os horizontes, os costumes, etc. que o Reino proporcionava. Eis a religiosidade, sorvida em formação mental, de uma época, recém-saida da Idade média! Eis, o temor reverencial para com os soberanos, quais quer que eles fossem! Mas o povoamento do Planalto não se fez em ondas imigratórias, vindas em fluxo correntoso e continuo, mas sim em gotejamento paulatino. A não ser a vaga de imigrantes-reinóis vinda com Martim Afonso, a vinda na armada espanhola de Diogo Flores de Valdez e a vinda com D. Francisco de Souza, só se pode mencionar a que veiu com Thomé de Souza em 1549.

Temos que, em um século teríamos apenas quatro ondas a registrar. O Planalto foi povoado, em muito pequena parte por individuos aportados nesses fluxos e na maior parte por um gotejar continuo de individuos e de familias, que vinham isoladamente e paulatinamente, sedimentando uma formação psicológica já elaborada.

Esses individuos e essas familias vindas isoladamente, em épocas distanciadas, se iam rapida e facilmente assimilando às massas preexistentes, sobre as quais se iam depositando, as avolumando e tomando delas a cor e a consistencia. Isso se dava com grande rapidez, por que esses recém-vindos se submetiam às mesmas energicas forças que os haviam subtraído do lusitanismo reinol e europeu. Era o meio físico que obrigava com uma força incoercível e imperativa ao absoluto segregamento da mentalidade européia. De fato, nunca se viu melhor aplicação prática daquelas palavras que Dante escreveu nos portais do inferno.

Lasciate ogni speranza, oh voi che entrate!

Todos os individuos, vindos do reino metropolitano, transpondo as selvas de Parapiacaba repetiam essas soturnas palavras do florentino e cortavam toda ligação que tinham com a Europa.

De fato, o Planalto era, nos dois primeiros séculos, uma região geográfica perfeitamente isolada. Eu já não quero relembrar a imensa distancia marítima de dois meses de viagem problemática, no fragil e tosco bojo de minúsculas caravelas, mas para esse isolamento bastaria uma muralha imensa e rudíssima que se antepunha, com suas selvas bravias e mortificantes atapetando desordenada e entrelaçadamente a morraria, em graníticos picos, os despenhadeiros musgosos, os abismos insondáveis, e os sombrios valados.

Esses obstáculos escorregadios e de difícilíssima e perigosíssima transposição, eram a barreira que fazia impossível qualquer corrente mercantil, entre esse Planalto e o Reino. Essa região vicentina de serra acima teria de viver isoladamente e de vegetar a custa de seus recursos próprios. Eis que, o Planalto, teve que evoluir em autarquia! Eu não conheço no mundo, em qualquer tempo, exemplo mais evidente de autarquia mais bem caracterizada. Dessa autarquia tão evidente, tão cristalina, tão fácil de se conceber, se gerou a policultura, essa policultura, que se ve com clareza dos documentos desses dois primeiros séculos.

Eis os "*Inventarios e Testamentos*" a mostrar que, essa policultura foi vigente no Planalto! Ora, policultura só podia ser levada a efeito, na região, sob o regime da pequena propriedade. Esse sistema imperante no Planalto, se verificando ainda dos documentos citados, em tão manifesto contraste com o que se passava em outras regiões brasileiras, onde o latifúndio era o paradigma, se fazia único possível devido a ser o território acanhado, comprimido entre as penhas geográficas e o sertão bravo, inhóspito e pouco convidativo.

Desse regime da pequena propriedade, que se casava tão bem com a pobreza, em que vivia o Planalto, resultou a mais clara e evidente democracia, ainda transparente dos documentos acima mencionados.

Mas foi o isolamento geográfico, corroborado pelo absoluto isolamento economico, esse que determinou que o Planalto nada exportaria para o Reino (produtos tropicais idênticos aos Planaltinos, o Reino teria de outras colônias mais próximas e portanto muito mais baratos; produtos não tropicais, o Reino teria, produzidos in loco), e muito pouco importaria, (pode-se comprovar isso com os documentos citados, que são nitidos a esse respeito) a causa da transformação psicológica, sentimental, social, moral, etc. do reinól em "crioulo", bem como da assimilação rápida e radical do alienígena, fosse ele português, espanhol, flamengo, francês ou inglês. De fato, o Planalto não tinha o menor contato com o Reino. As dificuldades da viagem, pois a navegação primitiva e tosca era caríssima, ineficiente e rara, além dos obstáculos de ordem geográfica, e a lentidão dos transportes, obrigava a quem já tivesse vindo do Reino, jamais pensasse em lá voltar.

O fraco índice cultural do planaltino determinara que, não houvesse intercambio de correspondência, ou de livros, entre a colônia vicentina de serra acima e a Metrópole. Os documentos paulistas, que analisei confirmam isso! Daí temos que, se registra para o Planalto um isola-

mento cultural, que se juxtapõe ao isolamento geográfico, e ao isolamento economico, corroborando no causar as mesmas consequencias.

O baixo teor de vida do planaltino, alem das causas que apontei acima, não animava a corrente importadora do Reino o que se coadunava bem com o infimo poder aquisitivo do morador da região, que não podia e não precisava importar muitos elementos do Reino, (nos arrolamentos dos "*Inventarios e Testamentos*", encontramos o que era de origem regional e o que era procedente de alem-mar).

A pobreza do planaltino, o determinava a circunscrever a educação de seus filhos aos mosteiros religiosos e collegios jesuíticos, localizados no próprio Planalto, ao inverso do que acontecia a outros núcleos coloniais, mais providos de meios economicos, que mandavam a sua juventude a Portugal, a importar a atmosfera embalsamada de intenso reinolismo das arcadas coimbrãs ou das ruas lisboetas.

Essas forças todas, agindo, conjunta e concomitantemente, no mesmo sentido, impondo imperativamente as mesmas diretrizes, acertadas no mesmo diapasão, bitoladas na mesma orientação, fizeram com que o reinól imigrante se transformasse rápidamente no "crioulo" nativo, impulsionador das paginas do passado planaltino por veredas muito diversas das que tiveram lugar alhures. Por isso é que, a história planaltina pode registrar tantos acontecimentos a quebrar a monotonia de um passado uniforme. Neste diapasão são os relatos de Pedro Taques, sem relevo, sem sombras, sem realce, sem causas explicativas, como sem projeções de consequencias, etc.

Entretanto, se quizermos dar um pouco de movimentação ao raciocinio empregando o cérebro, encontraremos comprovantes da série de pensamentos externados acima, ao mesmo tempo que iluminaremos, com explicações muito acontecimento que o silencio dos escritores do nosso passado tem deixado sem vida. São manifestações do que ficou dito acima.

Eis, por exemplo, o que Taunay, na sua "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", v. II, nos revela no tocante aos depoimentos jesuíticos, que presenciaram tudo na conquista do Guairá e puderam avaliar o estado de acrioulação em que estavam os planaltinos!

Assim, estes, ao se apresentarem em 1628, no Guairá, denunciavam, pelos sinais externos com que revestiam as suas pessoas, bem como pelas suas palavras, pelos seus atos, pelas insignias, que eram o simbolo da mentalidade planaltina, etc., a feição e o estágio do processo de "acrioulação" em que estavam. Sim, porque um grupo de individuos não tem a mentalidade fixa e estavel, em um só nivel psicológico ou sentimental, mas o plano de seu complexo de ideias e de sentimentos varia no tempo e no espaço, como tambem varia o aspecto externo de sua etnia, de sua formação social, dos seus costumes, da sua atividade economica, o seu maior ou menor poder aquisitivo, o seu estalão de vida, etc..

Na ocasião o estado psíquico do grupo humano planaltino era o que retratam os depoimentos jesuitas, reproduzidos pelo prof. Taunay,

na sua citada obra, quem ao qual, infelizmente, não deu ao registrado, a importância da qual se reveste. Outras manifestações podemos registrar depois disso, as quais confirmam as que aponteí. Infelizmente elas foram apontadas e descritas por Pedro Taques, que as encarou como cronista e não como historiador, tratando de as esmerilhar nas suas mais microscópicas minúcias, mas não as explicando em suas causas e nas suas consequências. Assim foi o movimento da aclamação de Amador Bueno, o qual, foi uma continuação do que os jesuítas do Guairá depuzeram e o prof. Taunay mencionou. Foi isso um ato a espelhar o estado psicológico do planaltino e não um fenómeno isolado que nada significa para o grupo humano regional.

Ainda corroborando no que eu acima afirmei, a cronica seiscentista do Planalto, na qual podemos enfileirar os relatos de Pedro Taques, os de Azevedo Marques, corrigidos pela documentação publicada e os do professor Taunay, na sua "*História seiscentista da Villa de S. Paulo*", nos mostra um numero elevado de fatos que afirmam a independencia da psicologia planaltina, bem como o acrioulamento das suas populações.

Um fato que muito significa a respeito desse nativismo do planaltino é o repudio e a desobediencia clara e positiva por eles levada a efeito a respeito da ordem real baixada em 1643, por D. João IV, para que os jesuítas fossem restaurados no Planalto e reintegrados nos seus bens.

Essa desobediencia revela no planaltino, não só a existencia de uma individualidade de relevo, capaz de enfrentar a autoridade de uma Metrópole, se opondo a uma determinação de um soberano, com o que se percebe, com nitidez os contornos de uma consciencia que imbuia os moradores da região, como ainda um infimo apego a Portugal e um acatamento muito duvidoso ao rei braçantino, que tinha galgado o trono através da Revolução branca de dezembro de 1640.

Qual deveria ter sido a atitude da Metrópole portuguesa, em face da desobediencia de 1643? Esse passo dado pelos planaltinos, desobedecendo a um aresto real, era uma clarissima manifestação da mais evidente deslealdade para com um soberano. Esse, a região só tinha reconhecido, na ausencia de seus moradores principais, sem que os mesmos fossem ouvidos. Apenas por uma minoria, alem dos velhos, crianças e mulheres, invalidos e tímidos "sanchos panças", é que erigiu esse rei no Planalto. Essa manifestação de deslealdade dos planaltinos para com a coroa lusitana, tomava proporções de uma verdadeira rebeldia, que exigia uma pronta repressão.

D. João IV, entretanto, enguliu a afronta, não reagindo!

Fez como o homem que, esbofeteado não tomou um desforço.

Por que não o fez?

Lra tanto o terror de que se achava possuido Portugal, recém-libertado do domínio espanhol, a ponto de temer se desviar para reprimir o Planalto em franca rebelião? Então, ainda não havia sido travada a bata-

lha de Montijo, pela qual Matias de Albuquerque, o conde de Alegrete, deu grande alívio à amedrontada personalidade do Duque de Bragança!

Mas, em 1647, o rei D. João IV investiu de novo a favor dos jesuítas e contra os planaltinos, baixando novo alvará no sentido de serem os padres da Companhia restaurados no Planalto, com os seus bens reintegrados. Nova desobediência! Nova manifestação de rebeldia e deslealdade por parte dos planaltinos!

Novamente, a Metrópole achou melhor não se importar e usar da política de *"cosinhar em agua fria"* ou *"Deixar como está para ver como fica"*, método tão adotado hoje e, com tanto sucesso aplicado!

Parece que, Portugal respeitava a situação, se conformando, mas não dava grande importancia, devido ao Planalto, economica e demográficamente pouquissimo significar.

Em 1660 os planaltinos maltratando o representante do Estado português Salvador Correia de Sá, praticam novo ato de deslealdade e de rebeldia, significando com meridiana clareza o estado de independencia psicológica, em que estavam. Novamente, Portugal, impotente, tendo atingido ao auge o seu terror alucado, em face da Espanha, enfim livre de seus inimigos poderosos, pelo tratado dos Pirineus, enguliu a afronta. Seria então a ocasião da Espanha voltar contra Portugal, todas as suas forças. Portugal não estava pois em situação de reprimir a insolencia desleal dos planaltinos, rebelados que haviam maltratado o lusitanófilo representante da Metrópole, o colaboracionista Salvador Correia. Verdade é que, logo em 1661, no mês de janeiro, os planaltinos voltavam atraz no seu fero e rude tratamento em relação à Salvador Correia.

Essa incoerencia e oscilação de procedimento dos planaltinos, sempre altivos e arrogantes, como ciosos das suas prerrogativas, é verdadeiramente chocante e só se explica pela adoção da minha tése, isto é de que a população planaltina se achava dividida em dois grupos: um de nativistas-crioulos, anti-portuguêses, jesuitófobos, escravocratas, outro de lusitanófilos, bragantófilos, jesuitófilos, colaboracionistas, etc..

Esses grupos se alternavam no poder. Em 1660, os crioulos maltrataram Salvador Correia de Sá mas, tendo sido eleita nova Assembléia Municipal, esta voltou atraz e convidou o Governador luso à visitar o Planalto.

Essa psicologia altaneira, arrogante e fortemente vincada de espírito próprio; esse animo independente e marcado de individualismo que fazia ressaltar uma alma particular ao bloco humano, nitidamente destacado, pelos seus traços próprios, pela sua coloração que só lhes dizia respeito, pelo seu perfil inherente, etc.; continuou a se manifestar durante todo o século XVII. É que, nesse lapso de tempo, que vai desde então, até o fim da centuria, não houve acontecimento algum, tanto no Planalto, como nas demais colónias, ou na Metrópole, que determinasse novos rumos à psicologia coletiva do grupo humano planaltino.

Porisso é que chegamos à ultima decada do seiscentimos no ocaso, constatando sempre esse perfil quixotesco da alma planaltina. Não hou-

ve a menor alteração nas linhas fortemente vincadas da psicologia planaltina. A tradição bem conservada desses acentuados traços do animo varonil do morador do altiplano de Piratininga nos é transmitida pela pena de Pedro Taques, na sua admirável "*Nobiliarchia*", em dezenas de líricos relatos, que concretisam legendas passadas de geração em geração, mas que marcam uma diretriz segura espelhando um retrato moral admirável e estratificando uma visão de conjunto muito fiel.

Confirmando os dizeres do linhaqista, podemos constatar elementos documentais, que revelam e fixam a marcada personalidade de Pedro Ortiz de Camargo, na sua soberba atuação para com Arthur de Sá e Menezes.

Esse admirável vulto dos Camargos, desgraçadamente assassinado por Godoy Colaço, (Basilio de Magalhães, "*Expansão Geográfica*"), enviando à Arthur de Sá e Menezes o recado de que "*era excusado ele vir à S. Paulo, pois os paulistas sabiam muito bem se governar*", trilhava a mesma senda deixada no século, pelos planaltinos, em dezenas de inequívocas evidências.

O famoso trecho de Frogger, já aqui citado, é um magnífico depoimento, retratando o ambiente psicológico reinante no Planalto, no fim dos seiscentos, (Basilio de Magalhães, loc. cit.), pois ele se acorda, de um modo notável com a famosíssima carta do Governador D. João de Lencastre, dirigida da Baía, em 1700, a Pedro II de Portugal, à propósito do animo dos paulistas, carta essa, cujos cristalinos e significativos termos, foram reproduzidos neste trabalho, e se encontra no nunca assaz lembrado "*Expansão Geográfica*" do erudito mestre Professor Basilio de Magalhães.

Alem dessa documentada confirmação do esplendido relato de Frogger, nós encontramos dezenas de comentários e de documentos, todos no mesmo sentido, na magistral "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", do insigne prof. Taunay.

Quando houve a descoberta do ouro nas Gerais, os indivíduos que possuíam essa vincada alma regional, perfeitamente destacada da lusitanidade e elaborada secularmente em magnífico isolamento geográfico, economico, social, sentimental, cultural, etc., postos em contato e em atrito com gente de fóra, ou alienigenas, tinham que produzir capitulos de violencia!

Era fatal! .

O ouro, na sua promessa espantosa de mirabolantes riquezas atraiu, para as montanhas ao alto rio de S. Francisco, imensa onda de portugueses e de nordestinos, que buscavam nas minas auríferas, um campo de atuação remuneradora para a sua atividade excessiva, na indústria-agricola do açúcar em flagrante e sensível diminuição.

Os planaltinos tinham a sua psicologia coletiva, ainda mais enaltecida na sua arrogancia natural, pela cega confiança que depositavam no decreto real de Afonso VI de Portugal, de 18 de março de 1664, pelo qual a propriedade das minas, que descobrissem, lhes era assegurada.

Assim, do encontro do planaltino nativo, arrogante, altivo, certo de que era o legítimo proprietário das minas e a onda de reinois e forasteiros nordestinos aportados pela estrada líquida do rio de S. Francisco arriba, tinham forçosamente que resultar atos de violência! Eram duas correntes psicológicas, sentimentais, morais, etc., que não corriam em paralelo, que não se bitolavam no mesmo diapasão, que não se afinavam na mesma coloração de ideias, ou de sentimentos, ou ainda de atributos sociais ou étnicos, etc.

Dáí a Guerra dos Emboabas, que nada mais foi do que o encontro violento de duas correntes de ideias, de sentimentos, etc. originados em formações e modelações diferentes. De um lado, estavam os planaltinos, crioulos de sete ou oito gerações brasileiras, evoluídas, sob todos os pontos de vista em absoluto e hermético isolamento do mundo exterior, com todos os seus atributos físicos, idiomáticos, mentais, morais, sociais, economicos, etc., em perfeita distinção com os dos forasteiros reinois ou nordestinos. Eles estavam conscios dos seus direitos e portanto todas as lutas que travassem, como todos os esforços que empregassem na defesa dos mesmos, eram justos e representavam a boa causa.

De outro lado, estavam os emboabas, estrangeiros ao local, pois uns vinham de alem-mar e outros vinham das colónias açucareiras do outrora opulentissimo Nordéste. Eles, juridicamente eram pauperrimos, pois o ato legal de 1664, dava os direitos de dominio sobre as minas, aos seus descobridores; e eles nada haviam descoberto! Mas eles eram muitos! Talvez cem vezes mais que os planaltinos! Se estes tinham a propriedade das minas, eles teriam a posse das mesmas, pois, graças ao numero, as inundariam incoercivelmente!

Alem disso eles, os emboabas, eram portugueses, como os dirigentes metropolitanos e coloniais, enquanto que os planaltinos já não mais eram, pois eles se haviam acrioulado em duas centurias de completo isolamento.

Isso os tinha divorciado da alma portuguesa, com o perfil da qual já não mais estavam sincronizados. É certo, os planaltinos eram os legítimos proprietários das minas, por força do alvará de 1664, mas esse ato poderia não ser efetivado pelos poderes lusos. De que valeria a propriedade, sem a posse? De que valeria o direito sem a força?

Os crioulos tinham o direito, mas os reinois tinham a posse, pois eles, numerosissimos, haviam invadido tudo e esmagado, na inundação que promoviam, qualquer resistencia nativa, dos legítimos proprietários!

Alem disso, eles, os emboabas tinham, para lhes amparar as absurdas pretensões, o animo prepotente de seus patricios, os dirigentes lusos.

Um fenomeno, que aparentemente escapa à lógica e que parece inexplicavel, em face do bom senso é o de terem os componentes da imigração nordestina se alinhado com os reinois e contra os crioulos, do Planalto. Não parece isso um contra-senso, que vem perturbar toda a lógica dos raciocinios que encadeei? De fato, isso se dá, mas só a primeira vista, pois se não nos contentarmos com o exame simplista, que estaria a nos impor essa estranheza, vamos encontrar explicação e justificação

lógica para o sucedido, de formas a compreendermos bem o enfileiramento dos nordestinos ao lado dos reinóis e contra os planaltinos, crioulos, coloniais como eles. É que os nordestinos, ainda que coloniais, eram também crioulos, mas tinham mentalidade psicológica, formação social e étnica, sentimentalidade, regime economico, etc. não só inteiramente em divergencia aos planaltinos, coloniais e crioulos, de coloração especial, como se aproximavam muito mais aos reinóis. Não só a muito menor distancia da Europa, dava aos nordestinos uma coloração mais metropolitana, como a opulencia e a alta civilização do nordestino, haviaram o isolamento de colônia e Metrópole, de modo que o Nordéste se via, nesse principio do século XVIII, muito mais ligado, sob todos os pontos de vista, a Portugal, do que o abandonado e esquecido Planalto.

Assim, o Planalto já estava perfeitamente "desmamado" da Metrópole e não tinha a o reter na comunhão lusa nem um laço que se mostrasse ainda sólido, como no Nordéste. Eis que, os laços de sangue, sumidos em duzentos anos de isolamento, em que viveu o Planalto, haviam, senão feito esquecer a origem lusa dos velhos troncos formadores, ao menos afrouxado muito o parentesco, que o morador da região vicentina poderia ainda ter com o reinól. Os laços economicos, em razão da pobreza regional, eram nulos, pois o Planalto nada exportava para o Reino luso e quasi nada recebia de lá. Os laços mentais, culturais e sentimentais, entre o país peninsular e o altiplano vicentista eram nulos também, pois a pobreza extrema desta região impedia que fossem mandados os jovens planaltinos a estudar e viver na Metrópole, aí sorvendo o espirito reinól, com o qual viesse contaminar as populações regionais.

Com o nordestino aconteciam fenomenos exatamente contrarios.

Eis a importancia da concepção da pluralidade de colonias luso-brasileiras, em vez da de restrição à igualdade singular de todos os agrupamentos coloniais ibéricos! Só a compreensão da multiplicidade de colônias, com atributos diversos, pode clarear a explicação do fenomeno aparentemente ilógico da Guerra dos Emboabas.



Isso tudo, que vai acima encadeiado não repousa em nenhuma peça documental. É apenas a lógica, o bom senso e a analogia, com a razão natural das cousas que servem de base ao raciocinio seriado, acima exposto.

A dedução nos conduz às conclusões que tiramos, depois de firmar postulados e premissas estabelecidas em fatos indeclinaveis e visiveis, os quais são verdadeiros de modo o mais absoluto, porque ferem os nossos sentidos.

Assim, estamos vendo o que acontece atualmente, em quadros repetidos que nos mostram, com clareza evidente, como se dá com rapidez meteórica a assimilação do imigrante estrangeiro.

Eis, por exemplo, o que assistimos com o italiano, cujos elementos da segunda geração, embora ainda sem antepassados cruzados com pre-

existentes se apresentam perfeitamente nacionalizados, (Ellis, "*Populações Paulistas*"). Ora, esse fenomeno que presenciemos e que podemos observar no nosso cenário atual do Estado de S. Paulo, que é uma imensa retorta, onde se passam os quadros mais patentes da assimilação progressiva, em seus diversos estagios, é de uma cristalina evidencia, facilissima de se constatar, apesar de que, hoje, as ligações entre o Planalto e as regiões de procedencia desse italiano imigrante, são muito mais intensas, continuas e persistentes, com a navegação rápida, o correio, a imprensa, o telégrafo, o cinema, a cultura, os livros, o teatro, etc., que repetem a cada momento notícias e cenas que lembram as terras, os horizontes, etc., que lá ficaram do outro-lado do Atlantico. A assimilação rápida é um fáto do qual não há facismo, nazismo, hitlerismo, ou mussolinismo e similares que impeçam.

Ora, se isso se dá hoje com os italianos e com os procedentes destes ou de quaisquer estrangeiros, porque não se teria dado nos dois primeiros séculos com os lusos e com os espanhois e seus descendentes?

Sim, porque, em história, quando ha carencia de documentação direta, que nos forneça elementos para a reconstituição de algum capítulo do passado devemos lançar mão da documentação indireta, uma vez que esta seja consentanea com a lógica e o bom senso.

Essa conclusão é tanto mais de ser tirada quanto ela é unanimemente confirmada pela cronica e pela documentação, coligida em fontes estranhas ao passado paulista, conservadas, até o pouco, completamente fóra dos nossos quadros históricos.

Assim, por exemplo, quer me parecer que a aclamação de Amador Bueno foi a primeira manifestação da existencia de uma alma brasileira.

É possivel que, tenham havido outros casos demonstradores de que essa alma já existia anteriormente, mas a falta de elementos nos obrigam à conclusão de que a aclamação de Amador Bueno deve ser classificada como a manifestação primeira do despontar radioso disso que chamamos alma nativista. Sim, porque faziam cem anos do inicio do povoamento vicentino, e mais ou menos, com a mesma idade podemos constatar o estabelecimento da atmosfera psicológica, sentimental, etc. que chamamos crioula. As Treze Colonias anglo-americanas levaram cerca de 150 anos para amadurar o seu crioulismo, distinto do reinolismo metropolitano, pois o inicio do povoamento da Virginia foi em 1607, o da Nova Inglaterra foi, com os puritanos do "May Flower", em 1620, o das demais regiões foi muitas decadas depois e a guerra de separação, contra a Metrópole reinol, começou em 1776.

Na Planalto, só poderia haver divergencia de minúcias, alterando em muito pouco o amadurecimento do nativismo. Assim, em razão do muito maior isolamento o Planalto deveria ter amadurecido muito antes o seu crioulismo.

Não é pois, sem razão que faço o crioulismo no Planalto ter se amadurecido uma geração antes do anglo-americano, muito mais em contacto com a respectiva Metrópole, a qual se situava a uma distancia mais

curta das colónias do que o Planalto da sua Metrópole portuguesa, a qual tributava a sua miseravel colonia vicentina no altiplano, o esquecimento e o abandono mais completo.

Disso tudo, bem como do isolamento geográfico e economico, em que estava o Planalto, as mais temerosas e importantes consequências deveriam, por força, resultar. É por isso que, eu acho que a aclamação de Amador Bueno foi o primeiro sinal de vida do nativismo brasileiro.

A aclamação de Amador Bueno não deve mais ser encarada apenas como um fenomeno isolado, que o exprimido pelo que se passou a 1.º de abril de 1641. Isto foi apenas um elo da imensa cadeia de atos que constitue o paulatino, mas fatal amadurecimento da alma nacional que se forjava com rapidez no Planalto. A aclamação de Amador Bueno, no seu sentido estrito, nada mais foi do que um espelhamento de uma situação psicológica que teve occasião de se manifestar em 1641.

Então, já o povoamento se tinha iniciado, havia mais de um século e decorrido mais de cinco gerações de Novo Mundo, plasmadas todas em motivos regionais, fatalmente elas tinham feito esquecidas, no neblinado passado quinhentista, as velhas ligações reinois, completamente enferrujadas e esmaecidas. Se nós formos considerar a aclamação de Amador Bueno, propriamente dita, como um quadro apenas do evoluir do crioulismo, temos que já em 1628, o estado da alma nativa era sensível e ressaltava, com relevancia doreinolismo que dominava as consciencias das colónias do Nordéste.

Vemos no estado em que, a grande bandeira raposiana, em 1628, se apresentou no Guairá, um méro reflexo da situação psicológica da colonia planaltina e um simples prólogo da aclamação de Amador Bueno, fase de um processo evolutivo, que havia tido início muito antes e que havia deparado com a occasião em se manifestar.

De fato, quando a grande bandeira raposiana de 1628, a qual havia mobilisado contra o Guairá, a totalidade da população varonil válida do Planalto, menos 25 homens, um grupo de sertanistas se apresentou diante da redução de Sto. Antonio. A respeito, diz o professor Taunay, na sua portentosa "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 162, relatando um preciosissimo depoimento do padre Montoya, que assistiu os primordios do assalto planaltino à Guairá. Diz:

"Quando a Antonio Pedroso e D. Francisco Rendon de Quevedo (o genro de Amador Bueno), ESTES AO PROPRIO DEPOENTE AFFIRMAVAM ESTAR EM CAMPANHA, POR MANDADO DEL REY QUE TENIAN EN EL BRASIL".

Surpreso lhes retrucara Montoya, arguindo-os de trahidores.

"SOLO NUESTRO REY DON PHELIPE ERA EL REY DE TODAS ESTAS YNDIAS Y QUE ELLOS ERAN TRAYDORES".

E, como naquelle momento não tivesse hespanhoes consigo, capazes de referir o caso, e apenas sessenta indios, que não comprehendiam o castelhanõ, em altos brados invocou o testemunho dos proprios inimigos.

“SEAN MESTIGOS DE LO QUE DICEN ESTES HOMBRES QUE TIENEN REY EM EL BRASIL.” Era, com effeito, o caso dos mais graves, essa questão de lesa magestade, de lesa patria. (Que patria? Perguntamos nós.)

Para elle Montoya, fizera-se evidentissimo que os paulistas projectavam tornar-se independentes, acclamando rei.....”.

Esse texto do grande mestre que é o Prof. Taunay, é de clareza meridiana e evidencia muita cousa, que ensina, de modo absoluto que, em 1628, segundo o insuspeito depoimento do padre Montoya, que assistira, como testemunha presencial ao início do ataque a Guairá, já “os paulistas projectavam tornar-se independentes, acclamando rei...”

Poderia haver na história do passado planaltino, alguma cena mais solidamente estruturada, em mais concreto, evidente e claro documento que esse luminoso depoimento?

Alem disso, confirmando a tésse que sustento, diz o insigne prof. Taunay, na sua “*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*”, II, 79:

“Facto pittoresco affiançam os ignacinos: “LAS VANDERAS QUE LEVARAN NO TENIAN LAS ARMAS DEL REY, SI NO OTROS SEÑALES DIFERENTES”.

Óra isso patenteia, que os planaltinos, rebelados contra a Espanha e seu rei Felipe IV, tinham plena consciencia de que formavam um agregado humano independente de fato. Pouco, ou antes nada lhes interessava a independencia política, mas que eles a gozavam de fato parece não restar duvida, de acordo com os depoimentos jesuiticos, que eram testemunhas presenciais do que se passava.

Não ha duvida, então de que, em 1628 havia no Planalto o seguinte estado psicológico na população, pois estão firmemente estabelecidos em ampla documentação os seguintes postulados:

- 1.o — Uma atmosfera de independencia, caracterizado por um particularismo especial, evidenciado por todos os depoimentos de testemunhas coevas.
- 2.o — Um absoluto desapego pela Metrópole espanhola nesse tempo e pelo rei de Espanha. Isso significava uma rebelião absoluta e uma serie continuada de atos de indifereçavel lesa Metrópole, alem da de desobediencia manifestada.

Isso não só contraria, de modo absoluto e completo os relatos fantasiosos de Pedro Taques, como abre novos horizontes na história do Planalto e mais particularmente na história do apresamento.

Eis que surge, em 1641, um acontecimento o qual deveria, por força repercutir estrondosamente no Planalto, sob vários pontos de vista.

A situação planaltina, sendo a que deixamos analisada acima e portanto diferente da das demais colônias, deveria fatalmente reagir tam-

bem diferentemente à esse acontecimento tão ribombante, que a todas as colônias feria, mas que, por força, iria produzir consequências diversas na proporção em que se diversificavam os cenários, em que iam se rebater os ecos desse acontecimento.

Foi esse acontecimento a Restauração portuguesa, levada a efeito em dezembro de 1640. A Espanha, nessa ocasião ocupada com a guerra dos Trinta-Anos, em que tinha que fazer frente à poderosa França de Condé, de Turenne, de Richelieu etc., não podia cuidar de reprimir a insurreição portuguesa, que rapidamente venceu os poucos recursos da exótica Duquesa de Mantua e do miserável "quisling" Miguel de Vasconcellos. Levou entretanto, o acontecimento dois meses e meio para repercutir no norte brasileiro que, mais lusitanizado, em meio de fevereiro, obedecendo as ordens imperativas do Marquês de Montalvão (D. Jorge de Mascarenhas), aclamou D. João IV, o então duque de Bragança, preferindo ficar atrelado ao carro português.

Esse norte brasileiro não dispunha de espirito destacado da lusitanidade, e, não se particularizava de modo especial, para aproveitar a ocasião.

Diferente desse Norte, ainda barrado fortemente de espirito luso, era o Rio de Janeiro, mais distante da Metrópole e portanto menos bafejado pela sua influencia.

É por isso que, D. João IV, só foi aclamado no Rio de Janeiro a 12 de março, isto é 24 dias depois de o ter sido na Baía. É natural essa demora? Como então se explicaria esse fato?

A seguir a aclamação de D. João IV no Rio, no dia 12, Arthur de Sá levou a incumbência de fazer repetir a adesão à causa lusa, na Capitania vicentina. Em 16 de março, Luiz Dias Leme levava a termo a aclamação em S. Vicente. Depois, restava o Planalto! A notícia subiu a Serra e é possível que no mesmo dia 16 tenha chegado a S. Paulo, de formas que logo a 17, poderia ter havido a aclamação em S. Paulo.

Entretanto não houve!

Sim, porque, a viagem entre o Litoral e o Planalto, poderia demorar oito a nove horas, se a marcha de um cavaleiro for feita a 7 quilômetros a hora (60 quilômetros é a distancia de S. Paulo à Santos).

Temos que, saída a noticia da Restauração lusa a 16 de março só a 3 de abril seguinte, isto é 18 dias depois, foi feita a aclamação de D. João IV. Porque essa demora? Não está ela exigindo uma explicação? Já alguém teve, entre nós, a sua atenção voltada para isso? Não se percebe nessa demora uma hesitação?

Essa hesitação palpavel não está correlacionada com os interesses economicos planaltinos, os quais seriam prejudicados com essa aclamação que demorava?

Alem dessa imperiosa e imprescindivel correlação, é ainda preciso que a aclamação seja correlacionada com outra situação, em que se achava o Planalto, afim de que a adesão da região do altiplano vicentino à

causa da Restauração portuguesa, seja bem compreendida. Isso, até agora não foi feito, de modo que a aclamação de D. João IV, tem sido encarada unilateralmente.

De fato, como se achava o Planalto, na ocasião em que a notícia da Restauração portuguesa chegou a região? Estava no local, toda a sua população masculina para que o Planalto pudesse tomar conhecimento, pesar bem as circunstancias e deliberar? Não!

Quando foi a notícia da Restauração portuguesa conhecida no Planalto? Em março de 1641!

Então, estava o Planalto, com toda a sua população no local? Não! Quem nos ensina essa negativa é o prof. Taunay; na sua "*História Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 302, onde se vem as seguintes palavras:

"Em julho de 1640 eram os ignacinos de S. Paulo expulsos pela revolta geral dos habitantes da villa; pouco depois ultimavam-se os grandes preparativos para a entrada em campanha da maior expedição até então partida de S. Paulo, sertão a dentro. Eram uns 400 homens brancos e uns 2.500 a 3.000 tupys que partiam para assaltar os puebls da Companhia e em março de 1641 deviam soffrer a derrota horrivel de M'bororé".

Os cronistas jesuítas, muitos dos quais testemunhas de vista desse importantissimo acontecimento, se afinam pelo mesmo diapasão desse trecho dô eminente e sabio mestre.

Vejam-se, por exemplo a "*História do Rio Grande do Sul*", do padre Carlos Teschauer, a "*Invasões bandeirantes*" do padre L. G. Jager, a "*Hist. das Missões Orientais do Uruguai*", do historiador gaúcho Aurelio Porto. Todos afirmam que, em M'bororé, os paulistas tinham centenas de brancos e varios milhares de indios.

Óra, essa massa humana não fazia falta no Planalto, pois justamente no mesmo ano e mês, estava ela combatendo a cerca de 2.000 quilômetros da sêde?

Não é curial que essa "*maior expedição até então partida de S. Paulo*", composta de tanta gente, não podia estar em dois lugares ao mesmo tempo? Claro que fazia falta então!

Para se aquilatar o gráu, em que se fazia acentuar essa falta, é preciso conhecer o quantum da população planaltina. Só então, saberemos a proporção exata dos que foram e a dos que ficaram.

Machado de Oliveira na "*Rev. Inst. Hist. de S. Paulo*", calcula a população planaltina em 3.000 almas e eu no "*Meio século de Bandeirismo*", 132, avalio em 6.000 almas, incluindo o elemento servil.

Com isso, temos que a luta no Rio Grande do Sul mantinha fóra do povoado cerca de 13% da população branca e 80 a 100% do total que consignei no "*Meio século de Bandeirismo*". Mas não é só isso! Os 13% da população branca, que estavam fóra do Planalto, impossibilitados de tomar parte nas deliberações, que, importantes se apresentavam de formas inadiáveis, eram os melhores do seu conjunto demográfico. De fato, esses 13% que, desfalcando a população planaltina, deixavam-na entre-

que às mulheres, crianças, velhos e invalidos, e exerciam o bandeirismo no rio Uruguai, na "maior expedição até então partida de S. Paulo", eram a gente mais arrojada audaz e varonil do Planalto. Os 77% da população planaltina, que era correspondente ao elemento feminino, infantil, inválido, avelhantado etc., era a escoria selecionada, pois os mais valentes, os mais intrépidos e aventureiros, os mais ambiciosos e destemidos partiam, afrontando másculamente todos os obstáculos!

Foi assim que, a notícia da Restauração portuguesa surpreendeu o Planalto quando este se achava, com evidencia, privado da sua gente a melhor, isto é a mais provida de qualidades. Assim, o altiplano da Capitania vicentina deveria deliberar a respeito de um assunto de tão visceral importancia para a colônia, justamente, quando esta estava desfalcada da sua gente, em proporção quantitativa não pequena e qualitativamente a melhor!

O que vai acima, é uma serie de raciocínios tão claros, tão nitidos que gritam, reboando seus estrepitosos écos na história do altiplano vicentino. Eis que, o documento que nos certifica ter havido em S. Paulo uma aclamação de D. João IV, esse que está no volume 7.º, Suplemento do "Registro Geral", 251, subscrito, apenas, por uma trintena de paulistas, que não eram clérigos. Entretanto em 1640, quando os jesuítas foram expulsos do Planalto, naturalmente, antes dos apressadores de M'bororé, haverem partido (Taunay, "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II), foi lavrado um documento ("Actas" V, 35 a 38), relatando o fato, assinado por cerca de duzentos nomes.

Sintetizando tudo, que acima vai encadeiado, temos que ficaram claros e nitidos os seguintes postulados:

- 1.º — O Planalto comportava um nucleo de gente já bem acrioulado, respirando uma atmosfera perfeitamente nativa em opposição ao reinolismo das outras colônias menos isoladas que o Planalto.
- 2.º — Não era do interesse economico da região o dominio português.
- 3.º — A Restauração portuguesa foi feita em Portugal no inicio de dezembro de 1640 e só quatro meses depois foi confirmada no Planalto, devendo essa inexplicavel demora significar alguma cousa. Hesitação?
- 4.º — O Planalto estava desfalcado de grande parte da sua população, justamente a melhor, a qual estava no Rio Grande do Sul se batendo no combate de M'bororé, onde eles são assinalados pelo cronistas jesuítas.
- 5.º — A aclamação de D. João IV foi feita no Planalto apenas por uma trintena de pessoas, enquanto que a expulsão dos jesuítas, levada a efeito no ano anterior foi feita por mais de duzentos moradores. Isso prova que a aclamação de D. João IV, foi efetivada por uma minima parcela da população planaltina sem audiencia do grosso da população, que, quando aqui chegou, já encontrou o fato consumado.

Esses cinco postulados, absolutamente evidenciados, em provas robustissimas, não encontram guarida nas crônicas de Pedro Taques e de Frei Gaspar, os quais "lusitanos até o intimo dos corações", estavam mais preocupados em mostrar como a Restauração lusa tinha repercutido bem no Planalto, onde Amador Bueno, tinha se revelado a abnegada figura de uma nova mitologia, que a mania de linhagens dos cro-

nistas citados tinha por norma enaltecer. Mas é tão infantil o que contém o relato dos dois cronistas dos setecentos, que não pode perdurar o que eles citam, nas páginas verdadeiras do passado planaltino.

A aclamação de Amador Bueno não foi encarada, tendo em vista os pontos fixos acima enumerados e levando em consideração as situações acima mencionadas, sendo correlatado com os acontecimentos, que se passando alhures, vinham repercutir de alguma forma no Planalto. Tendo em vista todos esses fatos, vamos ver como os acontecimentos se modificam e o que escreveram os ingenuos cronistas Pedro Taques e Frei Gaspar se desfiguram.

Em se tendo em conta tudo quanto enunciamos, verificamos que a Restauração portuguesa, casualmente coincidiu com o fato de estarem no sertão, distantes do Planalto em cerca de 2.000 quilômetros, os indivíduos mais eficientes da região, só tendo ficado aí os menos aventureiros, nos quais não sobrava animo ardego e assim, dentre esses infelizes em eugenia psicológica, teve de ser escolhido quem pudesse encabeçar um movimento de rebeldia contra o novo estado de cousas. É claro que, a escolha tinha que recair em individuo fraco, pois os fortes estavam no sertão! Eis como teria sido escolhido Amador Bueno. Nunca este morador planaltino fôra bandeirante. Eu passei em revista minuciosa mais de uma centena de nominatas de bandeiras, de acordo com ampla documentação!

Eu analisei centenas de nomes, percorrendo em longa serie de estudos profundos, quasi toda a população planaltina, que tinha por occupação absorvente e empolgante o apresamento, que constituia a grande fonte de renda da região, única base economica que era o sustentáculo material de toda a colônia do alti-plano. Entretanto, apesar do cuidado minucioso que pús nessas pesquisas, não encontrei uma só vez o nome de Amador Bueno fazendo parte de qualquer empreitada sertanista, nem de defesa da Capitania, pois não foram poucas vezes, que os planaltinos armados e arregimentados tiveram de correr em auxilio do litoral ameaçado pelos corsarios, ou de navegar em socorro do Nordêste, envolvido nas lutas contra os flamengos! Dir-se-à que, Amador Bueno já seria muito edoso na ocasião em que o apresamento se fazia mais intenso, ou que o litoral vicentino era mais ameaçado. Mas essa desculpa se desmonta ante o fato, constatado por Pedro Taques, na "*Nobiliarchia*", de acordo com um magnífico documento que ele cita, que os pais de Amador Bueno se casaram em 1590. Amador Bueno só poderia ter nascido em 1591, com o que desde 1607, a sua atividade no sertão deveria se ter iniciado. Entretanto, nada se sabe sobre qualquer empreitada de bandeirismo em que figurasse o nome de Amador!

Em 1628 houve em S. Paulo a organização da maior bandeira, até então partida para o sertão. Dizem os jesuitas, cujos depoimentos, o prof. Taunay reproduz, nos seus esplendidos "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*" e "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*", que essa magna expedição arrebanhou toda a população masculina de S. Paulo, com ex-

cepção de 25 pessoas. Pois bem, entre essas 25 pessoas, que não privilegiavam pela bravura, pelo espírito aventureiro, pela intrepidez, etc. estava Amador Bueno, que mansa e pacificamente estava em povoado, onde se assinala, em março de 1629, ("Actas", IV, 18 e 19). Então, Amador Bueno, tendo nascido em 1591, tinha 37 anos.

Entretanto, Amador Bueno tinha nessa empreitada raposiana de 1628, muitos parentes, entre os quais seu filho, seu genro, seus irmãos, seu tio, vários primos, etc.! De 1635 a 1641, desenvolve-se rude a campanha apresadora contra Tape e então os parentes de Amador Bueno estiveram vivamente empenhados na luta! Entretanto o nome desses planaltinos continua sem aparecer!

Em 1639, organiza-se no Planalto uma expedição de auxílio para a Restauração do Nordeste e quem está à frente disso é o proprio genro de Amador Bueno. Este apesar-de ter apenas 48 anos, não toma parte em nada, tendo Raposo Tavares que chefiou militarmente a expedição 44 anos.

Eis pois, como Amador Bueno, com um carater tímido e fraco teria sido escolhido para figura central do movimento de emancipação de 1641.

Os moradores planaltinos foram surpreendidos, quando a região estava esvasiada de seus melhores elementos, que na ocasião estavam a uma distancia de 2.000 quilometros, combatendo em M'Bororé. Deante disso, o movimento tinha de fracassar, como aconteceu. Para isso o motivo primacial, foi o apontado e nunca a abnegação de Amador Bueno, a qual é lendaria, só tendo impressionado a cerebração dos dois cronistas setecentistas do Planalto, os quais lograram impor seus pontos de vista aos elementos ortodoxos, que querem interpretar a nossa história, como se ela devesse consistir unicamente na cronica lendaria, desacompanhada de bom senso, de lógica etc., unicamente repousados no *magister dixit!*

CAPÍTULO XVIII

M'BORORE' E SUA VERDADEIRA INFLUENCIA NA HISTÓRIA PLANALTINA

Sabemos que a única fonte de renda do Planalto era o apresamento.

Por isso, a população planaltina estava toda ela empolgada na faina cruciante do apresamento, o qual se exigia ribombante heroísmo e espetacular espírito de aventura, exibindo toda uma fachada, que vem rebrilhando, deixava nas sombras do olvido a verdadeira feição do apresamento, que nada mais foi do que uma série de capítulos economicos, pertencentes a um ciclo dessa natureza, que foi indeclinavel e incoercivel, exigindo um notavel esforço e estoico espírito de sacrificio da parte dos apresadores, que eram a quasi totalidade dos homens piratininganos.

Na primeira metade do seiscentismo o apresamento tomou grande incremento, devido a estar o tráfico africano paralizado e o Nordêste, invadido pelos poderosos holandeses, precisar progressivamente de braços para a sua indústria agricola do fabrico de açúcar.

Os holandeses, tendo impedido a importação de escravos africanos, deixaram os nordestinos em situação de dependencia do apresamento. Daí haver esta faina planaltina recrudescido, justamente coincidindo com o período da ocupação batava no Nordêste e com a hegemonia flamenega nos mares. Por isso, os planaltinos, premidos pela procura de braços por parte dos nordestinos, lançaram em 1628 a 1632, expedições tremebundas sobre o Guairá, que reduziram à ruínas, apresando milhares de escravos indios. O esforço feito então pelo Planalto, foi tão grande que, em 1628, dizem os documentos, só ficaram em povoado, 25 homens válidos. Isso quer dizer que, a população inteira do Planalto estava na estreita dependencia do apresamento. A destruição e a conquista dos milhares de escravos guairenhos não bastaram para satisfazer a fome do Nordêste, cada vez mais ávido de gente para a sua indústria agricola.

Assim, em 1633, os planaltinos atacaram o Itati e destruíram Xerez; em 1635 apresaram os indios bravios ao norte do Tape, onde hoje é Sta. Catarina e de 1636 a 1640, talaram todo o território riograndense, conquistando escravos das províncias jesuíticas de Tape e de Uruguai. Em 1640, haviam atingido na sua obra de conquista e de apresamento.

mento, às margens do rio Uruguai. Foram assinaladas e identificadas três a quatro expedições nessa região longínqua. É possível e mesmo provável que, outras expedições tenham tido lugar e que o capítulo referente à campanha planaltina nas terras gaúchas venha a ter novos esclarecimentos, que tragam luz a muita cousa misteriosa, ainda.

Em julho de 1640, os planaltinos, em virulento golpe de prepotencia, que tão bem caracteriza o seu especial espírito de altivez, de independência e de particularismo, expulsaram os jesuítas em quadros que o cronista Azevedo Marques, cinematiza, em páginas eloquentes de seu tão invocado "Apontamentos". Logo a seguir, os moradores da região, premidos pelo Nordeste, que lhes exigia braços para a indústria-agrícola do açúcar, organizaram uma grande expedição, a qual, no dizer autorisadíssimo do prof. Taunay ("Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II, 302) foi a maior expedição até então saída do Planalto. Por esses termos, essa expedição seria mais vultuosa do que a de 1628, a qual empolgou toda a população válida e masculina do Planalto, com exceção de 25 pessoas. Visava o Planalto atravessar o rio Uruguai e talar o território mesopotâmico que leva à Corrientes.

Qual a composição dessa quadrilha de assalto planaltina?

O prof. Taunay, na sua citada "Hist. Geral das Bandeiras Paulistas", II 302, fala em 400 homens e 2.500 tupis. Mas esses totais são elevados na própria obra mencionada do prof. Taunay, pg. 311, que se lê:

"vinham os mamelucos em numero de quinhentos a seiscentos, com mais de quatro mil indios tupys em setecentas canoas".

Ainda, o mesmo trabalho do prof. Taunay, diz à pag. 335:

"levam os autores de historia do Paraguay o numero de paulistas a seiscentos e a quatro mil os seus tupys, como ainda repete Teschauer. Ruyer, testemunha ocular, reduz estes algarismos dignos de um exercito xerxesiano a 350 brancos e 1.200 tupys".

No livro monumental de Aurelio Porto, o notavel historiador gaúcho, se encontram as seguintes referencias a essa parte do grande feito planaltino ("Historias das Missões Orientais do Uruguai"). A pg. 121 diz o emérito escritor:

"dizem os documentos jesuíticos que a bandeira se compunha de 400 portugueses com armas de fogo e muitos mestiços, mulatos e negros, alem de 2.500 flecheiros, convindo, porem, ressaltar que Teschauer, citando outras fontes diz que "os mamelucos (eram) em numeros de 500 a 600 com mais de 4.000 indios tupis em 700 canoas".

A esse respeito diz o eminente padre L. G. F'ager, no seu excelente livro "Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul".

"Quanto aos piratinínganos oscilam os dados entre 350 a 450 brancos auxiliados por 1.200 a 3.000 tupis".

Seja como for, a verdade é que esse numero desfalcou consideravelmente a população planaltina.

Eu tenho a impressão de que ela, fosse, mais ou menos numerosa, teria, em qualquer hipótese, privado o Planalto, não só da maior parte da sua gente, desfalcando a região quantitativamente na sua população, como qualitativamente, tirando dela o melhor elemento.

Sim, porque se em 1628 a bandeira raposiana desse ano arrebanhou toda a população válida e masculina do Planalto, menos 25 indivíduos que fizeram excepção dessa "levée en masse", a bandeira de 1640, diz o prof. Taunay, na "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*", II, 303:

"pouco depois ultimavam-se os grandes preparativos para a entrada em campanha da maior expedição até então partida de S. Paulo, sertão a dentro.

Ora, se a expedição de 1640 era maior que a de 1628 e esta arrebanhara toda a população válida e masculina do Planalto, aquela, por maioria de razões, deveria ter feito a mesma cousa.

Quando teria saído do Planalto a bandeira de M'Bororé?

A esse propósito diz Aurelio Porto, na sua magnífica "*Hist. das Missões Orientais do Uruguai*", 123:

"A bandeira deveria ter saído do povoado em fins da segundo quartel do ano de 640,....."

Perdoe-me o emerito historiador gaúcho, a quem tributo a mais viva admiração e a mais enaltecida homenagem, mas não posso concordar com o seu enunciado acima. Vejamos:

O segundo quartel do ano de 1640 compreende Abril, Maio e Junho.

Em 14 de julho, portanto no 3.º quartel do ano, os planaltinos expulsavam os jesuítas, ("*Actas*", V, 26).

Muitos dos componentes da bandeira de M'Bororé, identificados, pela documentação paulista, tomando parte nos inventários procedidos no sertão, figuram também no documento lavrado por ocasião da expulsão dos Jesuítas, (Aurelio Porto, loc. cit. e "*Actas*", V, 25)

Quer me parecer que, a bandeira teria partido em Agosto ou Setembro, para poder chegar em fins de Fevereiro à região do rio Uruguai.

Isso nos daria 180 dias, para fazer uma distancia de 2.000 quilometros, o que quer dizer uma média de 10,1 quilometros por dia o que e perfeitamente razoavel.

Mas não tenho a impressão de que isso tenha tido muita importancia! Muito mais relevante foi o fato de ter o encontro de M'Bororé limitado ao Sul a expansão planaltina, pois com a derrota sofrida pelos planaltinos, ficou marcado o extremo limite sulino da avançada brasileira, contra as terras que Tordesilhas fora pródiga em dar aos Felipes. Entretanto, de muito mais vulto, que o apontado, foi a revolução que causou no Planalto.

O fato de haver a bandeira tido lugar e chamado imperiosamente para regiões distantes do Planalto, (cerca de 2.000 quilometros, isto é a sete ou oito meses de viagem, ou sejam 210 a 240 dias de mar-

cha) a totalidade da população válida e masculina, justamente em data em que se iam desenrolar acontecimentos da mais alta magnitude e importância para os destinos da região, é, a meu ver, a maior consequência desse importantíssimo feito da história do bandeirismo.

Analisemos com mais vagar o que acima vai afirmado!

Não pode mais restar dúvida de que, em março de 1641, houve uma grande expedição bandeirante, derrotada às margens do rio Uruguai no famosíssimo encontro de M'Bororé. Essa gente, por força, deveria fazer falta no Planalto, na proporção do seu vulto. Essa conclusão é imperiosa e de uma transparencia cristalina.

O prof. Taunay afirma (*"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, II, 302), que a bandeira de M'Bororé foi a "maior até então saída do Planalto". Óra, isso quer dizer que, foi maior que a bandeira raposiana de 1628. Esta bandeira raposiana de 1628, já tinha sido colossal, pois havia esvasiado o Planalto de sua população válida masculina, só aí deixando 25 homens. Assim sendo, dessas premissas fatalmente decorre a conclusão inevitável de que em março, até outubro ou novembro de 1641, o Planalto estava inteiramente esvasiado de sua população válida masculina. A confirmar esse ferreo silogismo, temos os depoimentos das várias testemunhas oculares de M'Bororé, que são unânimes em dizer que a expedição planaltina derrotada em M'Bororé se compunha de varias centenas de brancos e de mamelucos e de varios milhares de tupis, (Taunay, *"Hist. Geral das Bandeiras Paulistas"*, II; Carlos Teschauer, *"História do Rio Grande do Sul"*; L. G. I'ager, *"Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul"*; Aurelio Porto, *"História das Missões Orientais do Uruguai"*). Ainda a confirmar essa conclusão, temos que, a ata lavrada, por ocasião da aclamação de D. João IV, a 3 de Abril de 1641, (*"Registro Geral"*, Suplemento do VII volume, 251), pois ela só vem assinada por uma trintena de nomes alguns dos quais de idade avançada. Isso quer dizer que o Planalto estava sem gente.

Se o Planalto estava momentaneamente sem os seus moradores validos e masculinos, não podia mesmo tomar uma attitude que não fosse de passividade, ante a situação que se visse obrigado a se definir. Por mais que os habitantes do altiplano vicentino quizessem adiar o seu pronunciamento a respeito da Restauração portuguesa, eles não o poderiam fazer de formas a esperar a volta dos expedicionários batidos em M'Bororé. Assim, com facilidade, se verifica que, a derrota de M'Bororé, foi mais fatal ao Planalto pelas consequências que causou indieramente, do que pelo que fez diretamente resultar.

Caso não tivesse havido M'Bororé, ou antes, caso não tivesse tido lugar a expedição planaltina ao Rio Grande do Sul, nesse ano de 1640, de formas a vir fazer falta mortal, com sua numerosa e selecionada gente no Planalto no ano de 1641, é evidente que os acontecimentos históricos seriam outros e o caso da aclamação de Amador Bueno não teria tido o desfecho que teve.

CAPÍTULO XIX

O GRAU DE SUBMISSÃO DO PLANALTO A PORTUGAL

Quando morria o rei cardeal D. Henrique, vítima de "arterio-sclerose" prematura, grudado aos peitos suculentos de Maria da Motta, a sugar com avidez o único alimento que ele ainda suportava, apresentaram-se entre os cinco pretendentes à sucessão, três que reuniam mais possibilidades:

- a) Felipe 2.^o de Espanha, por sua mãe a infanta portuguesa D. Isabel, filha de D. Manoel, que se casara com o imperador Carlos V, seu primo. Além disso Felipe 2.^o de Espanha tinha sido casado com a falecida infanta portuguesa D. Maria, filha de D. João III, sua prima duplamente, porque sua mãe, sendo irmã de seu sogro, seu pai era irmão de sua sogra.
- b) D. Antonio, Prior de Crato, filho do infante D. Luis, este irmão de D. João III, e do cardeal-rei e como estes, filho de D. Manoel. Para afastar este concorrente que legalmente era o mais poderoso, inventaram que ele era bastardo, pois que seu pai não se casara com sua mãe, mas essa balela foi desfeita por Mario Brandão, no seu "Coimbra e D. Antonio Rei de Portugal".
- c) D. Catarina, duquesa de Bragança, filha que fora de Eduardo, duque de Guimarães, este também irmão de D. João III, e portanto filho de D. Manoel.

Desses três candidatos, Felipe 2.^o como rei de Espanha, dispondo de dinheiro e de soldados, da nação mais rica e poderosa da Europa, era o mais forte, de fato.

Sob o ponto de vista legal, entretanto, o que reunia mais elementos era D. Antonio.

Não ha duvida que, este tenha sido, também, o candidato mais simpático, pelo romantismo de que se envolveu sua situação de espoliado e vítima da prepotencia, e da "quinta coluna" de Felipe 2.^o, por este posto em atividade, por intermedio de Cristovam de Moura, o Laval quinhentista. Além disso, D. Antonio representava a causa nacional e a sua situação se apresentava similar a do Mestre de Aviz, dois séculos antes.

D. Catarina não conseguiu agitar as simpatias dos coloniais brasileiros em seu favor, por se haver unido ao estrangeiro rei da Espanha, contra o luso e popular D. Antonio, além de que ela havia recusado o Brasil, que Felipe estava pronto em lhe dar em troca da sua adesão. Essa recusa de D. Catarina era um menosprezo devotado às co-

lónias, não podia as agradar e promover simpatia à sua causa, bem como de seus descendentes. Quando o néto de D. Catarina, em 1640, se insurgiu contra a Espanha e foi feito rei de uma nova dinastia, sob o nome de D. João IV, ele foi aclamado em Salvador da Baía pelos seguintes motivos:

- a) O Nordéste estava fortemente reinolisado, sob uma intensa influencia lusitana.
- b) Os dirigentes coloniais eram todos reinóis-portugueses.
- c) Portugal ansiava em por termo ao dominio espanhol, lançando mão por isso de qualquer meio, o que não era exatamente o objetivo das colónias brasileiras.

A estirpe de D. Antonio, em 1640, havia se diluido em bastardias, de modo que, a casa de Bragança, embora não pudesse sacar muito nas simpatias dos coloniais brasileiros, era a unica a oferecer algumas probabilidades, contra os espanhóis. Eis pois que, enquanto a descendencia de D. Antonio desaparecia, a de D. Catarina permanecia única em campo contra os espanhóis, cujo dominio os lusos ansiavam em fazer findar, restaurando a soberania portuguesa.

O Nordéste, pela sua importancia economica e demografica, era muito mais lusitano e era conservado muito mais no carinho nas atenções e na dependencia portuguesa, do que as altaneiras, esquecidas, abandonadas e destacadas colónias do Sul, empobrecido. Daí, serem as colonias do Nordéste governadas por gente dos mais altos degraus hierarquicos de Portugal. Iguamente reinóis, bem nascidos e prestigiosos eram os dirigentes da rêde administrativa da rica região nordestina, enquanto que as colónias do Sul, que renumeravam mal o fisco reinol, eram relegadas a governantes reinóis menos graduados, ou a eleitos da terra. Eis que a causa da Restauração portuguesa repercutiu diferentemente nas colonias opulentas e reinolisadas do Nordéste e as empobrecidas e acriouladas colónias do sul.

A colónia planaltina era no Sul, na qual mais se extremava esse desapego a Portugal. Sim, porque esse desapego variava em diversas gradações, conforme a maior ou menos intensidade que entravam em jogo as diversas forças do complexo geográfico, social, étnico, psíquico, economico de cada colónia, em relação à Metrópole.

A colónia planaltina, alem do desapego, psíquico, sentimental, social, moral, cultural, etc. de Portugal determinado pela maior distancia, como pelo rigoroso isolamento da Metrópole lusa, tinha, ainda, a militar, com grande energia, o interesse economico, que era um fator que sempre manteve o grupo humano planaltino bem amarrado ao cepo do sacrificio de qualquer preocupação idealistica.

De fato, ao Planalto, empolgado pelo apresamento de indios em terras que Tordesilhas prodigalizara à Espanha, mais convinha a continuação do domínio espanhol, porque assim, para a continuação do apresamento, não haveria necessidade de serem atravessadas frontei-

ras, as quais por menos defendidas, que fossem, eram sempre obstáculos que tem persistido através dos séculos.

Esse desapego a Portugal e esse interesse economico na continuação de ligação com Espanha, por parte do Planalto, eram evidentemente fortísimos, de modo que, não poderiam ser vencidos por um laço sentimental muito frouxo, que, por ventura, ainda existisse a prender o Planalto à Portugal, ou por qualquer sentimento mais frouxo ainda de um planaltino de cinco gerações, com mistura com sangue amerindiano e espanhol em relação à pessoa do Duque de Bragança cujas qualidades eugénicas não recomendavam e cujos antecedentes da estirpe, em relação ao Brasil não o faziam merecedor de dedicações. Diz a cronica que o Duque João de Bragança não era homem a prender grandes dedicações e a provocar, por ele saudades. Pessoas, que se destacam pela sua conformação física, pelo seu valor intelectual, pela sua audacia, valentia, despreendimento, ou superioridade de procedimento, etc., podem provocar grandes e profundas dedicações. Entretanto o Duque João de Bragança, não só era despido de qualquer dessas qualidades, que poderiam empolgar, como era a negação de qualquer vulto que pela sua ação gera a simpatia e o prestígio.

E' inacreditavel e inverosimil qualquer sentimento de dedicação pessoal por parte de qualquer elemento do Planalto, em relação ao Duque João de Bragança, mórmemente naquele tempo de falta de telégrafo, de imprensa, de radio, de cinema, de propaganda, etc., que impermealizava o Planalto, já de si geográfica e psicologicamente isolado e apartado da ciencia da marcha do mundo. Alem disso ainda, sabia-se que os moradores do Planalto não eram muito fieis a Portugal. Isso confirma admiravelmente o pensamento que eu enunciei acima. Sabemos que a região não era fiel a Portugal, por um documento, que é um admiravel espelho da situação. Trata-se de uma carta, escrita pelo Governador D. João de Lencastre ao rei de Portugal D. Pedro II, filho do duque João de Bragança. Diz essa carta, escrita de Salvador na Baía, a 7 de janeiro de 1700 (Basilio de Magalhães, "*Expansão Geográfica*, 169; "*Rev. Inst. Hist. de S. Paulo*", V. 295):

"... tambem me parece, é muito conveniente que se levante outro terço de infantaria e um esquadrão de dragões, para se metter na villa de S. Paulo, pretexto de que é para segurar a mesma villa e della se poder socorrer facilmente a de Santos; sendo o fim particular deste negocio segura-la de seus mesmos moradores, pois estes tem deixado, em varias occasiões, suspeitosa a sua fidelidade, na pouca obediencia com que observam as leis de V. Mage. e ser gente por sua natureza absoluta e varia e a maior parte della criminosa, e sobretudo amantissima da liberdade, em que se conservam ha tantos anos quantos tem de creação a mesma villa; e vendo-se hoje com opulencia e riqueza que a fortuna lhes offereceu no descobrimento das ditas minas, me quero persuadir sem o menor escrupulo, são capazes de appetecer sujeitar-se ja qualquer nação estrangeira, que não só os conserve na liberdade e insolencia com que vivem, mas de que supponham podem ter aquellas conveniencias que a ambição costuma facilitar a semelhantes pessoas, sendo a principal e a que elles mais suspiram a da escravidão dos indios".

Ora, esse precioso documento faz evidente que, teria sido, por parte dos planaltinos, impossível e absurda qualquer manifestação de lealdade a Portugal e a seu rei. Tanto mais, em se tendo em vista que, é esse documento, confirmado pela ação conhecida dos planaltinos desobedecendo o ato real de D. João IV de 1643 e o de 1647, os quais determinavam a readmissão dos jesuítas, expulsos em 1640. Se os planaltinos desobedeciam os alvarás régios, enquadrando-se admiravelmente no retrato deles feito no documento citado, não podiam ter homenageado ao Duque João de Bragança, o aclamando como uma manifestação de lealdade. De fato, onde estaria lealdade, se os planaltinos desobedeciam as medidas legais da Metrópole?

Não era isso mais do que deslealdade e desobediência? Era rebeldia!

Por isso é que o douto prof. Taunay, na sua "*Hist. seiscentista da Villa de S. Paulo*" diz os planaltinos riam-se dos ukases dos Braganças e o emerito historiador Washington Luis no seu "*A capitania de S. Paulo*", afirma que só no século XVIII, os paulistas reconheceram a soberania de Portugal. Onde estava a lealdade, em face desse quadro indeclinavel? Ve-se bem, por ai, como seria absurda e infantil a reconstituição das aclamações de Amador Bueno e de D. João IV, feitas por Pedro Taques e por Frei Gaspar. E' tão inverossimil, falta de lógica e indigno de intellectuais, o que relatam os dois cronistas planaltinos dos setecentos, que eu lévo, o que eles contam, como se fosse, um menospreso aos cérebros dos pósteros ou um atentado ao bom senso.

— Sintetizando tudo quanto vai acima enunciado, temos que, estão afirmados os seguintes postulados:

1.o) O apego a Portugal, por parte do Planalto, era minimo pois no fim de cinco ou seis gerações o estado psíquico dos moradores da região já era próprio.

2.o) O interesse economico da região planaltina estava na continuação do domínio espanhol, pois com isso o apresamento poderia ser continuado, sem que fronteiras tivessem de ser transpostas.

3.o) O planaltino sempre foi um indivíduo eminente utilitário, sobrepondo o seu interesse economico à qualquer preocupação idealistica, psíquica, sentimental ou religiosa, por mais arraigada que esta fosse.

4.o) Outras regiões brasileiras, por muitas circunstâncias, teriam tributado lealdade a Portugal, mas o Planalto, não é crível!

5.o) O Duque João de Bragança não deveria ter merecido a dedicação profunda do povo planaltino, a ponto dele abrir mão abnegadamente de seus interesses economicos, pois a personalidade do Duque não se destacava da mediocridade por qualquer motivo.

6.o) A casa de Bragança não deveria ser muito querida no Brasil, pelos seus antecedentes de menospreso pelas colónias.

7.o) O Planalto constituia uma colónia geográfica, social, intellectual e economicamente isolada do resto do mundo lusitano, alem de pauperrima, com o que fiscal e comercialmente rendia muito pouco. Isso era causa de ser completamente abandonado e esquecido pela Metrô-

pole. Devido a essas circunstâncias referidas, o Planalto, constituiria um microcosmo todo seu, sem grandes laços que o prendessem à Portugal.

8.o) Essa situação perdurou durante todo o seiscentismo, período de tempo em que a região planaltina esteve imersa na maior miséria que se possa conceber, só dela saindo com a descoberta do ouro nas Gerais, o que determinou a cessação da circunstâncias, que pesavam sobre a região, tirando-a do isolamento, bem como atraindo grandes massas imigratórias reinois. Isso fez com que o Planalto, só então, fosse bem atrelado ao carro dos Braganças e embarcasse, com suas bagagens na canôa portuguesa.



CAPÍTULO XX

PEDRO TAQUES E FREI GASPAR

A experiência consistente na observação da história, nos ensina que o desenvolvimento cultural ascende e cresce na mesma proporção que o desenvolvimento económico. Assim, uma região rica pode possuir elementos destacados em cultura a formar um ambiente de elevado nível intelectual, artístico, etc., enquanto que, uma região pobre não pode cuidar do seu desenvolvimento cultural, tendo que se empenhar no "*struggle for life*". É a aplicação do estafado brocardo latino do "*primo vivere*...

A história brasileira confirma, de modo impressionante, essa observação. Eis que, o Planalto nos séculos XVI e XVII foi paupérrimo, sem fonte de riqueza, sem grande concentração demográfica e colonizadora, mesmo porque a sua miserável economia não convidava ninguém na Ibe-ria a ingressar no seu corpo étnico-social, o qual desprovido de poder aquisitivo, tinha um baixíssimo nível de vida.

Por isso, a região do altiplano vicentino, no decorrer desses dois séculos iniciais, não apresentou desenvolvimento cultural algum.

Era uma inferioridade intelectual absoluta. Os moradores da região planaltina viviam em nível infimo, o qual se ombreava com um gráu baixíssimo em civilização, o qual apenas emergia da selvageria. Era um analfabetismo completo que empolgava a quase todos os moradores regionais, do qual se destacavam muito poucos elementos, os quais não se elevavam a altos níveis culturais. Assim foi ignorada a evolução histórica do grupo humano planaltino durante esses dois séculos iniciais. Tudo quanto se sabe da vida da região é baseado na tradição, na lenda, ou na fantasia, que corria imerecedora ce fé pelas gerações, transmitidas de pai para filhos e nétos, além de uns poucos relatos cronológicos de jesuítas abraçados pela paixão ou de alguns comentários, de eventos feitos por quem não havia sido iluminado por centelha "vieirica".

Essa sotoplanura intelectual, por todos proclamada e verificada dos documentos, publicados, que espelham com nitidez essa inferioridade, era paralela ao cenário artístico e literário. Esse passado quinhentista e seiscentista não deixou a menor manifestação de superioridade mental.

Não temos dessas centúrias o mais leve indicio pictórico, pelo qual se possa reconstituir a fisionomia dos horizontes urbanos planaltinos. Não possuímos dessas épocas o mais leve vestigio que nos autorisasse a

reconstituir a paisagem regional da sociedade sediada no Planalto. Tudo que se queira fazer tem que repousar na imaginação, no raciocínio, na lógica, no bom senso, etc., além de em uns poucos depoimentos suspeitos e evadidos de interesse em deprimir os traços dos coloniais. Para a reconstituição da maravilhosa epopéia do bandeirismo apresador é preciso se recorrer à documentação jesuítica e espanhola combinando com as raríssimas achegas e com os sibilinos e aváros elementos, que encontramos, em laconismo extremo, homeopaticamente entremeados na documentação cuja publicação ainda não foi encarecida suficientemente.

Por isso a história planaltina é ignorada nas paginas do passado brasileiro e vemos erros mais grosseiros ao lado dos mais volumosos cinca-das, fixadas pelos reconstituidores da cronica brasileira, tais como Varnhagen ou Rocha Pombo, quando capítulos importantísimos do evoluir da vida do país, ou da sua formação nacional são passados em revista, com desprezo absoluto, ólvido completo, ou ignorancia macissa da função desempenhada pelo Planalto.

Enquanto isso, o opulento Nordêste, onde se localicava pujante a indústria agrícola do açúcar, nadava em prosperidade, que se refletia no crescimento intelectual, artístico e literário, o qual se pode até hoje verificar, pelas mirificas reconstituições do douto Gilberto Freyre.

Pode-se dizer, sem receio de erro que, a história do Brasil, tal como ela nos é transmitida pelos clássicos autores de livros a esse respeito, limita-se ao estudo do passado nordestino, isto é da Baía para o norte.

A reconstituição da formação e da evolução dessa região, bem como dos quadros policromaticos da sua vida, tem sido facilitado e possibilitado pelos inumeros elementos materilizados, como consequencia das fontes de riqueza da região, opulentada pelo fabrico do açúcar.

A causa dessa situação eminentemente dispar, em varias partes coloniais luso-brasileiras, está no maior ou menor incremento economico dessas partes.

O reflexo disso no campo intelectual, artístico, literário, etc., fez com que o Planalto vivesse nos dois primeiros séculos, em espessa penumbra, da qual só logrou sair, em parte, com a descoberta do ouro, nos fins dos seiscentos.

Em parte, apenas, porque à região, só indiretamente, essa descoberta com o séquito de suas multiplas consequencias, beneficiou.

Mas, mesmo assim, o Planalto, de alguma maneira se valeu, no seu desenvolvimento intelectual e artístico, das descobertas dos mananciais auríferos.

A documentação publicada, isso nos evidencia, com clareza absoluta.

O crescimento demográfico da região planaltina, que se expandiu até as duas centenas de milhares de habitantes, no fim do século XVIII, atraíndo sobre si, uma grande onda imigratória reinol, que se foi sedimentar entrosada com a população preexistente, na região alta da Capitania vicentina, nos atesta, confirmando, o mesmo fenomeno.

A esse aumento economico-demográfico, a mudança étnico-social sofrida pela região, tivemos indícios rápidos, com o aparecimento de dois vultos, os quais, pelas respectivas superioridades de níveis intelectuais revelados, foram indiscutivelmente expoentes da atmosfera em que viviam.

Foram eles Pedro Taques e Frei Gaspar, os quais eram dois indivíduos representativos de fenomenos, que se faziam sentir em toda a região.

Méras consequencias de causas que não dependeram das respectivas vontades, caso eles não se chamassem Pedro Taques ou Frei Gaspar, teriam de surgir com outros nomes. É claro que, as formações individuais dessas duas personalidades tiveram influencia no painel intelectual planaltino dos setecentos, mas, em linhas gerais esses dois expoentes do século XVIII no Planalto tinham que aparecer, pois eles foram predeterminados pelo ambiente que havia se formado.

Eram essas duas personalidades acima nomeadas, individuos acima da media que habitava o Planalto. Os escritos deles tinham, por força que, se influenciar fortemente pelas circunstâncias que os cercavam. O ambiente externo planaltino na ocasião, como eu já tive ocasião de dizer, era de um modo notório saturado de espirito reinol. O resultado da guerra dos Emboabas e a onda emigratória reinól, atraída pelo fulgor aurífero, a qual, ao se sedimentar, havia colmatado o Planalto, se sobrepondo e dominando a preexistente de orientação crioula, tinham que pesar. Seria natural pois que o ambiente setecentista no Planalto fosse bem português, pois alem das causas reinolizantes apontadas, ainda militavam as seguintes:

- a) a ação virulenta da Metrópole, sempre gulosa de riquezas, se fazendo sentir de uma maneira violenta no Planalto, para onde eram enviados cães de fila, de inaudita truculencia, os quais, por meio da prepotencia covarde e maquiavélica, eliminavam os expoentes da stirpe planaltina do seiscentismo.
- b) a atenção da Metrópole, antes só voltada para as colônias açucareiras do Nordeste e preocupada com o Planalto, só depois da descoberta do ouro. Antes, o misero Planalto nada rendia ao fisco reinol, mas depois da mineração, a região ao altiplano vicentino passou a ser um magnifico fornecedor do fisco reinól, que por esse motivo cuidava, com atenção, desse Planalto, que passara a ser opulento e produtivo.

Essas duas razões, ao lado das que eu mencionei antes, tinham tornado fortemente reinolizado o ambiente planaltino, fazendo desaparecer o espirito acrioulado, que reinava nos dois primeiros séculos. Seria natural, pois, que, a atmosfera reinante no Planalto fosse saturada de reinolismo, o qual, por sua vez, iria moldar todas as ideias, todos os pensamentos, todas as produções artistico-literárias, etc., elaboradas no Planalto.

Tendo surgido na região escritos e crônicas, estes deveriam, por força, sendo modeladas, receber a influencia da atmosfera reinante.

Tudo quanto era, no século XVIII, produzido culturalmente no Planalto, fatalmente, tinha que sofrer a orientação ambiental.

Como este era profundamente aporuguesado, temos que a sua força moldadora se projetava com a firmeza indeclinável de um ferreo-modelo no que era originado na região, que assim perdeu os signos de criouli-ismo, que, indisfarçáveis o caracterizavam. Por isso Washington Luis, impressionado, afirmou no seu "*Capitania de S. Paulo*" que o Planalto só nesse século XVIII, reconheceu a soberania de Portugal. Eis que, até o idioma guaraní, antes falado no Planalto, foi, nesse século XVIII, substituído pelo português.

Esse ambiente, assim saturado de espírito reinól, apresentava outra faceta, o qual determinava também notável influencia na produção cultural regional. Era a nobiliarquico-mania! A tendencia exagerada pelas linhagens, em mistura com um apego extremado pelas velhas estirpes lusas, e pelas gerações aristocráticas peninsulares, que uma vesguice de visão coletiva deformava as proporções, privando o povo completamente de espírito crítico e impedindo de ver o ridículo disso, eis a atmosfera que durante o século XVIII, foi o Planalto imbuído. Seria fatal o conúbio disso com o exagerado reinolismo existente entre os cérebros planaltinos.

Dai, nasceram os escritos de Pedro Taques e de Frei Gaspar, os unicos cronistas que nos legaram crônicas a respeito dos sucessos planaltinos e da evolução histórico-social-étnica economica do grupo humano, isolado desde o século XVI, na região alta da Capitania vicentina.

Naturalmente esses legados do veneravel linhagista e do egregio e reverendo monge tinham, por força, que ser calcados nos espiritos acima mencionados, como reinantes no ambiente intelectual, sentimental, moral, etc. da região em que sempre viveram os augustos autores citados.

Aliás isso é nítido para se deprender bem dos escritos do prof. Taunay nos seus prefacios aos trabalhos de Pedro Taques "*Historia da Capitania de S. Vicente*", e "*Informações sobre as Minas de S. Paulo*" e de Frei Gaspar "*Memorias para a História da Capitania de S. Vicente*", bem como nas de Paulo Prado, no seu "*Paulistica*".

Alem dessas causas de naturais deformações, que desmerecem os legados dos dois escritores planaltinos dos setecentos, precisamos anotar que eles tiveram de reconstituir toda a vida do passado planaltino, desde João Ramalho. Esse trabalho teria sido difficilimo, pois não abundavam as fontes, dado o mencionado embotamento do intellecto dos moradores planaltinos dos dois séculos iniciais. Ante essa carencia os dois cronistas citados foram constringidos a recorrer às tradições de familia, transmitidas de geração em geração.

Por isso é que, Paulo Prado diz no seu "*Paulistica*", pref., VIII:

"A historia de S. Paulo, nos velhos chronistas é talvez mais imaginosa do que exata. Taques e Frei Gaspar codificaram por assim dizer a legenda que tem constituído grande parte do passado paulista. Atufados nos detalhes eruditos e nobiliarchicos, nessas chronicas apparecem como figuras de lenda João Ramalho, Tebriça, Raposo Tavares, Amador Bueno, etc."

Já antes disso, ensinava o prof. Taunay, no pref. ao trabalho de Pedro Taques "*Informações sobre as Minas de S. Paulo*", 39:

"a respeito das questões historicas de antigas eras, sobretudo, muito se guiou o linhagista pelas versões de fonte paterna".

Eis que a tradição oral, a respeito do passado planaltino, teria sido fixada dessa maneira por Pedro Taques, de quem o prof. Taunay, *ibidem*, 49, diz:

"Todos estes motivos de justo melindre nem por isso impedem que Pedro Taques seja o mais fiel dos vassallos do Rei de Portugal. Admira-lhe sempre incondicionalmente o criterio dos actos, a extensão do poderio, a revelar-se o subdito mais obediente e respeitoso de um monarcha absoluto, sentindo-se perfeitamente solidario com os interesses daquelle grande soberano de quem teve a ventura de nascer sujeito. Envaidece-o sobremaneira o augmento que a sua arrecadação em Goyaz trouxe aos reaes quintos".

Mais adiante o prof. Taunay ensina (*ibidem*, 50); se referindo à Pedro Taques:

"Apesar de paulista até a raiz dos cabellos, sente-se também lusitano até o intimo do coração, admirador incondicional do seu rei e seu governo".

Como essa mentalidade pois, seria perfeitamente humano e racionalmente lógico que, Pedro Taques, ao fixar as "*legendas sobre o passado*

paulista" e as "*versões paternas*", bem como as tradições de familia e as "*lendas imaginosas*", o fizesse, através de seu espirito vasado no lusitanismo, que o imbuia, "*até o intimo do coração*", como nos ensina o grande mestre professor Taunay, no seu trecho citado.

Por isso, talvez é que, o linhagista tenha errado tanto!

Ele comete tantos deslises serios, que coloca a vinda de Martim Afonso, a viagem clássica da história vicentina, em 1531, quando esse feito só teve lugar um ano depois, além de não ter ele com a sua famosa expedição aportado diretamente, como diz o linhagista, que ignorava o roteiro de Pero Lopes. Dir-se-á que Pedro Taques não conhecia um documento que só foi descoberto depois. Isso explica o erro, mas, nem assim, esse desvio da verdade deixou de existir. — Naturalmente esse argumento faz com que, Pedro Taques, tenha errado sem dólo. Mas ninguém arroga dólo ao linhagista! Este não teve intenção de errar, mas deixou de ser infalível. Nesse erro, Pedro Taques foi acompanhado pelo monge, que também errou muito, embora sem a menor intenção dolosa. Entre os numerosos erros, com que, involuntariamente intoxicou as paginas do passado planaltino e um dos mais graves, cometidos pelo linhagista, figura o que diz respeito a seu bisavô Lourenço Castanho Taques. Por ser seu tão proximo antepassado, que morreu apenas meio século antes de haver nascido Pedro Taques, o erro deste é indesculpavel e se perpetuaria incrustado na cronica regional, não fossem os documentos

de publicação oficial, os quais sintetizando a sábia "lição dos cartorios", poz abaixo o *magister dixit*, entronisado pelos conservadores, que divinizavam a autoridade do linhagista. Que este errasse à propósito de cousas muito distantes da sua época e concernentes a assuntos mais gerais, é lamentavel mas concebivel, mas que o linhagista claudicasse, de uma forma tão grosseira a respeito de seu bisavô, que viveu em data tão aproximada à em que ele, Pedro Taques de Almeida Paes Lemes, viveu, é verdadeiramente incompreensivel alem de injustificavel e indisciplpavel. A esse propósito ver o que eu estudo no meu "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano".

Em que porem, um erro do linhagista mais consequencias maléficas projetou não só sobre a história do Planalto, mas tambem sobre o conhecimento da vida do conjunto colonial luso-brasileiro, é o em que consiste em fazer crer que a região planaltina era opulenta, a ponto de contar em seu seio o "*Creso parnahybano*" o padre Dr. Guilherme Pompeu, proximo parente do linhagista, que morreu logo ao nascer o linhagista, o homem de letras de S. Paulo setecentista.

Todo trabalho deixado pelo veneravel autor da "*Nobiliarchia*", evidencia um desejo indisfarçavel, o qual iludiu muita gente de boa fé, de fazer crer que o Planalto vinha sendo uma região de fino tratamento, proporcionado por uma situação economica folgada. Esse erro lastimavel, que é um desvio grande da verdade, no momento está corrigido, mas levou a dolorosa e fantásticas apreciações histórico-sociológicas, que contrastam com o que os documentos publicados evidenciam.

Eu tento explicar esse lamentavel erro de Pedro Taques, lançando mão de dois pontos de partida:

- a) O excessivo e prejudicial regionalismo nobiliarquico-maniaco de Pedro Taques, o qual o teria levado a falsear a verdade.
- b) O fato de Pedro Taques ter escrito no setecentismo, época, em que depois da mineração nas Gerais, em Goiás, em Cuiabá, etc., o Planalto, entreposto das minas goianas e matogrossenses, gozava de uma certa euforia economica, espelhando uma situação, a qual, se não era comparavel ao Nordéste açucareiro dos dois primeiros séculos, entretanto, estava em muito melhor situação do que a dos misérrimos quadros, que nos quinhentos e nos seiscentos, o Planalt^o havia atravessado.

Essas duas circunstâncias conjugadas, teriam feito com que o linhagista caísse no erro de exagerar essa euforia relativa, que indiscutivelmente bafejou o Planalto nos setecentos.

Isso demonstra o quanto é imprudente, como o fazem os nossos reconstituidores do passado, confiar cégamente nos legados dos dois luminares da cultura planaltina do passado. Devemos ter muita cautela em relação aos capitulos de Pedro Taques e de Frei Gaspar!

Eu não quero, repito, atirar sobre esses dois vultos da intelectualidade paulista do século XVIII, a pécha de haverem tido a intenção cri-

minosa de desviar a verdade histórico-social-econômica. Eles o fizeram inconscientemente. É preciso, pois, para que não se caia no "magister dixit", empregar muito cuidado e prudência a respeito do que dizem Pedro Taques e Frei Gaspar. Em regra, esses dois cronistas setecentistas quando buscam consolidar suas asseverações em documentos, encontram a verdade e a segurança, mas quando eles não estribam suas afirmações em documentos, precisam ser recebidos com muita parcimônia, bom senso e cautela.

Na maioria das vezes, em assuntos genealógicos e nobiliárquicos, tanto o linhagista, como o frade buscam consolidar suas asseverações nas "lições dos cartórios", isto é em sólidos documentos, mas quando eles comentam, desacompanhados de base documentária, quadros cronológicos, ou atos da vida social planaltina, ou ainda capítulos econômicos do passado da colônia lusa do altiplano vicentino, geralmente não merecem confiança absoluta. Para exemplificar concretamente temos que, quando o linhagista traça a genealogia de uma estirpe qualquer, ele acerta porque geralmente busca o auxílio sólido do que ele chama "lição dos cartórios", isto é na documentação que invoca em abono das suas asserções. Quando, porém, ele com o frade beneditino, reproduzem um quadro histórico-social da vida planaltina, como por exemplo, a aclamação de Amador Bueno, baseados unicamente nas próprias visões dos acontecimentos, que ficam sujeitos às apreciações do linhagista ou de Frei Gaspar, que os comentam segundo o ângulo visual deles (que por sua vez estão influenciados pela atmosfera que os cercam ou os envolvem ou ainda os pressionam). Então, temos que empregar muita prudência ao lado de grande dose de espírito de lógica, não emprestando à esses dois veneráveis cronistas do nosso passado setecentista, senão uma fé muito relativa. Infelizmente na confecção da história nacional brasileira, a ciência do passado planaltino, tem sido abandonada e olvidada. Só muito contemporaneamente, as páginas do passado planaltino vem sendo incorporadas à história brasileira e, mesmo assim, elas vem sendo erroneamente reconstituídas por pessoas ou que ignoram por completo o passado do Planalto, ou por ortodoxos que não querem distinguir as duas partes dos legados do linhagista e do frade, emprestando indistintamente a ambas a fé cega de cronistas clássicos. Com isso, "tabus" de uma infantilidade ridícula tem sido encrustados nas páginas do passado planaltino! Elas, tal a dose de ingenuidade, com que tem sido imbuidas, que vem sendo gravadas no passado planaltino, graças ao martelo da ortodoxia conservadora a repicar batidas, que se repetem na talhadeira, do "magister dixit".

Assim, a história da região brasileira do altiplano vicentino, vem sendo feita, como se fosse um rendilhado de infantilidades, inverosimil e ridículas. Eis o caso a aclamação de Amador Bueno, tal como é relatado nas crônicas de Pedro Taques ou de Frei Gaspar!

Não ha e nunca houve em tempo algum, tecido mais completo de absurdos, em que trama mais incoerente se tenha juxtaposto à urdidura mais falta de lógica e de inteligência.

Entretanto, é isso que vemos sendo cultuado, como se fosse verdadeira história! É que as autoridades do linhagista e do beneditino costuraram vários "tabús", na história paulista.

Caso, entretanto uma revisão honesta fosse feita, na obra monumental, seja dito de passagem, do linhagista e do frade, teríamos o espurgo de suas inverosimilhanças e a conservação da parte sadia e bem consolidada do que ensinaram a respeito do alem, no século XVIII, os dois luminares que brilharam nas trévas planaltinas na madrugada dos setecentos, que vinha de raiar com a mineração. Infelizmente isso não acontece e o que escreveu Pedro Taques e Frei Gaspar é tido como intangível pelos espíritos conservadores, que ortodoxamente não querem admitir a menor restrição nos relatos do dois cronistas setecentistas, não se lembrando que não estamos mais sofrendo as mesmas contingências, que imperavam no século XVIII, pois que já não somos mais uma dependencia de Portugal e já somos uma nação livre.



CAPÍTULO XXI

O DECLÍNIO DO APRESAMENTO

A SEGUNDA BATALHA DO AÇUCAR

A segunda metade do seiscentismo testemunhou o declínio do bandeirismo de apresamento. É essa a atmosfera que se vê nítida reinante nos documentos de publicação oficial. O bom senso, a lógica e o raciocínio, presididos pela razão natural das cousas, fazem-nos chegar à mesma conclusão. De fato, porque o apresamento de ameríndios, se o fim da guerra holandesa, em 1654, permitia o restabelecimento do tráfico africano de escravos? Não era, por ventura o escravo africano muito mais eficiente do que o ameríndio?

Alem dessa causa, de declínio do apresamento do ameríndio, só por si decisiva, ainda haviam outras concausas militando na mesma direção, isto é na diminuição do apresamento. Sim, porque todo acontecimento histórico tem fatalmente que ter suas causas e consiste o mistério do historiador diagnosticá-las e não se limitar unicamente a cronologicamente constatar esse acontecimento. Assim, o historiador não deve se circunscrever a cronologicamente enumerar as minúcias do declínio do bandeirismo, mas analisar o que deu motivo à isso.

Temos pois que, na primeira metade do seiscentismo, o bandeirismo de apresamento encontrou em sua evolução os seguintes tropeços que o fizeram decair.

- a) Terminação do domínio holandês no Nordeste e fim da tirânica hegemonia flamenga no Atlântico sul, daí resultando o reinício da importação de escravos africanos, com o que o ameríndio perdia o monopólio do braço e tinha que enfrentar uma concorrência contra o seu congênere africano, muito mais eficiente e muito mais dócil.
- b) Esgotamento dos mananciais e reservas acumuladas de matérias primas, para a indústria bélica de apresamento de ameríndios, pois as províncias jesuítas, que haviam acumulado milhares de índios, e os haviam civilizado, os ajustando ao trabalho e ao cristianismo, situadas dentro um raio econômica e militarmente ao alcance dos planaltos, haviam deixado de existir como centros alimentadores do apresamento. Este, a ter de continuar, tinha que enfrentar dificuldades muito mais rudes, apresando índios bravios, incivilizados e portanto só poderia produzir mercadoria humana muito mais ineficiente, através de dificuldades muito maiores, pois os índios selvagens e bravios, estavam dispersos em imensa região.

- c) Cessação do domínio espanhól. Antes, em vigencia desse domínio, que cessou em 1641, não haviam fronteiras entre as America-lusa e America-espanhola . Os apresadores penetravam livremente nas terras propriamente ditas de Espanha. Cessada porem a união de Portugal e Espanha, com a Restauração portuguesa, fronteiras foram erigidas, à separar as colónias das duas nações ibéricas. Qualquer penetração de apresadores planaltinos na America espanhola, deveria ser combatida. Foi aliás o que aconteceu .
- d) Diminuição da lavoura açucareira do Nordeste . Tendo diminuido a atividade economica em torno do fabrico do açúcar no Nordeste, fato constatado por Simonsen ("Hist. economica do Brasil", I), e facilmente verificavel pelo total de arrobas de açúcar produzido, seria natural que, a procura de braços, para essa atividade diminuida tambem decaísse. Daí o declínio do consumo da mercadoria humana planaltina, cuja produção deveria proporcionalmente enfraquecer.

Essas quatro causas, conjugadas em concomitancia rigorosa, determinaram a consequência inevitavel apontada, pelo que se sente no exame dos documentos, isto é a diminuição da atividade apresadora e o desvio dessa atividade para as procuras dos mananciais de riquezas mineralógicas.

Óra, o Planalto albergava varios milhares de individuos, que se empenhavam com arraigamento no apresamento, que sofrendo, no médio seiscentismo, um golpe tão rude pela concomitancia com que se conjugavam tantos elementos, ele se viu, então, com tanta gente em situação insustentavel. Essa situação insustentavel se exacerbava ainda mais pelos delineamentos do regime climático planaltino, o qual recebendo alternativamente o sopro resequido do vento de Noroeste e o do frígido e úmido vindo do Sul, se fazia grandemente estimulante, determinando nos organismos a ele subordinados um dinamismo e uma superatividade constantes e ininterruptos. Assim pois, essa atividade e esse trabalho contínuo, devendo ser fisiológica e inelutavelmente postos em exercicio, sem solução de continuidade e, em virtude de causas incoerciveis, tendo o apresamento quasi cessado suas atividades. A "*vis propulsiva*" do planaltino, comprimida dessarte, teve que se expandir de qualquer maneira. Essa expansão se manifestou pelas seguintes formas:

- a) Continuação do apresamento, embora muito diminuido, se fazendo exercitar por entre indios bravios e selvagens.
- b) Buscas continuas e pesquisas repetidas de mananciais de riquezas minerais.
- c) Agitações internas, isto é manifestações continuas e repetidas de animo em tumulto.
- d) Expansão pastoril e colonizadora.

Eis em que teriam sido applicadas as energias planaltinas, represadas com a decadencia do apresamento. Elas, procurando uma saída da compressão, que sofriam, encontraram essas valvulas de expansão, pelas quais podiam dar largas à sua necessidade de atividade, obrigada a ser mantida em alto expoente pelo regime climático em que viviam os planaltinos.

De fato, o apresamento continuou, mesmo diminuído. Os apresadores apesar de terem contra si várias circunstâncias, as quais acima, vão enumeradas, persistiram, na sua faina, entre as dispersas e bravias tribus indígenas, principalmente em aquem Tordesilhas. Mas o apresamento assim, era anti economico! Alem disso e concomitantemente com esse encarecimento da produção do braço escravo amerindiano, coincidia uma muito menor procura. A esse aumento não pequeno no preço da produção da mão de obra idigena no Planalto, correspondia uma importante diminuição do preço de procura, pois o Nordéste, sofria um declínio na sua indústria-agrícola açucareira e podia se valer do tráfico africano, com o restabelecimento do intercambio entre a Africa e o Brasil, em virtude da guerra anglo-holandesa e da restauração de Angola.

Não ha dúvida que, o declínio da produção açucareira do Nordéste repercutiu enormemente sobre o Planalto! Eu não sei como esse fenome, ainda não foi vislumbado, tão evidente e nítido ele é!

Sim, por que, se a produção do Nordéste, se fazia com o concurso da mão de obra que o Planalto lhe enviava, (não importa a proporção em que esse concurso se efetuava); se essa produção diminuia, tambem, na mesma proporção, deveria declinar a procura de braços amerindianos, fornecidos pelo Planalto.

Dessas premissas, facéis de serem verificadas e já analisadas neste trabalho a conclusão se impõe lógica e ferrea.

Eis, pois, como o Planalto foi duramente atingido pelo declínio da produção do Nordéste.

Porque se deu esse declínio tão visceral em importancia para todo o organismo colonial? Foi o resultado do que eu chamo a "*Segunda Batalha do Açucar*, luta economica, sem estrepito, sem sangue, sem vitimas, sem bramidos de vitórias, e sem rugidos enraivecidos dos derrotados. Foi uma batalha branca e anonima, que se passou sem tropél de passos de exercitos pela história, marcando teatralmente a mudança radical de um cenário, sem o ribombo de canhoneios ensurdecedores, sem o rilhar continuo da fuzilaria assassina, sem os galopes sanguinários de gente embebedada pelo fumo da polvora ou pela espetativa dos louros, sem o rufar compassado dos tambores em éco, sem os clangores agudos de plangentes clarins, mas prelio encarniçado que desviou profundamente os destinos históricos de grupos humanos, significando a fixação de um marco miliário, que, orientando a vida economica de regiões e de colonias, teve importancia marcante e relevante no palco dos acontecimentos evolucionais da humanidade.

Todos devem estar lembrados da Primeira Batalha do Açúcar, ferida entre S. Vicente, com o seu lagamar e o Nordéste com as suas massapés.

Foi uma lide economica, tambem anonima, surda, branca, sem barulhos, sem lampejos, sem heroismos aparentes e por isso, sem ter cavado na sua passagem sulco na história, a qual tem sido objetivo dos cronistas em esclarecer, apenas a sua superficie, nos capitulos políticos que são os mais espetaculares, que ferem a atenção das multidões, deixando

na penumbra do olvido a parte infra estrutural, social ou economica, da evolução dos grupos humanos.

O Nordéste foi então o vencedor da ardida pugna economica, enquanto que a Capitania vicentina, derrotada, teve amargurados na miséria os seus dias de futuro, que se perpetuou assim nos refolios umbrosos da pobreza, com todo o imenso sequito de seguidores, até o século XVIII, quando o advento do ouro veio tirar a região vicentina dessa esqualida, magra e triste situação demográfica, social e economica.

O bandeirismo de prêa como o de procúra de riquezas, foi consequencia do resultado desse primeiro duélo em torno do açúcar.

O segundo "round" da luta economica que afetou todo o Brasil, o Nordéste não foi feliz, como havia sido no primeiro. Neste a competição economica se ferira, tendo o Nordéste as vantagens da posição geográfica, que lhe outorgava os trunfos de uma navegação muito mais curta, com um abundantissimo e opulentissimo mercado de consumo, à sua disposição.

Com essa situação privilegiada o Nordéste venceu facil e esmagadoramente o seu antagonista, que distante, com mais de um mês de lentissima, fragilima e perigosissima, portanto caríssima navegação a véla, foi relegado à inferioridade. Na segunda batalha do açúcar, o Nordéste não pôde gosar dessas marcas de superioridade. O seu antagonista já não era o mesmo, as condições da luta eram outras e os fatores, em jogo, para a produção tinham variado. O Nordéste, nesse encontro economico da segunda metade do seiscentismo, teria pela frente outro adversário, que não o da primeira parte do quinhentismo, quando a menor rota, da navegação para atingir o mercado de consumo, era a sua.

Então no seiscentismo os fatores do "match" economico, diferiam!

Vejam os:

Em primeiro lugar temos que verificar qual teria sido o competidor do Nordéste, que lhe arrebatou no médio seiscentismo o monopólio da produção do açúcar. Esse adversario foi as ilhas holandesas, inglesas, francesas e espanholas das Antilhas. A Europa, parece que, não interferiu sosinha, nesse surdo e anonimo e silencioso prelio economico, pois ela se achava igualmente distante do Mar de Caraibas e das margens do Capiberibe.

Havia, entretanto, elementos, que faziam inferior a situação nordestina.

Vejam os:

Para que haja produção é preciso que, cada região economica resolva, mais ou menos bem a equação seguinte:

$$\text{Produção} = \text{Mão de obra} + \text{Terra (ambiente externo geográfico e social.)} + \\ + \text{Capital} + \text{transporte} + \text{consumo.}$$

O maior ou menor valor desse conjunto de fatores, os quais em cada região economica tem algarismo representativos, mais ou menos ele-

vados, dão o valor quantitativo e qualitativo da produção. Aplicando pois, essa equação às regiões que competiam no segundo prelio do açúcar, temos que, o Nordéste brasileiro tinha abundante mão de obra, não só amerindiana, fornecida pelo Planalto, como importada da Africa.

As ilhas citadas do mar caraibano também podiam contar com a mão de obra requerida pela indústria agrícola do açúcar. Tanto o braço africano, que, até hoje aí tem vestígios, como o amerindiano incorporado das regiões continentais.

O capital nordestino não teria sido maior que os povos que não o lusitano puderam aplicar nas Antilhas, pelo contrario, pois os hispano-americanos enriquecidos pela mineração abundantissima do Mexico, da Colombia, do Panamá, do Perú e da Bolivia e livres das atividades mineralógicas, puderam empregar seus fortissimos capitais nas promissoras Antilhas. O fator *Terra*, favoravel sob todos os aspetos à indústria-agrícola açucareira, não teria dado nenhuma vantagem a qualquer dos partidos em ação competidora.

Quanto ao transporte, temos que, o Nordéste levou grande desvantagem, pois que enquanto o transporte da sua mercadoria produzida exigia, para ser entregue ao mercado de venda, 6.000 quilometros de inefficientissima, fragilima, perigosissima e carissima navegação, as ilhas do mar de Caraibas, eram obrigadas, em parte à uma navegação de apenas 1 a 2 mil quilometros, para fazer a sua mercadoria chegar nos mercados de consumo, norte e centro americanos, que eram as colónias continentais espanholas do Mexico, da Florida, da America Central, da Costa do Pacifico, ou as colónias inglesas da Virginia ou da Nova Inglaterra, ou as colónias holandesas de Nova Amsterdam, na foz do Hudson, ou ainda as colónias francesas da Luisiana, na foz do Mississipi. Muitas dessas colónias, ainda opulentadas pelo ouro ou pela prata da mineração, pelo tabaco ou o algodão da Virginia, etc., eram os mercados de consumo do açúcar antilhano, enquanto que o Nordéste brasileiro, tendo um competidor que politicamente mais protegido lhe arrancára os mercados de consumo da Espanha, da França e da Inglaterra, alem de ter um outro mercado consumidor nas colónias americanas dessas nações, tinha uma marcada desvantagem.

Sim, porque o Nordéste, na segunda metade do seiscentismo, teve o consumo do seu açúcar, restringido a Portugal unicamente, pois os outros paises que antes se supriam no entreposto distribuidor de Lisboa, tais como a Espanha, a França, a Holanda e a Inglaterra, abandonaram esse mercado fornecedor para irem se suprir nas Antilhas de suas propriedades respectivas. É sabido que, nesse século XVII, Cromwell, Colbert, etc. imprimiram na Europa, uma politica nacionalista, que em economia foi eminentemente protecionista.

Com isso, essas nações abandonaram o açúcar nordestino para só consumir o antilhano, produzido pelos seus conacionais. Eis o chamado estatismo!

Nem se diga pois, que o Nordéste não perdeu grandes massas de consumidores, pois na Europa a população se distribuía assim:

França	17 milhões
Inglaterra	7,5 milhões
Espanha	7,5 milhões
Holanda e parte da Alemanha subsidiária (Reno)	6 milhões
	—————
TOTAL	38 milhões
	—————

Sintetizando tudo quanto ficou dito, temos que, a partir de 1650, o Nordéste se viu erigir um concorrente serio na produção do açúcar. Eram as Antilhas, ilhas possessões inglesas, francesas, holandesas e espanholas. Estas contavam com dois mercados de consumo: o *Americano* e o *Europeu*.

O *Americano*, situado à uma mínima distância dos centros de produção era formado pela America Espanhola, (por isso eram as antilhas espanholas as que podiam dispor desse mercado), cujas populações, empolgadas pela mineração não podiam cuidar de produzir açúcar. As Antilhas inglesas, tinham um excelente mercado na Virginia e na Nova Inglaterra. As Antilhas francesas vendiam a sua produção, em parte para a Luisiana, a Acadia e o Canadá e as Antilhas holandesas para a Nova Amsterdam, que é a Nova York de hoje.

O *Europeu*, situado na Europa a menor distancia que o Nordéste brasileiro, era mantido pelo proteccionismo das nações europeias dirigidas pelo nacionalismo de Cromwell, de Luiz XIV. dos Stuarts, etc.

Enquanto que, as Antilhas tinham dois magníficos mercados de consumo para a sua produção o Nordéste brasileiro só contava com o mercado *uropeu*, pois não dispunha de *americano*, sendo as colónias luso-brasileiras dotadas de infimo poder aquisitivo, alem de possuirem fraca demografia. Assim, só a Europa, consumindo o açúcar brasileiro, animava e possibilitava a produção. Mas, a Europa, no decorrer da segunda metade do século XVII, teve que entrar no ciclo do proteccionismo ao qual impulsionava um nacionalismo extremado. Daí, haver cada nação protegido a produção de suas colónias e possessões, oferecendo a estas mercados de consumo de milhões de indivíduos metropolitanos, dotados de elevado poder aquisitivo. Foi a famosa política do estatismo!

Portugal, Metrópole do Nordéste brasileiro, tinha na época, cerca de 1.600.000 habitantes, o que constituía o mercado de consumo do açúcar colonial.

A política protecionista, que, com os Colberts europeus, empolgava nacionalisticamente o velho mundo, fez com que o Nordéste brasileiro perdesse o mercado de consumo da Europa toda, que somava cer-

ca de 38 milhões de habitantes, restringindo-se ao mercado português de um milhão e seiscentos mil componentes.

Resumindo mais, temos que, as Antilhas, podiam dispor de dois mercados consumidores garantidos, enquanto que, o Nordéste brasileiro só dispunha de um e esse único foi lhe arrebatado pelo proteccionismo europeu, que o transferiu aos seus coloniais das Antilhas.

Ve-se, por aí que, não se pode estudar a história do Brasil, sem correlaciona-la com a História Geral. Não é possível isolar a História do Brasil em uma torre de marfim, alheando-a do que se passava em outras terras.

Foi essa segunda batalha do açúcar, que tanta repercussão teve no Brasil.

Infelizmente os nossos estudiosos do passado, mais preocupados com minúcias bisantinas de acontecimentos que se vem sucedendo cronologicamente, sem causar grandes consequencias, não tiveram ainda seus olhos voltados para esse fenomeno do qual não houve região brasileira que fugisse de seus efeitos.

Foi uma batalha lenta, de transes demorados, com reflexos lerdos, como as de toda luta economica, mas que energicamente projetou seus resultados nos campos sociais e politicos de todas as colónias luso-brasileiras.

Um deles veio se esbater no Planalto e fazer declinar o apresamento.

Foi mais um deserviço que ficamos a dever a Portugal e à situação da Metrópole.



CAPITULO XXII

A REINTEGRAÇÃO JESUÍTICA NO PLANALTO. CAUSAS E CONSEQUENCIAS

Sabemos que em 1640, os jesuítas foram expulsos do Planalto, pela quasi totalidade dos moradores, pois que o documento então lavrado para solenizar e firmar o ato, foi assinado por várias centenas de nomes.

Pela documentação analisada o movimento representou um desejo imperioso popular, contra o qual ninguém se poderia opor. Mas, apesar-de ser quasi coletiva e unanime a onda que fluiu impetuosa e irremovível sobre o collegio da Companhia dos Jesuítas em Maruy, um pequeno grupo conservou as boas graças dos padres loiolanos. Entre esses, com certeza, estava Lourenço Castanho Taques e possivelmente Fernão Dias (1). Eu digo, prudentemente, que, teria sido possível a ausencia de Fernão Dias, no movimento da expulsão dos jesuítas, porque não ha certeza de ter sido do futuro partidário dos loiolanos, o nome que aparece na lista dos que expulsaram os jesuítas, em meados de 1640. Expulsos os jesuítas do Planalto, eu penso que, pelo grupo nativista, composto, em grande parte pelos Camargos, que se veem à frente do movimento, em meados de 1640. Esses elementos fortemente acrioulados, teriam continuado na sua faina de apresamento e a promover nas ocasiões oportunas, as manifestações de nativismo, como, por exemplo, a aclamação de Amador Bueno em 1641. Sintetizando o meu pensamento, eu sou de opinião que, se deve correlacionar o movimento coletivo-popular da expulsão dos jesuítas, com o da inequivoca manifestação de nativismo, que foi a aclamação de Amador Bueno, infelizmente

(1) E' certo que na lista dos que expulsaram os jesuítas, figura um Fernão Dias. Mas o que nos garante que esse assim nomeado era o futuro "caçador das Esmeraldas"? Em S. Paulo havia, na ocasião, dois individuos com o mesmo nome: a) Fernão Dias Paes, o moço nascido em 1608, que foi o "caçador das Esmeraldas", b) Capitão Fernão Dias Paes, o velho, tio do primeiro, nascido em 1576 e com 64 anos, em 1640, pois, vivia em 1641, conforme se ve do vol. XXVIII, 50, dos "Invents. e tests".

Não se pode pois ter certeza absoluta de ter o futuro "Caçador das Esmeraldas", participado da expulsão dos jesuítas. E' até mais possível que se tratasse do tio e não do sobrinho, pois aquele era o administrador das aldeias indi-

fracassada, por motivos que estudo em outro capítulo deste trabalho e com a luta entre Pires e Camargos que ensanguentou o Planalto, durante tanto tempo. Resumindo mais ainda o meu pensamento, temos que, os Pires, teriam sido os jesuitófilos e lusitanófilos, trilha em que se achavam os aliados desse partido, que eram os Taques Pompeu, etc. contrariamente, isto é em campo contrário estavam os Camargos, que sempre se mostraram ser contra os jesuítas e contra Portugal, embora não fossem a favor da Espanha e representassem a corrente crioula ou nativa, á qual, por força, devia existir. Eram os "maquis" paulistas!

Pela coincidência entre o lusitanismo e o jesuitofilismo, cousa, que, para mim, não resta a menor duvida, é que o soberano bragantino português em 1643, no dia 3 de outubro, baixou o alvará, mandando restituir aos padres seus bens no Planalto, onde eles deveriam ser readmitidos. Foi assim, contra os crioulos e nativistas do Planalto e a favor dos inacinos que, o Bragança reinól, resolveu a contenda entre planaltinos e jesuítas. Os crioulos planaltinos, entretanto, embelíssima manifestação de leal acatamento ao monarca reinól que contra eles tão injustamente decidia, não obedeceram à lei baixada por D. João IV. Isso era evidentemente um sinal inequívoco de rebeldia! Eu não posso lóbrigar como isso ainda não tenha sido visto e ainda não tenha sido feita a correlação disso, com a aclamação de um rei próprio em 1641! Não se vê, com nitidês e claresa que essa rebeldia e deslealdade foi uma sequencia, em 1643, do que os crioulos quizeram fazer com a aclamação de Amador Bueno, em abril de 1641, isto é dois anos antes? Não é admiravel que isso, tão facil de ser concluido, não o tenha sido?!

Fica assinalada, entretanto, essa correlação que é lógica e estribada no bom senso.

A 7 de outubro de 1647, o monarca reinól voltou novamente a baixar uma lei, pela qual os planaltinos eram perdoados do crime da expulsão de 1640, contanto que readmitissem os jesuítas e restituissem os seus bens. Era uma medida nitida de transigencia, oferecendo uma pon-

genas paulistanicas e tinha interesses sempre chocantes e diretamente em atrito com os jesuítas. Assim discordo do Prof. Taunay, que no seu "**Grande Vida de Fernão Dias Paes**", 43 acha teria sido o futuro heroe das pedras verdes o da assinatura desse nome, constante da lista dos que expulsaram do Planalto os padres da Companhia.

A duvida que levanto vem abonar justamente o que sugeriu Taunay. loc. cit. 42, que afirma:

"Assim não vemos os signatarios Pedro Taques e seus irmãos Lourenço Castanho Taques e Guilherme Pompeu de Almeida, homens de alta posição, nem os dos Pires mais tarde tão affeiçoados aos expulsos. Quea parecer-nos que já ahí se desenham os primeiros lances da terrivel contenda dos Pires e Camargos, mostrando-se aquelles infensos a expulsão dos jesuítas ou talvez a ella se oppondo porque os Camargos eram os seus mais ardentes propugnadores".

te para que os planaltinos voltassem da sua deslealdade rebelde! Era uma especie de anistia que o Reino, oferecia, com a condição de os rebeldes voltarem novamente ao aprisco da submissão.

Os Planaltinos, que nada haviam pedido, não quiseram a oferta da Metrópole e persistiram na sua rebeldia, isto é permaneceram em não cumprir a disposição legal de 3 de outubro de 1643 de proveniencia real.

Entretanto, sem embargo dessa nítida manifestação de nativismo-crioulo, a vesguice ortodoxa dos nossos reconstituidores do passado, embuidos de espirito conservador, teima em os conservar apegados ao "tabú", pouco lógico, que entronisa nos planaltinos uma sonhada lealdade à Metrópole bragantina! Não pode ser leal quem não obedece às leis imperativas! Quem está fóra da lei é rebelde!

Mas o motivo, que, fazia antagonicos aos jesuitas, os planaltinos, era o apresamento do indio dos estabelecimentos da Companhia. Os reverendos inacinos não se importavam com a escravização do africano e não davam grande monta ao apresamento de indios selvagens. O que os deixava em campo hostil aos planaltinos, eram as correrias destes nas reduções.

Óra, nós já vimos que, o apresamento, na segunda metade do século XVII, por vários motivos, declinou sensivelmente e deixou de se realizar nos domínios jesuíticos. Isso significava o desaparecimento da causa da hostilidade entre planaltinos e loiolanos. Logo, esta, tambem, teria fatalmente que desaparecer. Sim, porque "*sublata causa, tollitur effectus*", já diziam os latinos. Não havia nada a se opor à aplicação desse brocardo. Eliminada a causa, por força deveria ser eliminado o efeito! Foi o que aconteceu! Já não havia pomo de discordia em movimentar a odiosidade jesuítica contra os planaltinos.

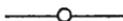
Apesar disso porem, alguma animosidade ficou a separar os antagonistas. A prova de que um certo amargor, ou algum azedume tinha ficado a dispor os jesuitas contra os planaltinos, é a obra do padre Simão de Vasconcelos, escrita, mais ou menos nessa época e publicada em 1663. Por isso, embora a virulencia, com que os planaltinos tratavam os jesuitas houvesse desaparecido, entretanto, o amargo ressaibo da velha malquerença havia ficado, e os moradores da região piratiníngana, ainda não se haviam disposto a acatar o alvará reinol de 1643, recebendo os padres da Companhia em seu Planalto, lhes restituindo os bens.

Mas, em 1653, a democracia em que se vivia no Planalto, na alternança com que punha à frente dos poderes municipais, óra os Pires, lusitanófilos, colaboracionistas e jesuitófilos, óra os Camargos, crioulos e apresadores, fez eleger os elementos do grupo jesuitófilo. O resultado não podia ser outro senão a reintegração dos da Companhia no Planalto, com o cumprimento, afinal, dez anos depois do alvará de 1643.

Como prova do que eu afirmo, temos que, a Camara Municipal para 1653, era constituída de modo a se ver nos eleitos os nomes de Domingos Garcia Velho, Domingos Rodrigues de Mesquita, Francisco

Nunes de Siqueira, e Pedro Dias Leite, chefes conhecidos do grupo Pires. (“Actas”, VI). Estes eleitos a 10 de maio, logo a 12 iniciam a reintegração dos padres e a 14 é lavrada a escritura de composição entre os moradores planaltinos e os jesuítas, que nessa data são reintegrados.

Ainda nesse ano, o outro grupo, isto é os Camargos, lutam furiosamente, ocultando as chaves da Camara Municipal, o que obriga ao Ouvidor Geral do Sul. Velho de Azevedo a mandar arrombar as portas e penetrando militarmente, isto é assaltando violentamente a vila de S. Paulo, etc. (Azevedo Marques, “Apontamentos”). Daí se conclue, com facilidade, que, as minhas observações, acima mencionadas são bem razoaveis e estribadas na lógica rigorosa.



CAPÍTULO XXIII

O PASTOREIO. EXPANSÃO POVOADORA PLANALTINA.

Com o declínio do apresamento, como mostramos no capítulo anterior, o Planalto iria sofrer uma queda hecatombica.

Sim, porque a única base económica da região, vindo a se esfalar seria a ruína de todo o edifício, com reflexos fatais na demografia, na cultura, etc. da parte alta da capitania vicentina.

Entretanto, não foi isso que se deu! Por que?

O Planalto, no decorrer da segunda metade do século seiscentista, não só não se desmoranhou, sob o ponto de vista económico, demográfico, cultural, etc., como pôde apresentar indícios de progresso, com um aumento populacional, uma grande expansão territorial, etc., além de maior índice imigratório e melhoria no teor vital, como se pode ver da documentação publicada, dos inventários dessa segunda metade dos seiscentos. Eclaro que, para essa euforia, visível no Planalto, através da ampla documentação mencionada acima, causas poderosas deveriam estar militando. Quais deveriam ter sido elas? Sim, porque é nosso dever as esclarecer, se quisermos fazer trabalho de historiador. Não basta apenas, constatar situações! Isso seria obra de cronista, a qual seria tanto mais valiosa, quanto mais minucioso fosse o relato da situação. Mas se o nosso objetivo, é reconstitui-la, para que ao diagnostica-la, alguma cousa de útil, fosse feito, temos de procurar esmerilhar as causas determinadoras dessa situação.

Com isso, vamos verificar que, os planaltinos substituíram a fonte de renda económica que vinham de perder, ou quasi de perder, tendo-a diminuída, por atividades de várias naturezas.

Vejamos. A perda ou antes a forte diminuição do apresamento foi compensado pelas seguintes fontes de atividades:

a) Aumento da agricultura local, não para incremento do inexistente intercambio, mas para consumo local.

b) Expansão povoadora pastoril das gentes concentradas na vila piratingana, com imigração para regiões distantes de grandes massas de gente que se apertavam na região vicentina.

c) Buscas de riquezas minerais por meio de bandeiras exploradoras, que abriam horizontes mais vastos e perspectivas mais dilatadas para os moradores do altiplano.

d) Expansão territorial no próprio Planalto que teve então a dilatação da sua area povoada com o aproveitamento do vale do Paraíba

para léste, do Tiete para oeste, etc. Isso fez com que, emigrassem da crista planaltina, grande massa de gente, descomprimindo a pressão demográfica, que naturalmente aumentava na região não só devido ao crescimento vegetativo, como também pelo saldo migratório.

d) Capitalização in loco, na agricultura, no pastoreio ou na indústria, dos lucros auferidos durante a primeira metade do século, quando o apresamento acarretou para a região, grandes lucros. Estes só teriam aparecido mais tarde, isto é na segunda metade do século.

Essas teriam sido as atividades dos planaltinos, durante o tempo que medeiu, desde que o apresamento decaiu sensivelmente, mais ou menos em 1650, até 1695, data em que o ouro foi oficialmente descoberto, o que constituiu em alargamento amplo, para os horizontes economicos planaltinos. É preciso que, se tenha em conta que o regime climático do Planalto obrigava os moradores dessa região a uma contínua atividade, pois é sabido que o complexo climático planaltino, extraordinariamente variável, em seus vários índices temperaturais, de umidade atmosférica, etc., sempre determinaram fenomenos fóra do comum, com reflexos consequentes economicos, sociais, etc. Assim, postados diante de uma incoercível situação economica e forçados a uma continua atividade, pelo seu ambiente interno ou biológico, que era impulsionado imperiosamente pelas condições climáticas, os planaltinos, se mantiveram em constante atividade interna, exibindo capítulos tonitroantes e tornando a cronica planaltina da segunda metade do seiscentismo, um rendilhado de dinamicos episódios, que são relatados pela pena erudita do prof. Taunay, na sua "*História Seiscentista da Villa de S. Paulo*" e pelas lendas romanticadas de Pedro Taques. Eis a luta fremente, dinâmica, cheia de episódios românticos, de capítulos de arrojo, de bravura, de audacia e de temeridade, que foi a contenda violenta entre Pires e Camargos! Era uma consequencia do declínio do apresamento, em correlação estreita com as linhas mestras da climatologia planaltina. Era o encontro violento de duas mentalidades que furiosamente se entretinham, premidas por aquelas forças ambientais.

Eis o capítulo das violentas campanhas contra o vigario Albernáz!

Eis as cenas tumultuosas devidas à quebra do padrão monetário!

Eis os atos bravios, levados a efeito pela questão do sal!

Eis os casos de temeridade, violencia, audacia, bravura, cavalheirismo, etc., de Thimoteo de Góes, de Rodrigues do Prado, de Fernandes de Faria, e de outros que enxameiam nas amarelecidas paginas da "*Nobiliarchia*" do suave Pedro Taques!

Tudo isso foi consequencia da decadencia acentuada do apresamento, em conjunção com o regime climático planaltino! Sim, porque tudo isso só se deu na segunda metade do seiscentismo. Porque não se registra um episódio desses durante o periodo do auge do apresamento? Sim, porque durante a primeira metade do século XVII não se verifica uma só cena de turbulencia interna na cronica planaltina.

Alguns estudiosos do nosso passado já teve a sua atenção presa por esse fenómeno, fácil de se constatar na documentação publicada?

É claro que, se durante a primeira metade do século, isso não se verifica no Planalto, é que o apresamento, então no seu auge, retinha empolgantemente, os elementos másculos da região, não os deixando na ociosidade, graças à qual o ambiente interno se agitou tanto, na segunda metade dos seiscentos. Daí, as palavras lamurientas dos cronistas da Companhia, palavras essas, que, com o seu fraseado esbrazeado de paixão, diminuem sensivelmente para o período de 1650 em diante, para darem lugar aos relatos do linhagista à respeito dos atos de truculência da luta bravia dos Pires e Camargos, das campanhas violentas contra o padre Albernaz, etc..

O aumento da agricultura local, uma das fontes em que era empregada a atividade planaltina, dispersada do apresamento, em forte declínio, é visível da documentação existente. Ve-se pela quantidade de gêneros produzidos, como incrementou-se a agricultura, em se comparando os inventários. De fato, essa conclusão se tira da mais ligeira inspeção na documentação publicada, não só em se comparando diretamente o volume da produção, levada a efeito nas duas metades do século XVII, como também em pondo em paralelo as ferramentas aparecidas nos documentos e a mão de obra empregada, além de outras benfeitorias.

Ve-se, com nitidez, que, na segunda metade do seiscentismo, os documentos existentes e publicados, evidenciam muito mais elementos, identificadores de uma atividade agrícola muito mais profunda. Houve um progresso agrícola não pequeno! A incipiência da agricultura da primeira metade dos seiscentos é sensível, pela rusticidade e pela mesquinhesa do material empregado, como pela quantidade apoucada da mão de obra utilizada.

A expansão pastoril da gente planaltina se efetivou só na segunda metade do século! Não é significativo o fato de, só se poder constatar o fenómeno da expansão pastoril nessa segunda metade?

Nunca teria ocorrido aos que observam o nosso passado que esse fenómeno, por força, deveria ter uma causa qualquer?

A esses observadores da nossa expansão pastoril não teria sido sugerido que o pastoreio, de origem planaltina, foi uma méra consequência?

Consequência do que? Não é preciso possuir espírito muito aguçado para concluir que se houve expansão pastoril, é porque a atividade do planaltino estava sobrando. Estava sobrando, porque o apresamento tinha diminuído.

Vendo a causa determinante da expansão pastoril, vamos ver como teria tido lugar essa expansão.

Um fato que a caracteriza, dando a ela uma marca especial, é que ela teve lugar para região muito distante do Planalto.

Não parece ser isso um contra-senso evidente! Sim, porque o pastoreio deveria ter tido lugar no próprio Planalto! Seria muito mais lógico! Porque não foi assim realizado o pastoreio nas cercanias planal-

tinhas? Não teria sido mais facil, mais economico, mais comodo, mais eficiente, etc. praticar o pastoreio no Planalto? Por que isso não foi feito? Com isso não seriam economizados esforços, tempo, energias, trabalhos, etc.?

A resposta é simples. Por que não havia nas proximidades planaltinas, extensões apropriadas, isto é grande areas planas, cobertas de vegetação rasteira, com aguadas abundantes e terras ferteis, com salinas nas proximidades. Só em raio muito distante da vila paulistana, no Planalto, é que areas em condições acima foram encontradas. Por isso é que, vemos logo em 1662, Francisco Dias Velho, se por à frente de importantissimo núcleo de emigrantes, alem da sua numerosa e patriarcal familia, indo se estabelecer em Sta. Catarina, no lugar que erigiu uma capela à N. S. do Desterro, hoje transmudado, pela iconoclastia dos primeiros anos da Republica, em Florianópolis.

A esse importante surto de emigração do Planalto, transformado em "*officina gentium*", povoadora de ermo sertão, sucedem-se várias e numerosissimas caravanas, como a de Francisco Dias Velho, em demanda ao sertão sulino. A maior parte delas não se conhece, pois passou incólume ao registro da cronica e apenas uns poucos de nomes entre os quais Gabriel de Lara, Eobanos Pereira, ou Nuno Bicudo de Mendonça, que em 1654, fundavam Curytiba, hoje a formosa capital do Paraná. Em 1684, é assinalada nova caravana povoadora do sertão de Sta. Catarina. Foi Domingos de Brito Peixoto, com sua familia numerosa e vasta turma de apaniguados e de escravos, que se foi estabelecer em Laguna e daí dirigiu, mais tarde uma ramificação para o Rio Grande do Sul.

Mas não foi apenas para o sul que se dirigiu a "vis propulsiva" emanada do Planalto, na segunda metade dos seiscentos! Naturalmente numerosissimas expedições povoadoras figuram anonimamente, entre as não registradas pela cronica e por isso não são conhecidas. Apesar de pouco se saber, pode-se enfileirar os seguintes nomes, como tendo se dirigido para as paragens nortistas, nessa segunda metade do século, se fazendo acompanhar de grandes massas de gente: *Matias Cardoso de Almeida*, que foi povoar os bordos planos, vastissimos, descampados e excelentes para o pastoreio, do Rio de S. Francisco, aí estabelecendo numerosissimos currais e fazendas de criar; *Manoel Alvares de Moraes Navarro*, que foi se fixar no Rio Grande do Norte; *Domingos Jorge Velho* que foi se estabelecer com muitas fazendas de gado no Piauí; *Francisco de Siqueira*, igualmente no Piauí; Estavam Ribeiro Baião Parente e seu filho *João Amaro Maciel Parente*, estabelecidos na Baía.

Essa lista é acanhada pela carencia de informes. Ela poderia ser aumentada de muito, por quem se dispusesse à fazer pesquisas especializadas, sobre o assunto.

CAPITULO XXIV

CONTINUAÇÃO DO APRESAMENTO DIMINUÍDO. CRESCIMENTO PLANALTINO PARA O VALE DO PARAÍBA E PARA O OESTE.

Como já tivemos ocasião de verificar, o apresamento, em meados do século XVII, sofreu um golpe terremótico, ou antes foi alvo de uma série de obstáculos, os quais lhe eram ante-postos concomitantemente, nesse marco divisório do II século do Novo Mundo.

A produção da mercadoria objetivada pela indústria bélica do apresamento foi alvo de uma série de circunstâncias, as quais determinaram a sua decadência. De fato, a Restauração da soberania portuguesa, implicando a reafirmação das fronteiras hispano-lusitanas na América, criou obstáculos à penetração planaltina, em terras da América espanhola, onde se encontravam os celeiros de mão de obra ameríndia já concentrada, amansada e cristianizada, isto é civilizada e lapidada.

Ao mesmo tempo em que essa desvantagem se apresentava ante os planaltinos, eles tinham que enfrentar uma outra, que não era desimportante, consistindo em que, as províncias jesuíticas, que deveriam ser assaltadas, para que daí fossem apresadas as peças, haviam sido destruídas, só subsistindo as situadas em distancia grande do Planalto, em raio de penetração anti-económico para a acção planaltina.

A essa diminuição da produção; ou antes, ao mesmo tempo em que se acumulavam essas dificuldades para a produção, havia um sensível decréscimo na procura, pois o monopólio dos fornecimentos de braços para a lavoura de cana e para a indústria açucareira vinha de ser perdido, por ter sido restaurado o tráfico afro-brasileiro. Este que havia sido interrompido, com a hegemonia flamenga nos mares, a qual varrera impiedosamente as bandeiras ibéricas no Atlântico sul, tinha sido possibilitado, com a supressão dessa hegemonia flamenga, pelos navios ingleses de Cromwell.

Ante essas circunstâncias, que haviam dificultado o apresamento, tornando o menos lucrativo, ele necessariamente teve de se restringir, ficando adstrito a continuar, muito diminuído, em campo muito reduzido, unicamente em relação aos índios bravos, que brancos e incivilizados, alem de espalhados por area imensa eram difficilmente capturados.

Devido à essas circunstâncias apontadas, não podemos mencionar grandes expedições de apresamento, na segunda metade do século seis-

centista. Durante esse lapso de tempo, encontramos as seguintes bandeiras apresadoras, em campanha contra os índios selvagens:

- 1651 — bandeira de Domingos Barbosa Calheiros, contra as organizações jesuíticas de Corrientes. Seria natural que, essa expedição fosse compreendida pelo ciclo anti-jesuítico e não pelo do declínio do apresamento o qual teve lugar um pouco depois da metade do século.
- 1651 — Morte em sertão anônimo de João Pedroso de Moraes; identificando uma bandeira, que possivelmente tenha sido a mesma que a mencionada acima.
- 1651 — bandeira no sertão da qual era parte Antonio Pedroso de Barros. É possível que se trate ainda de expedição contra as organizações da Companhia, com o que ela seria melhor capitulada no ciclo anti-jesuítico.
- 1656 — bandeira no sertão anônimo, possivelmente andino, da qual teria sido parte Luis Pedroso de Barros.
Essa teria sido a verdadeira primeira expedição apresadora contra os índios bravios, pois as anteriores teriam visados os índios catequizados pelos jesuítas. Pedro Taques menciona erradamente essa bandeira em 1662. Erraram igualmente todos os copiadores de Taques. Os documentos publicados corrigem mais esse erro do linhagista.
- 1653 — bandeira de Alvaro Rodrigues do Prado. Não foi uma expedição apresadora, mas de exploração de riquezas na zona de Sabarabuçu.
- 1655 — bandeira apresadora anônima ao sertão anônimo. É possível que fosse a mesma que a de Luis Pedroso de Barros!
- 1656 — bandeira apresadora anônima ao sertão anônimo da qual fez parte Pedro Dias Leite. É possível que fosse a mesma que a anterior.
- 1659 — bandeira apresadora de Salvador Bicudo de Mendonça ao sertão anônimo.
— Expedição à Baía, chefiada por Barbosa Calheiros.
- 1661 — bandeira apresadora pacífica de Fernão Dias, junto aos guaianazes de Sondá, Tombá e Gravitá.
- 1664 — bandeira provavelmente apresadora, da qual foi parte Manoel Rodrigues de Arzam.
- 1664 — bandeira provavelmente apresadora, da qual fez parte Estevam Baião Parente.
- 1665 — bandeira apresadora chefiada pelo Padre Matheus Nunes de Siqueira, à região de alem-Mantiqueira.
- 1665 — bandeira apresadora, da qual foi parte Lourenço de Siqueira, trilhando sertão ignoto.
- 1665 — bandeira apresadora chefiada pelo Capitão-mor Francisco Lopes Buenavides, em Goiáz.
- 1666 — bandeira apresadora anônima, trilhando sertão anônimo.
- 1667 — bandeira apresadora anônima, da qual fez parte André Lopes, tendo andado por ignoto sertão.
- 1668 — bandeira apresadora anônima, da qual fez parte Cornélio Rodrigues de Arzam, tendo andado por desconhecidas regiões.
- 1668 — bandeira de exploração de Lourenço Castanho, o velho.
- 1671 — Expedição à Baía chefiada por Estevam Baião Parente.
- 1671 — Expedição de apresamento em Goiáz chefiada por Luis Castanho de Almeida.
- 1671 — Expedição apresadora em Goiáz, chefiada por Antonio Soares Paes.
- 1671 — Expedição apresadora, chefiada por Manoel de Campos Bicudo, dirigida para o Oeste.
- 1671 — Expedição apresadora, chefiada pelo Anhanguera, o velho, em Goiáz.

- 1671 — Expedição chefiada por Manoel Dias da Silva, o Bixira, atingindo Sta. Fé, na Argentina.
- 1674 — Expedição apresadora ao vale do Tocantins, chefiada por Sebastião Paes de Barros.
- 1674 — Expedição anônima, provavelmente apresadora, da qual fez parte João Gago da Cunha, o moço.
- 1675 — Expedição apresadora, chefiada por Francisco-Pedroso Xavier, dirigida ao Paraguai, contra os jesuítas.
- 1675 — Expedição apresadora, chefiada por Manoel de Campos Bicudo, no norte de Mato Grosso.
- 1675 — Expedição anônima e provavelmente apresadora, tendo trilhado região ignota, da qual foi parte João de Araujo.
- 1676 — Expedição anônima e provavelmente apresadora, tendo atravessado região ignota, da qual fez parte Manuel Pereira Sardinha.
- 1676 — Expedição de Lourenço Castanho, o moço, a sertão ignoto.
- 1676 — Expedição provavelmente apresadora, não se sabendo por onde tenha andado, da qual fez parte Ascençõ Gonçalves.
- 1676 — Expedição provavelmente apresadora, nos territórios goianos chefiada por Bartholomeu Bueno Cacunda.
- 1676 — Expedição provavelmente apresadora, dirigida a terras desconhecidas por Domingos Góes Pereira.
- 1678 — Expedição possivelmente apresadora, dirigida a terras desconhecidas por Antonio de Almeida Lara.
- 1680 — Expedição de auxílio para a fundação de Colonia do Sacramento.
- 1681 — Expedição, provavelmente apresadora, da qual foi parte Lucas Ortiz de Camargo, a qual andou por sertão anônimo.
- 1682 — Expedição, provavelmente apresadora, da qual andou pelo sul matogrossense.
- 1682 — Expedição apresadora, da qual fez parte Salvador de Pontes, a região desconhecida.
- 1683 — Expedição, possivelmente apresadora, chefiada pelo capitão João Lopes de Lima, a região desconhecida.
(Ellis, "O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano").

Esses teriam sido os surtos do bandeirismo de apresamento, que duraram até o fim da segunda metade do seiscentismo. Outros feitos, teriam sido levados a efeito, mas não se conhece referencia sequer a respeito deles.

Depois da data enunciada, acima, o bandeirismo paulista, esteve ocupado nas buscas mineralógicas de riquezas para o que contribuíram muito os contínuos acicates, que os monarcas portugueses manipulavam a encaminhar os planaltinos nessa senda.

Com a atividade empregada no apresamento, assim tão diminuída, os planaltinos recorreram a várias outras fontes, nas quais mobilizavam a energia e o esforço libertado pelo declínio evidente do ciclo de caça ao índio. No capítulo anterior verificamos esse fenômeno e como os planaltinos levaram a efeito a substituição do mobil da sua atividade, etc.

Entre os itens em que se repartiram as energias e os esforços planaltinos, como vimos no capítulo anterior, estava a expansão territorial dentro do próprio Planalto, isto é a dilatação da área aproveitada pela agricultura com a fundação de outros vilarejos nos vales do Paraíba, ou do Tiete, ou ainda nas proximidades de S. Paulo.

Mogi das Cruzes já havia sido fundada em 1610, mas Jacareí só o foi em 1652, por Antonio Afonso, isto é 42 anos depois, o que é concludente, pois nesse grande intervalo os planaltinos, empolgados pelo apresamento, no seu pinaculo, não se importavam com a expansão territorial. Confirmando isso, Tauabé, que em 1636, havia sido iniciada, em 1650, desenvolveu-se a ponto de ser elevada à categoria de vila, o mesmo acontecendo a Guaratinguetá, em 1657, (Azevedo Marques, "Apontamentos").

Ve-se por aí, como o Planalto, sem a faina do apresamento que o empolgava, em exclusiva preocupação, pois era a sua única fonte de receita, diminuída esta, em escala substancial, recorreu a outros expedientes e um deles foi precisamente a emigração em um movimento coletivo, determinando o expansionismo, com o povoamento de novas zonas. O pastoreio foi uma manifestação desse fenomeno. Como nas visinhanças do Planalto não haviam areas planas, grandes, descampadas, bem regadas de cursos de água, etc., os que se expatriavam com o fito de fundar fazendas de criar, tiveram de buscar, bem ao longe, essas areas. Os que queriam encontrar na agricultura o que lhes faltava com o declínio do apresamento, foram povoar o vale do Paraíba, o do Tiete, etc.

Eis que, o que se passou no Tiete, confirma o que se viu no Paraíba. Itú, simples aglomeração de choças até 1644, nessa data foi elevada a capela curada, em 1654 feita freguesia e tal foi o seu crescimento que em 1657, foi-lhes dada a categoria de vila. Sorocaba iniciada por Balthazar Fernandes em 1654, em 1661, foi elevada à categoria de vila. Jundiá, que iniciada em 1610, com um grupo de palhoças por Raphael de Oliveira, tal foi a sua importancia em população, etc. que em 1655 foi erigida em vila. Atibaia foi fundada por Jeronimo de Camargo, na segunda metade do século seiscentista, (Azevedo Marque, "Apontamentos").

O planaltino, com o declínio do apresamento, se expandia!

CAPÍTULO XXV

A DESCOBERTA DO OURO. CAUSAS E CONSEQUENCIAS. O CAMINHO DE GARCIA RODRIGUES E OS ACONTECIMENTOS DELE RESULTANTES. A MELHORIA NA ESTRADA DO MAR.

Quando se registrou o declínio do apresamento, no Planalto, houve uma falta de receita econômica e uma sobra de braços, os quais, antes estavam empenhados na indústria bélica do apresamento. Foram os dois problemas, que resultaram para o Planalto da queda do apresamento.

Um de natureza econômica, pois a fonte de receita da região fôra praticamente baixada ao nível o mais inferior. Outro de natureza demográfico. Este foi resolvido por meio da expansão emigratória. Desenfartou-se o principal nóculo planaltino pela colonização de outras terras e conquista territorial, como vimos no capítulo anterior. Aquele, isto é de natureza econômica, foi resolvido no Planalto pela intensificação da agricultura, pelo pastoreio, e pelas buscas de riquezas mineiras, isto é pelo bandeirismo de pesquisas.

No presente capítulo, vamos tratar desta última nomeiada forma bandeirismo, recurso supremo ao qual o Planalto recorreu para suprir o que havia perdido com o declínio do apresamento.

Para uma mudança tão repentina na economia planaltina, como a determinada pela crise que, temerosa e irremovível affligia o apresamento, o Planalto teve que reformar a bandeira, que subitamente modificada, quanto ao objetivo da mesma, teve que ser alterada profundamente, na sua essência, no seu volume, na sua composição, na sua organização, etc.

A bandeira do apresamento, instrumento de uma organização bélico-industrial, destinada a lutas e a pugnas, contra inimigos armados, mais ou menos numerosos, tinha que ser um corpo armado o mais volumoso possível. Esse volume só encontrava delimitações nas dificuldades de alimentação e de penetração de muita gente em sertão inhóspito, desértico e cheio de obstáculos, mas vasio de recursos em alimentação. Assim, segundo já fizemos sentir e segundo ensinam os depoimentos jesuítas, que já mencionamos, as quadrilhas de assalto, usadas pelo Planalto, como instrumento para o apresamento bélico industrial, eram formadas de algumas centenas de moradores brancos ou mamelucos e alguns milhares

de índios arregimentados, (Teschauer, "*Hist. do Rio Grande do Sul*", L. G. Iäger "*Invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul*", Aurelio Porto, "*História das Missões Orientais do Uruguai*", Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*").

Assim pois, com a mudança de objetivo, se fazia evidente que, não seria possível a manutenção do mesmo instrumento. Este precisava ser modificado, em face dos novos fins, que o Planalto tinha em vista. Eis que, as expedições já não visavam mais ataques a quem quer que fosse. O objetivo já não era mais de ofensiva, mas sim de defensiva. Não havia, pois, precisão de que as expedições planaltinas fossem tão volumosas e tão armadas! Sim, porque elas não eram mais de assalto! Elas menores, conseguiam melhor se abastecer no sertão ingrato e com mais facilidades varavam os obstáculos naturais, antepostos pela região rude atravessada. Em vez de carregar muito armamento e munições, as expedições seriam mais providas de recursos em alimentação, o que lhes facultaria mais tempo em explorações. Foi pois diminuída em volume a expedição planaltina! O seu numero de componentes foi grandemente reduzido!

Sim, por que para descobrir mananciais preciosos, não seria preciso mais do que uma ou duas dezenas de homens, que tivessem a se defender mais das intemperies naturais do que dos índios, que só reagiam quando atacados.

A bandeira deixou de ser um órgão ofensivo, para ser defensivo!

As expedições, reduzidas no seu volume, puderam ser aumentadas na quantidade numérica, pois que elas tinham se incumbido de uma imensa tarefa qual a de explorar zonas enormes. Por isso é que, no decorrer da segunda metade do século, pudemos constatar uma grande seriação de expedições, que singravam os sertões em todas as direções.

Com isso, constatamos as seguintes expedições ao sertão, logo que se fizeram sentir todas as causas, que determinaram a decadência do apresamento.

- 1660 — Entrada em busca de esmeraldas — Parte planaltina chefiada por Antonio Ribeiro de Moraes, da expedição de João Correa de Sá.
- 1663 — Mathias de Mendonça, em busca das esmeraldas.
- 1663 — Paulo da Fonseca, em procura de ouro.
- 1666 — Bandeira anonima, em sertão anonimo.
- 1668 — Cornelio de Arzam, em sertão anonimo.
- 1668 — Lourenço Castanho Taques, o velho, ao sertão dos Cataquazes.
- 1671 — Luiz Castanho de Almeida, no sertão goiano.
- 1671 — Antonio Soares Paes, no sertão goiano.
- 1672 — Manoel Paes Linhares, em sertão anonimo.
- 1672 — Manoel de Brito Nogueira, em sertão anonimo.
- 1674 — Fernão Dias Paes, com várias expedições em Minas Gerais.
- 1675 — João de Araujo, fazendo parte de uma expedição em sertão anonimo.
- 1677 — Lourenço Castanho Taques, o moço, em sertão desconhecido.
- 1677 — Bartholomeu Bueno Cacunda, em sertão anonimo.
- 1676 — Bartholomeu Bueno de Siqueira, em Goiás.
- 1676 — Domingos Góes Pereira, em sertão anonimo.
- 1678 — Antonio de Almeida Lara, em sertão anonimo.

- 1680 — Balthazar de Godoy Bicudo, em sertão anonimo.
1680 — Manoel da Cunha Gago.
1681 — Dom Rodrigo de Castel Blanco, no sertão mineiro.
1681 — Lucas Ortiz de Camargo, em sertão anonimo.
1682 — Inocencio Preto e Salvador de Pontes, em sertão anonimo.
1683 — João Lopes de Lima, em sertão anonimo.
1686 — Garcia Rodrigues Paes, no sertão de Minas Gerais.

Essas foram as poucas empreitadas assinaladas, pois a maior parte delas passou incólume à crônica. Eis que as expedições de vulto insignificante não deveriam mesmo ter deixado sulco de sua existência, nos conhecimentos à propósito da vida seiscentista no Planalto. Essa atividade nas buscas das expedições planaltinas eram incentivadas pelas medidas reais que não deixaram de, com os contínuos acicates das famosíssimas cartas autografadas promover o zelo dos habitantes regionais. A medida que mais deveria ter calado no animo dos planaltinos foi o famoso alvará de 18 de março de 1664, pelo qual D. Afonso VI, dava a propriedade das minas aos seus descobridores, lei essa que, mais tarde deveria mostrar, não passar de simples engodo, com o qual a torpe corte real dos Braganças de Lisboa iludiu hipocrita e maquiavelmente a boa fé e a ingenuidade dos descobridores das minas.

Mas além dessa determinação legal, os dirigentes lusos metralhavam o Planalto com as tais cartas autógrafas dos soberanos, as quais, para os lusitanófilos, tinham um prestígio imenso e equivaliam à verdadeira condecoração, passando de geração em geração.

Cousa curiosa, entretanto, a Metrópole tinha o cuidado especial em fazer recair essas missivas, que tanto envaideciam os providos das manias de nobreza dos lusitanófilos, nos elementos, que pelas suas ideias e pelo seu proceder, eram membros evidenciados no reinolismo colonial. Só os elementos Pires recebiam o aguilhão da gula voraz dessa esfaimada Metrópole, que, vendo a decadência do comércio açucareiro, e vislumbrando um próximo período em que não teria a colônia colonial a sustentar o peso dos seus orçamentos, cada vez mais exigentes com as guerras na Europa e com os dotes de suas infantas casadoiras, se mostrava cada vez mais ávida no desvendamento do mistério, que cobria a enebriante nudez das entranhas terrenas.

Esse aspecto do procedimento real, para com a colônia planaltina no Brasil, infelizmente não foi ainda focalizado pelos observadores do nosso passado. A explicação dessa lacuna está em que, os nossos historiadores e cronistas, cegados pelos relatos lusitófilos do reinófilo Pedro Taques, não puderam verificar a verdade.

Estes foram os capitulos, que preludiam a descoberta do ouro.

Vejamos este importante sucesso, como se deu.

Todo o evento histórico, para ser bem elucidado, deve ser decomposto em três partes:

- a) Causas
- b) Fato propriamente dito, com suas minúcias, estabelecidas pela crônica..
- c) Consequências.

Examinando por partes a questão, temos que as causas podem ser:

- 1) humanas
- 2) economico-sociais
- 3) provenientes da ambição reinól
- 4) geográficas
- 5) provenientes da casualidade

As humanas são, as que se assentam nas delimitações biológicas, sociais, etc. do grupo humano planaltino. Foi graças a particularidade devidas a constituição especial da estirpe, com a sua varonilidade, o seu espirito tenáz, o seu apego à aventura, à sua resistencia física e moral bem adaptada a enfrentar as intemperies e os obstáculos, oferecidos por uma inclente natureza, a sua sobriedade, o seu estoicismo, entre os sacrificios exigidos por um ingrato modo de vida, a sua elevada fecundidade multiplicadora e adensadora das populações regionais, que marchavam em impressionante crescendo, as seleções, a mestiçagem, etc. dessa estirpe, que, se deu, em parte o descobrimento do ouro nas Gerais.

Se fizermos abstração desse elemento humano, provido de tantas qualidades físicas e morais, bem como habituados ao bandeirismo, com a rusticidade de vida, exigida por um modo de vida único nas colonias luso-brasileiras, não teríamos tido o descobrimento do ouro nas terras de além-Mantiqueira.

O ouro, tanto poderia ser descoberto do lado do Planalto, como do lado do Rio de Janeiro, que se ligava às terras das Gerais pelo caminho velho, por Angra dos Reis e Paratí, como pelo lado da Baía, que se ligava às Gerais, pelo rio de S. Francisco. Pelo lado da Baía, essa descoberta teria sido muitissimo mais facil, pois quem viesse do Reconca-vo, não tinha senão subir o caudaloso e reto rio de S. Francisco, para chegar à região do ouro.

Do lado do Rio de Janeiro a distância era muito mais curta e muito mais comoda do que do lado do Planalto, cuja via era pelo pedregoso Paraíba e depois pela travessia da tenebrosa e rudissima Mantiqueira.

Desde o quinhentismo a descoberta das riquezas minerais em terras de além Mantiqueira tinha sido tentada do lado da Baía, do Espírito Santo ou do Rio de Janeiro. Entretanto, nenhuma das muitas tentativas, conseguiu desvendar as ricas entranhas minerais, sem embargo dos constantes pedidos da Metrópole reinól, ansiosa em conseguir uma gorda fonte de renda que viesse, como um Cireneu, auxiliar a indústria açucareira, que sucumbia vitimada pela segunda batalha do açúcar.

Porque pois, não obstante as vantagens todas, apontadas, na Baía, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro preferiram ficar "arranhando o litoral como carangueijos"?

É que, nessas regiões faltava o elemento humano!

Não havia na Baía, no Espírito Santo, ou no Rio de Janeiro, gente possuidora dos contornos do planaltino, já afeito aos mistérios e aos obs-

táculos do sertão e senhora dos traços físicos, fisiológicos, morais, próprios para as descobertas.

Essa é a única explicação para o fato de, não haver o ouro e os diamantes sido descobertos pelos coloniais da Baía, do Espírito Santo ou do Rio de Janeiro.

As causas economico-sociais consistem nas derivadas da grande necessidade de os planaltinos buscarem uma fonte de renda qualquer, que viesse substituir o apresamento, que declinava desde 1650. Daí, a ansia angustiada que feria repetidas as tentativas das descobertas, cousa que empenhava febrilmente todas as energias planaltinas.

Se, por ventura não fosse o declínio do apresamento, o ouro e depois deste, o diamante, não teriam sido encontrados, porque a faina infatigável do apresamento teria empolgado todas as energias e estas não teriam sido desviadas para a exploração das terras de além Mantiqueira.

As causas oriundas da ambição reinól e as de ordem geográficas, já foram vistoriadas, mais acima e assim eu me dispense de as repetir.

Vistoriadas as causas, vejamos os fatos. A propósito do descobrimento do ouro, marco importantíssimo na história planaltina, pelas inúmeras consequências políticas, sociais, étnicas e economicas projetadas, reinam grandes controversias, as quais se iniciam com o nome do descobridor.

Pedro Taques, que vem sendo o grande faixo de luz, dardejado no passado afirma na *"Nobiliarquia"* (*Rev. Inst. Hist. Brasil*, tomo especial, vol. I, 21) que Lourenço Castanho Taques, seu próximo antepassado, foi o primeiro a ter conhecimento das minas de Cataguazes. Mas Pedro Taques errou muito, como já deixamos evidenciado e mesmo sobre a data da morte desse seu bisavô, o erro cometido pelo linhagista é indesculpável e nos faz duvidar de tudo quanto ele informa.

Não soube Pedro Taques, por muito apreço que eu lhe dedique, se furtar ao ambiente apaixonado que o cercava, de modo que, isso o faz desviar a verdade histórica não poucas vezes. Assim, que me perdoem os conservadores, eu sou muito incrédulo a respeito de tudo quanto é originado no linhagista, que não tenha base em qualquer documento.

Em 1680, em Taubaté, parece que um individuo de nome Bartholomeu da Cunha Gago (o mesmo que acompanhou Fernão Dias Paes?) realizou explorações do outro lado da Mantiqueira (Orville Derby, *Rev. Inst. Hist. S. Paulo*, V, 270). Depois disso, em data que não é precisada, um tal João de Faria Fialho, em companhia de um individuo Manoel Borba (o genro de Fernão Dias Paes?) teria realizado algo no sentido das descobertas (Orville Derby, loc. cit.).

Outros nomes, além desses e o de Borba Gato, são indigitados como descobridores do ouro, entre os quais o de Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes (Basilio de Magalhães, *"Expansão Geographica"*, 154).

Antonil e depois deste, talvez baseiado nele, Diogo de Vasconcelos, fazem recuar a data da descoberta do ouro de 1693, em que Garcia Rodrigues teria descoberto o ouro, para 1697, quando Arthur de Sá e Me-

nezes tomou posse do cargo de Governador. Então o ouro, segundo An-tonil e Diogo de Vasconcelos, teria sido descoberto, no período desse Governador, pela bandeira de Salvador Fernandes Furtado de Men-donça.

Entretanto, parece ser mais verídica a notícia que atribue a desco-bera, em 1694, a Antonio Rodrigues de Arzam (filho de Manoel Rodri-gues de Arzam néto paterno do flamengo Cornelio de Arzam e bisnéto do bandeirante Martim Rodrigues Tenório de Aguilar). Tendo faleci-do Arzam, ficou de posse do roteiro Bartholomeu Bueno de Siqueira, seu concunhado, que descobriu as ricas jazidas. Foi Carlos Pedroso de Silveira, quem manifestou oficialmente em 1695, a descoberta, perante Se-bastião de Castro Caldas, o Governador de então, (Basilio de Maga-lhães, loc. cit.). Como se ve, ha muita divergencia quanto à data exata e a autoria do descobrimento do ouro. Isso porem, não teve importancia, pois o acontecimento se deu na última década do século XVII. Quanto a isso não resta dúvida. E é unicamente isso que importa, pois do fato do verdadeiro descobridor do ouro, ter se chamado de um modo ou de outro, bem como o fato de terem sido as minas descobertas um ano ou outro, não resulta a menor consequência e parecem ser cousas que só dizem respeito à curiosidade e não à história.

Vistoriado o fenomeno, bem como as causas do descobrimento do ouro, temos a passar em revista as consequências. Um fenomeno é tan-to mais importante conforme forem as consequências por ele determina-das. Eu avalio da maior ou menor transcendência de determinado aconte-cimento, pelo vulto, maior ou menor, das circunstâncias, causadas por es-se acontecimento.

Assim, um fato que não tenha deixado consequências, é um fato des-pido de valia e não devemos perder tempo, trabalho e energia, com ele, estudando-o e pesquisando-o! A descoberta do ouro, entretanto, pela quantidade e pela importancia das consequências decorrentes desse even-to se reveste de tal magnitude que, eu a coloco entre os acontecimen-tos de maior vulto de toda a história brasileira, ao lado daqueles aos quais tem sido atribuida maior parte. De fato, a descoberta do ouro constitue um marco divisório, separador de duas épocas históricas per-teitamente nítidas. Se para a história brasileira a descoberta do ouro se reveste de tanta importancia, para a história regional planaltina o gráu dessa importancia é visceral.

Já vistoriamos em outra publicação ("*Resumo da História de S. Paulo*"), as consequências gerais, decorrentes do ouro. Elas subiram a cerca de uma vintena que eu, rapidamente, analisei, no trabalho citado.

Para o que nos interessa, isto é para a evolução da civilização pla-naltina, as consequências que se fizeram sentir, se resumem:

- 1.º — Invasão das minas pelos reinóis.
- 2.º — Modificação completa da psicologia dos moradores do Planalto.
- 3.º — Modificação completa da demografia quantitativa e qualitativa dos moradores do Planalto.

- 4.º — Modificação completa da economia planaltina, com visível aumento do poder aquisitivo dos moradores regionais, bem como do respetivo nível de vida.
- 5.º — Modificação dérmocrômica da população planaltina.
- 6.º — Cessaçãõ do abandono em que jazia o Planalto, com o que houve notória modificação política em relação a essa parte colonial.

A primeira das consequências é a invasão da região das minas, pelos emboabas reinóis, atraídos pela riqueza regional, desvendada pelos planaltinos. Dessa invasão, facilmente compreensível em suas causas, resultou a guerra dos Emboabas, que nada mais foi do que o choque violento de duas mentalidades profundamente antagonicas.

Uma, a planaltina ou crioula, julgando-se lesada em seus direitos, pois, eles os descobridores das jazidas auríferas, deveriam ser os verdadeiros e unicos proprietários das minas, a ser levada a sério a lei de 18 de março de 1664, pela qual Afonso VI concedia aos descobridores a propriedade das minas. Entretanto, os representantes do poder real permitiam o esbulho mais deshonesto possível por parte dos reinóis. Daí, a reação violenta dos planaltinos, contra todos que não bitolavam sua mentalidade pelo crioullismo nativo.

Essa invasão, que, como uma incoercível avalanche inundou as minas, fez com que lusitanismo, elevado a máxima potencia, saturasse as minas, por meio de dezenas de milhares de forasteiros, que, aos poucos, penetravam nas terras de alem Mantiqueira, expulsando delas, graças a sua imensa superioridade numérica, os seus legitimos proprietários.

A segunda consequência decorrente da descoberta do ouro, é a concernente à modificação psicológica, reinante no Planalto.

De fato, a invasão das minas foi de tal maneira avassaladora, que os invasores reinóis não deixavam de imprimir a influencia da sua psicologia no Planalto, com o qual tinham, não só as relações de visinhança, pois as Gerais eram nas proximidades geográficas do Planalto, do qual só se separava pela Mantiqueira, mas ainda havia com elas, o contato estreito pelo fato de ser o Planalto, passagem forçada para Goiáz, e Cuiabá, capital econômica dessas regiões e entreposto comercial obrigatório para as minas em geral, das quais foi séde política.

A terceira consequência é referente à demografia quantitativa e qualitativa planaltina. É obvio que para as minas, emigraram do Planalto, os melhores elementos. Eis que, teria desangrado a população do altiplano vicentino, a força atraidora das riquezas, chamando para as terras de alem-Mantiqueira, os elementos mais ambiciosos, os mais aventureiros, os mais intrépidos, os providos de maior dóse de eficiencia, os mais dotados de eugenia, os de visão mais dilatada, etc., (1) Teriam permanecido no Planalto, os mais tímidos e sedentários, impermeaveis à

(1) A confirmar a conclusão mencionada acima, está o precioso depoimento de testemunha de vista do sabio e imparcial Saint-Hilaire, no seu "Viagem a Provincia de São Paulo", em cuja obra ele, por muitas vezes, constata a grande superio-

ambição e acorados acomodaticamente à magra agricultura regional ou ao pobre comércio, os que, de longe, timoratamente acompanhavam com visão acanhada e prudente, as passadas largas dos mineradores e descobridores.

Isso seria uma drástica seleção regressiva, que se impunha incoercível às gentes planaltinas, como consequência lógica e facilmente lobrigável, da descoberta e mineração do ouro.

Ainda que, diminuída qualitativamente, a população planaltina, privada dos seus melhores elementos, foi aumentada quantitativamente, com o advento imigratório de avalanche reinól, como vimos acima.

Foi graças a esses eventos concomitantes e conjugados que, os governantes reinóis puderam exercer a dominação tirânica sobre o Planalto, em seriação de atos de prepotencia como se fossem "cães de fila" ou satrapas de um absolutismo irresponsável e anti-democrático.

Outra consequência, decorrente da descoberta do ouro, no Planalto, é a alteração profunda sofrida pela economia regional.

Os documentos analisados, do século XVIII, não escondem essa nítida feição. Verifica-se da inspeção dessa documentação publicada pelos governos do Estado e do Município da Capital paulista, a impressão clara dessa alteração, que a organização econômica do Planalto sofria. Essa diferença se fazia ainda mais acentuada e evidente se confrontada e posta em paralelo com a situação anterior.

Alem dessa constatação documental, a lógica embasando um raciocínio nos conduz à mesma conclusão. Sim, porque, o Planalto passou a ter então um mercado de consumo abundante quantitativamente e dotado de alto poder aquisitivo, a curta distancia de seus centros de produção, sem precisão de ser atravessada a muralha de Paranapiacaba.

Para alimentar as precisões das gentes altamente adensadas, estabelecidas nas minas, a produção planaltina especialmente a de natureza agrícola dispunha de todos os fatores em alto grau e isso obrigava a atividade regional a se desdobrar, para satisfazer as demandas imperiosas, que eram feitas pelas numerosas e altamente dotadas de imenso poder

ridade das populações mineiras, em relação as paulistas, que, segundo o sabio citado se evidenciavam, sempre em situação miseravel.

A explicação é facil em se conceber, pois no século anterior, isto quando se minerava o ouro descoberto, exatamente nos fins do seiscentismo, os melhores elementos paulistas foram para as minas e lá formavam o alto padrão de eficiência da estirpes, que impressionaram o cientista francês. Enquanto isso, os paulistas, que haviam permanecido no Planalto, eram a escória, isto é o peor elemento ao qual tantas vezes lembra o autor do "Viagem".

E' de notar que, Saint Hilaire constatou a inferioridade do paulista em relação aos mineiros, justamente no inicio do século XIX, precisamente em 1819 e 1820.

O Planalto renascia de sua decadencia! O aumento quantitativo ja era visível aos olhos do illustre viajante gaulês!

aquisitivo, populações dos opulentos centros mineradores das Gerais, de Goiás ou de Cuiabá.

Como verificamos, no início deste trabalho, o grande e intransponível obstáculo determinador da autarquia planaltina era a Serra do Mar, a muralha, que se antepunha enristada de abismos, de altíssimos penhascos e de seriação de cumes, em alternância desordenada, com vestidos valados e cobertas encostas etc. Essa circunstância irremovível, se outras não houvessem, só de si, determinaria obrigatoriamente a região planaltina a viver autarquicamente, sem poder movimentar com dinamismo, a sua exportação e a sua importação. Além dessa circunstância de ordem irremovível e fatal, havia outra importantíssima também, de natureza econômica.

É que, não havia mercado de consumo para o que o Planalto produzia. O Nordeste consumia mercadorias do Reino, mais baratas porque dispunham de navegação com fartas cargas de retorno, etc.

A localização em curta distancia do Planalto, de varios focos de consumo, nas Gerais, bem como de abundantes núcleos humanos, em Goiás e em Cuiabá, forçadamente subsidiários do Planalto, suprimiu, de vez, as causas para que a região do altiplano vicentino fosse autarquica. De fato, para que o Planalto, atingisse os centros mineradores citados, isto é os seus mercados forçados, não havia precisão de serem transportados os dois obstáculos, que até então relegavam a região planaltina ao isolamento e à autarquia, isto é a navegação transatlantica e a travessia da adusta Paranapiacaba. Esse mercado de consumo, em quasi monopólio, estavam à disposição do Planalto, mediante navegação fluvial e curtas viagens terrestres.

Com isso, ve-se, com claresa, que, profunda e fundamental modificação econômica deveria fatalmente ter ocorrido no Planalto.

Coincidindo com isso, o ouro acarretou para a região planaltina duas circunstâncias, que, por sua vez, se fizeram causas de consequências visceais para a evolução regional dessa parte brasileira.

A mineração do ouro, como emprego de atividade mais lucrativa, fez cessar qualquer outra menos rendosa, entre as quais a do apresamento, que bruscamente se paralisou, como se tocada por um condão magico.

Com isso, deixaram de colmatar a região planaltina, as ininterruptas ondas amerindianas, que, apresadas no sertão, deixaram na população, marcado o seu cunho racial. É por isso que, o Planalto era uma região onde se falava o guaraní sendo o português aprendido nas escolas. Mas a partir da descoberta, o idioma de Camões passou a ser lingua popular. É um excelente indicio do que eu afirmo acima. Diminuiu enormemente o índice amerindiano da população, que se aporтуguesou e se africanisou.

Concomitantemente, isto é ao mesmo tempo em que, o Planalto não mais recebia massas amerindianas, o ouro atraía imensa avalanche reinól, aporтуguesando intensamente a região, assim desamericanizada.

Ao mesmo tempo em que o setecentismo testemunhava o quadro acima, a mineração do ouro outorgava um tal poder aquisitivo às populações mineradoras e às suas subsidiárias que, foi possível a importação da África de grandes contingentes de pretos, os quais sedimentados por sobre a massa demográfica preexistente, a africanizou, e a tisonou dermocrômicamente. Foi assim que, o ouro determinou não só o aporuguesamento das populações planaltinas, mas também a sua africanização. Daí, a alteração na dermocracia planaltina, coincidindo com o século e com outras modificações ocorridas no Planalto, como consequências do ouro, da mineração, do abandono do apresamento, da atração da imigração de reinóis, do aumento do poder aquisitivo do morador do Planalto e das minas, etc.

Nós já vimos que, até o fim do século XVII, o Planalto não passava de região despresível, fracamente povoada, valhacouto de gente aventureira oriunda de várias regiões do mundo, a falar o idioma guarani e com fragilíssimos laços de ligação com Portugal, com o qual permanecia unido apenas politicamente. Apesar desse laço político com Portugal, existir ainda, entretanto a Metrôpole reinól devotava a região ao abandono, o mais completo. Era humano e explicável esse procedimento da Metrôpole! O Planalto não tinha nenhuma fonte de renda! A região alta da capitania vicentina nada rendia ao fisco reinól! Como poderia pois, uma tão improdutivo e desinteressante região, preocupar a Monarquia? Esta procedia pois, de acordo com a lógica e o bom senso, não devotando muitos carinhos à região, que, antes era um onus do que um benefício nas terras bragantinas, onde fulgurava um Nordêste açucareiro, que fornecia à Metrôpole, gordíssimos tributos e fartas rendas, que o fisco reinól arrecadava com avidez. Seriam lógicos, pois, o descaso e o abandono a que foi o Planalto relegado pela Metrôpole, no decurso dos seiscentismo.

Quando porem os paulistas, confiados no alvará de 18 de março de 1664, que lhes assegurava a propriedade das minas, que descobrissem, fizeram público que haviam encontrado opulentíssimas jazidas auríferas, a Metrôpole compreendeu que as terras da Capitania vicentina deviam constituir, em breve tempo, uma importantíssima cornucópia de gordas rendas, nas quais o fisco iria se fartar em arrecadar as taxações diretas e as indiretas. Com essa situação em eminentíssima e infalível perspectiva, urgia à Metrôpole modificar a sua política em relação ao Planalto. Daí a carta de D. João de Lencastre escrita em 1700 ao rei de Portugal, D. Pedro II, já transcrita neste trabalho, em capítulo acima. Daí a série de medidas draconianas levadas a efeito por essa Metrôpole desnaturada e salafrária contra a colônia, enviando para a tisanisar, requeles e "gauleiters" do tipo de Rodrigo Cesar, de Pimentel, de Assumar, de Aldanha, etc.

Para se aquilatar bem do isolamento em que esteve o Planalto, nos séculos XVI e XVII, é preciso se ter sempre em mente que, essa região colonial estava herméticamente separada do litoral vicentino pela adusta serra de Paranapiacaba. O que era esse obstáculo natural já eu procurei mencionar acima, mas melhor do que comentário que eu tenha

podido fazer, sobre o assunto, a testemunha presencial e insuspeita a esse respeito, o jesuíta padre Simão de Vascelos, nos retrata a situação nas seguintes palavras, escritas nos meados do século XVII, à propósito do caminho do padre José, construído pelo Padre Anchieta, mais ou menos em 1560:

“Não é caminhando que se faz a maior parte da viagem; é de rastros sobre as mãos e os pés, agarrando-se às raízes das arvores, em meio de rochedos ponteados e de tão terríveis precipícios que eu tremia, devo confessá-lo, quando olhava para baixo! A profundidade do vale é aterrorizante, e o número de montanhas que se elevam, umas por cima das outras, faz quasi perder toda a esperança de chegar ao fim. Quando se acredita estar no cume de uma delas, chega-se no sopé de outra mais alta ainda”.

Seria natural que, a existência desse verdadeiro muro intransponível, causasse situações evolucionais que iriam se manifestar, em eventos inexplicados da cronica regional. Paulo Prado no seu muito citado “*Paulística*”, muitas vezes lembra o isolamento, causado pelo magno obstáculo, descrito acima por uma testemunha ocular, e mencionado, por mim, como “causa mater” da evolução planaltina, em tópicos repetidos deste trabalho.

Porisso é que Rubens Borba de Moraes, no seu luminoso prefacio ao livro “*Viagem à Província de S. Paulo*”, 8, de Saint-Hilaire, reeditado pela Livraria Martins, diz:

“Governada tanto tempo de longe e com displicencia que inspirava uma terra sem a menor riqueza, não podia ser muito forte o vínculo que prendia Piratininga a Portugal e ao resto da Colônia. Em nenhuma parte do Brasil a influencia portuguesa foi tão pequena. E foi nesse isolamento empobrecedor que cresceu e se desenvolveu essa consciencia de sua autonomia, tão característica da índole paulista.

Caçadores de índios, aventureiros à cata de ouro, gente de pouca conversa, ativa e independente, tinham esses paulistas as qualidades e os defeitos do homem pobre isolado.”

Que diferença dos ricos do açúcar, tão bem descritos pelos exploradores estrangeiros, que demandavam seus portos!”

Mas, se essa situação de isolamento perdurou durante os dois primeiros séculos, ela iria se modificar, alterando, por sua vez a vida planaltina. Essa modificação, ou antes a cessação do isolamento acima referido, ou a sua diminuição, foi pois um marco separador de duas épocas nítidas e bem distintas. Essas duas épocas, a do isolamento, isto é a que teve lugar durante os dois primeiros séculos e a posterior a esse isolamento, isto é que teve lugar, depois de findo o seiscentismo, mais ainda se distinguiram uma da outra em que aquela, a primeira coincidiu com a fase da pobreza, da democracia planaltina, com o apresamento, o verdadeiro bandeirismo, o pastoreio colonizador e expansionista, com o abandono por parte da Metrópole e acima de tudo com a acriouação do povoamento; enquanto que, a segunda foi ajustada à época em que o Planalto viveu mais ricamente, dotado de maior poder aquisitivo, comprando africanos, falando o português, cessando o apresamento, recebendo os

borbotões de reinóis, como sendo lembrado pela deshonesta Metrópole, graças à mineração e principalmente modificou a transfigurada psicologia planaltina. A causa dessa completa alteração na marcha evolutiva do Planalto foi o ouro.

Foi ele, que atraíu as dezenas de milhares de emboabas, que, violando a lei de Afonso VI, de 18 de março de 1664, e se aboletando nas minas, descobertas unicamente pelos paulistas, tomaram destes o fruto dos seus esforços.

Foi ele, que deu aos paulistas esse aumento de riqueza, que fez com que o apresamento bandeirante cessasse e os africanos fossem importados, tingindo as populações de negro.

Foi ele, que fez com que a ávida Metrópole, temerosa dos paulistas, mandasse os esmagar, pela crueza de proceder, como pelo terror carniceiro, os seus cães de fila, como D. Rodrigo Cesar, Pimentel, Assumar e outros pró-consules, que tratavam os crioulos, como se estes fossem populações vencidas e escravizadas.

Foi ele, que diminuiu a dosagem do Planalto de seu isolamento, determinando a construção do famoso caminho novo, que era mais uma ligação entre as minas e o litoral fluminense-carioca, indiretamente interessando o Planalto. Por aí, teriam entrado nas minas as ondas dos intruzos reinóis. Esse caminho novo, construído em 1697, por Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, que inconscientemente prejudicava o Planalto, foi determinado por Arthur de Sá e Menezes, que vislumbra nele um meio de proteger os seus apaniguados reinóis.

O caminho do mar, essa trilha na serra, que mal ligava o Planalto ao litoral vicentino, permaneceu na sua situação primitiva, até que Bernardo de Lorena construiu nova descida pela montanha!

CAPÍTULO XXVI

A MODIFICAÇÃO DO CARATER DA DEMOGRAFIA E DA ECONOMIA DO PLANALTO.

Como eu disse no capítulo anterior, a descoberta do ouro, no fim do seiscentismo foi o marco divisor de duas épocas bem nítidas, assinalado, como se um terremoto violentissimo houvesse aniquilado todos os vestígios da primeira fase da evolução histórica regional e determinado o início de outra, inteiramente diversa da primeira, e, sob certos aspetos, opostos. Assim, a primeira fase do passado da região alta da Capitania vicentina, isto é, a que ia tendo lugar no quinhentismo e no seiscentismo foi caracterizada por uma demografia e por um tipo de economia especiais. Destes não resultava nenhuma causa, que determinasse atração e afluxo para a região alta da Capitania vicentina no Planalto. Daí, a fraca população europeia, estabelecida no Planalto. Daí, também as elevadas proporções, no Planalto, de gente crioula-nativa e também de massas amerindianas ou mamelucas.

Daí, por conseguinte, o fraco índice luso do Planalto, assim segregado da Europa.

Nós sabemos, pela observação do passado e pela análise dos quadros do presente, que, as aglomerações humanas, se deslocam, não só pacificamente pelas migrações, mas também belicamente pelas invasões, quando ha a interveniencia de algum motivo economico. E' o fundamento econômico dirigindo as ações humanas com um império absoluto. Se empregarmos o cérebro e não o coração sentimental, para que um raciocínio despido de preconceitos nos guie, pelas veredas do passado e pelos escaninhos do presente, chegaremos à conclusão inelutavel de que o homem é dirigido, em seus passos, pela economia, que implacavel e incoercivelmente determina de uma forma absoluta. Eu bem sei que, essa conclusão não é de agrado de muita gente! Eu estou, porem, convencido dela! Não cheguei a essa certeza por vontade própria e subjetiva, mas pela força de um raciocínio seguro e objetivo!

A História do Brasil, não faz exceção à essa regra, absoluta, a qual se pode observar com maior clareza, no Nordéste açucareiro, bem como nas regiões das minas de ouro e nas que a elas eram correlatas.

Pode-se, mesmo, estabelecer como norma fixa que, as massas humanas são levadas a se deslocar, emigrando ou imigrando, na razão direta da importancia ou do vulto do motivo econômico, que determina es-

ses fenomenos, atraindo ou repelindo essas massas humanas. É claro que, nessas deslocções, no sentido de as facilitar ou de as dificultar, intervem, em conjunção concomitante, outros fatores como, por exemplo, o relativo aos transportes, ou o oriundo da época em que a migração teve lugar.

Assim, a imensa prosperidade da indústria agrícola do açúcar, o seu commercio, as atividades a esses motivos correlacionadas, etc. foram a causa determinante fatalizadamente da fixação na região nordestina de centenas de milhares de indivíduos, atraídos, em incoercível afluxo, pelo valor econômico do que é chamado ciclo do açúcar. É de se notar o contraste relevante entre o acontecido em virtude do açúcar, com o que resultou, e isso é facilmente observável, do ciclo do pau brasil, pelas circunstâncias que rodeiam toda coleta, que não fixa povoamento, como pela época mais atrazada em que teve lugar.

Mas muito mais do que o açúcar, o ouro concentrou, em não pequeno raio em torno das suas lavras, em Minas, em Cuiabá, no Coxipó, em Goiáz, etc. grandes núcleos humanos atraídos, pelo valor econômico do ciclo aurífero. Essas concentrações, no interior brasileiro, em torno das lavras metalíferas, bem como nas regiões correlatas a esse genero de atividade, que mantinham com elas qualquer ligação ou intercambio, se realizavam proporcionalmente ao vulto do valor econômico do ouro minerado, interferindo nas delimitações dessas aglomerações, não só a maior ou menor facilidade das comunicações com o litoral e com as fontes abastecedoras de povoamento, como também a época em que essas migrações tiveram lugar.

Mais ainda que o ouro, foi o café, no século XIX, o responsável pela vinda e enraizamento de muita gente povoadora da nossa terra.

Tendo em vista isso, que faz regra absoluta, temos que a gente moradora no Planalto, no quinhentismo e no seiscentismo, deveria, por força, ter sido muito diminuta, devendo fatalmente, ter sido quasi nula a imigração reinól.

Não havia nada, na pauperrima região, que atraísse a gente portuguesa já por si apoucada. O Planalto, só seduziria os individuos mais aventureiros, os mais rudes, os desesperados, etc., porque os que emigravam da Europa, buscando enriquecimento nas plagas americanas, iriam ^{na} o **Nordéste opulento e não para uma região despida de qualquer estigio de riqueza econômica.**

Portugal tinha uma fraquissima população, de modo que, seriam muito poucos os recursos povoadores dessa pequena nação ibérica.

Estes recursos povoadores, teriam sido absorvidos pela abastada região nordestina, onde havia, não só uma magnífica indústria agrícola, que era uma maravilhosa base econômica, que requeria um numero grande de braços, como também séde de infatigável atividade de vida e de intercambio mercantil, tudo correlacionado com o açúcar. Só as pessoas mais vincadas e de plano mais audacioso, aventureiro, e desapegado aos prazeres terrenos, viriam ao Planalto, região paupérrima e bravia, muito mais distante do Reino, com o qual não estava em comunicações regulares, região agreste, rude e falta de recursos vitais, já não falando

de condições de conforto, como muito mais americanizada e acrioulada! De fato, quem ousaria vir a se fixar no Planalto aspero e difícil de ser penetrado, através de caminho perigosíssimo na penhascosa Serra do Mar, cuja travessia horrorosa no oferece uma descrição o padre Simão de Vasconcelos, que escreveu na segunda parte do século XVII?

Seria natural que, a emigração portuguesa fosse toda para o convidativo Nordeste, dela divergindo apenas alguns aventureiros, que alongariam as suas viagens migratórias até a região vicentina! Esses poucos indivíduos, "desperados", na expressão de Paulo Prado, pelo seu limitadíssimo número, não podiam influir a ponto de modificar a mentalidade crioula, que evoluía no Planalto.

De fato, economicamente, essa região elevada da Capitania vicentina, durante os dois primeiros séculos, não possuía motivo algum para atrair povoadores em massas migratórias. O único sustentáculo econômico da região era o apresamento do ameríndio, milhares dos quais eram vendidos ao Nordeste. O apresamento era mais uma "taboa de salvação" à qual recorriam os moradores, já fixados no Planalto, do que um motivo econômico atraidor de novos imigrantes.

Eis que, o apresamento de ameríndios não parece ter sido muito remunerador.

Só durante a ocupação holandesa do Nordeste, a indústria bélico-econômica planaltina, livre da concorrência africana, teve uma certa prosperidade. Isso aconteceu até 1650 e por isso é que vemos, nessa fase do século XVII, se exacerbar e se fazer violentíssimo o antagonismo anti-jesuítico, no Planalto.

Depois disso, o Planalto, não teve fonte de riqueza econômica, que, pelo seu vulto, atraísse imigração, tal como o açúcar o fez, nos dois primeiros séculos, o ouro faria no setecentismo e o café faria no século XIX.

Porisso é que se verifica a indigência da região! Ela viveu, na segunda metade do século, do que havia auferido na primeira metade, ante tão favoráveis circunstâncias, que rodeavam um apresamento relativamente fácil, em estabelecimentos jesuíticos, além do que lhe oferecia o apresamento magríssimo de ameríndios bravios. O ouro planaltino foi muito pouco! O do Jaraguá, do fim dos quinhentos, diminuto como foi, não conseguiu atrair, nem mesmo indivíduos isolados e os vestígios, por ele deixado nas páginas do passado, foram proporcionais a mesquinhez do valor dos elementos de riqueza que os Sardinhas tiraram das suas entranhas pouco generosas. De fato, os documentos, que revistam os bens existentes no Planalto, tais como os inventários procedidos no seiscentismo, os quais arrolam os elementos existentes na região, não evidenciam a existência desse ouro, o qual deveria aparecer de qualquer modo. Apenas, temos vagas referências à propósito do ouro, deixado por Sardinha, mas isso desapareceu volatizado, sem deixar sombra de si!

É essa conclusão que se pode tirar da documentação existente, a qual exhibe com nitidez a pobreza planaltina e não revela sinais de ouro, o qual, se, por ventura, tivesse havido, teria, por certo, deixado vestígios. Não se encontram, no Planalto, elementos marcadores de algum

poder aquisitivo. Verifica-se desses documentos uma espantosa miseria, aliada à uma deficiência completa dos meios mais comensuráveis para um viver sofrível.

De toda essa amplíssima documentação, tira-se a certeza de que foi no Planalto que viveu nos primeiros séculos, a famosíssima *Amélia* a mulher de verdade, do "folk-lore" carioca, freudianamente espelhando uma situação econômica, a qual não dependia da livre vontade dos agentes, mas era predeterminada pelas circunstâncias fatais.

Não tendo elementos econômicos de valia, o Planalto não poderia concentrar grandes massas demográficas, nesses primeiros dois séculos. Eis que, o total populacional devendo estar na proporção da situação econômica, seria minúscula a população regional planaltina. Eu calculo que, em média a população planaltina, teria sido de cerca de 6.000 almas, na primeira metade do seiscentismo, compreendendo nesse total os escravos ameríndios.

Estes teriam somado cerca de 4.000, necessários para suprir a agricultura local e fazer face a outros serviços. Os 2.000 restantes, seriam os elementos brancos e mamelucos, dos quais cerca de 650 seriam homens em condições de afrontar o bandeirismo de preia. Os demais seriam mulheres, velhos, crianças e inválidos. Essa conclusão pode-se tirar em vista dos depósitos jesuítas a respeito dos efetivos das bandeiras de apresamento. (Padre Teschauer, "*Hist. do Rio Grande do Sul*"; Ellis, "*Meio século de bandeirismo*"; Aurelio Porto, "*Hist. das Missões Orientais*"; Taunay, "*Hist. Geral das Bandeiras*").

Esses totais, que, aliás são, mais ou menos, os mesmos que os mencionados por todos os que estudaram o passado regional, não variaram muito até o fim do século. Aliás, não seria natural que tivessem variado, pois as situações demográficas não passam de mero exteriorizações de situações econômicas. É isso que se observa, como regra em todos os cenários da vida humana. Não se poderia esperar que o Planalto, fosse escapar a essa regra, constatada para todos os grupos.

Assim temos que, uma massa humana de cerca de 6.000 indivíduos fortemente acrioulados, isto é religados por um laço psicológico próprio e com muito pouca afinidade pelo mundo lusitano, atingiu o fim do seiscentismo, sem que tivesse sido abalada, perturbada e obrigada a diversificar o seu rumo evolutivo por nenhum fenómeno de valia. De fato, a população paulistana deveria se ter mantido, mais ou menos a mesma, até ao fim do século XVII. É que, não houve nesse lapso seiscentista nada, sob o ponto de vista econômico, que consignasse na região, uma alteração qualquer.

Eis que, inconscientemente, isto é sem avaliar as consequências decorrentes do que iria acontecer, os planaltinos, confiados na honestidade da coroa portuguesa, descobrem o ouro!

Foi, não há dúvidas, um acontecimento de imensa valia econômica, social, política, demográfica, psicológica, etc. disseminando-se as conse-

quências projetadas por esse sucesso nos campos diferentes da constituição não só das populações das Gerais, mas também nas diretrizes evolucionais do agrupamento planaltino.

Assim a população planaltina, que era apenas de alguns milhares, teve um brusco aumento para 116.975 em 1775, segundo Saint Hilaire, (*Ellis, Meio século de bandeirismo*, 132, Bol. da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no. IX).

Isso significa uma ascensão formidável, em um século! Foi um aumento de vinte vezes, em cem anos!

Esse crescimento gigantesco e desconhecido em qualquer outro aglomerado humano, não teria sido possível, caso não tivesse havido a volumosa avalanche imigratória, atraída pelo ouro.

CAPÍTULO XXVII

A INFLUÊNCIA DO OURO NA ECONOMIA E NA EVOLUÇÃO SOCIAL DO PLANALTO

Como vimos, nos capítulos anteriores, o ouro trouxe para o Planalto uma tal modificação na sua evolução que, se pode dizer que, ele teve a valia de um marco secular no passado dessa região, dividindo-o em duas épocas nítidas. A primeira época, compreendendo os dois primeiros séculos, foi caracterizada pela situação de quasi indigência do insignificante grupo humano regional. Tudo o mais foi consequência dessa situação. A fraqueza numérica dos moradores dessa região distante, que apenas politicamente pertencia a Portugal e a sua coloração econômica, a qual não andava longe da miséria, foram consequências, que se fizeram causas de situações, que se manifestam com evidencia na evolução cronológica regional. Assim, por exemplo, foi essa situação miserável da distante e isolada colônia lusa do Planalto que determinou o apesamento e as circunstâncias dele decorrentes. Foi ela, portanto, que permitiu o fornecimento abundante e relativamente barato da mão de obra imprescindível, para o fabrico do açúcar, ao opulento Nordêste. Foi ela, portanto, que determinou a democrômia da velha estirpe planaltina e impediu que a região recebesse o africano. Foi ela, ainda, que impediu as importações do Reino, na colônia do altiplano, não permitindo que aí penetrasse o conforto, como o desenvolvimento intelectual ou a formação social que foi paradigmática no Nordêste açucareiro. Foi ela que, determinou o abandono político, por parte de Portugal, o qual, por sua vez, causou a origem e o crescimento do espírito livre e independente, do qual nos falam os testemunhos oculares dos viajantes coévos, ou dos documentos hoje analisados, pelos egrégios mestres como Taunay, Basílio de Magalhães, Washington Luis, Paulo Prado, Calogeras, Simonsen e tantos outros; enfim foi ela a causadora primordial das linhas básicas da evolução histórica dessa parte isolada do agrupamento colonial luso-brasileiro.

Com o aparecimento do ouro nas Gerais, em escala enorme, modificou-se inteiramente a situação, como temos visto.

Uma das linhas mestras que sofreu alteração no Planalto, com o advento do ouro, foi precisamente no que se refere à essa situação de pobreza.

A região, com o ouro, recebeu no século XVII, em seu início, uma fortíssima dose injetada de óleo canforado econômico. O seu po-

der aquisitivo foi passível de alta vertiginosa, atingindo, na sua ascensão, aos altíssimos níveis, cousa que a lógica, o senso comum, o raciocínio, a razão natural das cousas etc., nos evidenciam e os documentos ante e post mineração nos confirmam, realçando o unanime ensinamento dos cronistas.

De fato, uma simples inspeção na documentação impressa, nos mostra que, com a mineração do ouro, foram aparecendo no Planalto, antes tão desprovido de condições que permitissem um certo conforto e que testemunhassem uma certa importação no comercio com o Reino, alguns elementos reveladores de que os moradores regionais passaram a ter uma vida mais confortável e menos rustica, com o que é facil concluir-se que, a antiga miséria, se não fora totalmente banida, ao menos fora muito diminuída. Isso comprova que, o poder aquisitivo da gente que habitava o altiplano vicentino, sofreu um grande aumento, pois uma fase de prosperidade, para essa gente, havia raiado.

Com essa melhoria, se faz claro, diminuiu o isolamento autarquico do Planalto e o comercio importador passou a se realizar com maior vulto.

Como consequência do aumento do poder aquisitivo planaltino, vemos aparecer nos documentos seiscentistas, nos inventários realizados nesse século, escravos africanos, até então ausentes, quasi que absolutamente, nas longas listas do elemento servil arrolado. É que, esses escravos de ébano, eram muito mais caros do que os ameríndios, que não tinham a fazer os preços se elevarem, em virtude de um caríssimo transporte marítimo. Corroborando nessa consequência, temos que com a cessação do apresamento do ameríndio, determinada pela mineração, no século XVIII, havia a necessidade de o substituir. Essa substituição só se fazia possível pela aquisição do elemento africano.

Outra consequência oriunda do ouro, a qual é de ser ressaltada, é a consistente em ser a região planaltina então incorporada decivivamente na lusitanidade. Washington Luis, na sua magistral "*Capitania de S. Paulo*" 19, ensina que, só então os paulistas reconheceram a soberania portuguesa.

Até então, os planaltinos viviam em estado de independencia de fato e só de direito pertenciam à monarquia bragantina. Essa não julgava valer à pena reduzir os moradores da sua miseravel capitania vicentina, à maior dependencia, em relação ao Reino. Uma política centralizadora no concernente à desvaliosa colônia vicentina, não seria a mais indicada a Portugal, porque este país não estava em condições de "gastar boa cera com mau defunto".

Mas depois que, o ouro, importantissima fonte de riqueza, fora descoberto nas Gerais e principalmente depois que, as jazidas goianas e matogrossenses foram reveladas e iniciada nelas a mineração, que atraiu grandes massas demográficas, o centro reinól passou a considerar a Capitania vicentina com um cioso apego.

É que, a região vicentina havia se transformado em ótimo defunto de maneira que, era de boa política empregar com ela, a sua boa cera.

Daí, a sua mudança de orientação, passando de descaso para a mais ferrenha centralização. Eis, a famosa carta de D. João de Lencastre, dirigida da Baía, à D. Pedro II!

Declinada essa política, em relação à capitania vicentina, pela carta citada e já lembrada neste trabalho, o governo reinól a executou, com espírito de incrível ferocidade. Coube ao mavortico D. João V realizar a missão de crucificar as suas colónias sulinas, à sua devassidão sultanesca de uma corte pútrida que se divertia na transformação dos conventos em lupanares, envolvidos nos buréis e mantos austéros das ordens religiosas, que se abastardavam nas orgias e nas cenas dignas de Sodoma e Gomorra. Daí, serem enviados para jugular os planaltinos, os cães de fila de Portugal, que no Planalto e nas regiões subsidiárias odiosamente transformaram, a custa de truculencias, injustiças, iniquidades e atos inconfessáveis, a velha altivez planaltina, acostumada a independência de fato e nascida no espírito de liberdade, na subserviência e na ingnomínia, que saturou a alma setecentista do planaltino.

Eis os Rodrigo Cesar, os Assumar, os Caldeira Pimentel, e tantos outros quese notabilizaram na obra nefanda de martirizar os mais destacados vultos coloniais, com o negregado fito de impor sobre o "crioulismo" colonial, o peso do domínio reinól.

Com o afluxo da onda imigratória reinól, que aos milhares de pessoas inundou o Planalto, esta região deveria ter muito elevada a sua densidade demográfica, pois a população paulista cresceu durante o século XVIII, cerca de 20 vezes o que era no seiscentismo. Essa conclusão seria a de se tirar de um raciocínio baseado no bom senso. Entretanto, tal não se deu pois houve concomitantemente com o advento dessa onda imigratória reinól, um enorme aumento da area habitavel.

CAPITULO XXVIII

A GUERRA DOS EMBOABAS. ENCONTRO VIOLENTO DE MENTALIDADES ANTAGONICAS.

Confiados na disposição legal de 18 de março de 1664, que foi o estímulo enganador com o qual Afonso VI, rei de Portugal, torpemente ludibriou os planaltinos, estes, depois de varias dezenas de inuteis tentativas, por fim, ao findar do século seiscentista, encontraram as minas auríferas, em território das Gerais, do outro lado da Mantiqueira. Com a descoberta, os paulistas, que legalmente eram os proprietarios, por força do citado aresto de 1664, se estabeleceram nas minas, com o fito de as explorar.

Quantos seriam eles? Muito poucos! Talvez algumas centenas, pois a população planaltina, ainda seria muito pequena.

Eu calculo que, o Planalto, incluindo o vale do rio Paraíba não tivesse mais de 6.000 habitantes, formando nesse total os escravos ameríndios, (Ellis, "*Meio século de Bandeirismo*", Boletim no. IX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Desse total, não seria concebível que uma porcentagem muito elevada fosse abandonar o Planalto para buscar as minas. Se o Planalto era povoado apenas por 6.000 almas, compreendendo nesse total o elemento escravo, temos que, se este somasse 4.000 indivíduos, isto é, em média 2 escravos por morador livre, sobriariam apenas 2.000, que seriam os habitantes da região. Óra, calculando em que 40% destes tenham emigrado para as Gerais, temos e exatamente que, 800 planaltinos teriam ingressado em terras de além-Mantiqueira. Simonsen parece concordar, em parte, com o meu raciocínio ("*Hist. Econômica do Brasil*", I, 346).

Duas teriam sido as rotas utilizadas pelos planaltinos para a penetração nas Minas. O caminho clássico, pelo vale do Paraíba e o caminho por Atibaia e Mogi-Mirim.

A notícia do descobrimento das jazidas auríferas foi a causa determinante do fenomeno que os planaltinos não tinham previsto. Ela provocou, no Reino, uma emigração gigantesca para as minas, recém-achadas. Dezenas de milhares de reinóis, em avalanche impetuosa e violenta, se precipitou volumosa e incontidamente sobre as lavras, ávida e gulosamente, delas expulsando os seus legítimos donos, que, pela acachapante superioridade numérica, foram esbulhados e obrigados a voltar para o Planalto.

A notícia, que no Reino promoveu a onda emigratória, que invadiu a terra das Gerais, deveria também produzir o mesmo fenómeno no Nordeste brasileiro. Sabemos que, a indústria do fabrico do açúcar e o plantio da cana haviam concentrado no Nordeste uma população não pequena, que então subia a cerca de 200.000 habitantes (Roberto Simonsen, "*Hist. Economica do Brasil*", I, 182, 346). Calculando que 4% desse total, tenha emigrado para as minas, pelo rio de S. Francisco, abandonando a sua decadente industria-agrícola do açúcar, temos que, de 8.000 indivíduos deveria ter sido o contingente nordestino que foi engrossar as massas emboabas, no seu antagonismo aos planaltinos. Estes eram os representantes do "*crioulismo*", brasileiro, enquanto que os nordestinos se enfileiraram ao lado dos reinóis! Não era entretanto muito estranhavel essa attitude?

Sim, porque eles, os nordestinos eram brasileiros-coloniaes, como os planaltinos e portanto "*crioulos*" como estes. Tudo nos faria crer que, eles se fossem alinhar com estes, contra os reinóis! Não foi isso, entretanto, que se deu, pois os coloniaes, nordestinos se juntaram com os reinóis, formando com estes, o grupo dos emboabas ou dos forasteiros.

É que os Nordestinos tinham muito mais afinidade com os reinóis, com cujos interesses, se bitolavam, e com cuja psicologia se emparelhavam. Alem de terem os seus interesses, a sua sentimentalidade, etc., coincidindo de certa maneira com o perfil reinól, eles possuíam ainda, a estreita-los com os metropolitanos, sólidos laços de sangue, pois eles, nordestinos eram proximos descendentes dos portugueses, atraídos pela prosperidade açucareira. Enquanto isso, os planaltinos isolados, sem intercambio mercantil de qualquer especie com a Metrópole, tinham sofrido muito pouco a influencia reinól. Corroborando nesse sentido, temos a notar ainda que, os planaltinos, paupérrimos, não podiam enviar seus filhos estudar ou passeiar na Metrópole, a sorver o espirito de lusitanidade, ao contrário do que se dava com o opulento Nordeste.

Este, contava com uma volumosa imigração reinól, durante o século XVII, e no começo do século seguinte, os elementos europeus imigrados já se haviam incorporados ao grupo nordestino e já a região podia alinhar numerosissimos filhos, netos e bisnetos de reinóis. O mesmo não se dava com os planaltinos, que isolados, sem possibilidades de intercambio com a Metrópole, tinham se conservado imunes, não só ao contacto e à influencia da lusitanidade, como ainda se haviam mantido impermeaveis à interferencia de qualquer especie de imigração e, portanto à salvo de qualquer ingestão de sangue reinól. O Nordeste crescera no século XVII, não só dentro para fóra, pelo saldo vegetativo, mas também pelo saldo migratório, de fóra para dentro. (1).

- (1) Dava-se com o Nordeste, no século XVIII, o mesmo que se pode observar hoje no Estado, de S. Paulo, que alem do crescimento vegetativo, conta com o apreciavel saldo emigratório, de procedencia alienigena. O que acontecia ao Planalto então, é o que se pode notar no Nordeste de hoje. Havia só crescimento demográfico de dentro para fóra, não podendo oferecer nenhum atractivo economico ao alienigena, que assim só emigrava, para onde ele tivesse perspectivas promissoras.

Com isso, ve-se bem que, os nordestinos, emigrantes da sua região, em decadência na riqueza açucareira, viam os seus interesses economicos se afinar pelos dos reinóis, pois todos eles visavam usurpar a propriedade das minas, delas expulsando os planaltinos. Por isso, todos eles eram intruzos e forasteiros.

Mais uma vez se verifica a predominancia do fator econômico dos povos e a orientação destes, pelos seus objetivos de natureza econômica. Alem disso, isto é, ao lado disso, pode-se verificar bem a veracidade do materialismo histórico, cuja força é inflexível, e cuja clareza é transparente em certos casos.

Procurando dar mais facil compreensão aos acontecimentos desse início do setecentismo, lançaremos mão de uma imagem pitoresca, mas que pode ser observada diuturnamente. Os reinóis e os nordestinos viram um enorme e carnudo osso, nos dentes dos planaltinos. Uniram-se para arrancar o osso de seu legitimo dono, ainda que os nordestinos fossem da mesma coloração colonial que os Planaltinos.

A união dos nordestinos com os reinóis, deu ao grupo dos Emboabas uma tal superioridade numérica, que seria inutil resistir.

Eles deveriam se derramar, sobre todo o território mineiro, avassalando tudo como se fosse uma avalanche precipitada do alto de inacessível montanha. Mas alem dessa indeclinavel superioridade, que se fazia cada vez mais irresistível e progressivamente mais volumosa, pois com as novas descobertas de outros aluviões de mais ricos depósitos, mais gente emboaba, as duas cornucópias de forasteiros derramavam sobre as minas, ainda havia, a favor dos emboabas a odiósa parcialidade dos governantes lusos. Estes eram patricios dos reinóis e semi-patricios dos nordestinos, mas exóticos aos planaltinos.

Estes reagiram, contra tudo isso! Não estavam eles estribados no seu direito? Eram arrogantes? Sim, mas arrogancia, causada pelo seu próprio valor. Isso vem demonstrar que se tratava de um grupo humano com próprios delineamentos, bem caracterizados pelo isolamento, que teria cristalizado esses delineamentos, impedindo-os de se diluirem no mundo lusitano. Essa arrogancia se destacava como tal, em face da humildade emboaba. Os planaltinos haviam, no decurso dos séculos XVI e XVII, estratificado classes sociais e destas, a aristocracia havia se estabelecido nas lavras da trans-Mantiqueira, enquanto que o grupo emboaba era constituído pela plebe que havia emigrado do Reino.

Mas os planaltinos, apesar-de haverem reagido com violencia, e terem testemunhado varonil procedimento à posterioridade, tinham entre os seus elementos, gente timorata e acomodaticia. Isso fez com que os planaltinos, vencidos por pequena margem de pontos, nos prélios feridos nas Gerais, se acomodassem com o preço pago pelos governantes reinóis.

De fato, a elevação de S. Paulo à gradação de cabeça de Capitania e à categoria de cidade, parece ter sido o preço, com o qual o governo de Lisboa comprara o reconhecimento pelos planaltinos de uma situação de fato e de sua propriedade das minas em virtude do famoso alvará de 18 de março de 1664. Com aquelas duas medidas, Portugal,

sem dispender nada, comprava o sossego das minas e resgatava uma medida legal leviana, que havia sido baixada pelo rei desacizado Afonso VI, em 1664. Parece ter sido negociador dessa transação, pouco lisonjeira para o caracter paulista, o tão falado Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, cuja atividade secreta, fez fracassar a missão reivindicadora de Amador Bueno da Veiga (2) que voltou ao Planalto, sem haver realizado o seu objetivo e portanto, sob o peso da derrota pouco honrosa. De fato, quando a expedição de Amador Bueno da Veiga, atingiu Guaratinguetá, na sua marcha para as minas, com o fito de repor os paulistas nas suas propriedades, teve ele uma conferencia secreta com Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. O que se passou por ocasião desse encontro? Misterio! O proceder ulterior do Cabo Maior Amador Bueno da Veiga e dos planaltinos em geral, nos faz crer que nessa ocasião o habil reinól acomodou o espirito paulista, narcotizando-o com o prato de lentilhas, que era a elevação de sua vila de S. Paulo à categoria de cidade e a criação da Capitania de S. Paulo-Minas.

Houve, entretanto, entre os paulistas, quem não quizesse se submeter a essa transigencia. Foi o grupo de Luiz Pedroso de Barros !

Como a história se repete.!

-
- (2) Custa crer que, a expedição reintegradora de Amador Bueno da Veiga tenha retornado ao Planalto, sem qualquer ficha de consolação declarada! Por que? E' que circunstâncias secretas poderiam explicar a facilidade com a qual o Cabo Maior e a sua tropa restauradora se acomodaram sem protesto, como sem sinal de inquietação. A população planaltina pacificamente, tambem aceitou a solução da derrota e facilmente se acomodou, transformando em passividade, o furor vingativo, com o qual fez partir o exercito que ia vingar a tragedia inominavel, do Capão da Traição e ia dar aos paulistas o que era seu, despojando os emboabas do fruto de seu furto!

Esse proceder estranho dos paulistas está a exigir, com imperio, uma explicação. A que eu enuncio acima, quer me parecer, é a melhor.

CAPÍTULO XXIX

PARALIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO PROGRESSIVA DA ALMA NACIONAL-CRIOULA.

FELIPE DOS SANTOS E A CONJURAÇÃO MINEIRA

Quando se deu a invasão das minas, pela avalanche de reinóis imigrados e de nordestinos, tudo avassalando, como se fosse uma incoercível inundação humana que sedimentou, de gente adensada, os sertões antes desérticos do alto rio Doce, do alto rio Grande, do alto rio Sapucaí, do alto rio Pará, do alto rio das Velhas, do alto rio Paraopéba, do rio das Mortes, do rio de S. Francisco, etc., como se fora um imenso tapete humano, houve um subito hiato paralizador da evolução acriouladura da alma popular dos habitantes dessas regiões. É que, essa gente reinól ou nordestina, recém vinda, possuía a alma metropolitana, isto é ela se mostrava com os contornos bem perfilados em intenso lusitanismo. Eles, graças a sua imensa superioridade numérica, transplantaram para as regiões das Gerais, que eles povoaram, essa alma, ou antes esse conjunto psicológico, moral ou sentimental, que haviam trazido da velha Lusitania, ou das plagas lusas do decadente Nordéste.

Os planaltinos, que também ocupavam as minas, levaram, é certo, um perfil bem acrioulado, que se destacava da massa lusa, não só quanto ao físico, mas no referente à psicologia, aos sentimentos, etc.

Eles eram bem nacionais!

Trigueiros, amestiçados de amerindianos, magros, ossudos, ageis, vivos, alegres e afeitos à região, os paulistas pensavam e sentiam como crioulos que eram. Eles tinham dois séculos de América, atrás de si! Seus antepassados eram não só lusos, como espanhóis, índios, ou flamengos e mesmo os descendentes de portugueses estavam com duzentos anos de isolamento da velha Europa, a qual só conheciam parcamente por ouvir falar, pois nunca tinham lá ido! Isso lhes tinha dado alma própria, bem diferenciada da de além mar.

Mas os paulistas eram muito poucos! O ingrediente, já acrioulado, injetado no povoamento das terras das Gerais, era dosado homeopaticamente, de modo que não podia causar grande efeito.

Dominado, como vimos na Guerra dos Emboabas, o papel dos paulistas nas minas, na elaboração de um resultado químico-psicológico nas terras mineiras, era mínimo e equivalia ao do sal na condimentação de

um alimento qualquer. Nada ele pode fazer, depois de esmagado pelo numero no encontro com os forasteiros. Estes, alem do mais, eram protegidos pela Governança, outróra tão esquecida do Planalto, como atilada agora em manter essa irrequieta região sob o tacão de seus malditos e gananciosos sátrapas.

Assim, seria natural que, a região das Minas Gerais se mantivesse presa psicologicamente à lusitanidade, por longo espaço de tempo. Pelo menos uma geração, a primeira, isto é a de imigrados reinóis, impedia os protestos contra o jugo de Portugal. De fato, enquanto vivesse a primeira geração dos imigrados reinóis ou que ela dominasse pelo numero, não teriamos, nas Gerais rebeldias contra a Metrópole. Ainda que esta fosse a de D. João V, o libertino-devóto, ainda que esta tenha culminado os seus destemperos em relação às colonias, com o famoso Cunha Menezes.

Por isso, nós, em materia de protesto contra a opressão lusa, só podemos constatar o lúgubre gemido de Felipe dos Santos, a vitima heroica do miseravel Assumar, um dos cães de fila mais carniceiros do canil de Lisboa.

Até que os filhos dos reinóis imigrados e dos nordestinos ingressados nas Gerais, atingissem a idade de autonomia de consciencia, e isso mesmo seria preciso que o desequilíbrio numérico se fizesse em favor deles, a região deveria ser escravizada aos pés dos "gauleiters" reinóis.

Isso só se poderia dar nos fins do setecentismo, porque é preciso que se recorde que, o ouro continuava, no fundo de seus socavões a atrair grandes massas de reinóis. Realmente foi o que aconteceu.

Quando a população das Gerais atingiu a essa situação, ou dela se aproximou, já nos fins do século, pudemos, só então, testemunhar o fenomeno evidenciado pela "*Conjuração mineira*".

Esta não foi produto das ideias causadoras da Revolução Francesa, com a qual só teve a coincidencia de ambas terem tido lugar no mesmo ano. Também não se pode afirmar, sem falsear a verdade que, a Conjuração mineira teve como causa a Revolução das 13 Colonias anglo-americanas contra a Inglaterra. Elas, na verdade, tiveram lugar, mais ou menos, na mesma época e tiveram objetivos similares, mas a Conjuração mineira não foi consequencia da insurreição de Washington e de Jefferson.

O movimento brasileiro teria tido lugar, mesmo sem que os dois citados tivessem tido lugar. A tentativa dos companheiros de Tiradentes foi o reflexo de uma situação econômica, propria unicamente ao Brasil e a Portugal, a qual existia de longuissima data e só esperava que, a situação psicologica regional atingisse a uma certa coloração. Tanto o movimento mineiro coincidissem ou não cronologicamente com o gaules, precedesse ou succedesse ao norte-americano, objetivasse a fins similares, ou usasse das mesmas ideias, a verdade é que ele correspondia a uma situação econômica que ameaçava explodir, de longa data, e isso aconteceria logo que, a população mineira tivesse ganho uma certa gradação na sua psicologia e na sua composição numérica.

Deflagrar o movimento antes disso, só pelo exemplo norte americano ou só pela influencia da Revolução Francesa, equivalia a faze-lo tombar em abismo, ou antes seria o mesmo que buscar um certo suicidio coletivo.

É certo que, o movimento mineiro não visava senão a independencia de sua região, que era a única a ser afetada pela ganancia tiranica da Metrópole portuguesa, pois o resto do país não estava nas mesmas condições, que a região do ouro ante Portugal. Não havia antagonismo e as partes brasileiras, que não as concernentes ao ouro, viviam bem como os reinóis e essa harmonia foi mesmo até 1823, quando teve de ser desfeita à bala pelos navios de Cochrane ou pelos canhões de Labatut.

Outro indice que tem sido emprestado à Conjuração mineira, é que ela foi um movimento idealista. Sim o foi, mas apenas na sua execução, isto é na sua superstrutura, porque na parte básica foi um movimento puramente econômico.

CAPÍTULO XXX

SINTESE FINAL

Resumindo o que fica exposto no livro, temos que os seguintes postulados constituem matéria básica da história psicológica e econômica platinense:

- 1) O Páu-Brasil, explorado economicamente, não fixou povoamento, porque é uma atividade extratora. Foi o que aconteceu, pois só quando a agricultura teve início e desenvolvimento no Brasil, o povoamento se fixou.
- 2) A capitania vicentina não pôde contar com esse elemento econômico, em vista de suas condições climáticas, imperativas pela latitude muito sulina.
- 3) O território vicentino, sem fonte de renda era quase despovoado até 1532.
- 4) O povoamento iniciou-se antes de 1532, para suprir as poucas necessidades do pequeno número de povoadores pioneiros. O povoamento foi pois uma necessidade forçada e não escolhida. Ele, a princípio, foi diminuto porque o seu mercado consumidor era minúsculo, pois a Metrópole se abastecia, de preferência, na África, que lhe fornecia mercadoria mais barata e melhor, livre de grande transporte marítimo, etc.
- 5) Com o advento da indústria agrícola do açúcar, no Nordeste brasileiro, o apresamento tomou enorme impulso, pois teve um mercado de consumo grandemente aumentado.
Assim, temos que, o apresamento foi mera consequência do açúcar nordestino.
- 6) O escravo africano era muito mais caro, porque tinha que arcar com um transporte marítimo muito maior, além de ser mercadoria muito superior.
- 7) O povoamento realizado no Brasil por D. João III foi forçado, pois ao contrário, a França, cerca de 12 vezes mais povoada, tomara para si, o país sul americano.
- 8) O estado português, empobrecido pela aventura oriental, não estava em condições de promover esse povoamento, mas o particular, entriquecido com o comércio indiano, estava.

Dai, a divisão do país recém-descoberto, em capitânicas, que foram entregues a particulares.

- 9) Carlos V, obrigando os franceses a se empenhar contra suas forças enormes, os reteve, os impedindo de tomar o Brasil. Caso não tivesse tido lugar a famosa luta, os franceses de Francisco I, com as mãos livres, teriam se apoderado do litoral brasileiro.
- 10) Entregando aos particulares o povoamento do Brasil, D. João III, para os interessar comercialmente na empresa do povoamento, teve de fazer dilatadas concessões, com o que a divisão das Capitânicas hereditárias tomou a aparência de retorno ao feudalismo.
- 11) Diogo de Gouveia, influenciado pela cultura francesa, ainda com os restos da coloração feudal, transmitiu isso, no plano que foi adotado por D. João III, pois Portugal não tendo conhecido o feudalismo, não teria podido instilar essa aparência na divisão das Capitânicas.
- 12) O favoritismo, imperando na distribuição das Capitânicas, fez fracassar o sistema de colonização por particulares e daí, o Estado português ter sido obrigado a realizar por si, o que havia antes entregue a particulares. Desse fracasso, só se salvaram as empresas de Martim Afonso e de Duarte Coelho. O Estado português realizou, em 1549, o terceiro núcleo de povoamento com Tomé de Souza.
- 13) Essa divisão em Capitânicas tem influência até hoje e constitui a base histórica da heterogeneidade atual das regiões brasileiras.
- 14) A região vicentina, compondo-se de duas partes separadas e distintas, tinha a sua zona planáltina bem segregada da zonallitorânea, formando uma nítida região geográfica, herméticamente fechada do mundo exterior.
- 15) Esse isolamento do Planalto, conservado psicológica, social, demográfica, economicamente, etc. fora do mundo luso, determinou inapenosamente aí, a formação e a evolução de uma alma própria, que foi o primeiro sinal do crioulisto americano.
- 16) Esse isolamento geográfico do Planalto foi tão rigoroso, que repercutiu violenta e energicamente na economia regional, determinando fatal e obrigatoriamente uma falta de intercâmbio de exportação e de importação e uma rigorosíssima autarquia, sem a menor ligação com o mundo externo.
- 17) Dessa situação geográfica, o Planalto, obrigado à autarquia, teve que recorrer à policultura para ocorrer a essa autarquia. Dessa policultura, o Planalto, imperiosamente, teve que adotar a pequena propriedade, sem a qual não teria podido realizar a policultura necessária.

A pequena propriedade determinou a democracia, a qual se constata nos documentos.

- 18) O Planalto, região mais fria do Brasil, de então e se situando mais longe da Metrópole, não podia economicamente concorrer com outras regiões coloniais mais quentes e mais próximas do Reino consumidor, na produção de gêneros próprios de climas quentes e tropicais. Não podia também concorrer com a própria Metrópole na produção de gêneros de climas frios ou temperados. Daí, a impossibilidade da produção e da exportação, causa fatal da miséria planaltina, constatada na documentação.
- 19) A primeira batalha do açúcar fez com que S. Vicente, derrotado pelo Nordeste, tivesse diante de si, uma evolução histórica, marcada pela pobreza, enquanto que o Nordeste, vencendo, foi determinado à prosperidade.
- 20) A derrota da Capitania vicentina foi determinada, em grande parte, pela distância, em que se situava dos mercados de consumo, coisa que exigia uma navegação muito mais longa, cara, difícil, frágil, rara, insegura, etc. Isso determinou o povoamento denso do Nordeste e a inferioridade demográfica de S. Vicente, bem como a função de S. Vicente na História do Brasil.
- 21) Dessa situação econômica resultaram, para a região vicentina, várias consequências, que foram dosar o poder aquisitivo de sua gente, bem como o respetivo nível de vida, a sua densidade demográfica, o crescimento de sua população, a demografia de sua gente, o teor psíquico, intelectual, sentimental de seu povo, etc.
- 22) A produção açucareira do vitorioso Nordeste exigiu imperiosamente, mão de obra, sem a qual não seria possível produção. A mão de obra africana seria insuficiente e mais ainda se tornou tal, com o domínio marítimo holandês. A única solução seria o recurso à mão de obra ameríndia! Daí, o apresamento o qual, só teve lugar porque havia uma causa econômica a o determinar.
- 23) De fato, o Nordeste, para a produção do açúcar, que vendia à Metrópole, tinha imprescindível necessidade de braços. Destes, essa região produtora só podia contar com: a) O africano; b) O ameríndio. Com aquele só, não podia resolver o seu problema. Daí o apresamento.
- 24) S. Vicente teve o apresamento para exportação. O Nordeste, não iria deixar de fabricar o lucrativo açúcar, para apresar índios que valiam pouco.

Não houve no Nordeste antagonismo entre moradores e jesuítas.

É que, faltou a causa motivadora desse antagonismo.

Logo, o Nordeste, para obter o braço para a sua indústria agrícola, teve de recorrer ao Planalto.

- 25) E' neses sentido, tambem, que se pode observar a coincidência notavel, entre as datas máximas do fastígio pleno do apresamento e as do período, em que o tráfico africano esteve trancado ou perturbado.
- 26) O apresamento preferiu ser exercido nas missões jesuíticas, porque aí ele era muito mais facil, havia material já preparado, como se fosse matéria prima semi manufaturada.
- 27) Daí, a hostilidade bravia entre paulistas e jesuítas e como estes eram os cronistas, embora fossem parte na contenda, não tiveram serenidade no julgamento que proferiram, desvirtuando a verdade sobre o apresamento.
- 28) Os jesuítas, entretanto, exerceram uma determinada função semi manufaturando o produto da indústria bélica do apresamento, com o transformar o amerindio de selvagens em individuos, mais ou menos, adaptaveis para o trabalho. Os apresadores fizeram o resto.
- 29) Não creio na crueldade do proceder dos apresadores. Essa noção exagerada e portanto erronea tem sido colhida nos escritos jesuíticos unicamente, é, portanto parcial, originada em um dos contendores em luta. Esses depoimentos não podem valer como sentenças julgadoras, pois são apenas razões de uma das partes.
- 30) Os jesuítas, no seu gigantesco trabalho na America espanhola, tinham em mira estabelecer um imenso imperio, cuja expansão conquistadora sobre as terras de Portugal oferecia um inimaginavel perigo.
- 31) O Brasil, na sua parte sulina, seria muito sacrificado, desfalcado e desmenbrado, se não fosse a ofensiva irresistivel do apresamento, que destruiu esmagadoramente a "*vis propulsiva*" do expansionismo jesuítico, cujo império foi inteiramente desfeito, com o salvamento de todo o sul brasileiro.
- 32) O dominio espanhól sobre o mundo português, foi causado por circunstâncias originarias da consanguinidade, que trazia apertados laços de parentesco às familias reais portuguesas e espanholas. Eis uma das causas provenientes do meio interno dos agentes, em combinação com outros de origens diversas!
- 33) Por ocasião de período meio secular de dominio espanhól, deveria fatalmente ter se enriquecido o espírito crioulo-nativista, no Planalto, pois a Metrópole lusa ficou imensamente desprestigiada, em concomitancia com o perpassar das gerações nativistas, que foram progressivamente se desligando de Portugal, na proporção em que os tempos iam sedimentando novas camadas de psicologia própria.
- 34) Não eram todas as regiões geográficas, sociais ou econômicas da entidade politica brasileira, que tinham a mesma marcha evolucionial da respetiva psicologia, da sentimentalidade de cada uma, etc..

A marcha de cada uma dessas regiões dependia do respectivo isolamento, sob os vários pontos de vista, em que elas se achavam da Metrópole portuguesa, isto é das relações economico-sociais, que cada uma delas continuava a manter com a Europa. Como isso, variava muito, em toda a parte, no Brasil, o grau de lusitanidade.

- 35) Por isso a Restauração lusa ecoou de formas diferentes, nas diversas regiões brasileiras. Eis que, a notícia da Restauração lusa chegou à Baía, a 15 de fevereiro de 1641. Nesse mesmo dia, D. João IV, aí foi aclamado, tendo a mesma notícia chegado ao Planalto, em 16 de março de 1641, entretanto só foi aceita 18 dias depois!
- 36) Foi tentado um movimento de rebeldia contra a Restauração lusa, pelo elemento crioulo no Planalto, ante a notícia dos acontecimentos europeus.
- 37) Essa reação crioula, contra o reinolismo luso, entretanto, não teve sucesso, pelos seguintes motivos:

- a) A região estava privada da maioria da sua população masculina, no momento assinalada no combate de M'Bororé, a 2.000 quilômetros ao sul, no território hispano-jesuítico do rio Uruguai.

- b) No Planalto só haviam permanecido os homens de psicologia timorata e entre eles, o que fora escolhido para ser aclamado chefe do movimento, pois os melhores elementos da mentalidade crioula, estavam longe no sertão.

- c) O Planalto já desfrutando da liberdade de fato, não sentia precisão da independência de direito. Daí, não se ter empenhado com muito afincio pelo sucesso da tentativa de 1.º de abril de 1641.

- 38) O Nordéste açucareiro, fabricando anualmente, no médio seiscentismo, segundo Simonsen, 2.500.000 arrobas de açúcar, precisava de cerca de 42.000 escravos, pois em média, cada escravo produzia 60 arrobas de açúcar por ano.

Para os demais serviços da região seria preciso que se dobrasse o total, chegando-se a fixar em 84.000 o total de escravos utilizados na região. Para manter esse total, em se levando em conta que, cada escravo tinha 10 anos de atividade útil, temos que se fazia mister uma importação anual de 8.400 escravos novos.

Como da África só se importava uma média de 4.000 escravos, o resto teria de vir de alguma parte. Seria mais natural que, viesse do Planalto. Daí, a imperiosa precisão do apresamento.

- 39) O Planalto teria realizado o apresamento total de cerca de 360.000 escravos, durante o ciclo dessa atividade bélico-econômica.
- 40) As invasões holandesas no Brasil foram motivadas pelo antagonismo holandês contra a Espanha, que vinha mantendo encarniçada luta contra a independência da Holanda, entrando contra esta na Guerra dos 30 Anos. Além disso, a Espanha fechando o porto de Lisboa aos holandeses, os obrigou a ir procurar o comércio nas regiões de alem-mar.
- Daí os ataques holandeses.
- 41) A fraqueza de Portugal e impedindo a Espanha que esse país defendesse o que era seu, foram as causas de haver a Holanda escolhido as regiões luso-brasileiras, para sobre elas desferir seus ataques. Das colônias luso-brasileiras, a Holanda escolheu o rico Nordêste, que a atraíu com o seu açúcar. As colônias pobres foram desprezadas pelos ataques flamengos.
- 42) Dadas as situações econômicas das regiões brasileiras, só o Nordêste sendo opulento e o resto vegetando na miséria, o Brasil era só a parte, situada ao norte da Baía e ao sul do Ceará. Só isso importava à Metrópole, pois só essa zona dava rendas diretas e indiretas. O resto da possessão brasileira era peso morto, acarretando deficits nos orçamentos reinóis.
- 43) Não havia unidade psicológica, sentimental, moral, econômica, etc., entre os diversos núcleos coloniais luso-brasileiros, pois não se pode constatar ação unanime e decidida de todas as colônias contra o intruzo flamengo ou qualquer outro inimigo interno ou externo. Por isso, podemos observar maior indiferentismo do agremiado do Planalto, pelos embates no Nordêste contra os holandeses, durante todo periodo da ocupação batava. Na documentação existente não se vem resquícios que mostrem ansiedade, interesse ou qualquer sentimentalismo, pelo que se passava nas partes brasileiras invadidas pelo batavo. Daí se verifica que, o Brasil tem sido, não só uma Federação política, mas também uma Federação social, econômica, etc.
- 44) A opressão da Espanha contra Portugal, durante o domínio espanhol, foi um dos elementos que agiram no sentido da manutenção da nacionalidade portuguesa, em estado de manifestar a sua vida na primeira oportunidade.

As uniões políticas só são viáveis, desde que sejam de interesse para as partes. Quando há opressão, não há vantagem para as partes, essas uniões se rompem.

- 45) Os holandeses exerceram, durante toda a primeira metade do século XVII, a hegemonia naval no Atlântico, cortando o tráfico luso-africano, impedindo assim, a importação de escravos da África para as lavouras canavieiras do Nordêste, as quais se viram na contingencia de recorrer à mão de obra amerindiana, civilizada pelo jesuítas. Daí, o apresamento, que foi exacerba-

do justamente no período da ocupação holandesa do Nordeste e da hegemonia naval flamenga.

- 46) Essa hegemonia cessou, em grande parte, em virtude da guerra anglo-holandesa de 1651-55. Depois dessa guerra, os holandeses não puderam mais impedir o tráfico africano de escravos. Isso não só repercutiu parcialmente no Nordeste, como no Planalto desferindo rudíssimo golpe no apresamento.
- 47) Como já ficou dito e é incontestável, os jesuítas exerceram inconsciente e involuntariamente, uma ação importantíssima no apresamento, a qual, até hoje não foi ainda mencionada e sem a qual o apresamento não se teria realizado como o foi. De fato, os jesuítas, concentrando dezenas de milhares de índios nas reduções, próximas do Planalto e com ligações fáceis, etc., bem como amansando, civilizando, etc., essas massas ameríndias, preencheram importantíssima função no apresamento e auxiliaram decisivamente os planaltinos no seu exercício. Não fosse o gigantesco trabalho realizado pelos padres da Companhia, não teria sido possível o bandeirismo de apresamento.

Eles, não só tornaram possível e econômico o funcionamento da indústria bélica do apresamento, como aprimoraram o produto, de forma a poder ser empregado na indústria agrícola do Nordeste.

- 48) O apresamento foi realizado dentro de um raio de 2.000 quilômetros para o sul, marcando o rio Uruguai o seu limite máximo. Região mais distante, não podia ser aproveitada pelo apresamento, porque o empreendimento se fazia anti econômico e perigoso, em razão do enorme afastamento das bases planaltinas e do aumento da resistência jesuítica.
- 49) Em 1641-48, isto é depois de ter sido barrada pelos jesuítas a diretiz sulina, com a refrega de M'Bororê, os planaltinos se arrojavam sobre o Paraguai, na direção sudoeste. Pouco depois, disso, os planaltinos tiveram um magnífico aliado no Bispo Frei Bernardino de Cardenas, inimigo dos jesuítas. Aproveitando-se dessa momentânea fraqueza dos loiolanos, os apresadores continuaram, no Paraguai, o funcionamento da sua indústria, da qual os nordestinos ainda dependiam.
- 50) Foi élo da campanha apresadora contra o Paraguai, nessa época convulsionado pela luta entre o Bispo Cardenas e os jesuítas, a famosa bandeira de Raposo Tavares-André Fernandes, em 1648. Esta bandeira apresadora planaltina teria sido a última a, nessa época, talar os estabelecimentos paraguaios, visto como os jesuítas foram reitegrados, com a derrota de Cardenas.
- 51) Barrados nessa direção, os apresadores, premidos pela continuidade das necessidades braçais do Nordeste, voltaram suas tentativas, outra vez, para o sul. Daí, a expedição de Barbosa Calheiros, que, em 1651, foi até Corrientes, no rio Paraná, tendo atravessado o território mesopotâmico.

- 52) Caso o Planalto não tivesse realizado o apresamento, teríamos nos defrontado com as seguintes consequências:
- a) *O Paraguai jesuítico espanhól se teria expandido até o Atlantico, engulindo os territórios de 4 Estados brasileiros do sul, além do sul de Mato Grosso, tudo somando uma arca de 1.200.000 quilometros quadrados.*
 - b) *O Nordéste, paralizado por falta de braços, seria, com os séculos, um deserto econômico, demográfico e político. Com isso, o Brasil teria desaparecido.*
- 53) Com a extinção das organizações jesuíticas, o apresamento, que havia sido rudemente golpeado pela infausta Restauração lusa, sofreu novo e arrasador terremoto, o qual o deixou agonizante, pois o apresamento, já dificultado por novas fronteiras políticas, antes inexistentes, foi imensamente encarecido e obrigado a se realizar, entre os índios bravios, cuja população rala, tornava os empreendimentos anti-econômicos.
- 54) As primeiras gerações de povoadores lusos deveriam ter sido reinóis, isto é teriam as psicologias, as sentimentalidades, etc. extritamente portuguesas e a literatura quinhentista, cheia de brilho, deveria ter exercido sobre elas grandes influências. Mas as gerações, que se foram sucedendo nos novos ambientes, deveriam ter tido fatalmente constituição progressivamente diversificada, formando nova alma, a qual se foi sedimentando, de acordo com os novos ambientes, dando causa à novas estirpes, que se foram desligando da Metrópole lusa, sob os pontos de vista psicológico, físico, social, sentimental etc., embora ainda estivessem presas pelo laço político. Causa semelhante estamos nós, descendentes próximos de alienígenas, sentindo! Se esse fenomeno se dá atualmente, é lógico que, também se tivesse realizado nos primeiros séculos.
- 55) Devido à insignificancia econômica edemográfica do Planalto, nada rendendo à Metrópole, que tinha "deficits" com a região, ela foi esquecida e abandonada, não sendo tida como Brasil. Daí, o seu passado não ser levado em conta pelos cronistas, que escreveram sobre os primórdios brasileiros, só hoje a cronica planaltina dos primeiros tempos é reconstituída, com certa incompreensão por parte dos demais brasileiros, os quais mostram ignorancia a respeito do que o Planalto tem sido, se contentando com palavras bombásticas mas ócas.
- 56) O passado brasileiro tem sido estudado unicamente como cronologia política com abandono completo da história econômica e social do país. Eu atribuo esse erro de diretriz a que os nossos intelectuais modernos seguem tradicionalmente os mesmos metodos e obedecem as mesmas orientações e diretrizes, que as dos velhos e seculares cronistas. Eles nada inovam, li-

mitando-se a servilmente obedecer os primeiros escritores, como Gabriel Soares, Fernão Cardim, Pedro Taques, Frei Vicente, etc. Os relatos do passado brasileiro são como a continuação das páginas, postas em dia, desses velhíssimos cronistas. O avanço dos conhecimentos humanos, os ensinamentos científicos, os dados que as diversas fontes do saber diariamente fornecem, não são aplicados à história brasileira, que assim permanece seca, e arida, buscando refugio no ditirambo rançoso e no panegirico inverosimil, conservando certos "tabús", que seriam bons para as mentalidades grosseiras dos primeiros séculos, mas que, para nós são infantilidades que pedem revisão. Só muito recentemente é que há certo vislumbre de renovação, com o aparecimento de novos metodos e a introdução de nova orientação, a quebrar a monotonia de fatos, nomes, datas, batalhas espetaculares, empilhados com alvarás, cartas regias, governadores, generais, ouvidores, capitães mores, etc., para fastidiosamente cansar a memória dos presentes. Causas, consequencias, raciocínio, não tem aparecido!

- 57) Como ficou ainda asseverado, não foram todos os núcleos colônias luso-brasileiros, que se acrioularam nativistamente, na mesma velocidade e da mesma maneira. Uns forjaram suas almas, logo no início. Outros, em razão das comunicações com a Metrópole, levaram mais tempo presos a esta. O Planalto levou cem anos para se acrioular e a sua maior presteza em realizar essa marcha nativista é causada pelas circunstâncias próprias da região, em determinar maior isolamento e pobreza mais acentuada.
- 58) Como prova do que afirmo acima, temos uma nitida fotografia, na psicologia planaltina, a qual está concretizada, em segurissimos depoimentos dos padres Montoya, Mansilla e Mazzetta, reproduzidos na "*Hist. Geral das Bandeiras*", II, os quais tratam, em pinceladas magnificas, como se deu o assalto contra Guairá e em que estado de alma estavam os assaltantes planaltinos.
- 59) Por esses preciosos depoimentos de testemunhas presenciais, verifica-se o grau de animadversão em que estavam os planaltinos, em relação à Metrópole espanhola, mostrando, com evidencia que, já tinham espirito próprio, em absoluto divórcio, em relação à Espanha, como revelando, em suas linhas gerais, pelas palavras do fidalgo espanhol, genro de Amador Bueno e seu futuro aclamador, os delineamentos do movimento crioulo, em torno da sua separação da Europa.
- 60) O antagonismo entre planaltinos e jesuitas, datando do século XVI, permaneceu moderado até 1610, quando o apresamento tomou impulso, com o que temos de relacionar um fenomeno com o outro. O apresamento foi causa do antagonismo. O aumento daquele causou o aumento deste.

- 61) Em 1610, o antagonismo tomou tal virulência, que se fez hostilidade, a qual, em 1640, tomou o carácter de violência, com a expulsão dos padres. Então, cerca de 300 planaltinos, isto é quasi toda população masculina da região, assinou a ata da expulsão.
- 62) Em 1653, com o termino do período agudo do apresamento, também teve fim o antagonismo virulento anti-jesuítico no Planalto, sendo os padres readmitidos e reintegrados na região.
- 63) Nesse interim, o ódio entre planaltinos e jesuítas foi tão forte que, aqueles desobedeceram ostensivamente duas determinações do rei de Portugal, que havia deliberado e ordenado em 1643 e em 1647, reintegrar os jesuítas no Planalto, desmentindo por duas vezes, os que afirmam a lealdade dos planaltinos à corôa portuguesa.
- 64) Nos outros núcleos coloniais luso-brasileiros, nos quais não houve apresamento, como no Nordeste, por exemplo, também não se constatou antagonismo entre os moradores e padres da Companhia.
- 65) Mauricio de Nassáu, elevado ao posto de Governador do Brasil holandês, quiz fazer dessa região uma colonia, pelo que, tolerante, adotou a política de viver bem com os crioulos, enquanto que, a Companhia das Índias Ocidentais quiz fazer dela uma simples possessão comercial, ou uma méra feitoria, da qual tiraria lucros immediatos, para os seus dividendos. Tendo prevalecido esta última política, com a partida de Mauricio, estalou a revolução, que, com magrissimo e quasi nulo auxilio reinól, que, às vezes, era negativo, conseguiu expulsar os intruzos, depois de esforço formidavel de nove anos, desde 1645 a 1654.
- 66) A Metrópole não empreendeu uma luta decisiva ao lado das colónias revoltadas, msa crimosamente deixou que estas enfrentassem sós, o poderio da Companhia holandesa. Por isso, a luta foi demorada. E' que, os interesses reinóis e mais particularmente os dos Braganças, nem sempre coincidiam com os dos coloniais. Eis o famoso "papel forte" do padre Vieira, com a sua política tortuosa e daí a paz da Holanda, em 1661, pela qual esse pais reconheceu o dominio luso no Nordeste, pagando Portugal, 4.000.000 de cruzados, o que representava uma ignominiosa compra, pois os "crioulos-brasileiros" já haviam pago com seu sangue.
- 67) A política cromwelliana da Inglaterra nacionalista, no sentido de bater o poderio naval da Holanda, foi de maior auxilio à revolução nordestina, pois, com a vitória de suas esquadras isolou os flamengos no Brasil, os quais, sem poder receber recursos da Europa, foram se desgastando, em lenta agonia até 1654.
- 68) A alma colonial, desenvolvida e fortalecida pela atuação desassomburada dos crioulos nativistas, bem como pela má política de uma Metrópole egoista, ia tomando vulto. Em regra a

formação de uma alma nacional, exige século e meio. Foi o que aconteceu com as 13 colônias anglo-americanas. No Brasil, porém, devido ao seu maior isolamento da Metrópole e a vida mais acidentada do novo meio, a alma nativa, em certas regiões, deveria fatalmente exigir menor lapso de tempo, para a sua elaboração. Foi o que aconteceu, em relação ao Planalto, que desde 1628, começou a evidenciar iniludivelmente uma alma própria, com indícios visíveis na documentação.

- 69) Essa alma própria impunha grande desapego das colônias, em relação às Metrópoles, não só à portuguesa, a partir de 1640, mas à Espanha, antes dessa data. Foi o que se verificou documentadamente.
- 70) Em razão disso, seria fatal que houvesse no Planalto uma manifestação mais viva e mais concreta desse estado de cousas. Foi o que se deu em 1.º de Abril de 1641, isto é, logo que se apresentou a ocasião, com a Restauração portuguesa de 1640, Foi o movimento da aclamação de Amador Bueno, demonstrador de uma fase amadurecida da psicologia popular.
- 71) As causas do fracasso desse movimento, foram:
 - a) Estar o Planalto, no momento, privado da quasi totalidade de sua população masculina assinalada pela crônica e pelos documentos nos combates de M'Bororé.
 - b) Ter sido escolhido para ser aclamado, um indivíduo de vontade frouxa e tímido.
 - c) Graças, em parte, ao indiferentismo reinol pela região, esta sempre esteve entregue a si mesma, gozando de dilatada liberdade de fato, pouco lhe importando a liberdade de direito.
- 72) De fato, a cronologia da vida de Amador Bueno não registra senão timidez e falta de energia. Assim, ele nunca foi bandeirante! O seu nome não é citado como tal, por nenhum historiador, cronista ou escritor, baseado em qualquer fonte segura, bem como não consta das listas, e nominatas dos milhares de planaltinos conhecidos como apresadores ou defensores e conquistadores da terra. A respeito de Amador Bueno, como bandeirante, só há referências muito vagas e abstratas, apesar de haver ele vivido, justamente a coincidir a sua idade com o período máximo do apresamento.
- 73) Os planaltinos, na necessidade determinada pelo apresamento, foram se bater contra os jesuítas até à margem direita do rio Uruguai. Ai foram derrotadas em M'Bororé, em março de 1641. Essa derrota acarretou para os planaltinos a limitação de sua penetração sulina. Muito mais importante, foi a consequência indireta desse prelo para o Planalto, nos decisivos acontecimentos, que, nessa ocasião, estavam se desenrolando no Bra-

sil, pois foi em razão de retida muito longe no sertão, a maior e a melhor parte da população masculina do Planalto, que essa região continuou sob o pesado jugo lusitano.

M'Bororé significou, para os planaltinos uma seria derrota militar, com graves consequências táticas e estratégicas, mas as suas decorrências políticas tiveram muito mais vulto nas paginas da história brasileira.

- 74) A escolha de fato, recaiu em pessoa contra-indicada, para o fim objetivado. Vejamos: Amador Bueno nasceu em 1591, pois seus pais se casaram em 1590, conforme, documentadamente prova Pedro Taques. Com isso, Amador Bueno teria cerca de 20 anos, quando o apresamento e a luta contra os jesuítas atingiram o auge e teria 37 anos, por ocasião da bandeira raposiana de 1628, que iniciou o esmagamento de Guairá.

Entretanto, ele, Amador Bueno, é documentadamente assilado em povoado, nessa ocasião!

- 75) O Planalto não tinha interesse em que fosse realizada a Restauração lusa pelo contrário, enquanto Portugal estivesse unido à Espanha, da America portuguesa, o apresamento poderia penetrar livremente, sem obstaculos fronteiriços na America espanhola. Uma vez feita a Restauração lusa, essa penetração, não mais poderia ser realizada em paz e obstáculos surgiriam dificultando o apresamento. Logo a Restauração lusa se antepunha aos interesses da economia planaltina. Não seria crível que, os apresadores fossem sacrificar seus interesses econômicos pela sua lusitanidade inexistente ou pela figura pouco atrativa do titular de Bragança.
- 76) Se havia desapego do Planalto para com Portugal, havia tambem muito pouco amor para com a Espanha, pois o que nos relatam os jesuítas, entre os quais Montoya, Mansilla e Mazzetta, que se passou em 1628, quando ainda era vigente o dominio espanhol, nos mostra, com clareza que, no Planalto, havia nítido sentimento nativista-autonomista e com começo de materialização.
- 77) O Duque de Bragança, que foi elevado a rei, com o nome de D. João IV, não era um super-normal, pelo contrário, era um homem tímido que só aceitou a chefia da revolução contra a Espanha, por interferencia de sua esposa, D. Luisa de Gusman. Alem dessa marca de inferioridade do Duque, é de notar que a Casa de Bragança não seria muito grata ao Brasil, pelos seus antecedentes.
- 78) O planaltino, sendo economicamente um desfavorecido, era um individuo profundamente inculto, pois o desenvolvimento intelectual, é mera consequência do estado econômico, que outorga ou não meios de aprimorar e de adquirir cultura, etc. Assim, o passado regional não era cuidado, permanecendo em olvido lamentavel, os acontecimentos, que capitularam as epopéias pla-

naltinas dos séculos XVI e XVII. Apenas a tradição oral, passando de geração em geração e, portanto, sem merecer grande confiança, devido a facilidade com que os acontecimentos eram adulterados, formou a cronica regional, que oscilante e vaga, chegou aos nossos dias, quando essa cronica vem sendo corrigida e retificada paulatinamente por documentos e pelo raciocínio.

- 79) Dois séculos se passaram no anonimato, que a tradição oral faz transparecer até que, já no século XVIII, o advento do ouro, melhorando as condições economicas da região, outorgou-lhe elementos de alguma melhoria cultural. Foi, no setecismo que, os dois cronistas Pedro Taques e Frei Gaspar recolheram e fixaram essa já desvirtuada tradição oral, a transmitindo assim, até nós. Infelizmente a fixação não se fez, sem que fosse ainda mais desviada da verdade. É que, esses dois cronistas referidos estavam imbuidos de forte tendencia nobiliarquica, alem de intenso lusitanismo e de profundo apego à casa de Bragança. Assim, é clara a influencia, que o ambiente externo exerceu sobre eles, saturando-os de vivo reinolismo que foi a força da paixão com a qual a verdade foi decididamente ludibriada pelos dois cronistas.
- 80) É por isso que, tudo quanto provem das penas, fortemente reinolizadas de Frei Gaspar ou de Pedro Taques, deve merecer profundo exame, que confirme ou modifique, reajuste ou altere, as versões por eles transmitidas. Com isso, é de ver-se que, o que procede desses dois cronistas não é intocavel "tabú", pois eles erraram muito e grosseiramente o fizeram, ainda que, o dolo não os acompanhasse.

Em regra, o que esses dois cronistas afirmaram estribados em documentação, é seguro e merece plena confiança. Quando, porem, as suas asseverações não se baseiam em provas documentais e se assentam unicamente na própria autoridade, então elas não tem solidez e podem estar em erro, só merecendo serem tidas como certas se forem confirmadas por documentação.

Infelizmente Pedro Taques e o frade se basejavam muito poucas vezes em documentos e preferiam aceitar, quasi sempre versões das tradições orais que lhes chegaram pelo veículo das gerações. Com esse proceder, esses dois cronistas foram acoiados de méros coletores de tradições, as quais eram interpretadas através de intenso e inconciente reinolismo. Geralmente em matéria de genealogia Pedro Taques e Frei Gaspar acertaram, mas em matéria de cronica histórica, erraram visivelmente. E' por isso que, é muito perigoso se estribar unicamente na autoridade desses dois cronistas. Eu prefiro o meu raciocínio, a aceitar o "magister dixit", a menos que esse "magister" se escriba declaradamente nas "lições dos cartorios".

- 81) Como já dissemos, o apresamento declinou, na segunda metade do século XVII, em virtude das seguintes causas conjugadas:
- a) Terminação do domínio holandês e fim da hegemonia flamenca no Atlântico sul, com o que houve reinício do tráfico afro-nordestino, tendo o Planalto perdido o monopólio do fornecimento de braços para a indústria agrícola do açúcar.
 - b) Esgotamento dos mananciais de matéria prima a apresar, nos estabelecimentos jesuíticos, os quais desapareceram dentro do raio de ação do Planalto.
 - c) Cessação do domínio espanhol, com o que as fronteiras hispano-portuguesas, na América sulina foram estabelecidas.
 - d) Declínio da indústria agrícola açucareira do Nordeste, ocorrida em virtude da segunda batalha do açúcar, determinando uma menor procura do braço amerindiano, apresado pelo planaltino.
- 82) Do que ficou dito, ve-se que, o planaltino tinha interesse na continuidade do domínio holandês no Nordeste e na hegemonia naval batava, que impedisse o tráfico afro-brasileiro. Daí, a indiferença estranha, manifestada pelo Planalto, em relação à luta contra o flamengo, o que se pode comprovar com a documentação e a crônica.
- 83) A segunda batalha do açúcar, em que estiveram empenhados o Nordeste brasileiro, de um lado e as Antilhas, de outro, foi como a primeira batalha uma luta econômica surda, anônima, sem teatralidade, sem o rebrilho metálico de armas carniceiras, sem colorido rubro do sangue, etc., mas com importantíssimas consequências na evolução dos grupos humanos e econômicos, nela empenhados, ainda que ela tenha sido uma batalha branca, sem gemidos e estertores dos feridos e moribundos, sem mortos, sem galopadas tamborilhantes, sem vozerio alucinado, sem rílhados de prisioneiros vencidos, etc.
- As Antilhas, mais próximas dos centros consumidores norte, centro e sul americanos e mais protegidas pelas suas Metrôpoles espanhola, francesa, inglesa e holandesa, venceram facilmente e relegaram o Nordeste brasileiro apenas ao mercado português, que era pequeno.
- 84) Os jesuítas, expulsos do Planalto, em meados de 1640, só foram aí readmitidos em 1653, isto é 13 anos depois e só foram reintegrados pelos esforços dos lusitanófilos, membros do grupo Pires, Lourenço Castanho e Fernão Dias. Com isso e com outros motivos, eu sou levado a crer firmemente que, no Planalto, haviam dois grupos, em que se dividia a população.

- a) O dos Pires, que eram os lusitanófilos, colaboracionistas e jesuitófilos.
- b) O dos Camargos que era o grupo da terra, anti-jesuíta, nativista e crioulo.

Esses dois grupos se arrezavam no poder e qualquer um deles, quando com o poder da Governança, punha em prática as medidas mais surpreendentes e antagonicas às levadas a efeito pelo outro grupo anteriormente na Governança. Isso aparenta uma certa contradição de proceder, mas facilmente explicavel em se adotando a tése acima exposta. A readmissão dos loiolanos foi uma dessas contradições, aparentes, pois foi depois de haverem os planaltinos, por duas vezes, desobedecido ao rei de Portugal.

- 85) O declínio do apresamento, unica fonte de renda e base econômica do Planalto, determinou, para a região, que assim via diminuir a sua receita econômica, a precisão de outro recurso que suprisse o que ela vinha perder. Esse recurso foi a expansão povoadora e o pastoreio.
- 86) Coincidindo admiravelmente com o fim do século, houve um acontecimento memoravel e de enorme importancia para o grupo humano planaltino, tendo determinado a passagem de uma época econômica, social, psicológica, demográfica, política, etc. para outra, a qual correspondeu ao século XVIII. Esse acontecimento memoravel de tanta importancia, foi a descoberta do ouro. Teve isso o efeito verdadeiramente terremótico no Planalto, bem como em outras regiões brasileiras.
- 87) A descoberta do ouro determinou a separação nítida e marcada de duas épocas, que se destacaram bem delineadas, cada uma delas com os seus característicos próprios e bem salientes na história planaltina. Assim, economicamente, o ouro determinou para a região:
 - a) O fim do apresamento do amerindiano.
 - b) O aumento do poder aquisitivo do planaltino.
 - c) A majoração da importação reinól.
 - d) A diminuição e quasi extinção do isolamento, em que tinha vivido o Planalto.
- 88) A descoberta do ouro, sob o ponto de vista étnico, fatalizou para o Planalto, as seguintes consequências:
 - a) Cessaçao do apresamento, com o que diminuiu a porcentagem de sangue amerindio nas populações planaltinas, que tiveram proporcionalmente aumentadas as proporções dos sangues europeus, e africanos, atraídos pelo ouro.
 - b) Com o aumento do poder aquisitivo do planaltino e a cessação do apresamento, houve a introdução do africano, na

região e isso importou na étnografia regional ter se africanizado.

- c) O ouro, descoberto em região tão aproximada e ligada ao Planalto, atraíu grandes massas de reinóis, que alteraram, no século XVIII, a composição étnica do Planalto a europeizando.
- 89) A descoberta do ouro, sob o ponto de vista social, acarretou, para o Planalto as seguintes resultantes:
- a) A alteração idiomática na região planaltina, pois a língua falada era o guaraní, passando a ser o português.
 - b) O aumento da area cultivada no Planalto, com a incorporação das massas reinóis e consequente expansão ao longo do Tietê, como do Paraíba, etc..
 - c) A modificação dos costumes regionais, devido diretamente ao aumento da influencia europeia e africana com proporcional diminuição do teor americano.
- 90) Sob o ponto de vista intelectual, o ouro fez ressaltar, para o Planalto, o seguinte:
- a) A melhoria do nível de vida e do teor econômico regional determinou grande progresso no "standard" psicológico, isto é científico, literário ou artístico do Planalto.
 - b) O pensamento e o sentimento reinóis, esmagaram, no Planalto, o pequeno núcleo nativista, formado e evoluído nos dois primeiros séculos e impuzeram a alma lusitana, etc. Isso acarretou a eliminação da alma nativista, a qual se vinha sedimentando, através de seis gerações, em média, vividas em ambientes novos, no decorrer de dois séculos.
- 91) Demograficamente o Planalto teve a sua população enormemente acrescida com uma avalanche de reinóis, imigrados nas terras novas, atraídos que haviam sido pelo ouro das Gerais, como de Goiáz ou de Cuiabá. A população da região, em um século, cresceu na proporção de 2.000 %, unicamente quasi que à custa dos elementos européus e africano.
- 92) Sob o aspeto político, o Planalto sofreu, com o advento do ouro, o seguinte resultado:
- a) Só no século XVIII, o Planalto, antes abandonado e desprezado, pela sua insignificancia econômica e demográfica, foi incorporado nas terras lusas.

- b) Para atingir a sua meta, que era a reinolização de uma gente altaneira, a Metrópole lançou mão dos seguintes elementos, que são também consequências do ouro:
- 1.º A eliminação drástica e maquiavélica dos planaltinos mais vigorosos e de maior prestígio.
 - 2.º A desenfreada proteção aos reinóis, com as injustiças mais deslavadas aos crioulos, os privando mesmo da sua propriedade das lavras auríferas, a qual era estribada em lei, que era a carta régia de 18 de março de 1664, baixada por Afonso VI, a qual reconhecia o domínio das catas auríferas de quem as descobrisse.
 - 3.º O crucial desmembramento da Capitania de S. Paulo, iniciada em 1720 e a sua supressão mais tarde, nesse século.
 - 4.º A elevação da vila de S. Paulo à categoria de cidade e à cabeça de Capitania.

Este teria sido o "prato de lentilhas", com o qual Portugal, procurou narcotizar o Planalto, que apaziguadamente se teria vendido aos reinóis.

- 93) Como se vê, o ouro trouxe para o Planalto, consequências benéficas e malélicas, sendo mesmo possível que estas e seus efeitos somassem mais do que aquelas.
- 94) A gulosa Metrópole, com o torpe e deshonesto objetivo de esmagar a altivez planaltina, bem com o seu admirável espírito de independência, mandou para domar à região os mais ferozes cães de fila, que agiram como verdadeiros agentes antecipados de uma gestapo. Não contentes com isso, os reinóis desmembraram imperdoavelmente a Capitania de S. Paulo e depois a suprimiram.
- 95) Só quando as consequências acarretadas pelo ouro, que rareava, começaram a empalidecer, é que o cenário planaltino modificou-se novamente, no sentido crioulo-nativista, e outras projeções se fizeram sentir. Isso ocorreu no fim do século XVIII, quando os filhos, nétos e bisnetos dos imigrantes lusos, em avalanche atraídos pelo ouro, constituíram a geração vigente, que era já crioula, com pouco apego à Metrópole lusa e com alma própria, perfeitamente destacada da de seus próximos antepassados.
- 96) Foi pois no fim do século XVIII, que se deu o caso da Conjunção mineira, a confirmar o raciocínio acima. Antes não teria sido possível, porque a alma nativa não havia atingido grau suficiente de maturidade. Eis, o caso de Felipe dos Santos, o qual não teve o vulto do de Tiradentes, em virtude do raciocínio acima.

- 97) A guerra dos emboabas foi o choque violento ou o encontro hostil de duas mentalidades antagonicas, no qual os planaltinos, amparados pela justiça da causa de legítimos proprietários, eram o elemento nativo-crioulo, enquanto que os emboabas eram os reinóis-forasteiros, saturados do pensar e do sentir metropolitano. Estes se ampararam na imensa superioridade numérica, no favor dos governantes reinóis e na falta de escrúpulos, com que ousadamente defraudavam as leis, etc.
- 98) Os nordestinos, introduzidos nas minas pelo rio de S. Francisco, bem como a gente das demais capitánias, se enfileiraram ao lado dos reinóis e contra os planaltinos, embora fossem coloniais-brasileiros, como estes, porque tinham muito mais afinidades com os portugueses, em cuja alma, em parte, comungavam. Não haviam atingido ainda a etapa nativista do planaltino. Não haviam ainda galgado o nível de uma alma própria, bem destacada da reinól. Tinham, para com esta, mais ligações psicológicas, sentimentais ou sanguíneas mesmo, do que com os isolados planaltinos, que ainda falavam guarani e se faziam acompanhar de massas de carijós e tinham sequitos de mamelucos. Os nordestinos eram de proveniência proxima da Europa e mantinham assíduas ligações comerciais com a Metrópole, em virtude do açúcar.
- 99) A guerra dos emboabas terminou, sem que os planaltinos lo-grassem obter seus objetivos, não só devido à imensa e esmagadora superioridade numérica dos emboabas, mas ainda porque os governantes reinóis aquietavam os planaltinos com a co-caina de um miserável "prato de lentilhas", consistente na elevação da vila de S. Paulo à categoria de cidade e à cabeça de capitania, ante o que os apaziguadores da região fizeram predominar o seu ponto de vista.
- Este teria sido o preço pelo qual a Metrópole de alem-mar comprou os apaziguadores planaltinos do século XVIII.
- 100) O pastoreio exercido pelos planaltinos, só poude ser levado a efeito a distâncias não pequenas do Planalto, em virtude da configuração geográfica da região que determinava uma topografia extremamente acidentada e coberta de espessissima vegetação arborea, em todas as vizinhanças das vilas e aglomerados de serra-acima. Com isso, a emigração do Planalto se fez sentir, em movimento expansional para as paragens, onde a topografia fosse mais amena, com uma vegetação herbacea mais apropriadas para o pastoreio, etc. Daí, o exodo planaltino, na segunda metade do século XVII, para o Piauí, o Rio Grande do Norte, o curso do S. Francisco, Santa Catarina, etc. Ai, eram possiveis as grandes areas territoriais cobertas de pastagens, com aguada e salinas abundantes, planas, etc. próprias para o pastoreio e para a criação de gado.

ADVERTENCIA

O trabalho que se segue é uma tese de doutoramento apresentada e defendida pelo licenciado José Querino Ribeiro.

O autor aproveita o ensejo para agradecer a benevolência da ilustre banca examinadora que o argüiu e julgou, Senhores Professores Catedráticos Doutores Alfredo Ellis Junior, Roldão Lopes de Barros, João Cruz Costa, Paul Arbousse Bastide e Astrogildo Rodrigues de Melo. Agradece ainda e especialmente ao Senhor Professor Doutor Alfredo Ellis Junior a orientação da tese e a oportunidade honrosa de publica-la neste Boletim.

A MEMÓRIA DE MARTIM FRANCISCO
SOBRE A REFORMA DOS ESTUDOS
NA CAPITANIA DE SÃO PAULO.

Ensaio sobre a sua
significação e im-
portância.

J. Querino Ribeiro

S. Paulo - 1943.

*A meus saudosos pais,
exemplos de honradez e trabalho.*

*A' minha esposa,
colaboradora incansável
e conselheira prudente.*

*A Roldão Lopes de Barros,
mestre e amigo.*

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

ÍNDICE

	Pgs.
Notas explicativas	11
Introdução	13

PRIMEIRA PARTE: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

CAP. I: História da educação:

- 1) A educação como resposta às exigências criadas pelas condições gerais das sociedades 23
- 2) Condições gerais da educação no início do século XIX..... 25

CAP. II: História do Brasil:

- 1) Aspectos de nossa formação até o advento do século XIX 29
- 2) Condições gerais da colônia no início do século XIX..... 32
- 3) A Capitania de São Paulo 35
- 4) A transmigração da família real e suas consequências 38

SEGUNDA PARTE: A "MEMÓRIA" DE M. FRANCISCO

CAP. III: Aspectos da história da educação no Brasil:

- 1) Antes dos jesuítas 45
- 2) Os jesuítas 47
- 3) A reforma de Pombal 49
- 4) Influência da transmigração no ensino 53

CAP. IV: Origens e credenciais de Martim Francisco:

- 1) A vila de Santos 57
- 2) A família dos Andradas 59
- 3) Os três grandes Andradas 61
- 4) Martim Francisco 62

CAP. V: Histórico da "Memória":

- 1) Porque Martim Francisco escreveu a "Memória" 67
- 2) O parecer de Luís J. Carvalho e Melo 69
- 3) A apresentação da "Memória" à Assembléia Constituinte de 1823 71

CAP. VI: Considerações gerais sobre o conteúdo da "Memória":

1) O original manuscrito	73
2) Dificuldades destas considerações	73
3) Alguns dos pontos mais fracos	74
4) As passagens mais interessantes	77
5) Conclusão	82
Sumário das conclusões gerais	87
Post scriptum	88

A P E N D I C E

1) Texto integral da "Memória"	93
2) Petição de Martim Francisco	110
3) Parecer sobre a "Memória"	111
4) Aviso régio para concessão de licença a Martim Francisco	113
5) Portaria da primeira licença	113
6) Comunicação da licença á Fazenda	113
7) Aviso da chegada de Martim Francisco ao Rio	114
8) Volta de Martim Francisco a S. Paulo	114
9) Edital de concurso de cadeiras vagas	115
Bibliografia	116

“... o hábito de esquadrihar o lado desfavorável dos fatos, para depois contar como verdade o que se maliciou, é repreensível tendência do ânimo, que em vez de artifício inculca existência de peçonha.”

(Porto Seguro, I, 274) (1)

NOTAS EXPLICATIVAS



Parece-me necessário explicar a razão por que, sendo eu Assistente da Secção de Pedagogia, na cadeira de História e Filosofia da Educação, e tendo-me bacharelado pela Secção de Ciências Sociais, escolhi, para tese de doutoramento, um assunto de História da Civilização Brasileira, cadeira de certo modo subsidiária na secção em que me bachelei (tão subsidiária que a nova organização a excluiu) e, à primeira vista, desinteressante para a secção em que trabalho.

A razão está no seguinte.

Quando, em fins de 1940, o catedrático a que tenho a honra de servir, Sr. Prof. Dr. Roldão Lopes de Barros, tratava da organização dos programas para o ano letivo seguinte, sugerí-lhe a inclusão de uma parte especial de História da Educação no Brasil, a dar-se separadamente da de História Geral.

Aceita a idéia, coube-me, na divisão dos trabalhos da cadeira, justamente o desempenho da parte nova, conforme se pode verificar nos programas destes últimos anos.

Iniciando a minha tarefa, encontrei sérias dificuldades devidas não só à falta de uma bibliografia organizada, como, também e especialmente, aos preconceitos correntes a respeito da nossa realidade escolar no passado.

Felizmente, porém, à medida que avançava na preparação das aulas, fui verificando os erros em que laborava. As mazelas que estava habituado a considerar como exclusivas das nossas condições, foram gerais nas respectivas épocas e, o que foi melhor, as realizações admiradas nos outros povos existiram, também, entre nós, contemporaneamente, guardadas, é claro, as devidas proporções e computadas as diferenças de circunstâncias particulares.

Ao tomar conhecimento da "Memória" apresentada por Mártim Francisco, em 1816, de que vou tratar especialmente, consolidei meu novo ponto de vista. As considerações gerais a que a "Memória" daria lugar, serviriam para obter, se não maior simpatia, ao menos maior isenção de ânimo no trato do setor educacional da nossa história.

Hoje, sentindo-me perfeitamente a vontade para defender boa parte das acusações mais comuns que se nos têm feito, felicito-me imodestamente, porque assim contribuo, de algum modo, para fazer justiça ao que é nosso e para restabelecer tantas verdades, sem dúvida já conheci-

das, mas frequentemente olvidadas nas oportunidades em que deveriam ser postas em evidência.

Talvez que esta minha pretensão seja demasiado ambiciosa para as forças e elementos de que disponho; confio, entretanto, em que se reconheça nela uma ambição justa e desculpável.

*

Devo esclarecer, outrossim, que não tive a pretensão de fazer uma monografia exgotando o assunto, mas, tão somente, a de ilustrar um ponto de vista que me pareceu novo e, por isso mesmo, mais próprio para uma defesa de tese de doutoramento. Nisto, aliás, tive a satisfação de encontrar a opinião favorável do catedrático, Sr. Prof. Dr. Alfredo Ellis Junior, que me honrou aceitando a incumbência de orientar este trabalho.

*

Excuso-me por não ter feito as citações bibliográficas em rodapé; elas alongam o trabalho sem trazer vantagens para a sua clareza. As indicações seguem, por isso, em números interparentéticos no lugar adequado, correspondendo aos da ordem em que vão as obras indicadas na lista final.

*

Cumpre-me agradecer o auxílio e boa vontade que encontrei no Instituto Histórico e Geográfico desta Capital, da parte de seu secretário, Sr. Aristides Lobo; no Arquivo do Estado, a solicitude dos seus funcionários, especialmente do seu digno diretor, Sr. Dr. Lellis Vieira e do chefe da secção que me interessava, Sr. Dr. Antônio Paulino de Almeida; no Arquivo Nacional, da parte de seu ilustre diretor Sr. Dr. E. Vilhena de Moraes que, além de me facilitar as consultas, ofereceu-me, gentilmente, cópias fotografadas de documentos inéditos.

Mais um especial agradecimento devo aos colegas e amigos que, aqui e no Rio de Janeiro, me favoreceram, já fornecendo volumes raros e sugestões preciosas, já estimulando-me a prosseguir quando os obstáculos eram desanimadores; e aos senhores catedráticos que me deram a orientação do trabalho, com tanta benevolência no julgamento das falhas que não soube vencer.

*

Finalmente, devo justificar a escolha de uma frase de Varnhagem, para abrir um trabalho a respeito de um Andrada, justamente Martim Francisco.

Escolhi-a porque: em primeiro lugar, a idéia contida na frase bem se presta para acentuar o sentido da intenção que tive: um trabalho de boa vontade sobre uma parte de nossa história que não tem contado com este elemento precioso e indispensável; e em segundo lugar porque julgo que Varnhagem não merece os adjetivos com que foi mimoseado por Alberto Sousa; uma obra como a que escreveu o ilustre Visconde de Porto Seguro, não pode ser desmerecida por uma simples passagem em que se chocaram dois sentimentos tão afins: o de Pátria e o de Família.

INTRODUÇÃO

No início da Idade Moderna notamos, como um dos elementos mais importantes das transformações que iam caracterizar a nova fase histórica, a partilha da herança romana (reunida e mantida pela Igreja durante o período medieval), entre as novas potências que surgiam com a derrocada do feudalismo político. A centralização e unidade do antigo Império Romano, que passara às mãos da Igreja (2), graças à sabedoria de pontífices enérgicos e operosos, escapavam-se-lhes agora devido, principalmente, ao fato desta grande instituição religiosa haver já cumprido a sua missão e terminado o seu primeiro ciclo de função histórica.

As monarquias modernas foram absorvendo, com habilidade ou violência, os poderes que Roma monopolizara. O fracionamento daquelas forças veio atender melhor às diferenciações étnicas e sociais operadas lentamente durante a Idade Média, por determinação das condições geográficas e evolução natural dos grandes grupos europeus.

Evidentemente, tal transformação não se poderia ter operado sem abalo profundo do século em que amadureceu: determinou, logo nos primeiros decênios, a grave e profunda agitação da Reforma que trouxe um germe de diferenciação política, criando as condições essenciais ao aparecimento da corrente que, mais tarde, se chamaria liberal. Não pretendemos reduzir ao fator Reforma a responsabilidade total de todas as ocorrências seguintes; queremos, apenas, destacá-lo como o lançador dos problemas do livre-exame, do individualismo (germe do liberalismo), reagente ao grupalismo medieval e da nova concepção de trabalho (3) os quais, a nosso ver, constituíram as bases do impulso econômico e do advento do industrialismo nos séculos posteriores. Foi por isso que se notou, desde os primórdios da Idade Moderna, a acentuação da tendência liberal e das atividades comerciais-industriais nos países protestantes, em oposição às absolutistas e comerciais-agrícolas nos países católicos. Diríamos melhor: Inglaterra e parte da França de um lado; a outra parte da França, Portugal e Espanha de outro.

Do ponto de vista da cultura geral das massas, ou, mais propriamente, da instrução das populações, a Reforma determinou, por princípio, um passo à frente do Catolicismo Romano. Não se deve, entretanto, exagerar-lhe a importância; a necessária alfabetização das massas, para satisfazer às exigências da leitura da Bíblia, estava ainda bem longe do movimento posterior devido ao industrialismo mecanizado.

A convulsão reformista criou, todavia, mormente na Inglaterra (graças, é preciso ressaltar, a certas condições peculiares que teriam vindo

já dos tempos medievais), uma situação de vida menos satisfatória, porque mais revolucionada do que a existente nos países católicos romanos, principalmente, Portugal e Espanha, onde as doutrinas protestantes não penetraram. Quando se explica que os emigrantes colonizadores anglo-saxônios vinham para o Novo Mundo em busca de uma pátria melhor, onde houvesse mais liberdade religiosa, economica e política (4), enquanto os da Ibéria vinham apenas aventurar, recolher fortuna rápida, diz-se que as condições da vida inglesa eram piores do que as de Portugal e Espanha.

Uma vez nas colônias, os imigrantes se comportaram conforme os motivos que os impeliram; os anglo-saxônios, calmamente, tirando de pequenos trechos de território os recursos que só fariam sua grandeza num futuro mui remoto; concentrando a população que se manteve quasi pura, porque traziam as famílias já constituídas da Europa. Os ibéricos, no afã do enriquecimento rápido, dispersaram-se por territórios vastíssimos, rarefazendo-se, mestiçando-se intensamente, porque vinham sós, deixando, quando as tinham, suas famílias além-mar; sempre insatisfeitos porque, qualquer que fosse a fonte de renda, achavam-na inferior às exigências criadas pelas lendas coevas que lhes escaldavam a mente. De uma parte, o comércio, a pesca, a policultura em pequena escala, sempre ao alcance das praias, em contactos mais ou menos constantes e directos com a metrópole, afastaram pela persuasão, pelo logro, ou pela violência, os nativos ingênuos, rebeldes ou arrogantes. De outra parte, a agricultura extrativa, a monocultura latifundiária, pelo sertão a dentro, longe das costas comunicativas, facilitaram pela conversão, pela escravatura, o contacto variado com os indígenas; sobre tudo isto, as condições geográficas diferentes de um e outro hemisfério, resultaram povos e culturas em muitos aspectos dissemelhantes: dissemelhantes, mas não superiores ou inferiores como se tem pretendido estabelecer.

A Renascença fez do Humanismo o objetivo comum das elites europeias, nos primeiros tempos da Idade Moderna. O desenvolvimento da Reforma, um dos aspectos do Renascimento, estabeleceu as primeiras diferenças de objetivos educacionais, originando uma preocupação mais pragmatista, devido à nova concepção de trabalho, antes já referida, o que, aos poucos, foi se opondo à formação mais erudita dos povos não protestantes.

Enquanto a França liderou política e culturalmente o mundo ocidental moderno, graças ao seu refinamento, à sua maior riqueza e mais numerosa população, predominaram os característicos e as consequências do catolicismo, distraindo as atenções do que se passava pelo resto da Europa, em matéria de educação. Mas, após o governo de Luiz XIV, apogeu da França na Idade Moderna, comprovados os males que a excessiva ambição politica semeara e, comparadas as condições deste país continental com as da Inglaterra (saida das duas grandes revoluções do século XVII, mais poderosa e, sobretudo, mais eficiente para a nova ordem que surgia), o pensamento político, filosófico e económico dos in-

gleses passou a predominar. E', justamente, a época em que a cultura da Ilha recomeça a influenciar a do continente, como já acontecera tantos séculos antes, na chamada "Renascença Carolíngia". Locke, Hume e Adam Smith marcaram com as suas, as idéias de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Say e outros. Só então se começou a discutir a superioridade da reação ao humanismo e classicismo em geral, iniciada na Inglaterra, sem repercussão imediata, desde os tempos de Bacon.

Foram todos êste fatores, aquí apenas ligeiramente enumerados, que renovaram os problemas da educação e fizeram nascer o espantinho da democracia e o da instrução das massas, através de uma concomitante renovação científica e econômica. Enquanto isto tudo não chegou a amadurecer e a generalizar-se no continente europeu, a educação foi quasi exclusivamente a dos tipos humanista e jesuítico.

Ora, nas colónias francesas, espanholas, lusitanas ou inglesas, foram tambem os jesuitas ou seus imitadores os sustentáculos da escolaridade. Protestante ou católica, latina ou saxônica, a instrução que todos recebiam era do mesmo nível, a saber: para as massas da população — beabá e reza: para as elites — erudição e política. Considerando-se todavia que o grosso das populações coloniais era de escravos, infere-se que restava sempre uma borra social que só aprendia a rezar, pois, quem adquiria escravos, fazia-o para empregá-los no trabalho e não para mandá-los à escola, salvo raríssimas exceções.

Onde, entretanto, a vida foi mais sossegada, a instrução recebida conservou-se: nos grandes centros coloniais da Inglaterra, Portugal e Espanha, como Virgínia, Pernambuco e Perú, foram encontradões o luxo e o saber. Mas, por outro lado, nas regiões em que a luta permaneceu árdua, não raro até se esqueceu o aprendido, dando a impressão de que se descuidara da instrução compatível com a condição de cada um.

Acusamos, frequentemente, a metrópole portuguesa de nos ter dado poucas escolas e somente de jesuitas, esquecendo-nos de que elas eram em toda parte, as melhores e quasi únicas do tempo; além disto, nas colónias dos outros países, inclusive nas da Inglaterra, como, aliás, nas próprias metrópoles, o ensino era tambem função das respectivas igrejas católicas o uprotestantes (15). Sabemos que por onde andou o colono, andou o missionário católico ou protestante e que a leitura da Bíblia, nos países reformistas, correspondia ao que os da Igreja Romana tiveram como decoração e recitação do catecismo.

De um modo geral se pode afirmar que todos aqueles cujos afazeres exigiam alguma instrução, recebiam-na em grau suficiente "para o gasto". Era pouca, sem dúvida, em relação ao que se exige atualmente, mas quem negará que é a instrução "para o gasto" a que convem à maioria e é a única que se lhe dá ainda hoje; o mais é erudição que só interessa a um pequeno número, instrução desnecessária para o uso cotidiano do homem comum que a esquece facilmente.

Tais foram as condições de ensino, entre nós e em todo o mundo, durante aqueles séculos de colonização. Se considerarmos ainda que no

Nordeste, como já referimos antes, onde houve algum socêgo e muita riqueza, chegou-se a um certo refinamento social, poderemos concluir que tínhamos, para iguais condições, as mesmas possibilidades de educação das outras colônias e, talvez, das próprias metrópoles.

Quanto às universidades, se não as tivemos de direito, tivémo-las de fato; se compararmos o que informa Serafim Leite com referência aos colégios da Baía e do Maranhão (6), com o que diz Barros Arana (7) a respeito de, por exemplo, a Universidade de Lima, no Perú — "alcazares del erro" — concluiremos que a ausência da universidade não teve grande significação. Aliás, sabe-se que as universidades foram, durante largo período da Idade Moderna, mais centros reacionários do que renovadores da cultura (8).

Dos meados para os fins do século XVIII foi que, de um lado a influência das novas descobertas e aplicações científicas e de outro as agitações filosóficas, políticas e sociais, determinaram o novo rumo da economia para a predominância do industrialismo mecanizado; desde então, todos os povos que estiveram em condições de acompanhar a nova ordem, foram sendo obrigados a mudar as diretrizes da instrução popular. Tal mudança se operou, entretanto, lentamente, com grande resistência, mesmo daqueles que deveriam ser os primeiros a facilitar-lhes o passo. Na Inglaterra, lider, como já vimos, desta renovação, em pleno século XIX, vamos encontrar, ainda, uma luta forte entre os que achavam que as massas operárias deveriam ser instruídas e os que insistiam em que elas permanecessem aprendendo, apenas, a leitura necessária para os fins religiosos; referimo-nos à disputa entre as igrejas Anglicana e Quaquer, encabeçadas, respectivamente, por Bell e Lancaster, numa campanha memorável para a história da educação (9). Em França, as cousas não iam melhor; em pleno Império Napoleônico, negava-se, pela palavra oficial, a necessidade de instrução popular e tal opinião saía vitoriosa pelos esforços de Fourcroy (9) ficando, afinal, o ensino primário apenas com as vantagens que lhe advieram da "Concordata" com o Papa (10). Em Portugal, à arrancada do grande ministro de D. José I, pioneira de uma instrução renovada e para as massas, sucedeu a reação do governo seguinte de D. Maria I, determinando o quasi completo fracasso de todo o nobre esforço anterior (11). Nos Estados Unidos, ainda durante o movimento de expansão para o Oeste, os "pioneiros" que levavam a Bíblia debaixo do braço e um trabuco em cada mão, sacrificavam qualquer interesse de instrução, pela idéia de lucro imediato; só depois da Guerra de Secessão com o desenvolvimento da indústria foi que o ensino elementar se libertou dos objetivos predominantemente religiosos (5-10).

A reação que se fez nos países de instrução popular não satisfatória, atingiu também o Brasil, mais ou menos ao mesmo tempo. Foi a vinda da família real portuguesa, para nós, o que foi a consolidação da república e do território para os norte-americanos, o triunfo da corrente lancasteriana para os ingleses e a vitória das idéias liberais de 1830 para

os franceses. E se outros povos tiveram homens capazes de planejar reformas pedagógicas que atendessem às melhorias necessárias para as novas condições do povo nós também os tivemos.

Sem dúvida, nos decênios que se seguiram, não tivemos a continuação dêste impulso inicial, mas isto se explica pelo fato de não havermos seguido a evolução industrial como os outros povos e sim permanecido, como até hoje, "um país essencialmente agrícola."

Num recente estudo, baseado em nossas estatísticas, Lourenço Filho mostra como a curva do crescimento das escolas se ajusta, apenas, à do desenvolvimento industrial, provando que a expansão do aparelhamento pedagógico é uma resposta ao moderno sentido da civilização da Máquina (12).

PRIMEIRA PARTE
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

CAPITULO I

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

1 — *A educação como resposta às exigências criadas pelas condições gerais da sociedade.* Bem sabemos que Educação, no sentido mais moderno, é um processo complexo e contínuo de construção e reconstrução da experiência (13), e que, por isto, é óbvio, "não existe VIDA SOCIAL de um lado e PROCESSO EDUCATIVO de outro" (12). Mas, a escola que é, realmente, apenas um aspecto do processo educativo, sem ser o mais importante, é, na atualidade, o mais evidente. Assim, permitimo-nos considerar o aparelho pedagógico como que (somente COMO QUE), de um lado e a vida social de outro. Tal ponto de vista seria impróprio para um trabalho especificamente sobre educação, mas não o será num outro em que este assunto entra apenas como parte complementar para o estabelecimento de uma linha geral de História do Brasil.

As sociedades persistem graças à continuidade das instituições, dos valores admitidos, das práticas e condutas passadas de geração à geração.

Esta continuidade é garantida pela meticulosa função de frenamento, vigilância e orientação que as gerações adultas exercem sobre as novas, durante o longo período de dependência física a que elas estão sujeitas. Assim, a força centrífuga dos imaturos é transformada ou anulada pela capacidade, prestígio e experiência dos velhos, de modo que só mui lentamente se poderá operar alguma alteração apreciável no conjunto dos usos e costumes do grupo. E' neste sentido que se desenvolve o fenómeno da educação, por isso mesmo "eminentemente social" (14), a ponto de, qualquer que seja o grau de civilização, ou o tipo de sociedade, encontrarmos, sempre, a estrutura desta condicionando o aparelho pedagógico que a serve. Daí se segue que se educa para tal ou qual sociedade, de acordo com as exigências que ela apresenta e, portanto, pode-se afirmar que os problemas da educação se resolvem com os dados da necessidade social e não dêste ou daquele idealismo particular.

Os planos dos organizadores históricos da educação, surgiram exequíveis e aceitáveis somente na medida em que atenderam às necessidades reais do grupo, o que só pode ser conhecido, partindo-se da observação do próprio grupo. Com esta base é que foram bem sucedidos os planos desde o espartano na antiguidade, até o japonês no século passado; assim, também, ficaram como utopias históricas as proposições

idealistas de Platão e as radicais de Lepelletier-Saint Fargeau. Os primeiros, atendendo a situações de fato — em Esparta a dominação dórica, ameaçada pelo maior número dos dominados e, no Japão, o advento de uma série de novos contactos e influências europeizantes; os segundos sonhando com a realização de um paraíso de concepção puramente pessoal, ou de uma facção muito reduzida, embora, num dado momento, bastante forte, para se supor a representação da vontade de todos.

Na imensa variedade dos tipos e graus de civilização, vamos encontrar os mais diversos recursos educativos adequados à satisfação das necessidades que lhes são inerentes. Entre os povos naturais, certos tabus garantem aos velhos das tribos selvagens a posse de segredos e poderes, graças a ameaças de sanções naturais ou sobrenaturais (15); a preparação dos novos é feita por séries de iniciações (14), que lhes apuram valores e qualidades, indicando os que podem suceder no prestígio ou no governo. Entre os trobriandeses certos alimentos são interditos aos moços e a ausência do chefe que parte para uma expedição, constitue tabu para vida noturna da aldeia, cuja vigilância é entregue aos velhos (15); na Nova Zelândia os ombros e cabeça de certos indivíduos são tabus, isentando-os de carregarem grandes pêsos (16); informa Couto Magalhães que há no nosso sertão tribos que cerceiam as relações sexuais dos homens até os 25 anos, com severas restrições, e que explicam esta medida como necessária à força e energia da prole e, logo a seguir, afirma que: “No estado selvagem a família indígena é o que deve ser: a expressão exata das necessidades sociais (17). Nos povos desta categoria, ser iniciado é ser aceito na sociedade e, para tanto, são obrigados a frequentar os como que cursos das escolas de iniciações (18).

Por outro lado, nas sociedades altamente diferenciadas, como a nossa, as prescrições legais asseguram aos mais habilitados os poderes de direção, até que um curso ou série de cursos “peneirem” os indivíduos que se vão tornando capazes ou incapazes de assumir os diferentes comandos por sucessão. Sem embargo de certos elementos que rompem “peneiras” e depois vêm a criá-las novas, noutros moldes (como às vezes, mas somente às vezes, pode acontecer em qualquer sociedade), a regra geral é que as “peneiras” resistam por longo tempo, até que se tornem alteradas ou imprestáveis pelo próprio desgaste do uso. Nem é mais a história da educação de todos os povos do que a sucessão da variedade de “peneiras” que foram sendo alteradas por força do uso, ou trocadas por algum acidente revolucionário.

Com tudo isto não se nega, antes se afirma a existência de idéias puras que norteiam a educação. Há, de fato, sempre, um ideal a atingir; e é justamente a faina de fixar este ideal mais ou menos ao alcance das possibilidades, que fornece toda a matéria para as discussões em torno dos problemas de educação.

Seria demasiado longo, mesmo a simples indicação de todos os ideais de educação tomados desde a antiguidade até a época que nos interessa. Lembremos apenas que poucos — em geral ideais sem criadores ou donos particulares, mas somente ideais de grupo — foram atingidos e fi-

zeram se não a felicidade, ao menos a grandeza de muitas gerações. São exemplos destes, a educação estética dos gregos, a politico-militar dos romanos, a mística medieval, a humanista dos tempos modernos, a científica-utilitária(?) dos americanos atuais... Os outros ideais são como a "árvore milagrosa que sonhamos" que, no dizer do poeta, "nunca podemos onde nós estamos".

2 — *Condições da educação no início do século XIX.* — As correntes da "educação disciplinar" de Locke, da "educação naturalista" de Rousseau e da (como denomina-la?) "educação racional" de Kant, tiveram suas raízes no movimento intelectual do início do século XVIII. Nenhuma delas entretanto, realizou integralmente os seus objetivos. Aconteceu porém que, com o desenvolver dos debates, através de grandes vicissitudes, perderam as arestas de caráter pessoal e se fundiram, tornando-se ideais coletivos. Só então e por isso, vieram a ser exequíveis.

John Locke, partindo da idéia de que o homem era natural e originalmente mau, propunha uma educação corretiva pela disciplina do corpo e do espírito. Rousseau "demarrando", com grande atrito, do princípio de que o homem era natural e originalmente bom, prescreveu uma educação expansiva, livre das peias corruptoras da sociedade — era o naturalismo de que tanto necessitava a época artificial da França decadente dos últimos "Luizes". Kant, negando ambas as pre-estabelecidas tendências naturais admitidas pelo inglês e pelo genebrino, libertou o homem, para preconizar uma educação conforme somente à razão que o "cultivaria, civilizaria e moralizaria" (19). Evidentemente, haveria muito que discutir antes de se passar assim, em poucas linhas, de Locke a Kant; admitimos, entretanto, esta linha geral para chegar à obra de Pestalozzi, cujo objetivo foi o da formação metódica, natural e equilibrada, o que vale dizer, disciplinar, naturalista e racional.

Parece-nos que a pedagogia pestalozziana consistiu num esforço para concretizar aquelas idéias gerais que "andavam no ar", respiradas por todos, sem assentar, à procura de quem pudesse pô-las numa prática extensa. Pestalozzi experimentou-o: foi este o seu grande valor. Trouxe para dentro de uma escola, de várias escolas, aquela aspiração geral, não chegando, é verdade, a nenhuma solução final e satisfatória, mas fundando a "pedagogia social" que lançou os alicerces da "escola única" e preparou a próxima possibilidade de um ensino para todos, como convinha à nova era que surgia. Era o amadurecimento de uma situação que se vinha esboçando desde o movimento da Reforma.

Paralelamente a este mundo de idéias novas, uma avalanche de fatos ocorria. Principalmente na Inglaterra, onde as lutas contra Napoleão deram um grande impulso às forças produtivas (nascidas e apoiadas pela riqueza advinda do ouro do Brasil, escoado para ela através de Portugal (20)), resultando numa renovação econômica, às idéias dos pensadores e pedagogos, veio acrescentar-se a capacidade de um

homem prático que compreendeu ser a nova exigência da sociedade revolucionada, a elevação cultural das massas. Os esforços de uma pedagogia pura, à maneira de Pestalozzi, foram substituídos pelos de uma pedagogia prática. O que se impunha, então, não era mais a discussão teórica dos Locke, Rousseau e Kant, nem mais as experiências restritas de Pestalozzi, Froebel e Herbart, mas as realizações extensas. Todos já tinham, naquele momento, consciência do direito à educação; somente agora, porém, iriam começar a sentir a necessidade de instruir-se, para a concorrência num mundo novo, concorrência que iria atingir, em breve, as raias da ferocidade.

Até então, não se havia encontrado nem na França, nem na Inglaterra, nem em parte alguma, a solução para o problema proposto: um ensino rápido e barato para todos. O sistema de Pestalozzi fôra um simples ensaio tateante; êle almejava uma escola principalmente para pobres, mas as suas organizações caras faliram; havia encontrado o espírito mas faltava-lhe o corpo; tinha as regras para ensinar bem, mas o de que se necessitava era de um sistema que servisse para ensinar a muitos.

Foi neste turbilhão de idéias e de fatos que surgiu a figura empreendedora de Joseph Lancaster, o homem que resolveria o que se propunha fundamentalmente. Os pestalozzianos continuaram a aparecer aqui, ali, acolá, em experiências isoladas que mais tarde seriam de aplicação mais extensa. Os lancasterianos proliferariam, vertiginosamente, na Inglaterra e nos outros países europêus; atravessariam o Atlântico para entrar nos Estados Unidos; viriam ainda pela América do Sul a dentro, dominando todo o mundo ocidental por quasi um século.

Assim foi que, no século XIX, se lançou a bandeira da instrução para as massas; era uma instrução nova, exigida pela mecanização da indústria, pela urbanização das populações, pelas necessidades de um proletariado que precisava ser instruído cada vez mais, conforme as máquinas se iam multiplicando e complicando com o progresso; era uma instrução nova reagente ao Humanismo clássico literário em que se empenhavam ainda as minorias das nobrezas. Foi com esta instrução nova que, reciprocamente, a industrialização se precipitou e, meio século depois, fez aparecerem os primeiros movimentos consequentes, dos quais a revolução francesa de 1848 foi o início. Estava definido o novo rumo que a instrução tomara desde os primórdios do século: um mínimo de escolaridade para todos e... depois... salve-se quem puder. Era a plenitude da concorrência tremenda como jamais e que tenderia a expandir-se pelo mundo todo.

Lancaster havia resolvido, satisfatoriamente, os problemas com os dados da realidade: se a massa era pobre, a escola exigiria um mínimo de material; se a criança do povo não podia demorar-se na escola, porque precisava passar quanto antes para as fábricas, a ganhar o pão cotidiano, a escola começava cedo e durava pouco; se não havia mestres para todos, todos poderiam ser mestres — um ensinava dois, dois ensi-

navam quatro, quatro ensinavam oito e, assim por diante, numa progressão geométrica, não haveria analfabetismo que resistisse.

Era, realmente, uma nova maravilha o sistema lancasteriano, pois, como dizia Hamel "um só homem conduzindo com êxito, uma escola de mil crianças, era um fenômeno até então desconhecido" (9).

Kant, o filósofo, Pestalozzi, o experimentador e Lancaster, o realizador, foram os três luminares da educação, na aurora do século XIX, aos quais se devem, principalmente, a expansão do saber e os progressos democráticos do desenvolver posterior da história do ocidente. Conviria acrescentar Fichte, o político nacionalista da educação, ao qual se tem atribuído um papel muito importante na formação da época (12).

Acresce, ainda, que, na Europa como na América, ao mesmo tempo que as escolas de decuriões iam semeando, por preço mínimo, o A B C cotidiano, o Estado democrático ia absorvendo uma das últimas prerogativas temporais da Igreja — a instrução do povo. No Brasil, também, o problema seria reconhecido e formulado, à maneira de Lancaster, para receber uma solução adequada, dentro das possibilidades e das circunstâncias peculiarmente nossas e do rumo que a nossa ecônomia aparentava querer seguir, com as transformações da época de D. João VI.

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DO BRASIL

1 — *Aspectos da nossa formação até o advento do século XIX.* — O descobrimento do Brasil foi um mero acidente da história do comércio das Índias. O interesse de Portugal pela nova terra teria sido, forçosamente, secundário, dada a importância real devidamente atribuída à missão especial da frota de Pedro Álvares. E tanto assim foi que, a primeira opinião a respeito da pequena utilidade que a Terra de Santa Cruz poderia ter para o reino, então essencialmente comerciante, bastou para resultar um quasi completo abandono oficial do território. Quando, de volta a Portugal, com a primeira expedição exploradora, o (talvez cabotiníssimo), florentino Vespúcio declarou que não havia no litoral americano elementos capazes de oferecer um comércio do tipo que as Índias ensejavam, isto é, de especiarias, manufaturas e quejandos, El-rei se dispôs a arrendar a única utilidade imediata encontrada, ao judeu Fernão de Noronha (21).

E' interessante, todavia, observar-se como se transformou, em pouco tempo, a atitude da coroa em relação ao novo país. A primeira expedição exploradora, quiçá a única mandada especialmente para cá com êste fim determinado, tinha missão de simples curiosidade. El-rei desejava, tão somente, saber quais as possibilidades da nova posse. À medida, porém, que os negócios das Índias foram acumulando desilusões, aquella primeira curiosidade foi se transformando em zelo e ciúme. Em 1515, já se movimentava a diplomacia portuguesa para reclamar do rei de França a frequência de seus súditos nas costas da posse lusitana; como Francisco I, entretanto, nada quizesse, ou nada pudesse contra a pirataria, mandou-se a primeira expedição guarda-costas, cujos resultados seriam tão precários quanto os da providência diplomática que a precedeu. Mas o Oriente continuava a amontoar prejuizos e ao sucessor de "O Venturoso" coube a tarefa de renovar a tentativa de proteção do litoral, ainda desta vez, sem nenhum resultado de valor. Foi neste momento que, atendendo às observações de Cristovão Jaques, quanto à inutilidade daquelas patrulhas que êle próprio comandara e sentindo a imposição de procurar rendas que cobrissem as necessidades do trono, D. João III armou a frota de Martim Afonso, seu vassallo, amigo de infância e, parece, até irmão colação, por isso mesmo homem digno da mais extensa confiança do monarca, confiança que, aliás, ficou sobejamente justificada pela ação do expedicionário.

Estes fatos provam que, no curto lapso de tempo que decorreu entre 1500 e 1530, a coroa de Portugal tratou o Brasil de três maneiras diferentes, que mostram a evolução de sua atitude: a princípio, mera curiosidade; depois, um receio crescente de perder a posse e, finalmente, uma preocupação séria de tirar proveito imediato com empenho e esforço.

A rigor, a história da colonização do Brasil, só começa, pelo que acima foi exposto, em 1530.

Sabemos que as más finanças do reino, já então decadente por força da exaustão e da concorrência dos outros povos mais numerosos e descansados, não permitiram a D. João III desenvolver o plano de colonização que traçara e iniciara com Martim Afonso. Os conselheiros mais abalizados da coroa, entre os quais o célebre Diogo de Gouvêa, concertaram o plano das capitânicas que deveriam fazer a colonização e a defesa da posse, por conta dos particulares. Elas não corresponderam à expectativa, mas em todo caso, lograram tentar a situação por mais quinze anos. Sabe-se que a ação dos donatários foi muito irregular e, mormente, muito fraca, o que não permite, entretanto, dizer-se que tenha havido um completo fracasso. Durante aqueles trágicos quinze anos que mediaram a fundação das capitânicas e a instalação dos governos gerais, muita coisa se fez, embora se haja permanecido muito aquém daquilo que a coroa esperava: numerosas vilas se estabeleceram, alguma renda foi obtida e, pelo menos, a posse ficou assegurada, sem oneração para o erário régio (22).

O mais importante, porém, a considerar-se, no episódio das capitânicas, é o fato de ter começado aí a diferenciação da nossa história (23). Cada donatário se houve como pôde e a posse de cada um, já diversa, foi mais diversificada conforme a sua habilidade administrativa, os elementos humanos de que dispôs, as condições geográficas que encontrou e a maior ou menor felicidade com que agiu. Principalmente a descentralização, o caráter mais ou menos feudal e autárquico que as próprias condições do país impunham às capitânicas e a impossibilidade da coroa controlar, de perto, o que se ia realizando, determinaram a formação dos núcleos tão diversos que nenhuma outra medida posterior conseguiria corrigir.

Nos primeiros povoados dispersos pelo litoral, a máxima preocupação dos colonos foi tirar tudo o que o país pudesse oferecer, tão depressa quanto possível, afim de libertarem-se dos sofrimentos que a terra virgem lhes impunha e voltarem para a mãe-pátria com tempo de gosar ainda, a fortuna gorda e fácil com que haviam sonhado. Estabilizou-se, entretanto, no Brasil, uma população branca e mestiça mas somente porque, na maioria dos casos (como, aliás, acontece ainda hoje), quando os imigrantes atingiam o ponto que almejavam, haviam criado na terra raízes tais, que se tornava difícilimo, se não impossível, arrancarem-se dela.

Como dissemos antes, as diferenças de atividade a que a colônia obrigava — monocultura latifundiária aqui, criação de gado ali, pequenos comércios alhures, ofícios, burocracia, caça de escravos, etc., cada

atividade predominando no litoral, ou no interior, no centro, no norte ou no sul, — acentuaram as variedades de homens e de idéias do país nascente. Observa Capistrano de Abreu que até os caboclos de sertões vizinhos foram diferenciados (24). Talvez fosse, principalmente, por esta razão que o mesmo velho sábio preveniu que a nossa história teria de ser escrita por partes, em monografias limitadas, ainda por longos anos, até se chegar à acumulação de material bastante para uma síntese segura. Enquanto, todavia, não se acumular este material bastante, a visão de conjunto, do nosso passado, deverá ser livremente reconstituída “pela ignorância que simplifica e clareia e que é, como dizia o ensaísta vitoriano (?), um dos requisitos do perfeito historiador...” (25).

Julgamos lícito assim afirmar, por enquanto, a propósito da nossa evolução, que a lavoura açucareira em Pernambuco, a criação de gado no vale do Rio São Francisco, o bandeirismo em São Paulo, a mineração nas Gerais, o povoamento político-militar conquistador no Rio Grande do Sul, o jesuitismo na Amazônia, o funcionalismo na Baía e no Rio de Janeiro, constituíram populações de físico, moral, capacidades, interesses e ideais distintos, muito embora a massa de que se compuzeram os nossos grupos humanos tenha sido, principalmente, apenas o índio, o português e o negro. De fato, foi com estes “ingredientes”, pouco numerosos, que a poeira imponderável do meio físico, das vicissitudes históricas, dos nada ocorridos aqui e ali, que chegamos à aurora do século XIX com uma diferenciação de tipos tamanhamente acentuada; então não se podia falar ainda em Brasil, mas, tão somente, num conjunto de colônias lusas ao longo das costas centrais do oriente sul-americano.

Os objetivos ordinários dos colonos brancos, a nosso ver, constituem o núcleo central da nossa formação; sendo eles, como já referimos antes, o enriquecimento rápido, a qualquer preço ou risco, fosse qual fosse a atividade a que se dedicassem, determinaram que a menor preocupação fosse sempre a de alguma organização estável e a maior a das organizações capazes de sugar o máximo de rendimento, em menor tempo. Em geral, expedientes ousados, não raro inconfessáveis, mesmo da parte das autoridades superiores. E a metrópole tinha consciência disto, tanto que se precaveu contra as consequências que lhe pudessem trazer prejuízo. Outra não teria sido a razão do estabelecimento das devassas feitas pelos governadores entrantes, na ação do seu antecessor o qual deveria esperar-lhes os resultados antes da liquidação de seus compromissos e direitos na administração metropolitana. A ganância das autoridades venais, o colono respondia com um dolo incontrolável e, assim, todos os males de que teriam padecido os grandes e pequenos daquele tempo, explicam-se pelo único objetivo comum dos colonizadores: a despreocupação de permanência efetiva na terra.

A despeito de todos os vícios de que se poderiam acusar os primeiros povoadores de nossa terra, apesar de toda a pressa com que vinham para a colônia, a natureza mesma do trabalho colonial alterava-lhes profundamente os planos — dir-se-ia que o homem punha e a natureza dispunha. A força de assimilação da terra, transformando-lhes até o falar, os no-

vos assumindo novos convívios, novas paisagens, novas dificuldades, novos trabalhos, nova alimentação, tudo, enfim, conspirava contra o homem ingênuo que, chegando disposto até a matar a terra para locupletar-se, acabava afeiçoando-se a ela ou morrendo vencido por ela. E' que, à medida que os anos corriam e que o português ia tendo a impressão de estar vencendo os impecilhos que se lhes antepunham, a terra é que o ia prendendo, moldando-o à sua feição, a ponto de fazê-lo estrangeiro no reino. Aliás, é o mesmo que acontece, ainda hoje, com a generalidade dos colonos europêus, de todas as procedências, que nos têm procurado: acabam estranhos na sua pátria, pois, se outra vez lá, tornam-se incapazes de se reabilitar aos costumes donde provieram. Se isto era assim com os reinóis, muito mais o seria com os seus descendentes, mesmo os brancos puros. Os filhos dos portugueses que iam estudar no reino, lá se ralam de saudades e teriam sido os primeiros a manifestar o sentimento de nativismo (26). Por outro lado, teria contribuído para a formação dêste sentimento, a natural disputa entre os já radicados aquí e seus descendentes, ou entre êstes ambos e os recém-vindos, cheios de basófia européia, reinol, ou que tais.

Assim, chegamos a admitir que foi sendo cada vez mais comum e geral a animadversão entre os da colônia e os do reino e mesmo entre os portugueses e seus descendentes; daí as constantes reações, pessoais ou coletivas, e incompatibilidades consequentes, desenvolvendo o sentimento nativista que, digamos de passagem, foi puramente local, até a vinda de D. João VI, como o provam os levantes desta natureza, ocorridos naquela primeira fase.

2 — *Condições gerais das colônias no início do século XIX.* — Política o administrativamente, não havia ainda, naquele momento, o Brasil, mas, de direito e de fato, um grupo de colônias portuguesas ao longo das costas centro-orientais da América do Sul. Eram colônias diferentes pela determinante dos primeiros estabelecimentos: algumas matrizes, outras preventivas, outras repressivas, outras ainda, já consequentes da expansão das primeiras; diferentes pelo desenvolvimento das suas possibilidades: agricultura extrativa ou latifundária, criação de gados diversos, mineração de metais e pedras, caça de escravos índios; diferentes pela formação de suas populações; predominância euro-indiana, ou euro-africana, e outros matizes diversos de mestiçagem sem restrições; diferentes pelo tipo das relações mantidas com a metrópole: algumas diretas e constantes, outras indiretas através dos orçãos da administração local, outras ainda quasi inteiramente isoladas. Portanto, assim como não se pode falar de uma colônia inglesa na América do Norte, nem de uma colônia espanhola na América do Sul, tão pouco é razoável considerar-se uma colônia lusitana.

E' preciso notar, outrossim, que as metrópoles européias caracterizam suas relações com as posses de ultramar, em todos os tempos (inclusive os atuais) pela despreocupação de favorecê-las com a unidade. A própria condição de colônia (organizações incipientes em relação aos

países mais adiantados e fortes que as dominam), faz prevalecerem as condições geográficas, tanto mais variadas quanto maior for a extensão abrangida. As metrópoles, funcionando, em geral, como aparelhos de sucção, mantêm-se zelosas pela sustentação do domínio e prolongamento indefinido das condições de submissão, garantindo a facilidade e regularidade do aproveitamento dos homens e das cousas.

A rigor, entre nós, os únicos elementos de comunhão foram a crença religiosa e a língua, esta mesmo variando, consoante o número e a proporção dos grupos étnicos que foram constituindo as gerações sucessivas. Só com o tempo, mas apenas na medida em que as necessidades econômicas o foram exigindo e os meios de comunicação permitindo, houve, de fato, uma tendência para a aproximação dos núcleos ou regiões; como, entretanto, êstes laços de interrelações econômicas se estabeleceram muito fragil e irregularmente, não bastaram para constituir, e muito menos para consolidar, uma nacionalidade.

A política econômica das metrópoles européias visava reduzir as suas colônias a simples produtoras de matérias primas, que lhes seriam adquiridas em permuta pelos produtos manufaturados dentro ou fora da mesma metrópole. Foi para garantir um tal mecanismo que Portugal estabeleceu os célebres monopólios, num esforço de controle não só dos preços mas, igualmente, das quantidades e qualidades das mercadorias em transação. Vê-se, pois, como naquele tempo, já se compreendia que os regimes agrícolas ou extrativos se subordinam, natural e facilmente, aos industriais e comerciais. As colônias portuguesas (as outras não lhes diferiam muito nestes particulares), encontravam-se severamente proibidas de qualquer indústria ou comércio que viesse, direta ou indiretamente, alterar as relações de subordinação econômica — o meio mais eficiente de sustentar a subordinação política.

Neste estado de cousas se encontra a explicação para a facilidade com que a metrópole dominou os movimentos autonomistas que surgiram, desde os meados do século XVII. Eram movimentos que, sobre serem locais, encontravam-se, sempre, incapazes de obter os recursos fundamentalmente indispensáveis para sustentar uma luta. Aliás, as condições dos domínios portugueses daqui eram tais, que nenhuma revolução séria ocorreu naqueles três primeiros séculos; todos os movimentos a que se poderia atribuir tal caráter, ficaram nas idéias e tentativas, quando chegaram a ser planejados (24).

De um modo geral, a nossa economia dos tempos coloniais poucas oportunidades deu para as relações entre as capitânias. O único fenômeno de caráter histórico-econômico que poderia ter realizado alguma aproximação, foi fundamentalmente prejudicado pelas dificuldades das enormes distâncias e comunicações escassas e deficientes pelo seu rudimentarismo. Queremos nos referir ao fenômeno das bandeiras. Indo ao sertão longínquo, os bandeirantes voltavam sem estabelecer uma comunicação regular entre o ponto de partida e o término da expedição, ou ficavam afundados, isolados, esquecidos. Mesmo na época da mineração, apenas a região das Gerais (porque estava relativamente pró-

xima do litoral), manteve intercomunicação mais duradoura e frequente (graças ao espetacular “caminho novo” do filho do legendário Fernão Dias), assim mesmo só, enquanto as jazidas estiveram em ascensão ou apogeu. Goiás e Mato Grosso lucraram apenas explorações e estabelecimentos esparsos e efêmeros na sua atração; ainda hoje vemos a quão poucos se acham reduzidas as suas relações com o resto do país.

Por isso tudo, no Brasil, até os princípios do século XIX, poucos laços se estenderam em condições de favorecer a unidade e os poucos agravados pela própria extensão e irregularidade que lhes enfraquecia ainda mais a resistência.

Nos fins do século dezoito, as colônias portuguesas haveriam de sofrer, além de tudo, mais as consequências dos males que afligiram a metrópole.

Quando “D. José I trocou o trôno pelo torno”, entregando as rédeas do governo ao ainda hoje tão discutido Marquês de Pombal, as reformas que este empreendeu foram tão gerais e profundas que seria preciso, talvez, um século de continuidade administrativa para consolidá-las. Transferiu-se o centro político e econômico da nação das mãos de uma nobreza beata, ociosa e venal (cujos vícios se cristalizaram no reinado de D. João V), para as de uma burguesia ambiciosa e sedenta de poder, que até então pagara tudo sem mandar nada, como, aliás, estava acontecendo noutros países europêus; agora que esta burguesia se encontrava representada e garantida pela energia férrea do Marquês, o giro das coisas do Estado apresentou um aspecto e ritmo completamente novos. Aconteceu porém, que, enquanto o Marquês se distraía com os problemas mais importantes e imediatos, seus inimigos derrubados trabalhavam á socapa, junto da futura D. Maria I, de quem êle se esquecera, ou, talvez, a quem desprezara (27).

A morte e sucessão de D. José I teria tido para a história de Portugal um carater de verdadeiro colapso catastrófico. O movimento reacionário que se lhe seguiu não chegou, é verdade, a sacrificar toda a obra iniciada pelo Marquês porque, na realidade, não era obra de um homem, mas de uma época. Os mentores de D. Maria I conseguiram, entretanto, retardar bastante a parte da reconstrução que deveria vingar, apesar de tudo. Nas colônias, tal reação haveria, certamente, de repercutir com as contra medidas e abandonos de planos que sóem caracterizar os movimentos desta natureza; até impostos novos ficariam sem arrecadação, como aconteceu, por exemplo, com o subsídio literário.

Como se tudo isto não bastasse, a crise foi a seguir agravada com os milhões de prejuizos (32), ocasionados pelas guerras que S. M. Britânica sustentou “buldogmente” contra o Imperador dos Franceses; é que a posição ambígua em que Portugal se encontrou, diante daquela luta de titãs, fê-lo arcar com os enormes prejuizos advindos, principalmente, do comércio das suas colônias americanas. Aliás, convém esclarecer de passagem, todas as críticas que se têm feito a Portugal com relação àquela atitude ambígua, podem ser explicadas e, quiçá, mesmo justificadas, considerando-se a sua típica posição de “marisco entre o mar e os ro-

chedos" a que alude Tobias Monteiro (23), justamente um dos que mais carregaram nas acusações contra o então Príncipe Regente.

3 — *A Capitania de São Paulo*. — Na Capitania de São Paulo, pela mesma época, fins do século XVIII e princípios do século XIX, a situação era pior do que a das outras regiões. Uma breve revista no seu passado explica melhor as condições gerais em que se encontrava.

Quem estuda a história de São Paulo, através dos trabalhos de Washington Luiz (28), Ellis Jr. (29) Paulo Prado (25) e Basílio de Magalhães (30), compreende muito bem como o primitivo centro piratiningano foi, desde os meados do século XVI até os do setecentismo, um núcleo vivo e forte de poderosas energias, que fluíam pelo continente afora, mas refluíam sempre, renovando-se para novos e mais impetuosos impulsos, mantendo, constantemente, aquela tensão alta de incontida e insopitável necessidade de expansão, em repetidos vai-vens de maré. E' o tempo da montaria ao selvagem, das lutas tremendas no sertão bruto, ou nos campos imensos, contra o índio bravo, o espanhol rival e o jesuíta pertinaz: é o tempo dos Salvador Pires, dos Jerônimo Leitão, dos Manoel Preto, dos Antônio Raposo, "dêsses super-homens cuja estirpe privilegiada devemos à generosidade desta Península Ibérica que é a uberosa raiz européia da nossa cepa americana" (29); é uma feira de nomes, cada qual maior do que o outro, que vão e vêm, durante século e meio de tropelias fantásticas, até o tempo de Fernão Dias. Afinal, no raiar do século XVIII, dir-se-ia que a bolsa geradora estourou, largando pelos mesmos velhos e batidos rumos, o óleo quente daquela energia tantas vezes refeita e que agora ia para não mais voltar, desmanchar-se em nódulos aqui, além, acolá, cada vez mais longe, enfraquecendo o centro porque não mais refluía como outrora e se esgotando também, porque não revivia os mesmos impulsos nos núcleos novos. Era a energia que, expandindo-se definhava, transformava-se de gotas de óleo quente, grosso e vivo, em simples nódoas esparsas que iam desmaiando ao sol das vicissitudes e tendendo a desaparecer. E' o tempo da mineração, dos exgotamentos nas catas, na fundação dos povoados transitórios, que brilharam por um momento e desapareceram como estrelas cadentes, ou caíram na modorra da indolência e na miséria enfatuada dos que vivem só das lembranças de glórias e grandezas do passado. E' o tempo dos Anhangóeras Filho e dos Irmãos Leme, últimos vultos representativos do verdadeiro paulista à moda antiga (25). São estas as duas fases que completam o primeiro ciclo da história de São Paulo.

São Paulo que fora "Capitania de São Vicente", desde a doação feita por D. João III a Martim Afonso de Sousa, em 1535, transformouse em a "Capitania de S. Paulo e Minas de Ouro", em consequência das guerras dos Emboabas em 1709, justamente no ano seguinte ao da sua incorporação à coroa, por aquisição do rei D. João V. ao seu último donatário, o Marquês de Cascais. Este momento, coincidindo com o apogeu da mineração, marcou o fim do ramo ascendente da curva histórica do povo paulista, no período colonial. Logo depois, aquela raça que, havia século e meio, se compunha de bravos, ir-se-ia amolecer perdendo

os característicos de intrepidez arrogante, de nomadismo aventureiro e de independência operosa, característicos êstes que deram, de um lado, tão grandes aborrecimentos às autoridades portuguesas e, de outro, os dois fatores básicos para a economia agrícola extrativa do país, a saber: o braço escravo do índio preado em todos os recônditos do continente para ser consumido, em sua maior parte, nas lavouras e engenhos do Nordeste e as descobertas de ouro e pedras que chegaram a ameaçar de despovoamento o reino e de abandono as outras fontes de produção da colônia.

Nesta fase, a população era pobre e escassa, embora ousada e operosa. Esta pobreza paradoxal entre trabalhadores ousados prova-se com o seguinte: "Ao se ultimar a paz com a Holanda, em 1661, e ao se distribuir o dote da Infanta Da. Catarina de Bragança que, em 1662, se casava com o rei da Inglaterra, Carlos II, Stuart, obrigou-se Portugal a uma anuidade de 280 mil cruzados (44.800 contos em poder aquisitivo atual) dos quais a metade, ou 144 mil cruzados, deveriam caber às colônias americanas (note-se que se refere aqui às colônias). Este total ficaria assim distribuído, segundo Capistrano de Abreu, nos "Ensaio e Estudos", 2.^a série 138:

Baía	70 mil cruzados anuais
Pernambuco)
Itamaracá) 30 mil cruzados anuais
Paraíba)
Rio de Janeiro	26 mil cruzados anuais
São Vicente	4 mil cruzados anuais

Ilhêos, Porto Seguro e Espírito Santo — quebras.

Assim, com facilidade, vê-se a enorme inferioridade econômica e demográfica da Capitania Vicentina, na fase que precedeu a mineração" (29).

Foi com o advento da mineração, entretanto, que a elite piratinhana veio a sofrer a substituição dos sertanistas insubmissos, pelos ricos desejosos de fidalguia (28). Tal situação favoreceu o declínio da curva que ia tão alta porque um grande número de aventureiros reinóis (tão grande que transformou o linguajar do povo) e os seis anos da venal governança do célebre D. Rodrigo Cesar de Meneses, agiram como demoralizadores das virtudes fortes dos antigos paulistas. Foi neste período que se começou a preparar o marasmo em que São Paulo se encontraria do meado para o fim do século XVIII. Ao êxodo dos elementos viris que se foram fixando e extinguindo nas longínquas e enganosas regiões metalíferas, seguiram-se as mutilações do seu imenso território com o estabelecimento das novas capitânias de Minas Gerais (1720), Goiás (1744), e de Mato Grosso (1748). Êste declínio que duraria mais de um século, até que os cafesais viessem "pentear-lhe os morros", chegou a tal ponto que "o rei lusitano, com uma ingratição inqualificá-

vel" (30) subordinou o povo paulista, outrora ingovernável, à tutela do Rio de Janeiro, pelo espaço de vinte e um anos (1746—1765).

O principio do século XIX viria encontrar a região de São Paulo em tal pasmaceira que a "cabeça da capitania" foi considerada a mais decadente das vilas da colônia (26). No "Divertimento admirável", citado por Roberto Simonsen (21), Manoel Cardoso de Abreu passa em revista a situação generalizada de penúria em que se encontrava a população piratiningana no ano de 1780. Seriam quasi todas as vilas, povoados de beira de estrada, produzindo e consumindo pouco e negociando as sobras escassas com os raros viajantes que passavam. Esta condição agravava de tal modo a economia que, ainda em 1814, as rendas reais apresentavam-se, em São Paulo, com a bagatela de um saldo de 1:981\$251, enquanto no Ceará de alguns anos antes (1806), registrava-se um saldo de 17:399\$326 (1).

Outro aspecto da inferioridade da região de S. Paulo, pela mesma época, em relação ao resto do país, encontra-se nos números das populações. Por exemplo, como capitania encontramo-la em quinto lugar, assim colocada:

Baía	530.000	habitantes	
Pernambuco	480.000	"	
Minas	450.000	"	
Rio de Janeiro	380.000	"	e
São Paulo	192.000	"	

Considerando-se a seguir as maiores vilas da colônia, a de São Paulo se acha, também, em quinto lugar, excluindo-se a do Rio de Janeiro, capital desde 1763. E' a seguinte a distribuição dos núcleos mais populosos:

Baía	46.600	habitantes	
Recife	30.000	"	
São Luiz	22.000	"	
Belém	20.000	"	e
São Paulo	16.000	"	

Estes dados tirâmo-los das informações do Padre Galanti (31), co-tendo-os com os apresentados por Roberto Simonsen na sua "História Econômica", Oliveira Lima no seu "D. João VI no Brasil" e Porto Seguro na sua "História Geral do Brasil" (3.^a edição integral). Estes autores não reúnem elementos que correspondam em data mas, os mais completos do Padre Galanti, não discordam das outras informações encontradas nos historiadores mais modernos e bem documentados, como, especialmente, os que dirigiram a re-edição da preciosa obra de Porto Seguro.

Por outro lado, infere-se das exposições gerais de Porto Seguro, Oliveira Lima e do próprio Galanti, que não era de decadência a situa-

ção das capitánias tomadas em seu conjunto; entretanto, a respeito de São Paulo, as observações de Pedro Calmon e de Roberto Simonsen são bastante claras e desanimadoras, para a época que nos preocupa. A única explicação plausível está no referido esforço distensivo das décadas anteriores com que Ellis Jr. justifica a decadência (29). Ainda é preciso considerar que a demora de restabelecimento da região, deve-se, em parte ao prolongamento das dificuldades, pois, os primeiros decênios do século XIX foram agravados com as guerras que se fizeram no Sul, sustentadas, em boa parte com as nossas populações, conforme se verifica pelos frequentes recrutamentos contra os quais as populações reclamavam insistente e inutilmente.

4 — *A transmigração da família real e suas consequências.* — Capistrano (24) conclúe um dos seus brilhantes estudos de síntese com o seguinte parágrafo que bem resume o que vimos frizando a respeito da nossa história colonial anterior a D. João VI: "Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprêzo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos".

Assim, até o princípio do oitocentismo os interesses metropolitanos não favoreceram nem o objetivo nem os meios para a realização da unidade das colônias lusitanas na América. Nem apareceu, no período colonial, força ou homem capaz de congregar os núcleos dispersos pelo recíproco desinteresse.

Em 1808, porém, surgiram, simultaneamente, o homem e a força que deveriam plantar e fazer vingar a semente do verdadeiro Brasil nação: foi com a vinda do Príncipe Regente e o estabelecimento da côrte no Rio de Janeiro.

A idéia de mudança da sede da monarquia portuguesa para o Brasil era velha e havia visado diferentes pontos das colônias americanas. Martim Afonso, Felipe II, D. João IV e Pombal, cogitaram dêste problema nas várias ocasiões em que o trono português vacilara ante o poderio de Castela. Agora que as ameaças francesas se cumpriam com a invasão de Junot, depois de uma longa e dolorosa joanina vacilação, decidira-se, afinal, a mudança, justamente quando pareceu que não se a faria mais.

Desde aquele ano, o Rio de Janeiro, passando a ser a sede administrativa e política do reino, tornou-se o coração e o cérebro do Brasil. Todas as vistas do imenso território voltaram-se para aquele ponto, tão remoto e, talvez, desconhecido mesmo para a maioria das populações. E' que, então, estava lá El-Rei. Partiriam daquele centro as medidas boas ou más para todo o país e, por isso, para êle começaram a se dirigir os ambiciosos políticos, os pedintes de concessões de todos os núcleos (32). A então pequena cidade da Guanabara passou a ter a função

polalizadora e sistematizadora dos elementos mais dispares que o país encerrava na sua vastidão. Os filhos das terras remotas foram apresentados uns aos outros e entenderam-se na mesma língua; celebraram juntos as mesmas festas impelidos por interesses semelhantes; sentiram-se, talvez, empolgados pelo reconhecimento de que todos poderiam se unir e se tornar mais fortes.

A isto veio juntar-se mais uma contribuição da Grande História que envolve toda a Humanidade, a qual tendo já determinado o princípio daquela nova situação iria agora favorecer-lhe o desenvolvimento. Em 1815, a fragorosa queda de Napoleão I determinou a reunião do "alegre Congresso de Viena", em que o representante de Portugal — Conde de Palmela — provavelmente sob a influência do escorregadio e habilíssimo Talleyrand, concebeu o plano do "Reino do Brasil Unido ao de Portugal e Algarves": era a concessão de um direito para uma situação já existente de fato.

Logo a seguir, as festas realizadas em todo o país, com muito brilho cuidadosamente encomendado, por motivo da coroação de D. João VI (nas vésperas, chorara-se, também com muito brilho cuidadosamente encomendado, a morte da rainha D. Maria I), vieram a constituir as primeiras manifestações comuns em todo o território, por fatos ocorridos no próprio país; a estas solenidades se atribui papel importante na elaboração da nossa unidade (26).

Sobre tudo isto, a vida de côrte no Rio de Janeiro, com as exigências de extensão da aristocracia, que devia engalaná-la com todos os vícios que lhes eram peculiares e a consequente, larga e imprevidentemente bem remunerada distribuição de títulos de nobreza entre a burguesia apatacada do país (33), foram outros tantos elementos de aproximação dos brasileiros e de quezilas contra os lusitanos preferidos pelas concessões.

Houve, realmente, uma discrepância nessa evolução apressada: a revolução Pernambucana de 1817, fruto de um republicanismo sincero, mas despeitado, adventício e inadequado às circunstâncias do país, embora de acôrdo com as condições de outros povos. Esta ocorrência tem sido apontada indebitamente para provar que a monarquia desfez uma união nacional pre-existente; que foi uma luta fratricida e separatista, inédita nos anais da nossa história; para provar ainda que foram os males ácidos da monarquia os dissolventes dos sentimentos de brasilidade criado pela obra dos jesuitas, pela comunhão da língua e pela tendência republicana da América (34). Nada disto nos parece sólido; nem era republicana a tendência da América, nem houve uma unidade de sentimento brasileiro na colônia.

A falta de um sentimento de união nacional nas colônias luso-americanas já ficou suficientemente discutida antes; quanto à negativa de uma tendência geral republicana na América, cremos poder sustentá-la com o simples fato de ter havido, em todo o continente, um esforço monarquista apoiado por grupos de elite que eram fieis às tradições metropolitanas, bases da formação e orientação política dos líderes coloniais.

Talvez se possa mesmo estabelecer, na história da independência das colônias européias da América, uma relação entre republicanismo e fracionamento de um lado, e monarquia e unidade de outro. Quanto aos Estados Unidos, a guerra de secessão, em 1861, prova a desunião ainda existente quasi cem anos após a independência e o oferecimento de uma corôa a Washington, prova o pensamento monárquico (7).

Não nos detenhamos, entretanto, neste capítulo da História da América; vejamos as conseqüências gerais da transmigração da família real portuguesa no Brasil, como elemento de renovação e desvio da rota que vínhamos traçando (10).

Na realidade, D. João era um genuíno absolutista, quicá dos poucos monarcas européus que ainda apoiavam o seu poder convictamente nos fundamentos do direito divino; considerava, por isso mesmo, todas as conquistas realizadas pelo seus vassallos, como concessões comprobatórias da largueza de coração com que êle, na linguagem pitoresca, como que paternal e piedosa dos monarcas coevos, "rei magnânimo, houvera por bem conceder como mercês aos seus mui leais e amados súditos." Embora cedidas por êstes impulsos, as medidas não perdiam a fertilidade que encerravam e, assim, não precisamos considerar-lhes os móveis, mas tão somente as conseqüências.

No campo da economia, a ação do Príncipe Regente, se não foi profunda e completa, foi, pelo menos, extensa e proveitosa. Estudando êste aspecto naquele momento, Agenor Roure (35) resume nos seguintes itens os problemas abordados pelo Bragança: monopólio de comércio; monopólio de navegação; deficiências das comunicações interiores; exportação reduzida e agravada pelos impostos; proibição de indústrias; agricultura peada por numerosas dificuldades; trabalho escravo; população branca instável. A êste conjunto, acrescentariamos a fundação do crédito e resumiríamos tudo em: libertação dos estímulos e forças produtivas do país. E o referido autor conclúe que "nenhum dêstes problemas econômicos deixou de ser estudado... o plano de ação obedeceu a uma política lógica e racional — inteligente no conjunto e eficiente nos detalhes". Mesmo não concluindo com tanto otimismo, devemos reconhecer que o simples fato de se abrirem tão numerosas e variadas oportunidades aos habitantes do país, foi bastante para criar os recursos de que se havia carecido no período anterior, recursos capazes de favorecer os meios de realizar a independência, alguns anos depois. Pelo menos é isto o que se pode inferir do trabalho mais moderno sobre êste assunto, publicado por Roberto Simonsen (21); os dados que ali estão reunidos mostram quantas iniciativas foram tomadas no sentido de expandir recursos que deveriam ser de grande valor no momento em que se processasse a luta pela autonomia. O mesmo autor mostra até como, dado o balanço, muitos dos milhões de cruzados que a côrte trouxe no seu atropelamento de Portugal, ficaram aplicados no Brasil, na ocasião da sua retirada, apesar da raspagem feita, nas arcas do tesouro, no momento do embarque. Aliás, cumpre salientar que a população já tinha, muito provavelmente, algumas reservas trazidas dos tempos coloniais. E' Basílio

de Magalhães quem sugere que "a maior parte das riquezas arrancadas das jazidas metálicas, conservadas pelos descendentes e sucessores dos bandeirantes, teria sido aplicada quando cessou a exploração do subsolo, ao desenvolvimento da lavoura... e quiçá ao início da nossa atividade industrial". (30).

Além destes aspectos políticos e econômicos, a transmigração nos trouxe também um notável progresso social que, plantado no Rio de Janeiro, deveria, com o correr dos anos, esgalhar-se pelos outros pontos do território. As representações diplomáticas dos diversos países europeus, os viajantes estudiosos ou simplesmente bisbilhoteiros, os elementos de gosto e ciência, os beija-mãos, as festas e recepções, tudo eram motivos para se melhorarem os trajes, as atitudes, a linguagem, os ambientes interiores e exteriores, a vida social enfim. Nas referências dos viajantes que nos visitaram, citados entre outros, por Luiz Norton (36), notamos a variedade de expectativa com que nos procuravam e os juízos melhores ou piores que fizeram, conforme o momento e as circunstâncias em que percorreram os locais ou assistiram aos fatos da época; uns acharam muitos aspectos de progresso europeu, outros notaram diversas falhas coloniais, todos porém, dão a idéia de que as cousas iam em grande movimento, numa transformação mais ou menos apressada, como seria natural num país que se viu, de um momento para outro, guindado da condição de um grupo de colônias à de metrópole.

Tantas e tão rapidas alterações fizeram amadurecer a idéia de independência que, desde os fins do século anterior, pairava difusa na mente de alguns, sem possibilidade de definir-se nem concretizar-se (24).

Convergindo, todas aquelas transformações políticas, econômicas e sociais, creara-se o sentimento de nação, o que se patenteou com grande pujança, no momento em que a volta da família real para a Europa se apresentou como um indício de que se tentaria a recondução do país às condições de colônias dispersas. Debalde as côrtes portuguesas se esforçariam para dividir e enfraquecer os seus representantes brasileiros. Em Lisboa, se verificaria, cedo, quanto eram justas as previsões de D. João VI, quando (num dos seus últimos atos de absolutismo, em que fazia prevalecer, à moda antiga, os interesses da dinastia sobre os da nação), deixou aqui seu filho e herdeiro, com a recomendação astuciosa para antecipar-se na libertação da nova monarquia que ele havia fundado para si mesmo e que era obrigado a deixar agora, pela importuna evolução dos negócios europeus.

Assim, crêmos que se deve ao manhoso sexto João, rei de Portugal, muito mais do que à autonomia política, a unidade e a grandeza inicial do Brasil sem a qual a independência não se faria, ou não se agüentaria.

S E G U N D A P A R T E

A "MEMÓRIA" DE MARTIM FRANCISCO

CAPÍTULO III

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1 — *Antes dos Jesuitas.* — Esclarecemos antes como a educação é um processo que responde às exigências gerais de uma sociedade. Num outro capítulo, estudamos o relativo abandono em que ficou a Terra de Santa Cruz, até a época de Martim Afonso.

A respeito dêste período, em que a nossa história faz, quasi exclusivamente perguntas, basta referirmo-nos ao apontamento, casual ou não, dos mais remotos povoadores brancos conhecidos. São os do tipo dos Chaves de Cananéia, dos Ramalho de São Vicente, dos Caramurú da Baía e dos Peró do Maranhão. Se foram êles degredados ou naufragos de tripulações livres, nada se tem podido apurar de definitivo, por enquanto; que eram, entretanto, indivíduos alfabetizados, parece não haver mais dúvida. Êstes homens teriam mantido, antes da chegada de Martim Afonso, algum intercâmbio, mais ou menos irregular com navegantes de várias nacionalidades, que passavam por aqueles pontos da costa, em que se haviam estabelecido. Não teriam tido, certamente, necessidade ou interêsse de transmitir aos indígenas, nem aos seus filhos com as índias, nenhuma instrução; mesmo os preceitos religiosos teriam ficado no olvido, uma vez que, fora da vigilância dos severos católicos da Ibéria, mais conveniência encontraram em ocultar os sentimentos e práticas daquela moral cristã, tão imprópria às condições de vida que eram obrigados a levar. As famílias, também, constituíram-nas êles nos moldes das gentes da terra, muito mais livre e ao seu gosto, pois que, em qualquer caso, teriam sido ou se tornado aventureiros de muito pouco escrúpulo. Assim, em vez de crearem qualquer padrão de cultura européia, trataram êles antes de assimilar o que os nativos podiam oferecer de compatível com as suas necessidades. Eram afinal, régulos espertos que desfrutavam a indiada ignara de tal maneira que causaram enorme escândalo aos povoadores regulares que se lhes seguiram.

Mas, com Martim Afonso, início da colonização efetiva do território, vieram "capitaens... e fidalgos cavaleiros, escudeiros gentes dardas pylotos mestres mariantes... tabeliães que syrvam das notas e Judicial..." (37), evidentemente, gente letrada para os serviços da administração. Esta "gente de calidade" deixaria, por certo, tradição de cultura e instrução que depois transporia a Serra do Mar para o povoamento dos campos de Piratininga e do sertão, em todas as direções. Dêste

momento em diante, os preceitos da religião e da família não mais foram completamente abastardados com a predominância da influência dos nativos, mas passaram a assimilá-los por força do exemplo e da superioridade dos europeus que, constituindo já grupos mais avantajados não se esquivavam à recíproca vigilância mantenedora das normas de civilização cristã.

E' oportuno neste passo um comentário a respeito das disputas levantadas em torno da qualidade dos primeiros povoadores. Os estudiosos dêste assunto podem ser classificados em: pessimistas do grupo de Oliveira Lima; otimistas do grupo de Oliveira Viana; e razoáveis, com os mais imparciais, do grupo de Fidelino de Figueiredo (38).

Parece fácil concordar em que "os povos não começam em geral aristocraticamente" (1). Os nossos primeiros núcleos de povoamento ter-se-iam formado à maneira de Roma antiga: uma elite patricia cercada de uma plebe desqualificada (39). Assim, tanto é verdade que nos vieram de Portugal homens de alta linhagem, como uma maioria da "bôrra social". Cumpre ainda salientar que a "bôrra social" daquela época não corresponde em vícios e males à que consideramos modernamente. Convem notar que há mesmo, atualmente, um como que esforço para a reabilitação dos "degredados".

Embora os documentos da época pouco falem explicitamente em escolas, algum ensino e educação se teriam dado forçosamente. As expedições que trouxeram os donatários foram todas mais ou menos bem aparelhadas e completas e os "capitaens" sendo muito bons católicos não deixariam de se fazer acompanhar de sacerdotes que cumpririam, além das funções religiosas, outras que lhes eram próprias, tais como a de "padre-mestre".

Martim Afonso trouxe o padre Gonçalo Monteiro e outros frades; Duarte Coelho trouxe um "padre-mestre" acolitado por oito capelães, todos ganhando pingues ordenados desde o dia em que partissem de Lisboa (40); na região de Porto Seguro teria havido frades franciscanos desde 1504 (41) e assim, êste elemento de instrução e educação não teria faltado máu grado a péssima impressão que o seu comportamento deu em várias oportunidades e lugares (42). A única referência contrastante desta prática, encontramos para a Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, onde, só em 1551 teria pisado o primeiro sacerdote — o jesuita Afonso Brás (41). Mas, o próprio Capistrano afirma que para várias capitanias existem nomeações de um vigário e varios capelães. . . " (24).

Podemos, então, afirmar que, desde os tempos das Capitanias, as povoações não ficaram alheias à instrução; os seus habitantes tinham onde ir busca-la, ao menos para as necessidades cotidianas. E' verdade que a faina da exploração não determinava grandes exigências, mas, justamente nestes primeiros anos, a cultura portuguesa foi melhor conservada nas suas práticas e tradições como se pode inferir de uma das páginas mais interessantes e serenas de Porto Seguro (1). Aliás, é notável como os nossos tratadistas da envergadura de um Porto Seguro, um Rocha Pombo, um Galanti que, fazendo estudos e obras mais exten-

sas e meditadas, são menos severos do que os apressados e ligeiros, no julgamento das nossas condições gerais de cultura, no início da colonização. Diríamos mesmo que os nossos historiadores mais comuns se preocuparam, exclusivamente, com os outros aspectos da nossa formação. Há uma excepção: Hélio Viana (43).

2 — *Os jesuítas* — Quando em 1549, D. João III 'estabeleceu os governos gerais, as Capitánias já tinham a sua sorte definida, — isto é — firmara-se a empresa em S. Vicente e Pernambuco; fracassara ou periclitava a das outras tentativas, mesmo as das bem começadas. Por aquele tempo, também, a Companhia de Jesus firmara-se em Portugal e constituía uma província sob a direcção de Simão Rodrigues. Havia surtido efeito a recomendação de Diogo de Gouvêa que, conhecendo o valor de Loiola, seu ex-discípulo, recomendara a El-Rei, com a autoridade de conselheiro e sábio, o aproveitamento da nova milícia católica (42).

Os jesuítas entraram no Brasil com o pé direito. Homens da mais alta virtude, do mais denodado esforço, e da mais brilhante capacidade, lançaram mão à vasta obra que o Brasil exigia. Os Nóbrega, os Aspilcueta, foram os padrões da acção da Companhia no primeiro século e meio de acção.

Com relativa rapidez — consideradas as deficiências de meios e a escassez dos apóstolos — a expansão da ordem se fez com segurança, principalmente onde chegavam as vias líquidas de comunicação. Os mapas interessantes estampados por Serafim Leite, na sua preciosa obra (que felizmente se vai publicando com estimável presteza), mostram como dos centros primeiros e principais — Baía, São Vicente, São Luiz, — se irradiou a acção dos jesuítas (6).

As populações correspondiam, ao menos nos tempos iniciais, ao esforço dos padres, pois, que os solicitavam com empenho, também para as escolas, oferecendo-lhes todas as facilidades de acomodação, afim de que seus filhos pudessem receber as luzes da igreja e do saber (6).

Foi por influência dos inácianos que a coroa de Portugal colaborou direta, material e moralmente na obra da educação dos colonos, ora subvencionando colégios, ora legislando para resolver problemas formulados pelo próprios padres, sempre dando-lhes a preferência de orientação nos negócios desta natureza. Foram destas medidas régias: em 1661 nomeava-se um cronista, convido salientar que o fora por solicitação daqui pois, "declarou EL-REI que os procuradores dos "povos das capitánias do Estado do Brasil" lh'o tinham pedido" (42); sabe-se que no começo do século dezoito a população reclamava ao rei contra as exigências excessivas dos beneditinos para aceitarem alunos nos seus conventos e que documentos da mesma época se referem ao posto ou cargo de "capitão de estudantes", chefes dos alunos externos dos colégios inácianos (44). Lembremo-nos até de que foram estes mesmos estudantes mobilizados os que, no começo do século XVIII, ofereceram resistência por ocasião das pilhagens de Duclerc e Duguay Trouin, no Rio de

Janeiro (33), o que induz a crer que o seu número seria algo apreciável.

Das numerosas livrarias dos jesuítas, bibliotecas que se encontravam em qualquer dos seus estabelecimentos, por mais modestos que fossem, sabemos hoje que não eram constituídas somente de livros de latim, reza e teologia, mas de obras variadas que incluíam a geografia, a história, a política etc., até "Arte de cosinhar" e "Arte de fazer vernizes" (6).

Nem se diga que a educação destes padres era puramente literária, como pretende fazer crer Gilberto Freire (45); possuindo numerosas e grandes propriedades que produziam de tudo e eram mais ou menos autárquicas, formavam artífices, agricultores e até soldados.

Por onde andou e se fixou o colono, apareceu o inaciano, cuja atividade tão variada se fez sempre com eficiência superior ao que, de natural, se poderia esperar e exigir. Os seus estabelecimentos tinham curriculum extenso, longa seriação de estudos, inteligente flexibilidade de organização e, sobretudo, especial e cuidadosa preparação para os seus homens. Não podiam deixar de produzir os melhores frutos da época.

Quanto à instrução propriamente dita, os resultados do trabalho missionário não podem passar despercebidos; o dos jesuítas, mais conhecidos pela melhor documentação e maior publicidade que tiveram, ou fizeram; e o de outras ordens religiosas também. A rude gente bandeirante era, em geral, alfabetizada, pois, deles dizia Montoya, num relatório dirigido ao geral da Baía, em 1629: "Toda su vida dellos, desde que salem de la escuela hasta su vejez..." (25). Os bandeirantes começavam as suas atividades aos catorze anos e, apesar de mais afeitos à escopeta e ao arco do que à pena, escreviam cartas (24) e testamentos (30); do tempo da mineração se conhecem memórias, atas e roteiros das suas incursões e estabelecimentos (28). Durante as lutas contra os holandeses, os célebres guerrilheiros, indivíduos também rudes como os bandeirantes, mantinham correspondência entre si (31); das revoluções de Bequimão, Mascates, Emboabas, ficaram notícias escritas por homens que tomaram parte nelas. Além destes indícios de alfabetização comum, ficaram, daqueles primeiros séculos, inúmeros documentos da literatura em prosa e verso, sobre assuntos mais variados, desde os fúteis e louvaminheiros até os trabalhos sérios de ciência e filosofia (6); desde os Bento Teixeira Pinto até os Irmãos Gusmões. Com mais tempo e paciência poder-se-iam multiplicar os exemplos como estes, tomados ao acaso, por todos os recantos do país. E, enquanto duraram os colégios, casas e missões, não se alfabetizaram, nem receberam formação conveniente ao tempo, somente aqueles, cujas condições sociais ou económicas, dispensavam tais requisitos, como os escravos e a ralé mestiça (46), estes mesmos com algumas exceções. Se, não raro, eram encontrados adultos analfabetos e rudes, não se deve inferir que o fossem por falta de meios de ensino ou que eles não o tivessem recebido, mas porque o haviam esquecido por desuso, como acontece hoje ainda, mau grado, as exigências e cuidados bem maiores e extensos. Sabe-se, por exemplo, que na Suíça, os conscritos do serviço militar, precisam às vezes, ser realfabeti-

zados, por que esqueceram o aprendido na idade escolar, devido ao seu desuso nos labores do campo.

Seria ocioso continuar a esmiuçar a obra dos jesuítas. Basta-nos resumir os campos gerais das atividades árduas e verdadeiramente apóstólicas em que se empenharam: a catequese, o ensino, a moralização dos costumes, a assistência social, a documentação histórica e científica, a colaboração com as autoridades metropolitanas que, transitórias sempre, necessitavam das informações daqueles 'padres que eram os elementos mais estáveis da terra. E, a ser verdade, consoante as referências dos historiadores atuais e dos cronistas daquele tempo, a conduta irregular de vários clérigos (de outras ordens, ou sem nenhuma que para aqui vieram antes), os jesuítas sobre os particulares benefícios feitos à terra, realizaram, também, no país, a própria regeneração do romanismo católico.

A partir dos princípios do setecentismo, os jesuítas, ou porque se tornaram passíveis dos mesmos defeitos das outras ordens mais velhas, ou porque a sua ação foi se tornando anacrônica, parece que perderam a fibra antiga de sacerdócio e descambaram para os males que haveriam de causar-lhes a ruína (47). Teriam sido motivos profundos e extensos, mais de interesse da História Geral do que da nossa particular, os determinantes da situação em que se encontrou a Companhia nas vésperas da sua queda e extinção. Parece-nos, entretanto, razoável considerar que o período de decadência, sendo curto e rápido, não anulou a obra secular que lograram realizar anteriormente.

Mas, dir-se-á, e as falhas da formação que o nosso povo sofreu? E a grande massa de incultos que constituiu a maioria, em todos os núcleos do povoamento colonial, principalmente nas regiões do interior e mesmo nas cidades costeiras mais em evidência? A primeira pergunta julgamos respondida com a frase de Porto Seguro, posta no início deste trabalho. A segunda, crêmos satisfeita com o capítulo que, porisso mesmo, escrevemos dedicado à História da Educação.

Consideremos, antes de terminar esta parte da história colonial, que se os jesuítas foram os principais, não foram os únicos nem os primeiros que colaboraram na formação do nosso povo. Outras ordens religiosas tais como a dos franciscanos, beneditinos, carmelitas, etc., colaboraram também, sustentando, aliás, uma contra as outras, uma disputa que nem sempre foi serena e cristã.

3 — *A reforma de Pombal.* Não há negar que a reforma do aparelhamento pedagógico levada a efeito pelo Marquês de Pombal, foi das mais adelantadas e notáveis do tempo. Mas, para podermos considerá-la nos seus justos termos, precisamos conhecer o homem colocado na sua época. Parece que o Marquês esteve equidistante das duas correntes opostas que se batiam na Europa de então. A passagem que citamos a seguir, esclarece bem a referida posição do déspota português. Escreve D. Antônio da Costa (11): "Um diplomata português, conversando em Paris com o general Laffayette, ouviu-lhe estas palavras: o Marquês de Pombal foi o primeiro homem da sua época; pena é que fizesse recuar

tanto a liberdade. O mesmo diplomata, residindo, passados anos, na cõrte de Viena d'Austria, conversava com o príncipe de Metternich sobre o assunto, quando êste lhe disse de repente: O Marquês foi um dos homens mais notáveis do século; só cometeu um êrro, o de fazer adiantar a liberdade."

De fato, a sua obra em Portugal não chegou a satisfazer aos renovadores e desagradou aos conservadores. Movimento brusco como foi, não podia deixar de afetar profundamente a marcha que o povo lusitano vinha desenvolvendo desde dois séculos passados. Por isto, facilitou de um lado a formação dos tropeços reacionários — sabotagem, como diríamos hoje — e de outro lado a exageração dos revolucionários (27). Acrescendo que o seu domínio foi demasiado curto para completar e fazer a consolidação do plano, chegamos à conclusão de que a sua obra exigiu longa espera para produzir os frutos. Realmente, os resultados da reforma pombalina começaram a aparecer, no campo da instrução, só nos fins do século dezoito e princípios do dezenove, isto é, vinte e cinco anos mais tarde e, justamente, porque fôra semeada numa terra e numa estação impróprias.

Em suas linhas principais, a reforma se resumiu num arranco e aceleração para compensar o retardamento que o jesuitismo havia determinado nos anos da sua decadência, diante dos amplos debates filosóficos, políticos e sociais que caracterizaram o século dezoito. Foi uma reorganização do currículo, dando lugar mais amplo às ciências e reajustando a parte humanista com a inclusão do grego e do hebraico; era o reflexo do movimento enciclopedista dispersado de França, mas originário da Inglaterra, conforme o processo que expuzemos na introdução dêste trabalho; era, afinal de contas, a penetração tardia dos frutos da Reforma em Portugal, entrando pelas portas das escolas e pela mão do déspota. Tudo isto, abstraindo as complicações políticas que se estabeleceram nas relações de Pombal com os jesuítas.

Para nós, por enquanto, interessa saber, primeiramente, que as bases novas da Universidade de Coimbra formaram toda a geração de colonos que deveriam, meio século após, empreender o movimento da nossa independência política; secundariamente, interessa saber que o arranco inicial da reforma foi inteiramente desfavorável às condições gerais das colônias que, muito menos do que a metrópole, poderiam suportar um conjunto de medidas caras e que exigiam cousa ainda mais difícil de se obter — um grupo de intelectuais especialmente interessados na educação, capazes e dispostos a levá-las a efeito. O extenso mal que o pombalismo nos causou se deriva, principalmente, do fato de não dispormos de elementos humanos em condições de desenvolver o plano nas suas verdadeiras diretrizes; e a metrópole não nos mandou êstes elementos por que não os possuía nem para atender a todas as suas necessidades, ao contrário do que acontecera quando do advento da Companhia de Jesus. Em compensação, levou-nos muitos dos valores aproveitáveis que, então, lá se formaram, voltando mais tarde a constituir o grupo dos paredros da nossa emancipação.

A expulsão dos jesuítas resultou, para estas colónias americanas um vácuo difícil de ser preenchido imediatamente. As suas consequências mais imediatas são bastante conhecidas: as casas de ensino da Companhia se fecharam; os índios das suas missões se dispersaram tornando à vida selvagem; os poucos religiosos das outras ordens que tentaram colher o que os inacianos deixavam sem dono, recuaram diante da impossibilidade de carregar com meia dúzia de indivíduos, o que vinha sendo arrastado, já pesada e morosamente, por algumas dezenas. Foi o verdadeiro colapso.

Não se julgue entretanto que tudo se perdeu, pois, a seguir, lentamente, o que havia de legítimo e firme, retomou a sua marcha que culminou na fundação do célebre seminário de Olinda, estabelecido pelo bispo Azeredo Coutinho, justamente na passagem de um século para outro e cuja obra está esperando a merecida divulgação. Já então, a metrópole, como que pressentindo o futuro, começou a tomar providências em favor das colónias.

Em 1772, estabelecia-se o "subsídio literário" cuja cobrança (ora muito descuidada, ora muito abusiva, e sempre muito irregular), era, todavia, mais proveitosa do que a das taxas locais que o antecederam.

Pires de Almeida, de cuja obra (44) são as informações que vimos dando nesta parte, apresenta uma série de documentos referentes às medidas que foram sendo tomadas, desde o governo de Pombal, até a vinda de D. João VI, a respeito dos problemas das escolas elementares, aulas de cirurgia, cursos de francês, práticas das profissões de médico, farmacêutico, parteiras, etc.

Entretanto, verifica-se que a depressão geral do ensino, se não foi grande e grave em qualidade, foi muito acentuada em quantidade.

Uma informação interessante, que encontramos no referido Pires de Almeida, é a que se refere à proibição das tipografias. Parece que havia mesmo temor oficial por certos tipos de livros (e quando deixou de havê-lo?), principalmente os dos revolucionários franceses; devemos, porém, admitir também que a proibição das impressoras coloniais se prendia, igualmente, às medidas de monopólio, pois, no Rio de Janeiro, houve livraria que importava obras impressas no reino e que eram vendidas por conta da coroa; e, sendo assim, é provável que noutras cidades de recursos se fizesse um comércio semelhante. Por outro lado, se infere de Rocha Pombo (41), que o contrabando de livros proibidos era bastante conhecido, embora não documentado, pois, as obras de Voltaire, Rousseau e outros indesejáveis do tempo, andavam escondidas pelas bibliotecas dos intelectuais.

Em resumo.

As colónias lusitanas eram, como todas, agrícolas e escravagistas. Suas necessidades de educação se restringiam muito por isso e devido ainda ao conceito geral em que a educação das massas se encontrava. Os aristocratas e ricos burgueses, todavia, sentindo necessidade de se instruírem (como, de fato, sentiam e se instruíam), achavam sempre os meios

de obter, no próprio país, os fundamentos da cultura para, depois, ir desenvolvê-la ou completá-la nas universidades européas.

Esta elite intelectual nunca deixou de produzir, na literatura com mais frequência, mas, também no campo científico, o suficiente para provar a sua existência, como se pode verificar em qualquer das histórias da literatura brasileira.

Quando veio a moda das sociedades de intelectuais, apesar da nossa formação não ter favorecido o espírito associativo (48), tivemos algumas delas nos centros que, pela sua riqueza e importância, permitiam agrupamentos desta natureza. Como estas sociedades tendiam, naturalmente, a sair dos limites permitidos pela coroa, zelosa na manutenção do seu domínio, a precaridade delas era condição natural.

Por outro lado, numa população católico-romana e latina os sentimentos religiosos estavam sempre presentes impelindo a cultura para os rumos mais contemplativos e literários, rumos diferentes mas não inferiores aos que tomou a dos países protestantes, mais ativos e técnicos (49).

De qualquer forma, porém, podemos observar uma evolução satisfatória da nossa cultura, dentro das bases de país colonial, agrícola, escravocrata e católico, bases estas que eram necessariamente controladas pelo regime absolutista da Metrópole.

Oliveira Santos (46), estudando o fenômeno da instrução no período colonial, reúne, com bastante felicidade, os dois grupos de fatores opostos. Um favorável compreendendo: a) os jesuítas; b) os outros missionários; c) a necessidade de funcionários; d) a administração. Outro desfavorável compreendendo: a) o tipo do colono; b) a mestiçagem; c) o trabalho escravo; d) o meio físico; e) as lutas com o estrangeiro; f) a demografia. Aos primeiros acrescentaríamos a riqueza e a "densidade social"; aos segundos o espírito da época.

Todas estas razões e, principalmente, todos estes fatos nos levam a discordar daqueles que afirmaram que vivemos duzentos anos embrutecidos (50) e que é sombrio o capítulo da história da nossa educação colonial, ou que não se pode fazer um estudo do nada (51), ou tantas outras afirmações deste tipo...

Infelizmente, são estas as idéias que se vêm generalizando entre nós, prenoções que importam em grande injustiça para os nossos antepassados e notável prejuízo para a verdade histórica. Para isso basta consultar o depoimento de Luís dos Santos Vilhena (51 A), onde fatos e estatísticas mostram que, apesar de todos os males, nos fins do Sec. XVIII, ensinava-se e aprendia-se mais ou menos extensamente em toda a colônia; com este depoimento se verifica também que a expulsão dos jesuítas não anulou inteiramente a tarefa do ensino. Por isso, tudo é interessante rever os julgamentos feitos para estes "duzentos anos embrutecidos".

Assim, não é preciso tender a um otimismo "panglossiano" para ver, em toda aquela nossa realidade passada, uma situação perfeitamente conforme às indoles, às épocas, aos lugares, às circunstâncias e às condições.

4 — *Influência da transmigração no ensino.* — Com a transmigração da Família Real, alterou-se o aspecto e acelerou-se o ritmo dos fatos do nosso ensino.

Durante a permanência de D. João no Brasil, houve, como todos nós sabemos, um grande desenvolvimento do sistema escolar do país. Além das iniciativas oficiais orientadas pelos Condes de Linhares, da Barca e outros (32), verificaram-se, também, algumas medidas de origem particular, dentre as quais se destaca o movimento dos comerciantes do Rio de Janeiro em favor da transformação das escolas já creadas, em uma universidade, conforme um documento que supomos ainda inédito e existente no Arquivo Nacional, onde tivemos oportunidade de lê-lo. A vinda da célebre missão artística francesa a qual, diga-se de passagem, não correspondeu à expectativa, porque não encontrou ambiente favorável, foi, apesar dos pesares, outro elemento que se juntou à propulsão do progresso cultural da época; tudo indica como as novas necessidades sociais exigiam uma instrução mais ampla à qual o aparelhamento escolar se esforçava por corresponder, apresentando uma expansão verdadeiramente extraordinária em relação à antiga morosidade com que, nos tempos coloniais, as medidas desta natureza costumavam surgir.

E nem só o ensino superior foi visado; o secundário também melhorou bastante, embora em menor proporção, com a abertura de várias "aulas" à moda do tempo; até o ensino elementar entrou nas cogitações do momento, pois, Francisco Borja Garção Stockler, homem ilustre, dentre os que mais tarde colaboraram no "Patriota" (Jornal Literário, Político, Mercantil, etc., do Rio de Janeiro, segundo informa Rodolfo Garcia (1)), chegou a planejar um sistema para a sua maior disseminação, plano que, aliás, como o de Martim Francisco, não foi posto em execução.

E' oportuno lembrar aqui a improcedência do lamento geral e comum, entre nós, a respeito da preocupação de organizar um ensino superior antes do elementar (51) e mesmo do secundário. Esta celêuma não tem justificação porque, em toda parte sempre foi assim, conforme escreveu Milton Rodrigues, cujas palavras sobre o assunto julgamos de necessidade citar:

"... E' comum ouvir-se a crítica lançada contra nossos passados governos, por terem eles, sempre, se ocupado mais com as instituições de ensino superior do que com as elementares; ... essa foi a orientação seguida por todos os países civilizados; ... é justamente na medida do desenvolvimento do seu ensino superior que também se desenvolve a cultura de um povo e, o que mais é, o ensino superior é que constitue a condição da existência, não digo, mas da perfeição dos demais graus." (52).

Mas, de um modo geral, devemos concordar em que a ação de D. João VI, ou melhor, de seus mentores, despertando as forças produtivas, promovendo as bases da unidade política e desenvolvendo as condições sociais do país, como já estudamos antes, não poderia deixar de trazer grandes e novas exigências para a escola, ficando assim expli-

cado o surto educacional como um simples aspecto conseqüente e simultaneamente, por força, participante (12) de toda aquela agitação que sacudiu o país inteiro. Teria havido uma verdadeira mobilização da elite cultural, desde a nomeação de Cairú para "Diretor dos Estudos", até a distribuição dos homens de ciência e letra pelas várias cadeiras que se iam fundando. Era chegado o momento dos nossos valores formados em Coimbra, pelos rumos da reforma Pombalina, aplicarem os seus talentos e cabedais nos problemas pátrios. A enorme relação dos brasileiros que então apareceram nas mais diversas atividades intelectuais é assás animadora; mesmo os nacionais que não haviam cursado Coimbra ou outra qualquer universidade européia, nem ao menos conhecido outro país que o do nascimento, tornaram-se reputados, admirados e foram aproveitados nos talentos que possuíam. Nas artes, por exemplo, são dignos de menção, entre êles, o conhecido Padre José Maurício e o pouco falado José Leandro de Carvalho, "pequeno Velasques do Brasil", de quem se conta que, durante os motins da abdicação, foi obrigado a, com lagrimas nos olhos, cobrir de cola o retrato da família real que pintara na Igreja do Carmo (53).

Outra contribuição memorável desta época foi, por certo, a fundação da Imprensa Régia que, além dos periódicos que publicou, deu-nos edições de obras que se tornaram célebres como, entre outras, a pomposa e longamente intitulada "Corografia Brasílica, ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil", composta e dedicada a Sua Magestade Fidelíssima, por Hum Presbítero Secular do Gram Priorado do Crato" (1), e que nós conhecemos hoje com o nome singelo de "Corografia Brasílica" de Aires do Casal.

Mas, o que é importante e menos lembrado, é que nem só na Côte se fez sentir êste frenesí de cultura. Em São Paulo, governado desde 1814 pelo Conde de Palma, D. Francisco de Assis Mascarenhas, a instrução foi também bastante movimentada. Dêste governador, homem de longa experiência e sabedoria, diz J. M. d'Oliveira que fez "um governo que se distingue dos outros" ... e "deixou gratas e respeitadas recordações" (54).

De fato, revendo no Arquivo do Estado, toda a correspondência dêste governador, em grande parte ainda inédita, encontramos as provas das afirmações do referido autor: os trabalhos de colonização de vários núcleos do interior; a liberdade dos índios planejada pelo Padre Manoel Ferraz; a divulgação das vacinas e, principalmente, as medidas de humanização e racionalização do recrutamento para as guerras do sul — uma verdadeira praga para as populações da capitania — foram providências tomadas naquele período.

Quanto às medidas do Conde de Palma no que concerne à instrução, a referida correspondência que vimos encerra copiosa informação,

pois, de acôrdo com a legislação da época, entre as atribuições do governador estava a de "Inspetor Geral dos Estudos", conforme aparece nos cabeçalhos das ordens que se publicaram para as determinações desta natureza. Só num edital publicado, ou melhor, datado de 6 de Dezembro de 1816, punha êle em concurso (para candidatos que deviam se apresentar com "atestados de boa índole" passados pelas Câmaras e Párcos), vinte e duas cadeiras vagas de primeiras letras, com a remuneração de cinquenta mil réis e sessenta mil réis anuais cada uma (!), nas vilas de Lor." (Lorena?), São Vicente, Itanhaem, Ubatuba, Jacarei, Pindamonhangaba, São José, São Luiz, Cunha, Bragança e Vila Bela, todas da comarca de São Paulo; mais Cananéia, Guaratuba, Lages, Castro, Antonina e Vila do Príncipe, todas da comarca de Paranaguá; mais Moçó Mirim, Porto Feliz, Itapetininga, Itapeva e Apiaí, todas na comarca de Itú. Eram, portanto, onze na comarca de São Paulo, seis na de Paranaguá e cinco na de Itú.

Outros editais providenciam quanto à substituição de professores faltosos ou ausentes; outros sôbre a destituição de um tal Manoel Lopes Sá, professor em Parnaíba, acusado de crime; outro, aceitando a oferta do Pe. Antônio Romualdo Freire de Vasconcelos para lecionar, substituindo, gratuitamente, a cadeira de Retórica e Poética, na Capital; outros concedendo licenças e até um que se refere a uma mulher candidata à "educadora supra-numerária" (55).

Tantas e tão variadas foram as providências de D. Francisco a respeito da instrução pública na Capitania (é de notar-se que são medidas, em sua maior parte, relativas ao ensino primário), que, por não termos ainda tomado conhecimento dos papéis do Arquivo Nacional, levantamos a hipótese de que a "Memória" de Martim Francisco fôra escrita por solicitação do Conde, ou pelo menos por influência de suas atividades nêste particular. Veremos, mais adiante, que tais hipóteses não são de todo infundadas.

Não tivemos elementos para verificar o que se teria passado nas outras capitanias, pela mesma época, a respeito do ensino; para isto seria necessário uma busca muito mais demorada, dispersa e custosa. Cremos, porém, admissível a suposição de que os demais governadores não teriam ficado inativos como não ficou o de São Paulo, diante de tão generalizada ação do governo central, que êles, certamente, sentiriam necessidade de imitar na medida de sua alçada e forças. Aliás, as providências do citado edital, foram tomadas por determinação vinda da côrte, conforme se pode verificar do seu texto que transcrevemos no Apêndice dêste trabalho.

C A P Í T U L O I V

ORÍGENS E CREDENCIAIS DE MARTIM FRANCISCO

1 — *A vila de Santos.* — A povoação de Santos, originou-se de uma aquisição feita por Braz Cubas, em 1543, a Pascoal Fernandes e Domingos Pires, primeiros povoadores da região. Aquele fidalgo português, prevendo as dificuldades crescentes da navegação para o porto anteriormente estabelecido naquelas proximidades, desbravou o local adquirido e fundou, junto do chamado "outeirinho de Santa Catarina" o Hospital da Misericórdia e o novo ancoradouro que estava fadado a empanar a Vila de S. Vicente, célula mater da civilização brasileira.

Se o novo ancoradouro foi decisivo para o futuro da povoação, a Misericórdia deve ter sido decisiva para o desenvolvimento inicial, pois, sendo ela destinada, como as outras misericórdias da época, não só para o tratamento dos doentes, mas também para o amparo dos pobres e peregrinos, atrairia naturalmente todos os que, na vizinhança, necessitassem do que chamamos hoje Assistência Social. Aliás, isto que Alberto Sousa (56) não compreendeu bem da informação de Galanti (31), está amplamente explicado na obra monumental de Damião Peres e Eleutério Cerdeira (57), conforme referimos acima.

Através das inúmeras vicissitudes a que os portos coloniais daquele tempo estavam sujeitos, a povoação vingou. Porta de acesso à região bandeirante, principalmente depois que o caminho da serra deixou de obrigar a percorrê-lo "de gatinhas", a vila foi muito frequentada pelos que iam e vinham do planalto para o litoral, em missões particulares, religiosas ou administrativas.

No século dezoito, fortunas respeitáveis já se haviam acumulado na cidade e seus possuidores metiam-se em negócios de grande vulto e risco como, por exemplo, a incorporação de companhia de transporte marítimo (56).

Nos fins do século, a sua exportação e importação favoreciam toda a zona do interior e se faziam pelas comunicações marítimas com os portos das colônias e de Portugal. Em 1798, recebendo gêneros de primeira necessidade e artigos manufaturados, expedindo café, azeite de baleia, borracha e outras mercadorias, fez o porto de Santos um movimento de cento e trinta e três embarcações, entradas e saídas, procedentes da cabotagem em sua maioria, mas alguns também de Portugal. Assim, o rumo

da vida santista para o comércio favoreceu a formação de uma classe burguesa, pacífica, disciplinada e operosa, (pleonasma?), de cujo seio sairiam tantos homens notáveis pelo talento e pelos serviços prestados à nacionalidade nascente.

A população de Santos teve muito pouco desenvolvimento, pois, no último quartel do sétecentismo ainda não ultrapassava as casas dos 3000-3300. No quadro que Alberto Sousa apresenta (no seu "Os Andradas", donde vimos tirando a maioria destas informações), registra-se uma mortalidade geralmente maior do que a natalidade. Isto não basta, porém, para explicar o estacionamento de um núcleo que representou papel tão importante na economia da região. Por outro lado, vamos encontrar uma proporção enorme de escravos (mais de 40%), numa população de atividades principalmente comerciais.

A vida social de Santos, parece pelo que informa a nossa fonte, foi menos fechada do que nos outros lugares do tempo. Houve uma ocasião em que os "almofadinhas" puzeram em polvorosa pais, maridos, noivos e irmãos, tal a insistência com que assediavam o belo sexo que, e aí está o interessante, não deixava de corresponder; foram solicitadas medidas oficiais contra a ameaça daqueles perturbadores e, dadas as providências que não se fizeram esperar acabaram-se os abusos dos atrevidos.

Outra informação de Alberto Sousa, que merece destaque é a seguinte:

"Quando algum dos filhos atingia a idade de aprender a ler, MINISTRAVA-LHE DEDICADAMENTE A MÃE AS PRIMEIRAS LIÇÕES ABECEDÁRIAS, até chegar o tempo de mandá-lo ao estudo de gramática com o professor pecuniário — QUE, ASSIM, CHAMAVAM AO MESTRE PARTICULAR. EM OPOSIÇÃO AO MESTRE RÉGIO QUE ERA GRATUITO. À falta de pedagogos, os caixeiros dos pais desempenhavam, rude e imperfeitamente essa função" (os grifos são nossos).

Apesar de indicarem essas informações que havia letras entre as mães de família, que havia interesse e esforço para a alfabetização dos filhos, que, à falta de outros meios, os próprios caixeiros exerciam a função de mestres, e que, afinal, como referimos antes, os aristocratas e burgueses achavam sempre meios de instruir os filhos (porque tinham interesse e necessidade), apesar de tudo isto, continua o mesmo Alberto Sousa, logo a seguir:

"Era tal o atrazo reinante na Capitania, a este respeito que, D. Luiz Antônio, em 1768, precisando de alguns amanuenses para a Secretaria do Governo, não achou "quem tivesse letra, e que ao menos, por remédio" pudesse desempenhar aquelas funções. Por semelhante motivo, nomeou êle ato continuo, um mestre de meninos, cujos alunos revelaram em pouco tempo grande adeantamento."

Ora, uma ou outra observação é falha ou parcial. Parece-nos, entretanto, que a verdadeira razão destes contrastes está no seguinte: quando se tratava de preencher "carguinho" mal remunerado, difficilimo se tornava encontrar quem o quizesse, pois, qualquer indivíduo, de al-

gumas letras, poderia ganhar melhor em outras ocupações; e os indivíduos que aceitariam qualquer função, estes sim, por serem desqualificados, não tinham nenhuma instrução. E não foi sempre costume dos governos pagarem nababescamente os altos cargos e mesquinamente os pequenos? E as grandes companhias modernas não têm seguido, sempre, mais ou menos a mesma política? Embora a história não cogite do presente, quasi não resistimos à tentação de comparar o que se passava naquela época com o que sucede hoje, trazendo, aliás, as mesmas consequências: falta de habilitados.

De qualquer forma, porém, a população de Santos teria sido privilegiada em virtude da sua própria condição de porto que lhe fornecia contactos mais frequentes com outros lugares do país e do estrangeiro e uma vida mais ativa e variada, passível de mais ampla ilustração. Ainda na época de depressão geral que a Capitania atravessou, a terra de Braz Cubas se manteve em condições menos precárias e tudo isto deve ter contribuído para que fosse um centro melhor de cultura do que os demais da região.

Sabendo-se, finalmente, quanto o ambiente social favorece a formação dos homens, podemos atribuir a este elemento parte das razões que permitiram a preparação de tantos grandes santistas, saídos quasi todos dentre os aristocratas ou da alta burguesia local da época.

2 — *A família dos Andradas.* — Embora sejamos de opinião que os homens devem ser julgados menos pelo tronco de que descendem, do que pelas suas qualidades e ações pessoais, buscaremos as origens mais remotas e aristocráticas dos nossos Andradas.

Informa Marina de Andrada, uma da eruditas descendentes atuais desta família famosa (58):

“Su seña verde cerrada.
“A quien su banda dorada
“El Rey com tres villas dió
“Quien la victoria ganó?
“Dom Fernan Pérez de Andrada”.

“Assim era cantada a tradição da velha linhagem dos Andradas, Senhores em Galiza, das vilas de Ferrol, Puentedeume, Vilalva e do forte castelo de Andrada, localizado nas agrestes montanhas galegas. Era seu senhor e, Chefe da Família, no século XIII, Nuno Freire de Andrada, Comendador de La Barra na Ordem de São Tiago, de quem descendem os Andradas de Castela atualmente representados pelo Duque de Alba e os Andradas de Portugal, originários de Nuno Freire, no século XIV que se localizaram em Canavezes, espalhando-se pelo Reino Português, onde foram titulares entre os mais ilustres.”

O já referido Alberto Sousa informa ainda que: “Era uma família oriunda da mais clara linhagem portuguesa, ramo tradicional dos antigos Condes de Bobadela e dos Senhores d’Entre-Homem e Cávado, na

Provincia do Minho, outrora Condes de Amares e Marquesses de Montebelo”.

O primeiro homem dêste tronco fidalgo a quem o Brasil ficou devendo alguma cousa, foi um illustre, riquíssimo e refinado artista do século XVI, em cuja pedra tumular existente no museu do Carmo em Lisboa está escrito: “Fernão Dalvarez Dandrade do Concelho del-rei Dom João III.º decêde per linha direita da nobre geração dos cõdes Dãdrade de Galiza...” (42). Trata-se do donatário que se associou a João de Barros e Aires da Cunha, para as explorações das capitánias do norte, organizando aquella expedição que alarmou a cõrte de Espanha e foi das mais infelizes que a nossa história da colonização registra (41).

Não foi, entretanto, êste o que plantou na América a semente dos Andradas, mas um outro “José Ribeiro de Andrada, avô paterno dos nossos grandes patricios, nascido em 1678 na freguesia de São Martinho, da Vila de Cabeceira de Basto, Comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga e Provincia do Minho, em Portugal. O sobrenome de Ribeiro provinha-lhe de seu pai, Gaspar Ribeiro e o de Andrada de sua mãe, D. Felipa de Andrada Machado” — conforme nos ensina ainda Alberto Sousa e donde se conclue que aristocrata foi o ramo feminino das origens.

José Ribeiro de Andrada devia ser homem de boas relações desde que chegou à colônia, pois occupou importantes funções públicas as quais desempenhou “com boa satisfação, intelligência e limpeza de mãos”. O seu casamento em 1704 com a santista D. Ana Borges dos Reis, constitue outra prova das suas boas relações: a familia da noiva vivia em relativa prosperidade e os nubentes tiveram entre seus padrinhos, D. Maria Alvares, mãe dos illustres Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, gente afidalgada, constituindo a alta roda da sociedade santista da época.

Do casal — portuguez e santista — nasceram cinco filhos chamando-se José Bonifácio o primogênito e Bonifácio José o caçula. Os outros irmãos foram Tobias, Ana Maria, João Floriano, todos sobrenomeando-se Ribeiro de Andrada.

Bonifácio José Ribeiro de Andrada veio a casar-se, em 1758, com D. Maria Bárbara da Silva, filha de Rosa Viterbo da Silva e Gonçalo Fernandes Souto. Como o marido, D. Maria Bárbara era filha de pai portuguez e mãe santista. “Era D. Maria Bárbara uma senhora primorosamente dotada de virtudes insignes. Companheira carinhosa e intelligente... muito contribuiu para a esplêndida educação que tiveram todos os filhos do casal; e os pendores de sua alma bondosa e bemfazeja não se manifestavam exclusivamente dentro do lar... Por isso lhe deu o povo de Santos reconhecido o expressivo cognome de Mãe da pobreza” (56). Sua familia era tambem de categoria, pois, vários parentes seus occupavam posição de destaque e cargos rendosos.

Por sua vez, Bonifácio José, “além das rendas que auferia de vários cargos públicos... dedicava-se à exploração de diferentes gêneros de comércio, cujos lucros, adicionados àquelas rendas, lhe permitiam, não somente viver em grande abastança...” como também constituir um pa-

trimônio que veio a ser, já em 1756, a segunda fortuna da praça, calculada em oito contos de réis, ou sejam, mais ou menos, trezentos mil cruzeiros em valor atual.

Do casal Bonifácio José — Maria Bárbara, nasceram dez filhos. Foram os seguintes, pela ordem cronológica:

- 1.º — Patrício Manuel,
- 2.º — José Bonifácio,
- 3.º — Maria Flora,
- 4.º — Bárbara Joaquina,
- 5.º — Ana Marcelina,
- 6.º — Bonifácio José
- 7.º — Antônio Carlos,
- 8.º — Martim Francisco,
- 9.º — Úrsula e
- 10.º — Francisco Eugênio.

A filha Úrsula, incluída entre os irmãos por Alberto Sousa, não vem confirmada pelo estudo posterior de Marina de Andrada que, aliás, nem lhe faz referência na lista dos descendentes do casal (58). A trindade célebre dos Andradas constituiu-se, pois, do segundo, sétimo e oitavo filhos do prolífero casal; os demais viveram na obscuridade, ou refletiram apenas alguma luz proveniente dos três.

3 — *Os três grandes Andradas.* — Filhos de uma família de amplos recursos e grande projeção social; nascidos e criados numa cidade porto, onde os contactos eram variados; tendo uma progenitora zelosa pela sua formação; e, sobretudo, qualidades pessoais passíveis de extenso aproveitamento, os três grandes Andradas não poderiam ter deixado de ser o que foram: cultos, capazes, influentes e realizadores.

José Bonifácio, nascido em 1760, fez seus primeiros estudos em Santos mesmo, sob "as vistas interessadas de seu pai e, aos quinze anos, passou para São Paulo onde realizou preparatórios com Frei Manuel da Ressurreição que se esforçou para atraí-lo ao sacerdócio, não o conseguindo, devido ao fato de já se haver encaminhado para a carreira eclesiástica o primogênito da família — Patrício Manuel. Em 1783 seguiu para Lisboa e de lá para Coimbra afim de cursar a Universidade, onde, depois de brilhar como estudante, colou grau em filosofia e direito.

Sua formatura coincidiu com a volta para Portugal, do notável cientista e mecenas Conde de Lafões (56) que, sabendo das possibilidades do recém-formado brasileiro, tomou-o sob sua proteção e fê-lo ingressar para a Academia de Ciências de Lisboa. Foi graças a este protetor que José Bonifácio empreendeu as grandes viagens por todo o continente europeu, frequentando as mais célebres aulas das universidades da época e reunindo um vasto cabedal que lhe proporcionou a auréola de cientista. De volta da sua "tournee" de estudos, recebeu, por decreto,

o título de doutor, que lhe foi conferido especialmente para permitir-lhe o ingresso na cátedra da Universidade de Coimbra. Aliás, os trabalhos publicados e outras provas de aproveitamento que o santista havia dado durante os anos de estudos grangearam-lhe a fama que fez jús àquelas concessões reais. E se é verdade que a proteção de que gosou teria tido alguma influência, ou mesmo, muita influência, isto não lhe tira o mérito, podendo, apenas, ser motivo do apressamento e maior brilho da carreira que o destino lhe havia reservado.

Quando voltou ao Brasil, em 1819, sua fama estava já, de há muito, consolidada pois, embora tenha tido a iniciativa do regresso, o motivo decisivo foi o chamado de D. João VI que lhe reservava uma pasta no seu governo. Sabe-se que José Bonifácio se recusou a aceitá-la, retirando-se para sua terra natal, onde queria "viver e morrer como simples roceiro". Esta desculpa não parece sincera, pois logo no ano seguinte, saía êle com o irmão numa viagem de pesquisa absolutamente inadequada para quem desejava acabar seus "dias de jaleco e bombachas" (56); referimo-nos à expedição científica mineralógica pelo interior da capitania.

Depois, . . . vieram os acontecimentos políticos que despertaram tamanha atenção de todo o país pela sua pessoa, fazendo-o alvo das mais inequívocas manifestações de aplauso e admiração e (coisas da política) das mais terríveis acusações. De uma parte, provocando no futuro o respeito de um Barão do Rio Branco que o indicou como o brasileiro digno de figurar no Panteon das Américas, ao lado de Washington, Bolívar e outros (59); de outra parte provocando a fúria iconoclasta de um Assis Cintra que o considera "um político caviloso, violento, cruel, maquiavélico." (60).

Antônio Carlos segue as pégadas do irmão mais velho até a formatura em Coimbra que êle obteve com brilho imenso, mas com menos chance, pois enquanto Bonifácio continuou o curso de Coimbra com a notável peregrinação científica pelas universidades européias, Antônio Carlos ficava, após a formatura, mais ou menos desocupado, à espera, provavelmente, de uma oportunidade igual à do irmão. De suas atividades no reino, por êste tempo, ficaram umas traduções que fez de livros científicos e políticos ingleses (61). Em 1800 êle estava ainda em Portugal e no mesmo ano deve ter voltado para a pátria. Exerceu, desde então cargos de magistratura em Santos e S. Paulo, onde manteve uma luta com o governador Franca e Horta, luta em que ressalta a proteção que gosava proveniente do prestígio de Bonifácio no Reino. Depois, foi para Pernambuco, onde esteve implicado no movimento de 1817, mas conseguiu libertar-se ileso, talvez, ainda, por força dos bons officios, já agora dos dois irmãos. Em seguida . . . também os sucessos políticos o arrastaram e fizeram-no objeto das mesmas benevolências e malevolências da opinião pública do tempo e da história.

4 — *Martim Francisco*. — Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, como êle próprio se assinava, em vez de "de Andrada", como

usaram José Bonifácio e Antônio Carlos, teria nascido a 19 de Junho de 1775.

Como aconteceu com seus irmãos, Martim Francisco recebeu a sua instrução elementar "sob as vistas de seu pai". Quem teria sido o seu primeiro professor? Algum mestre régio? Algum "pecuniário"? Algum caixeiro sabichão de Bonifácio José? Ou fora a zelosa D. Maria Bárbara? Ninguém o sabe ainda. E' certo, todavia, que Frei Manuel da Ressurreição, o mestre preparador de José Bonifácio e Antônio Carlos foi-o, igualmente, de Martim Francisco, dando-lhe os necessários conhecimentos de filosofia, retórica, lógica, moral e língua francesa, para o ingresso na Universidade de Coimbra. Também com Martim, o sábio Frei não deixou de tentar, mas outra vez sem êxito, a conquista de mais um Andrada para o sacerdócio.

Ainda nesta fase da vida de Martim Francisco, faltam as datas e sobram as confusões. Informa o erudito Alberto Sousa que nada se sabe a respeito da partida do nosso homem para Portugal, nem quanto à sua matrícula e curso em Coimbra, mas que "em 1808, já tinha conquistado o diploma de Bacharel em Matemática pela respectiva Universidade; e neste mesmo ano o Governo Português o nomeava para, em companhia de José Bonifácio e do Tenente General Napion empreenderem (?), uma viagem de exploração minerográfica pela Província da Estremadura até Coimbra, sendo êle escolhido, por designação de seus companheiros para descrever e redigir os trabalhos da comissão, à medida que esta se fosse realizando". Há mesmo notícia dada pelo Barão Homem de Melo, a respeito da leitura dêste relatório na Academia Real de Ciência de Lisboa, do que, aliás, Alberto Sousa duvida, porque não encontrou nenhum documento confirmador da informação.

A data de 1808 é evidentemente errada: ou por um lapso de Alberto de Sousa ou, mais provavelmente, por um erro de impressão, porquanto nos "Apontamentos Genealógicos" de José Bonifácio (62), aparece 1800, que deve ser o certo. E' que, desde 1800 ou 1801, Martim Francisco era "Inspector das Minas e Matas" na Capitania de São Paulo e aqui se encontrava em 1802, tendo levado a efeito pesquisas de natureza idêntica na região que vai de S. Paulo a Sorocaba, em 1803, e pelo litoral até Curitiba, em 1804, ou 1805. No volume índice da Revista do Instituto Histórico Brasileiro encontramos a data de 1808 para a segunda viagem, enquanto o volume da mesma revista que traz o relatório aponta 1802 fazendo coincidirem as jornadas da primeira com as da segunda excursão. De todas estas datas confundidas em várias publicações, poderíamos aceitar as seguintes, partindo da nomeação para Inspector em 4 de abril de 1800 (1), ou 18 de agosto de 1801 (56):

- a) — Partida para Lisboa, depois de 1790;
- b) — Conclusão do Curso de Coimbra, antes de 1800;
- c) — Volta para o Brasil, em 1802;

- d) — Primeira viagem até Sorocaba, em 1803;
- e) — Segunda viagem até Curitiba, em 1804 e 1805;

todas dependendo de confirmação por documentos mais claramente dados e certos.

No cargo de Inspetor das Minas e Matas, Martim Francisco ainda se encontrava no tempo da governança do Conde de Palma, apesar de todos os casos que creou com a sua austeridade, competência e zelo que tocavam às raíais da rabujice; dentre eles ficou célebre a sua contenda com Varnhagem, nas minas do Ipanema, contenda que, aliás, resultou uma certa indisposição da parte do historiador Visconde de Porto Seguro (filho daquele Varnhagem, engenheiro de minas), para com a família dos grandes Santistas.

Dentre os aspectos da cultura do velho Andrada, cumpre destacar o seu conhecimento de filosofia pois, conforme refere Afonso Taunay, no princípio do século dezenove, Martim Francisco ensinava em São Paulo, "com lúcidas lições" as doutrinas de Emmanuel Kant (63). Além disso, pela mesma época, requeria ele (64), uma licença para abrir na capital da capitania, "aulas" de matemática. Por outro lado, os "Diários" das viagens que ele escreveu constituem, por si sós, documentos convincentes da sua capacidade de observação, da sua tendência para formular e resolver problemas de natureza social, tendo mesmo, o da segunda expedição que fez pela capitania, merecido de Silvio Romero, incontestavelmente um dos críticos mais severos da nossa literatura, as palavras seguintes:

"Este interessante escrito, além de seu valor científico, é de GRANDE MERECIMENTO (o grifo é nosso), como documento etnológico-social, e amostra do estilo e do espírito cáustico de Martim Francisco.

"O autor descreve com toda a independência de apreciação as populações de certas zonas de sua província, e, dest'arte, seu diário é um espelho fiel de certa porção do povo brasileiro em princípios do século dezenove.

"E' escrito que deve ser lido em sua íntegra" (65).

Assim, as credenciais de Martim Francisco, para a apresentação de um plano de reforma pedagógica, eram bastante respeitáveis; possuía ele o conhecimento da filosofia mais moderna na época e capaz de orientá-lo quanto aos fins da educação; era senhor de um espírito de observação agudo, justo e imparcial no trato dos problemas que enfrentava; tinha uma experiência vasta, feita "in loco", quanto às condições gerais da população a que pretendia servir com a aplicação do plano; tinha ainda alguma experiência escolar como professor e muita como discípulo; e, finalmente, possuía uma ampla cultura geral feita nos bancos escolares e nas viagens diversas que empreendeu dentro e fora de país, pelas regiões mais diferentes.

O parecer que a "Memória" mereceu de Luiz J. C. Melo, refere-se respeitoso à sua cultura geral e a "Relação das suas obras" publicada por Remígio Belido (61) dá bem a impressão do polimorfismo da cultura

que o nosso Andrada possuía: são trabalhos de ciências físicas e naturais, política, economia, estatística etc.. Aliás está faltando na referida "Relação" pelo menos as duas "Memórias" que escreveu sobre a instrução e as águas termais de Ouro Fino.

Depois da volta de José Bonifácio, sucedeu a Martim Francisco o mesmo que já acontecera a Antônio Carlos: foi arrastado pelos acontecimentos políticos e, fazendo parte integrante e inseparável da famosa "Trindade", tornou-se alvo das mesmas acusações e elogios que lhes empanaram as outras qualidades e realizações. E' de notar-se, porém, que neste momento do regresso de José Bonifácio, em 1819, o seu valor já estava comprovado.

Quanto à personalidade de Martim Francisco não podemos deixar de referir que, na maioria das opiniões, ainda nas mais adversas à "Trindade", os julgamentos sobre ele foram menos duros do que os endereçados aos outros irmãos. Cremos que o mais severo dos que trataram da personalidade deste Andrada, foi Tobias Monteiro (23) que lhe acrescenta a pecha de cruel e sanguinário. Mas a opinião menos apaixonada seria a dos não políticos e destes cremos que pela sua severidade, nenhum estaria em melhores condições do que o já citado Silvío Romero. Na mesma parte em que trata da literatura dos "diários" escritos pelo velho Andrada, diz o referido crítico quanto à sua personalidade:

"Martim Francisco é um meio termo entre os seus dois irmãos. Nem tão ilustre sábio como José Bonifácio, nem tão notável orador como Antônio Carlos.

"Era mais calmo, mais equilibrado, mais íntegro."

"Em Martim Francisco há a distinguir entre o político e o homem de letra e ciência.

.....

"Como orador, Martim era mais calmo e mais correto do que seu irmão; não lhe tinha as audácias e impetuosidades; por isso não era tão temido e tão admirado. Em compensação era mais sensato" (65).

O Visconde de Porto Seguro, cujas simpatias pelos Andradas, como já sabemos, não eram grandes, referindo-se a Martim, no célebre caso das Minas, chama-o, apesar de tudo, também, íntegro(1).

Assim, de um modo geral, pode-se dizer que Martim Francisco foi, dos três irmãos o menos visado, porque, realmente, não tinha defeitos altamente dosados, compensando deste modo, como disse Silvío Romero, o brilho e projeção que José Bonifácio e Antônio Carlos tiveram. —

CAPÍTULO V

HISTÓRICO DA "MEMÓRIA"

1 — *Porque Martim Francisco escreveu a "Memória".* — Martim Francisco, exercendo o cargo de Inspetor Geral das Minas e Matas da Capitania de S. Paulo (e não Diretor, ou Superintendente, como se lê alhures), para que fôra nomeado por Carta Régia de 17 de agosto de 1801 (56), ou de 4 de abril de 1800 (1), tinha entre as suas atribuições, a fiscalização dos trabalhos das minas do Ipanema, antiga Araçoiaba.

Em 1810, com a chegada de Frederico Varnhagem que, como mineralogista, fôra incumbido de planejar o desenvolvimento da referida mina, foi constituída, por proposta do mesmo Varnhagem, uma sociedade anônima para financiar a fábrica que passou a chamar-se "Fábrica Real de S. João do Ipanema" e cuja administração ficou confiada a uma Junta de que fizeram parte, entre outros, o novo mineralogista e Martim Francisco.

Por motivos de serviço, ou questões pessoais, por Carta Régia de 26 de abril de 1813, obtinha Martim Francisco demissão de suas funções nos "Empregos" da fábrica, embora continuasse com as funções de Inspetor Geral das Minas e Matas.

Mas como o Príncipe, concedendo-lhe a demissão, lhe conservasse, entretanto, os títulos e honorários, dirigiu-lhe Martim Francisco o seguinte requerimento que encontramos inédito no Arquivo Nacional (66) e que constitui uma peça eloquente da já proverbial inteireza do honrado santista:

"Senhor

"Diz o Coronel Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, Inspetor Geral das Minas e Matas da Capitania de S. Paulo, que havendo V.A.R. por Carta Régia de 26 de Abril de 1813 conservado ao Suplicante o título e honorários que vencia, não obstante a demissão, que por súplica sua lhe dera dos Empregos que occupava na Fábrica Real de São João do Ipanema, desde então o Suplicante, profundamente reconhecido a um favor de tão subido quilate, e ao mesmo passo seguro de sua probidade e zeloso da sua honra, julgou, que não podia receber esta Graça dignamente e com justiça,

sem servir a V. A. R. com duplicado esforço, e, porisso não cansou de rogar-lhe, que o empregasse com mais efetividade. O Suplicante acha-se com forças e atividade para o Real Serviço, e julga ter verificado esta verdade no decurso de catorze anos, que serve; outrossim, estribado na honra e serviços de seus maiores, nos conhecimentos adquiridos no estudo das diversas ciências em que é formado e na inteireza com que até o presente tem satisfeito suas obrigações públicas, só ambiciona bem merecer de V. A. R., e porisso hoje novamente recorre e

P. a Vossa Alteza Real, se digne, para justificar a alta mercê que lhe fez, e realizar nele a possibilidade de aceitá-la sem desdouro, nomeá-lo ou para Diretor dos Estudos da Capitania de S. Paulo, ou para um govêrno secundário ou para qualquer outro Emprêgo que seja compatível com sua aptidão e pessoa.

E R M ce

a) *Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado.*

Este requerimento, cuja cópia fotográfica nos foi gentilmente cedida, está, como se vê, sem data. Cremos, entretanto, que podemos atribuir-lhe a de 1815, ou 1816, mais provavelmente 1816, pelas razões que passamos a expôr em seguida.

Primeiro, porque, no Arquivo do Estado, entre os papéis do tempo do Conde de Palma, há uma série de documentos que adiante transcrevemos, provando que Martim Francisco foi para o Rio de Janeiro em fins de Setembro ou princípios de Outubro de 1815 e lá permaneceu até 1819, em licença com vencimentos tratando de negócios. Segundo, porque no seu requerimento refere-se a catorze anos de serviços que, somados a 1807 (data mais provável da sua nomeação, porquanto em 1800 êle ainda estava em Portugal, na "Comissão Bonifácio-Napion"), daria 1815. E, terceiro, porque o parecer de Luiz José de Carvalho e Melo sobre a "Memória", embora não se refira claramente ao requerimento (nem, aliás, o requerimento explicita ou implicitamente à "Memória"), permite supor que deram entrada oficial conjuntamente sendo que o parecer traz a data de 15 de Novembro de 1816. A dúvida restante entre as datas de 1815 e 1816, deve-se somente ao fato de ser impossível calcular o tempo que Carvalho e Melo ficou com o documento para dar sua opinião.

A "Memória", cujo original, também, infelizmente não está datado, o que, aliás, não é de admirar, porquanto, nem os requerimentos o eram obrigatoriamente, deve ter sido escrita em S. Paulo, em vista do interesse do Conde de Palma pelas questões de ensino e por força das boas

relações em que o Andrada vivia com o governador; ou, então, no Rio para justificar a capacidade própria diante da pretensão ao cargo de "Diretor de Estudos". Neste segundo caso, supomos que as cousas se tenham passado mais ou menos do seguinte modo:

Dispensado do emprego, conforme solicitara e nas condições em que o foi, cansado de pedir por escrito ou por portadores daqui de S. Paulo para o Rio, as medidas exigidas pela sua honra, foi o Andrada pessoalmente à Côrte para resolver o caso. Uma vez lá, solicitou ou sugeriu ao Marquês de Aguiar a nomeação para o referido cargo, em cujo exercício pretendia aplicar as medidas que planejara, talvez até de acôrdo com o Conde de Palma, como sugerimos acima. Note-se, de passagem, que Martim Francisco teria um fraco pelo planejar, conforme se verifica facilmente nos seus "diários" das expedições mineralógicas em que "por dá cá aquela palha", êle propunha sempre, um plano (67). Apalavrada a combinação cogitou êle em preparar a "Memória", cuja extensão e conteúdo indicam não ter sido escrita ao correr da pena, mas com muita meditação e bastante tempo. Só então, estando tudo preparado, entrou êle com o requerimento, a justificação e a credencial, agora oficialmente. No caso de Martim ter levado a "Memória" já redigida, daqui para o Rio, ficaria a demora do parecer sob a responsabilidade do incumbido dele, ou, quem sabe, se do próprio Marquês de Aguiar. Isto porque Martim se apresentou ao Marquês no dia 26 de Outubro de 1815 e o parecer está com a data de 15 de Novembro de 1816. Falta apenas sugerir a explicação para os quatro anos que o Andrada permaneceu no Rio, em contínuas prorrogações da licença de Setembro de 1815. Deve ter havido o seguinte:

Como o parecer de Carvalho e Melo, apesar de muito honroso para o trabalho, fosse, com razões ponderosas, contrário à aplicação do plano, mas recomendasse o aproveitamento do seu Autor "mui digno de ser empregado... em lugar que faça a prosperidade dos Povos...", e como as atividades em que iam os doutos da Côrte permitissem encontrar sempre, em que ocupar Martim Francisco, possuidor de tantos dotes e ciências úteis no momento, aconteceu que êle não voltou para S. Paulo, permanecendo no Rio, em funções das que se costumam dar aos "em disponibilidade" ou "adidos". O inadmissível é que êle permanecesse sem função, por mais de quatro anos, depois dos termos em que requereu ao Príncipe que "o empregasse com mais efetividade".

Sem dúvida, nada disto está fundado certamente; cremos porém ter admitido tão só o que os documentos permitem (68). Talvez outros mais doutos e experimentados possam, com os mesmos elementos de que dispuzemos, concluir diversamente e com mais acêrto.

2 — *O parecer de Luiz José de Carvalho e Melo*: — Como sabemos, a apresentação da "Memória" feita por Primitivo Moacyr (69), refere-se à época da Assembléia Constituinte, em 1823. Convém portanto, verificar o que foi feito dela, durante os sete anos intermediários. A resposta é fácil e clara: dormiu no arquivo público esquecida de todos,

menos de seu autor, que aguardou a primeira oportunidade para aproveitá-la. A razão deste interregno está no parecer que ela mereceu de Luiz José de Carvalho e Melo, o futuro Visconde de Cachoeira que, segundo nos informou o erudito mestre Prof. Basílio de Magalhães, era um homem de notável saber, tanto que foi incumbido da redação dos estatutos dos cursos jurídicos, quando da sua fundação em 1827. O referido "parecer" que abaixo transcrevemos, copiado do original inédito que se encontra no Arquivo Nacional (70), dispensa qualquer comentário. Era dirigido ao Marquês de Aguiar, então Ministro dos Negócios do Brasil, o que devia corresponder ao que hoje chamamos do "Interior". É o seguinte o texto integral do parecer:

"Ilmo. e Exmo. Sr.

A. Memória, que escreveu o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrade sobre a educação e instrução nacional, contem um Plano para o estabelecimento de Escolas e Estudos na Capitania de São Paulo mais vasto, mais científico, e mais universal, do que o método até agora usado e instituído pelas Leis, que regularam o ensino público nas escolas menores. É escrito com muito discernimento; com muito conhecimento da matéria; com grande cópia de doutrina dos abalisados Escriitores deste século e com muita clareza, método e bellissima locução. Só este escrito prova o merecimento do seu autor, seus bons estudos, e o conhecimento que tem do coração e intellectuais faculdades do homem. No plano proposto se dirige êle ao útil fim de fazer mais geral a instrução de todas as classes nas coisas mais úteis, e necessárias à vida social, e nos conhecimentos mais acomodados a todos no periodo dos primeiros três anos; e no segundo se propõe a Estudos maiores, e que já são mais apropriados a formar a classe literaria da Nação. Neste mesmo periodo é a escolha das doutrinas de mui boa e crítica seleção e a marcha de as aprender muito regular, metódica e bem seguida; assim como no primeiro periodo é fácil, e marcada a passos iguais ao do desenvolvimento das faculdades intellectuais e físicas dos meninos. Já o erudito e elegantissimo Filangieri tinha proposto um plano semelhante afim de se derramar a instrução por todas as Classes do Estado, e formar em geral o espirito e coração dos cidadãos; e fôra por certo mui justo e útil se se podesse conseguir-se que todos pulindo o entendimento e enriquecendo-o de conhecimentos úteis, e aprendendo os sólidos ditames da moral se fizessem homens de probidade, e bons e honestos cidadãos, e hábeis para os diversos destinos da vida social. No sobre-dito Plano, se designam os mestres necessários, e as doutrinas que se devem ensinar, e sobre elas fala o Autor como homem, que bem as entende, e propondo um Diretor dos Estudos na

Capitania de São Paulo, lhe assinala qualidades e requisitos, que concorrem na sua pessoa; e na verdade se houvesse de adotar-se o Plano deveria ser êle o Diretor na dita Capitania.

Esta adoção, porém, não parece poder-se já verificar, porque sendo uma reforma total do método mandado praticar por Leis e Estatutos em todo o Reino Unido, não convém, que se verifique em uma Capitania só, sem se generalizar em todas as mais partes da Monarquia, e para assim acontecer é necessário revogar Leis, mudar a forma da educação moral e literária da nação, e derribar todo êste edificio; para o que devem preceder maduros e circunspectos exames e uma legislação ampla e geral. Além disto, há a difficuldade e talvez a impossibilidade de se acharem os Professores com os conhecimentos e préstimos que se requer, e com os pequenos Ordenados, que se lhes apontam para que devem bastar os rendimentos do Subsídio Literário, mui poucos se prestariam.

Por êstes fundamentos me persuado não convir mandar-se por em prática na Capitania de São Paulo o Plano de Educação exposto na Memória, sôbre que devo informar; confesso porém que no caso de tratar-se de reforma da que está entre nós em uso, em virtude das Instituições Legais, que temos, mereceriam contemplação as idéias do Autor por muito puras, filosóficas e judiciosas. Êle é um homem formado em Filosofia, e conhecedor de todos os ramos scientificos desta Faculdade, como se vê desta Memória, e da outra em que refere à Análise feita nas Águas Termais de Ouro Fino, em que desenvolve conhecimentos apurados de Química; é de muita capacidade e sizudeza, e mui digno de ser empregado por estas boas partes e até pelos seus bons conhecimentos da Economia Política em Lugar que faça a prosperidade dos Povos, e bom serviço de S. Magestade. Deus guarde a V. Excia.

Rio de Janeiro 15 de Novembro de 1816.

Ilm. e Exmo. Sr. Marquês de Aguiar.

a) *Luiz J. C. Melo.*

Como se vê, afinal de contas, o parecer mandava que Martim Francisco "aguardasse oportunidade" e foi o que êle fez, não deixando passar a primeira que se lhe apresentou, certamente convencido da sinceridade e acêrto dos termos em que se pronunciou o futuro Visconde de Cachoeira.

3 — *Apresentação da "Memória" à Assembléa Constituinte.* — Quando na Assembléa Constituinte de 1823, começaram a ser debatidos

os problemas de instrução, o nosso Andrada julgou chegada a sua oportunidade.

Desde a "Fala do trono", o assunto viera à baila, pois, o irrequieto D. Pedro I recomendava para o ensino "uma legislação particular" (69). Além das informações sôbre as escolas, pedidas, aliás, em primeira mão, pelo enfatuado Antônio Carlos, o Pe. Belchior Pinheiro propunha, em nome da "comissão de instrução" que já fôra constituída, "meios de estimular os gênios brasileiros a formar um tratado completo de educação." O momento era, pois, asado e Martim Francisco ofereceu o seu trabalho para a referida "comissão". E' o resultado disto que Primitivo Moacyr (69) informa nos seguintes termos:

"Em 7 de julho a Comissão de instrução emite o parecer sôbre uma "memória que lhe foi enviada: A comissão examinando a memória oferecida pelo ilustre membro desta Assembléia o Sr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado e por êle feita há muitos anos, para a reforma dos estudos menores da província de São Paulo, reconhecendo nela um verdadeiro método tanto de ensinar, como de aprender, pelo arrançamento analítico com que classifica o começo e o progresso gradual dos conhecimentos humanos, e pela indicação que faz de outras matérias que sucessivamente devem ser ensinadas, do método a seguir, da escolha dos compêndios e sua composição, lamenta a Comissão os males que tem sofrido a instrução pública pela falta de publicação e adoção de tão luminoso sistema em todas as províncias do Brasil, é de parecer: 1.º que seja recebido por esta Assembléia, com especial agrado, um oferecimento tão interessante à educação pública; 2.º que se mande imprimir a sobredita "Memória" fazendo-se a despesa pelo tesouro público, para que quanto antes possa servir de guia aos atuais professores e estímulo aos homens de letras para composição de compêndios elementares enquanto se não dá uma adequada forma à instrução publica. — Os votos da comissão não foram cumpridos. O govêrno não mandou publicar a "Memória" pelo tesouro público, nem os homens de letra poderam tomar o estímulo. Os "anais" da Constituinte do mês de Julho (data do parecer) a Novembro (data da dissolução) não disseram mais nada sobre ela. O silencio sôbre o assunto nos relatórios dos ministros do Império prova que não houve publicidade, pois, no tempo, de acôrdo com a lei de 15 de outubro de 1827, que mandou crear as primeiras escolas elementares, só se cogitava do método lancasteriano."

Fica faltando a explicação do porque foi abandonado êste novo parecer. Cremos que a queda dos Andradas, justamente dez dias depois (o parecer é de 7 de julho e a demissão dos irmãos ocorreu a 17) e a posição difícil de oposicionistas em que se encontraram desde então, até a dissolução da Assembléia, teria sido a causa suficiente. O fato, que se poderia tambem invocar, da preeminência que os assuntos politicos teriam tido, a partir daquele momento naquele cenáculo, não nos parece bastante, porque outras questões de ensino foram tratadas até às vésperas da dissolução, como, v. g., a questão da Universidade (69).

CAPÍTULO VI

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CONTEUDO DA "MEMÓRIA".

1 — *Original da "Memória"*. — O original da "Memória" encontra-se no Arquivo Nacional, no Volume 12 de Memórias, páginas 219 a 231, entremeando os dois outros documentos inéditos que se relacionam com ela e que ora publicamos, a saber: o parecer de Luiz José de Carvalho e Melo, enviado ao Marquês de Aguiar e a petição de Martim Francisco solicitando o cargo de Diretor dos Estudos na Capitania de São Paulo.

O manuscrito está sem data.

Pelo que se pode inferir da caligrafia, foi escrito pelo próprio Martim Francisco que nele se assina Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado. A peça está redigida no verso e reverso de 13 folhas de papel de formato carta, cerradamente, com letra miuda, bem legível e de tipo impressionantemente igual. Traz o título de "Memória sobre a reforma dos estudos da Capitania de São Paulo" e está dividida em 13 capítulos que, por sua vez, se subdividem em parágrafos.

Sem prejuízo do respeito e admiração que nos merece a obra de Primitivo Moacyr, fonte inexgotável de informações e sugestões, devemos, a bem da verdade, esclarecer que as duas cópias da "Memória" que êle publicou, a primeira, no volume inicial de "A Instrução e o Império" (69) e a segunda em "A instrução pública no Estado de São Paulo" (71), são muito infiéis. Há na primeira diversos erros e falhas que, na segunda, são repetidos porque êle se limitou então a um simples resumo, evidentemente tirado da cópia anterior. Assim, por exemplo, em "A Instrução e o Império", na página 127 onde se lê "descrição que escreveu", deve-se ler "descrição que leu, ou do sentido da palavra que escreveu"; na página 131, onde se lê "espécie", deve-se ler: "escravidão" e, assim por diante.

Na correção que fizemos, à vista do original, atualizámos a ortografia e, porque não se trata mais de documento inédito, emendamos somente a redação e a pontuação.

2 — *Dificuldades destas considerações*. — Primitivamente, havíamos denominado "Crítica da Memória" a êste capítulo. Depois recuamos com receio diante dos embaraços que fomos encontrando e chegamos à conclusão de que devíamos restringir-nos a meras e simples "considerações gerais".

A primeira dificuldade estava na necessidade de fazer uma revisão geral nas idéias dominantes naquela época de tão grandes e profundas agitações do pensamento humano e a respeito dos vários aspectos que a "Memória" apresenta. Seria para isto necessário sair para muito longe do rumo e objetivos que nos propuzemos e, assim, estender quasi indefinidamente o trabalho.

A segunda dificuldade encontramos em localizar com alguma precisão, a procedência das idéias que Martim Francisco expendeu, para o que deveríamos conhecer-lhe as fontes de estudo e autores preferidos. No texto está citado apenas Condorcet e sabemos por informações indiretas e imprecisas que o nosso Andrada estudara a filosofia de Kant; mas isto não nos pareceu bastante para a análise das afirmações sobre psicologia, "pedagógica" (como êle chamava), economia política, e outras disciplinas que estão implícitas no trabalho.

A terceira dificuldade está no fato de a cópia, feita embora com todo cuidado, deixar sempre dúvidas. Realmente são tais e tantas as exquisites de pontuação, redação e terminologia, que nos deixa sempre a impressão de que copiamos errado. E mesmo que tivéssemos sempre o original à mão (o que não foi possível porque pela sua extensão julgamos despropositada a solicitação das cópias fotográficas no Arquivo Nacional), as dúvidas ainda seriam numerosas quanto ao emprêgo de certas palavras, leitura de outras e sentido de algumas frases, como se pode verificar pela cópia que juntamos.

Isto posto, passemos às considerações gerais.

3 — *Alguns pontos mais fracos.* — Não queremos julgar a "Memória" como uma peça perfeita, exagerando o lema que nos propusemos de início. E' por isso que começamos pelos pontos que nos pareceram menos felizes.

A maior falha da "Memória" julgamos encontrar-se na distribuição das escolas. Não se explica como, num plano que pretende melhorar as condições gerais de cultura de um povo, se proponha uma diminuição das unidades escolares, principalmente sem justificação da medida por condições demográficas ou econômicas.

Ao tratarmos, no Cap. III, n. 4, da influência da transmigração no ensino, passando por algumas considerações referentes à ação do Conde de Palma na Capitania de São Paulo, vimos como, de uma só vez foram postas por aquele governador, em concurso 22 unidades escolares vagas, de primeiro grau, justamente nas comarcas de São Paulo, Paranaguá e Itú a que Martim Francisco se refere no seu trabalho. E não eram aquelas citadas 22 as únicas unidades existentes, pois, nos mesmos documentos em que as encontramos vêm medidas a propósito de outras em Atibaia, Taubaté, Parnaíba, etc.. Ora, Martim Francisco, propõe tão somente 19 escolas, sendo 10 na comarca da Capital, 5 na de Paranaguá e 4 na de Itú, reduzindo, só nestes núcleos, 3 unidades e deixando as outras sem a menor referência. A falta de qualquer razão justificativa para esta redução parece-nos o mais grave do problema, porque dá a entender que seriam as demais escolas desnecessárias.

Por outro lado, as propostas para os ordenados que são quadri e quintuplicados é muito extranha. Complica-a o fato de o "parecer" achá-los ainda "pequenos ordenados, que se lhes apontam". Nas mesmas informações citadas do tempo do Conde de Palma as unidades vêm com base de 50\$000 e 60\$000 cada uma. Martim Francisco oferece 250\$000 e 300\$000. Ora, isto pareceu-nos exagerado, não tanto pela comparação dos vencimentos atuais da maioria do nosso magistério primário, que nem alcançam a metade daquela importância, na correspondência dos valores de hoje, mas, principalmente, pela desproporção relativa ao então em vigor. Embora creditando na miséria do professorado das escolas elementares daquela época, repugna-nos crer que atingisse a tão elevado grau, necessitando de um aumento de tal envergadura.

Outra falha encontramos na incoerência a respeito do que chamaríamos de "uma nova retórica". No capítulo X, § 5, Martim Francisco explica longamente que:

"Quanto ao ensino da arte de exprimir, e desenvolver as idéias, digo, que suas regras se devem conformar com os efeitos, que delas se requerem. Na antiguidade, tempo em que se desconhecia a imprensa, e havia mister de persuadir, e seduzir os povos pelo dom da palavra, esta arte se reduzia meramente a ensinar o modo de bem falar, e os progressos que ela fez, mostram, de quanta importância era a seus olhos. Depois da invenção da imprensa, mudaram as circunstâncias; escreveu-se nos negócios particulares, imprimiu-se nos negócios públicos, e desta arte decidiram-se as questões e a proporção que cresceram as luzes de uma nação, cresceu também a facilidade de espalhar rapidamente as idéias por meio da impressão: PORTANTO, A ARTE DE ESCREVER DISCURSOS E' A VERDADEIRA RETÓRICA DOS MODERNOS, E A ELOQUÊNCIA DE UM DISCURSO E' A DE UM LIVRO FEITO PARA SER ENTENDIDO POR TODOS OS ESPÍRITOS (os grifos são nossos). À vista disto, em que vem a consistir esta arte, considerada como parte de um ensino público? Em escrever uma memória, ou parecer, com clareza, método, e simplicidade; em desenvolver as razões com ordem, e precisão, evitando de um lado a negligência, ou afeição, e de outro a exageração e mau gosto".

Entendemos do que foi exposto que, desde a imprensa, se dispensaram as necessidades da formação do orador. Mas, logo a seguir, no § 4 do capítulo XIII a "Memória" vem recomendando que:

"Nenhum estudante do segundo grau de instrução poderá ser promovido, de um ano para o outro, uma vez que não tenha passado por um exame público, no qual se conceitue sua aplicação, e progresso: o método dos exames, admitido para os estudantes, TEM POR FIM ACOSTUMAR-LOS A FALAR EM PÚBLICO, e a dar-lhes certas facilidades, que é de desejar em certas idades". E logo mais adiante, no § 10 do mesmo capítulo volta à carga: "No primeiro dia letivo de cada ano um dos professores do segundo grau a excepção do de língua latina (porque justamente êste não, uma vez que o valor do estudo desta língua

está no conhecimento das obras de seus homens, como dissera antes), recitará um discurso, que contenha a descrição das matérias, que vai ensinar, a história... etc.”.

De duas uma: ou a retórica moderna consiste em bem escrever e não é mais preciso, antes até condenável, a obrigação do discurso público dos alunos e dos discursos recitados pelos mestres e para serem ouvidos por todos, ou a imprensa não dispensa o dom da palavra e, neste caso, não havia o que criticar e reformar. E' ainda muito interessante e extranhável que o nosso Andrada ponha tamanha fé nos tais discursos de abertura das aulas:

“A curiosidade do moço (continua êle no mesmo parágrafo e capítulo) excita-se, e desperta-se por tais discursos: êle começa a apaixonar-se por aquilo, que vai ser objeto de suas meditações, e trabalhos:...” Quem deu provas de conhecer tão bem o “coração e intelectuais faculdades do homem” como disse o autor do parecer, teria a ingenuidade de acreditar em tais interesses e sentimentos nas crianças de 13, 14 e 15 anos?... Nem o romantismo dos iluministas o justifica.

Outra passagem incompreensível num espírito como o de Martim Francisco está na condenação das associações de mestres. Escreve êle no § 4 do capítulo XI: “... os mestres, exercitando funções isoladas (?), por isso mesmo não devem formar associação de espécie alguma, nem governar ou influir sobre a nomeação das cadeiras vagas” (nisto, até certo ponto, estamos de acordo). “Cada um deve viver separado porque êste é só o meio de entreter a emulação, que não degenera em intriga, ou ambição, de obviar toda espécie de rotina...”

Quer nos parecer bem o contrário: justamente o isolamento seria a mais favorável das condições para o desenvolvimento da rotina e as associações de mestres o melhor meio para se conseguir o progresso profissional. Êle, que havia viajado tanto, que fora favorecido principalmente pelo ambiente de cultura geral em que se formou, não tinha o direito de uma suposição desta natureza.

Haveria, ainda, algumas passagens a assinalar-se pela pieguice e ingenuidade, mas como veremos adiante, tal ingenuidade se explicaria pela influência do romantismo iluminista ainda muito vivo naquela época, principalmente porque êle o trouxera com certeza da sua formação na Universidade de Coimbra e não tivera oportunidade de reformá-lo.

Cumpramos observar nesta parte, finalmente, que estas restrições que fizemos se baseiam no conjunto das próprias idéias encerradas na “Memória”. Achamos que não seriam plausíveis quaisquer outras baseadas nos conhecimentos tão mais extensos que a moderna ciência da educação pode determinar. Por exemplo, a questão da educação física que, embora conforme ensina Buisson (9), foi objeto dos educadores da China desde 3.000 anos antes da nossa era, não merecendo da “Memória” nenhuma palavra, não constitue, a nosso ver, uma falha para aquele momento, porque só modernamente tem sido objeto de real cogitação dos sistemas escolares. O mesmo se poderia dizer quanto à instrução das mulheres e outros assuntos.

4 — *As passagens mais interessantes.* — Martim Francisco, como seus dois irmãos mais célebres, era, naturalmente, monarquista, mas já do tipo adiantado que aceitava a magestade apenas enquanto cumprisse a missão de bem servir a causa pública, atendendo às novas exigências que o progresso social geral fosse impondo. Por isso, quando êle considerou que “a instrução é um dever dos governantes e um direito dos governados”, antepôs a obrigação do soberano ao direito do súdito, como se quizesse indicar com esta fórmula, donde deveria partir a iniciativa. De fato, naquela época, as massas não estavam ainda em condições de fazer tais exigências e às elites cumpria, pois, “criar as situações”, como diríamos hoje; por outro lado, o dever cumprido de uma parte e o direito satisfeito de outra, fariam a união mantenedora da felicidade de ambos. Talvez se possa explicar esta orientação pelos frutos das idéias de Pombal, “déspota esclarecido”, justamente por compelir as massas, ainda que pela violencia, a sentirem e usarem os direitos novos que a evolução social estava creando para elas. Sem duvida, na época em que Martim Francisco escreveu, o despotismo esclarecido havia feito, já, a natural avolução através da “Grande Revolução Francesa”, não apresentando mais aqueles aspectos rudes dos primeiros tempos; isto, entretanto, não impede o ligar-se para melhor compreensão, uma situação à outra. Informa Silvio Romero (65) que “os Andradas, os Silvas Lisboas, os Ferreiras Françaes, os Vilelas Barbosas, os Carneiros de Campos e outros na política do tempo entraram levados por prestígio de família, entraram quasi nobres, entraram quasi “par droit de . . . naissance”, e suas idéias representavam o doutrinário acadêmico, letrado, abstrato, da Universidade de Coimbra”. Era a Universidade reformada pelo espírito do truculento Marquês e inspirada no movimento de idéias novas dos enciclopedistas franceses.

Outra influência que Martim Francisco trouxe de Coimbra, foi, por certo, a do antes referido romantismo pedagógico dos iluministas (19), romantismo êste que o proverbial bom senso e equilíbrio do velho Andrada apenas adoçou com um “pouco mais ou menos”. Afirma a “Memória” que “a instrução nivela, pouco mais ou menos as faculdades intellectuais e aumenta, sem prejuizo, (dos outros), a superioridade daqueles que a natureza dotou de uma organização mais feliz”. Aquí se vê que, além do equilibrio há penetração funda no problema. Acreditando numa melhoria geral das condições das massas pela instrução, não desconheceu entretanto, as vantagens que os mais bem dotados poderiam manter sempre sôbre os outros. Esta superioridade, porém, agora esclarecida de ambos os lados, não importaria mais em prejuizo da maioria que, pela própria formação, aprenderia a aceitar as diretrizes das elites, dentro, todavia, dos limites dos direitos comuns; seria a reciproca compreensão e o reconhecimento das funções peculiares aos dirigentes de um lado e dirigidos de outro — supremo ideal democrático — que cortaria pela “raiz os males e brandões da discórdia com que a ignorância, em diferentes épocas, tem abusado o mundo”. E' especialmente notável a referência à ignorância dos que abusam, em vez de à dos que sofrem os abusos, pois,

realmente, das duas, é aquela a mais perniciosa, que mais graves e profundos males tem causado e a que, por isso mesmo, cumpre reprimir mais energeticamente pela educação.

Ainda como romantismo pedagógico, conseqüente do iluminismo, consideraríamos a ausência do princípio de obrigatoriedade escolar, explicável pela suposição daqueles românticos, de que o povo esperava com ansiedade pelas escolas para enche-las e receber-lhes as luzes. A "Memória" refere que "a sociedade oferecendo-a (a instrução) livremente aos que a procuram..." (Na história das preocupações educativas dos revolucionários franceses de 1789, desde Condorcet, nota-se, também, a ausência dêste princípio até o projeto de Lepelletier Saint-Fargeau (72). Em geral se acreditava, de boa fé, que o povo permanecia ignorante, apenas porque não tinha escolas, quando, na verdade, a razão dêsse fato estava no desinterêsse e na desnecessidade das massas pela instrução. Pão e circo (tomada esta palavra circo no sentido de um lugar ou ocasião para recreio ou desabafo de recalques), eram, de fato, as únicas necessidades sentidas. Sabe-se, por exemplo, que, com grande admiração dos líderes daquele tempo, as escolas públicas abertas não eram procuradas e, mais ainda do que isso, os interessados fugiam delas (72). O engano se fundava em que os intelectuais que desejavam mais saber, supunham generalizados os seus anseios e necessidades particulares. Justifica-se, assim, que Martim Francisco também não se preocupasse com a obrigatoriedade, graças à excessiva fé na simples oferta de escolas gratuitas. Pensamos que há certa condição social e econômica que afeta os homens de tal maneira que, contaminando-os, impele-os para um imediatismo incrível. E' a explicação do que acontece ainda hoje, nas zonas rurais, onde se encontra grande resistência dos pais e responsáveis pelas crianças em idade escolar. Não há como fazê-los compreender as vantagens da escolaridade, pois são remotas e por isso o recurso único é a aplicação da obrigatoriedade.

São de grande relevância os termos em que a "Memória" apresenta o fundamento de uma educação comum como base da especializada ou profissional; provam êles quanto era clara a visão política e social do nosso Andrade. Ao escrever que "para obter, um fim são, é mister que se distinga o limite (em ?) que deve terminar (determinar ?) a educação geral e a natureza da particular que se lhe segue", encarou os dois aspectos fundamentais da escolaridade. O primeiro referente ao que convém estabelecer do ponto de vista político, como base da formação geral do cidadão, no sentido humano e nacional; o segundo, concernente ao ponto de vista puramente pedagógico, como base da formação propedêutica que, em qualquer caso, seria exigível pelo ensino especializado ou profissional que se lhe seguisse. Êste problema êle o retoma depois ao expor a organização dos currículos e as bases de programação, propondo um ensino moral e cívico como substrato do ensino comum geral.

Considerando a falta de sistematização de que o ensino padecia na época — entre nós uma simples alfabetização, enormemente afastada do ensino superior, que, por sua vez, era precedido tão somente de "aulas"

preparatórias — Martim Francisco estuda o problema da harmonia do curso secundário com o primário e superior: É o mesmo problema que os "Pioneiros da educação nova" (73) chamaram de "ponto nevralgico" e discutiram em termos mais atuais. Então pergunta a "Memória": "Deverá continuar uma instrução... fundada em princípios sem ordem sem liga... que facilitem o conhecimento das verdades e as conservem? Realmente, a preocupação de seqüência e unidade nos planos de educação foi o ponto de partida de todos os grandes pensadores que se interessaram por estes problemas e chegaram a realizar alguma obra notável, desde os espartanos, até os jesuitas; e foi também a falta desta preocupação ou o fracasso do esforço para alcançar este objetivo, o mal de que padeceram tantas realizações notáveis como, por exemplo, a de Pestalozzi, conforme a justa crítica feita por Herbart (9). Martim Francisco, se bem compreendeu estes princípios básicos, melhor os respeitou e desenvolveu no planejamento geral da "Memória"; assim, um dos seus aspectos mais interessantes é, justamente, o da unidade e seqüência que soube dar-lhe, harmonizando no plano a continuidade das duas fazes fundamentais da formação escolar (a primária e a secundária) que se completam aos dezoito anos, tempo em que "o moço se torna capaz do exercício da mór parte dos misteres da sociedade... tempo em que as suas faculdades estão quasi em pleno vigor e força". Desde os tempos dos jesuitas (havia quasi meio século passado), não tínhamos tido no país um plano completo de educação; a reforma de Pombal não foi executada nem mesmo em Portugal, no seu conjunto; o tempo de que o Marquês dispoz foi insuficiente não só para completar, como para consolidar a parte executada de seus planos (27); as realizações de D. João VI, então em pleno desenvolvimento, careciam, justamente, desta indispensável visão geral e coerência. Aliás, mesmo na Europa daquela época, parecemos, só Herbart tinha um plano unificado em mira e, no resto da América, somente muito mais tarde iriam aparecer os Horácios Manns nos Estados Unidos e os Sarmientos no Chile e Argentina (74).

A "Memória" de Martim Francisco tem um aspecto em que se apresenta como precursora de Spencer. Pergunta o velho Andrada: "Deverá continuar uma instrução estribada em noções imperfeitas das cousas, ou pouco úteis, ou supérfluas, ou nocivas ao bem da sociedade?" A sua preocupação de ensino útil parece tomar esta expressão em sentido anglo-pragmático. Já na escola elementar, as crianças devem, na sua opinião, entrar em contacto com a natureza, com os "objetos que lhe são de diária utilidade na conduta da vida" e ainda com a "explicação dos efeitos das máquinas mais simples em uso na Capitania. Esta antecipação de quasi meio seculo em relação ao pensador anglo-saxônio, deverá ser ressaltada pelo maior bom senso do nosso patricio que, infeliz e injustamente, não teve nenhuma repercussão nos nossos meios educativos modernos, como aconteceu com Spencer. É na mesma preocupação de selecionar as matérias, na procura dos conhecimentos de maior valor (75) que caracterizou a "educação científica" de Spencer que vamos sobrepor o nosso Andrada ao inglês. Este desconheceu e ne-

gou qualquer valor ou utilidade nos estudos clássicos, mormente no do latim. Martim Francisco que, aliás, nem tem a auréola de sociólogo, embora o fosse de fato, apresenta esta concessão, notável para o seu meio e a sua época: "...se... o conhecimento da língua latina só contribui a fazer-nos admirar alguns homens de gênio, como Cícero, Virgílio, Horácio, Lívio, Tácito, Salústio e Plínio; então o ensino desta língua, estudo verdadeiramente de luxo, não pode ter lugar num plano de instrução geral. Mas, atendendo à necessidade de melhor desenvolver e, arreigar os primeiros rudimentos de gramática, dados no primeiro grau de educação; refletindo na precisão habitual que dela tem, os que se destinam à vida eclesiástica e outras profissões pelo sistema dominante das nossas instruções particulares; CEDENDO MESMO AO IMPERIOSO PREJUÍZO DA NAÇÃO (o grifo é nosso) nesta parte (o curso secundário) admito uma aula de língua latina, contanto que a ela se ajunte o estudo da francesa, língua geral e mais útil...". Ora, ceder a certos preconceitos nacionais em matéria de educação, é, além de uma prova de nacionalismo inteligente, uma prova também de espírito cento por cento científico, porque se exime até do preconceito contra os preconceitos, reconhecendo-lhes o justo lugar entre os elementos úteis à vida social. Para Martim Francisco, deve prevalecer o útil, o prático, o que interessa mais à já referida "diária utilidade na conduta da vida", mas há de se deixar lugar para o supérfluo, o luxo, para os lazeres dos interessados. Naturalmente, o Andrada leu, Voltaire que, junto com Rousseau e outros, andavam escondidos pelas bibliotecas do Brasil, como já referimos antes e nele apreendeu bem o sentido do "supérfluo é o mais necessário".

A série de razões com que a "Memória" fundamenta a necessidade de divisão do curso em graus, é das mais interessantes. Diz que "ela torna-se mais sensível se refletirmos na desigual fortuna dos pais, nas diferentes circunstâncias em que se acham suas famílias, ... no estado para que se destinam, ... na desigualdade das faculdades intelectuais." Como naquele tempo não se houvesse estabelecido considerações diversas para o que chamamos hoje "estrutura vertical" e "estrutura horizontal" do aparelhamento escolar (52), na "Memória", as razões referidas confundem a seriação com a tipização dos cursos. E' evidente, todavia, que, embora não separando os dois aspectos, Martim Francisco enxergava, como bom administrador que era, os elementos fundamentais que deveriam orientar a estruturação do aparelhamento pedagógico. Assim, no planejamento andradino, a fortuna dos pais e o estado para que se destinam os alunos aparecem como elementos para a diversificação dos tipos de escola, ("estrutura horizontal"), enquanto que a desigualdade das faculdades, quer do ponto de vista da "idade mental", quer do ponto de vista da diferença de capacidades, determina a seriação dos cursos ("estrutura vertical"). Ao passar por esta questão de "desigualdade de faculdades intelectuais", assinala a "Memória" que as doutrinas ensinadas pelos mesmos métodos, não podem ser aprendidas por todos durante o mesmo número de anos"; é a formulação de um moderníssimo problema pedagógico da parte da organização escolar; é o caso da substituição

dos cursos organizados com base no tempo pelos com base na matéria de ensino (76). O que parece implícito nessa passagem da "Memória" é que a escola deve dar a cada um certo mínimo de cabedais, que cada um aprenderá no tempo que puder, ou seja: em vez de aprender o que puder em tempo X, aprenderá X, no tempo que puder. Isto seria, de fato, do ponto de vista da economia escolar, uma questão de método, como lá está escrito. Ora, considerando-se que, naquele tempo, a psicologia ainda espiava somente, pela porta das escolas a dentro, a simples enunciação de um problema tal, é verdadeiramente revolucionária. Diga-se, de passagem, que até hoje este problema não foi solucionado em extenso, isto é, atendendo às necessidades da economia escolar; apenas tentativas de origem privada tem-no ensaiado; e nas escolas comuns oficiais ou particulares, estamos longe de uma solução satisfatória.

Quanto aos objetivos específicos de cada um dos graus de ensino, Martim Francisco estabeleceu-os em termos inteiramente modernos. O ensino do primeiro grau visa três pontos capitais: a) "ensinar a cada um aquelas verdades que são úteis e necessárias a toda e qualquer que seja a sua profissão ou gosto, . . . b) conhecer as disposições particulares de cada moço (a "Memória" emprega indiferentemente as palavras moço e menino), afim de as poder aproveitar para o bem da generalidade; c) dispor os moços para os conhecimentos precisos à profissão a que se destinam. Dêste conteúdo destacamos a preocupação de uma formação integral já no primeiro grau — proporcionalmente integral, é claro. Dá-se, pois, desde então, simultaneamente com a instrução elementar, além de uma verificação vocacional, uma preparação pre-profissional; a escola primária moderna, mais avançada e completa, nada pretende além do que está neste plano. No segundo grau o objetivo está na ampliação do anterior (chave da ligação entre o primário e o superior), com preocupações propedêuticas ou já mesmo profissionais. O currículo deverá incluir "o estudo elementar de todas as matérias relativas às diversas profissões da sociedade... devendo (o curso), regular-se pela população, riqueza e indústria do país..." Observa, ainda, com relação ao segundo grau, que se nele que se deve fazer a separação das matérias. Sabemos que hoje se procede, também, dentro deste critério — a globalização do primeiro grau é substituída pelo simples relacionamento das disciplinas. No terceiro grau o estudo seria "puramente científico", destinado ao melhoramento da espécie humana e realizado pelos melhormente dotados de capacidade. Mas, Martim Francisco não entra em detalhes a respeito deste grau, prometendo, apenas, tratá-lo oportunamente. Talvez que esteja esquecido entre os papéis dos arquivos públicos ou particulares este estudo complementar.

Cumprê assinalar que todo o ensino prescrito é leigo; não inclúe as opiniões religiosas "por competirem, privativamente, aos pais e curas d'almas; e com toda justiça semelhantes opiniões devem ficar a cargo deles". Como naquele tempo a Igreja era unida ao Estado, poder-se-ia supor que a intenção de Martim Francisco foi dar um golpe na subordinação da moral comum à moral religiosa; provavelmente foi tal idéia

que o moveu, pois, parece que o velho Andrada era bastante avançado para assumir uma atitude destas. A sua intenção seria mesmo uma separação natural, explicável como uma das influências dos revolucionários franceses.

Com estas breves e gerais considerações, julgamos ter destacado os pontos mais interessantes dos altos e baixos do trabalho de Martim Francisco (77). Tratando-se de um estudo de História do Brasil, mais do que de História da Educação, julgamos que o objetivo mais importante está cumprido, isto é, o de ajustar numa época da nossa história, um trabalho a respeito de instrução pública. O mais será assunto da conclusão com que fecharemos o nosso estudo.

5 — *Conclusão.* — A “Memória” de Martim Francisco se apresenta pois, como um plano notável e exequível para atender, de um lado às novas condições em que se encontrava o país e, de outro, ao movimento mundial em favor de uma educação nova e para as massas. Pretendendo a maior difusão do ensino pelas diversas camadas da população, preparava a consolidação da nossa unidade nascente, pois, embora escrita para a Capitania de São Paulo, não excluía as outras regiões, conforme deixa transparecer nos parágrafos do capítulo XI e foi reconhecido pelos dois pareceres que mereceu: o de Luiz J. C. e Melo, e o da Comissão de Instrução da Assembléa Constituinte. Nestas condições a sua execução generalizada constituiria a base da cultura das populações, precisamente pelas escolas primárias e secundárias que, de fato, são os laboratórios da alma nacional.

Sem pretendermos equiparar no campo da educação o autor da “Memória” com o dos “Discursos à Nação Alemã”, porque o primeiro cuidou da educação quasi acidentalmente e o segundo fez destes problemas o centro das longas atividades que exerceu, permitimo-nos uma comparação.

Ensina Guillaume, no artigo que escreveu para o já citado dicionário de Buisson (9) e Messer (19) o confirmou, mais modernamente, que Fichte pregava a renovação da cultura, com o consequente rompimento com as tradições do passado, como o único meio de uma nação vencida (lembramos que a eclosão do nacionalismo fichteano resultou da derrota alemã em Iena) restabelecer a sua soberania. Cremos poder afirmar que o nosso Andrada, também, supunha que o único meio de se firmar uma nação recém-libertada das peias de uma situação colonial, seria o da renovação da cultura por meio da escola, que, lentamente, haveria de criar novos ideais e capacidades. A não ser a referência que a “Memória” faz à tradução de livros alemães, como convenientes para nós, não temos outros elementos para pretender que o Andrada tenha tomado conhecimento das idéias de Fichte. Mas isto não impede que encontremos pontos coincidentes entre o que ambos escreveram, a começar pelo otimismo dos iluministas de que se influenciaram e, particularmente, pela esperança de uma humanidade melhor pela renovação da escola incumbida de

dar uma nova formação moral capaz de cortar "pela raiz os males e brandões da discórdia".

Não há dúvida de que nem Carvalho e Melo, nem os constituintes de 1823, nem o próprio Martim Francisco puzeram nas idéias da "Memória" a ênfase e o esforço que Fichte pôs nos seus célebres "discursos". Isto não tira, entretanto, o valor da idéia em si e é o que pretendemos ressaltar.

Portanto, se tínhamos no Brasil, quando apenas via raiar a nacionalidade, homens capazes de um pensamento profundo e largo como o de um Fichte, de um país de cultura tão antiga, temos razões para nos orgulhar. O que pretendemos com êste trabalho e o que vimos nos esforçando para realizar no curso que damos, não é mais do que isto: uma atitude simpática pelas nossas cousas e nossos homens; a procura dos pontos de contacto entre os grandes das velhas culturas e os nossos; uma fé mais viva e forte nos nossos antepassados que não foram meros politiquinhos sem ideal e sem visão, mas homens de cérebro igual ao dos que fizeram as glórias dos outros países. Se eles não tiveram a felicidade de uma divulgação como mereceram, por falta de ambiente e de oportunidade, façamo-la agora.

Busquemos nos nossos arquivos o que está escondido e olvidado e assim haveremos de encontrar muita razão de orgulho e muitas provas de que entre nós, também, existiram grandes caracteres, inteligências e capacidades, em todos os setores da atividade dos líderes, inclusive no da educação em geral e no da instrução em particular.

A nossa intelectualidade sempre andou em dia com os mais elevados padrões europeus e, em alguns pontos, tivemos mesmo os nossos revolucionários.

O de que carecemos é de reagir contra "...o hábito de esquadriñar o lado destavorável dos fatos, para depois contar como verdade o que se maliciou, ..." porque, realmente, isto é "repreensível tendência do ânimo, que em vez de artifício inculca existência de peçonha."

SUMÁRIO DAS
CONCLUSÕES GERAIS

SUMARIO DAS CONCLUSÕES GERAIS

1 — Os problemas da educação se resolvem com os dados da necessidade geral e não com os do idealismo particular.

2 — A filosofia de Kant, a experiência de Pestalozzi, o nacionalismo de Fichte e a realização prática de Lancaster, constituíram as bases da educação moderna: leiga, científica, nacionalista e extensa.

3 — O estudo da nossa História nos mostra como, no período colonial se impossibilitou a formação de um sentimento e idéia de nacionalidade brasileira, por força de razões geográficas, bio-psíquicas e sociais.

4 — Só com a transmigração se tornou possível e necessária a formação do sentimento de brasilidade, por força das transformações conseqüentes.

5 — No período colonial, — impossível e desnecessário qualquer esforço em favor de uma educação nacionalista comum — só foi conveniente e exeqüível aquele que resultou do único elemento de condições e objetivos comuns: o jesuíta.

6 — O momento da transmigração coincide, justamente, com o advento das bases novas da educação moderna, donde a conveniência e necessidade de, então, o planejamento de um sistema adequado.

7 — O plano de Martim Francisco ajusta-se, perfeitamente, ao complexo das condições nossas e gerais da época: é leigo, porque determina, precisamente, a independência da educação religiosa; é científico, porque se esforça para atender às condições biológicas, psíquicas e sociais do educando; é nacionalista, porque atende à constituição política, às necessidades, à índole e até aos preconceitos do nosso povo; é, finalmente, extenso, porque alcança todas as classes da população e abrange os dois graus fundamentais da cultura do homem comum.

POST - SCRITUM

Na ocasião da defesa desta tese, um dos membros da ilustre banca examinadora, o Sr. Prof. Paul Arbousse Bastide, mestre insigne a quem respeitamos e prezamos imenso, mostrou que a "Memória" de Martim Francisco fora traduzida em vários e extensos trechos das diversas memórias escritas por Condorcet "sur l'instruction publique", conforme se pode verificar em "Oeuvres de Condorcet" de A. Condorcet O' Connor e M. F. Arago, Tomo 7.º, Firmin Didot Frères, Libraires, Paris, 1847.

Cumpre-nos, por isso, dar duas explicações: primeiro, de como havíamos ignorado o fato de tão grande relevância e segundo, de como alteraríamos nosso juízo sobre o velho Andrada, uma vez esclarecida aquela verdade.

Quanto á primeira, esclarecemos que houve apenas um atrazo infeliz, de nossa parte. Aconteceu que, após a entrega dos exemplares da tese, mas antes da sua defesa, continuávamos nossas leituras preparando-nos para a arguição, quando encontramos o "Condorcet" de Ferdinand Buisson, pequeno volume da coleção "Reformateurs Sociaux" dirigida por Bouglé e editada pela "Librairie Félix Alcan" (Paris, 1929). Lendo-o verificamos a semelhança pelos excertos que Buisson apresenta ali das memórias "sur l'instruction". A respeito disso falamos ao próprio Prof. Bastide, na manhã do mesmo dia da arguição que se realizaria á noite. Então o referido Professor que, aliás, preparava uma conferência justamente sobre Condorcet, disse-nos que também notara já a semelhança e que iria verificar melhor confrontando os textos que possuía na integra: o de Martim Francisco, transcrito no nosso trabalho e o de Condorcet, na citada obra de Arago. Foi então e assim que se fez toda luz sobre a verdade que, confessamos, ia muito além do que suspeitáramos.

Quanto á segunda parte, forçosamente, devemos fazer uma limitação nos juízos expendidos a respeito de Martim Francisco. A evidência do plágio, em alguns trechos, considerado do ponto de vista moderno, diminue o valor do homem e da obra. Mas, duas principais atenuantes devem ser tomadas em consideração. A primeira no que se refere á noção de plágio que, naquele tempo, não constituia uma questão grave. Parece que não havia nem rigor de julgamento, nem zelo de prevenção da parte dos homens de letras neste terreno. A prova disto está em que, para citarmos apenas um exemplo, segundo informa, Oliveira Lima (32), o historiador anglo-saxão Henderson publicou em 1821 uma "History of Brazil", traduzindo simplesmente e sem referência, o nosso Aires do Casal. A segunda, mais importante, no que se refere á linha geral do trabalho. Martim Francisco não fez uma tradução servil pura e simples. Fez uma adaptação de um plano de ensino projetado por um revolucionário numa república ultar-democrática, com uma tradição de cultura multi-secular, para um país novo, semi-colonial, governado por uma monarquia ultra-absolutista. O simples fato de o plano de Condorcet adaptar-se bem ás condições de França e o de Martim Francisco, ás do Brasil, é mais do que

suficiente para sustentar o nosso ponto de vista. E, para nos certificarmos melhor disto, basta atender ao emprego de certos termos e ausência de certos outros.

Não poderemos, nem cabe aqui, fazer uma análise detalhada dos dois textos, mas alguns simples exemplos bastarão para comprovar o que desejamos. Assim, enquanto Condorcet começa falando em sociedade e cidadãos, Martim Francisco se refere a soberano e vassallos, idéias inteiramente diversas, mormente naquela época. Condorcet usa a cada passo "égalité", Martim Francisco não faz uso uma só vez desta palavra profundamente significativa para aquele tempo. Aliás, já durante a arguição, o Professor Bastide chamou a atenção para o fato (e, cremos nós que é este o verdadeiro sentido em que a questão deve ser proposta), de haver intenção evidente, da parte do velho Andrada, de "camuflar" o pensamento revolucionário. Mas se era conveniente "camuflar" não se deixava de reconhecer a necessidade de semear idéias novas a realizar alguns planos adiantados como, por exemplo, aquele da instrução.

Resta, finalmente, verificar se Martim Francisco teria agido de má fé pretendendo fazer passar por suas, idéias de outrem. Parece-nos fora de qualquer possibilidade tal injunção. E a razão é simples.

Havia, naquela época, uma obra conhecidíssima que servia de catecismo a todos os políticos cultos e adiantados: a célebre "Bibliothèque de l'homme publique", donde o próprio Arago tirou as memórias de Condorcet ora em questão. Forçosamente Martim Francisco se valeu desta obra e, pelas mesmas razões forçosas, quem deu o parecer sobre o plano do Andrada — o depois Visconde de Cachoeira, homem de vasto saber — não podia absolutamente deixar de conhecer a "Bibliothèque". Ora, não pode passar pela cabeça de ninguém que Martim Francisco tivesse tido a veleidade de supor desconhecida a sua fonte, mormente da parte de quem iria dar parecer sobre o seu trabalho. E, como prova de que não havia então as atuais preocupações sobre o plágio, o parecer se refere à "grande cópia de doutrina dos abalisados escritores deste século".

Encerrando esta justificação, não podemos deixar de agradecer a util e feliz lição do nosso caro mestre Professor Bastide, a qual foi, indubitavelmente, uma contribuição preciosa.

Concluindo: estamos agora mais convencidos do que nunca, do acerto do pensamento de Porto Seguro com o qual abrimos este nosso trabalho.

" A P P E N D I C E "

TEXTO INTEGRAL DA "MEMÓRIA"

MEMÓRIA SOBRE A REFORMA DOS ESTUDOS DA CAPITANIA DE SÃO PAULO

CAP. I — *Necessidade de uma instrução geral, e mais conforme com os deveres do homem na sociedade; insuficiência da atual.*

§ 1 — A instrução pública é um dever do soberano para com os seus vassallos, é uma obrigação contraída no nascimento das sociedades políticas, entre o governante, e os governados, e que manifestamente redundam em proveito de ambos: a instrução pública, igual, e geralmente espalhada por todos os membros de qualquer Estado, nivela pouco mais, ou menos suas faculdades intellectuais; aumenta sem prejuizo a superioridade daqueles, que a natureza dotou de uma organização mais feliz; aniquila esta dependência real, triste monopólio, que as luzes de uma classe exercitarão sobre a cega ignorância da totalidade; destrói a desigualdade, que nasce da diferença de sentimentos morais; facilita a cada um o gozo dos bens, que a sociedade confere; corta pela raiz os males e brandões da discórdia, com que a ignorância em diferentes épocas tem abusado o mundo, e dos quais estão cheios de páginas da história; e finalmente conspira a promover a prosperidade dos Estados e a torna-los firmes, e estaveis pela reunião das forças morais com as físicas.

§ 2 — O contrário nasce do sistema, que introduzir a desigualdade de instrução em qualquer país, ou limitar os conhecimentos exclusivamente a algumas classes pouco numerosas dele: as castas privilegiadas dos egípcios, e indios, que depositárias privativas dos mistérios da religião, e segredos da natureza, conseguiram governar esses povos infelizes com um cetro de ferro; e ainda hoje o despotismo militar do sultão de Constantinopla, humilhado perante o crédito sagrado dos intérpretes do Alcorão, são uma prova sem réplica desta verdade.

§ 3 — Os felizes resultados que se deve esperar de uma instrução pública disseminada por todos, e os funestos efeitos que resultam do sistema contrário, estabelecem a forçosa necessidade de criar uma base geral de educação, que encerre em si os elementos de todas as instruções particulares; e para obter-se um fim tão saudável, é mister que se distinga o limite que deve terminar a educação geral, e a natureza da particular, que lhe succede; é mister, que na primeira o homem seja conside-

rado relativamente ao desenvolvimento de suas faculdades, à humanidade, e ao Estado; e na segunda relativamente à sua condição, disposições naturais, e talentos pessoais; é mister finalmente, que se saiba, o que, e como se deve ensinar. À vista disto deverá ainda durar a sua instrução gótica e bárbara do tempo de Carlos Magno, que tem desgraçadamente erigido seu trono sobre a mór parte dos Estados da Europa e suas colônias? Deverá continuar uma instrução incompatível com o progresso gradual de nossa razão, e fundada em princípios sem ordem, sem liga, e sem aqueles pontos de contacto, que facilitam o conhecimento das verdades e as conservam? Deverá continuar uma instrução estribada em noções imperfeitas de cousas, ou pouco úteis, ou supérfluas, ou nocivas ao bem da sociedade, e muitas vezes contrárias às verdades especulativas, e práticas, que o gênio e a atividade do homem descobriu, já no vasto campo da natureza, já no exame do seu eu interno? Seguramente não; e é para obviar todos êstes inconvenientes com utilidade do soberano, e da pátria, que eu passo a esboçar o plano de uma instrução comum a todos os povos desta capitania, desenvolvendo prèviamente os princípios, que lhe servem de base, e as diversas causas, que os motivaram.

CAP. II — *Divisão da instrução pública em três partes, deduzida de considerações sobre as diferentes idades do homem, sua capacidade natural, e tempo que êle pode empregar em instruir-se, e sobre os serviços de diverso grau que a sociedade exige de seus membros.*

§ 1 — Toda sociedade política mantem-se, e prospera pelo serviço de todos aqueles, que a constituem, logo, ela deve habilita-los para êste fim; porém êstes serviços sendo de diversos graus de utilidade, e por isso exigindo o esforço, o emprego, já da universalidade de seus membros, já de um menor e muito menor número dêles, forçam a sociedade a estabelecer debaixo de uma mesma razão, um sistema de instrução proporcionada aos seus diferentes misteres. Portanto não basta que a sociedade forme homens, releva demais que os conserve e os aperfeiçoe progressivamente; que os ilumine, abrindo a porta do templo da verdade, a todas as idades, e fechando a do êrro, e da ignorância; releva que, a alma dos meninos, cultivada pela sabedoria de seus pais, se disponha gradualmente a escutar os oráculos da verdade, a reconhecer sua voz, e a não confundir-la com os sofismas da impostura; releva que a sociedade, deitando mão de todos os meios fáceis, e simples de instrução, e oferecendo-a livremente, aos que a procuram, a reparta na razão direta dos diversos serviços, que demanda.

§ 2 — A necessidade de dividir a instrução pelos moços em diversos graus, torna-se ainda mais sensível se refletirmos na desigual fortuna de seus pais, nas diferentes circunstâncias em que se acham suas famílias, e no estado, para que se destinam. dados estes, que de força fazem variar o tempo, que o menino deve empregar em instruir-se; se igualmente refletirmos no progresso gradual, e desigualdade de suas faculdades intelectuais, o que faz, que nem todas as doutrinas possam ensinar-se em todas as idades, e que doutrinas ensinadas pelos mesmos métodos não possam ser aprendidas por todos durante o mesmo número de anos. Graduando pois os diversos cursos de instrução por estas vistas, concludo, que a soma de conhecimentos oferecidos a cada homem, deve proporcionar-se aos serviços de diferente ordem, que o Estado aguarda; ao tempo, que cada moço pode empregar no estudo sem prejuizo de seu estado; à força da sua atenção; à extensão e tempo de sua memória; e finalmente à facilidade, e precisão de sua inteligência.

§ 3 — De razões tão óbvias, e justas deriva-se a necessidade de leis especiais de instrução: na primeira, e mais comum a sociedade deve ter por fito, primeiro ensinar a cada um aquelas verdades, que são úteis e necessárias a todos, qualquer que seja sua profissão, ou gosto, atendendo ao grau de sua capacidade, e ao tempo, de que pode dispor; segundo conhecer as disposições particulares de cada moço afim de as poder aproveitar para o bem da generalidade; terceiro dispor os moços para os conhecimentos precisos a profissão, a que se destinam. A segunda espécie de instrução deve ter por fim os estudos elementares de todas as matérias relativas a diversas profissões da vida, cuja perfeição redunde em vantagem, ou da sociedade, ou dos particulares. A terceira puramente científica deve formar os homens destinados pela natureza ao melhoramento da espécie humana por meio de novas descobertas, seu adiantamento, e multiplicação. Esta última espécie não será, por ora, objeto desta discussão.

CAP. III — *Primeiro grau de instrução comum; distribuição das escolas, divisão do curso, e discipulos .*

§ 1 — O primeiro grau de instrução comum, abrangendo todos os conhecimentos, que são mais úteis, e necessários ao homem, e tendo por fim habilita-los para o exercício de todas as primeiras funções, públicas, e particulares, a que são destinados pelo comando da lei, e interesse bem entendido da felicidade do país, de que são membros, e dos quais as primeiras indefectivelmente lhes devem ser confiadas afim de evitar os males, que dessecam a seiva social pela ignorância daqueles, que desgraçadamente as exercitam, este grau de instrução, digo, deve estender-se o mais possível pelos habitantes desta capitania; e por isso atendendo, já ao rendimento atual do subsídio, já às divisões políticas do país, já ao seu estado de população, sou de parecer, que se devem estabelecer 19 escolas regidas, cada uma por seu mestre, a saber, 10 na comarca de S. Paulo,

sendo a principal a da cidade, 5 na de Paranaguá, 4 na de Itú, escolhendo para assento delas aquelas vilas, que forem mais povoadas, e tiverem mais comunicação com as freguezias intermediárias. Para o futuro crearse-á uma escola em cada vila, logo que as circunstâncias da Capitania assim o permitam; e como toda instrução pública não é exclusiva, a lei deve nos diversos cursos, que comprehende êste plano, aplaudir, e favorecer os ensinõs livres por mestres particulares; porque elles corrigem os vícios da instrução estabelecida, melhoram, ou retificam sua imperfeição, mantêm pela concorrência o zêlo, e atividade dos mestres, e submettem o poder público à censura dos homens iluminados, sem falar na maior massa de luzes, que se dissemina pelos povos.

§ 2 — Sou igualmente de parecer, que esta instrução deva durar três anos; porque tomando nove anos pelo termo médio, em que ela deve ter começo, vem a terminar nos doze, idade em que o menino não é ainda preciso ao serviço de sua família, e em que os filhos dos pobres podem, sem algum prejuizo, consagrar diariamente algumas horas ao estudo. Talvez pareça curta, e inexata a duração dêste curso, e antecipado o termo médio, sabendo-se as matérias, que nele se devem ensinar; mas esta objecção esvaecerá e tornar-se-á de nenhum valor, quando se refletir, que nos países quentes sendo mais prematuro o desenvolvimento fisico, e êste andando de par com o intellectual, o menino mais cedo se desenvolva, com mais facilidade, em menor tempo aprende um maior número de verdades.

§ 3 — Na escola de cada vila os discípulos serão divididos em três classes, e bastará, que cada uma receba uma lição por dia; não posso porém atermar a duração horária da aula, porque esta só deve ser conhecida pela experiência do mestre no exercicio de suas funções, e aprovada pelo Director dos Estudos com conhecimento de causa. A totalidade da lição será dada pelo professor, suprido, ou atenuado por discípulos da última classe em adiantamento, que para êste fim elle houver de escolher; êste método, além da vantagem de habilitar os discípulos a dignamente ocupar para o futuro o logar, que substituem, tem de mais a seguinte, e vem a ser que eles todos, não mudando de mestre, adquirem com o tempo unidade de instrução, e unidade de carater. Uma só sala decente, subministrada pelo Estado, proporcionada em grandeza, e repartida segundo a ordem das classes, é sufficiente para cada escola; e dêste modo o professor, co-adjuvado pelos discípulos mais adiantados e de sua escolha, pode manter a ordem em todas, sem fazer cargo a êstes de cuidados superiores ao seu alcance.

CAP. IV — *Estudos do primeiro ano.*

§ 1 — Ensinar-se-á no primeiro ano a ler, e escrever. Adotando um carater de impressão, que representasse ao mesmo passo uma escripturação facil, o menino poderia apreender simultaneamente ambos êstes conhecimentos, o que lhe economizará tédio, e tempo; e se ajuntássemos ao estudo do conhecimento das letras, a ação de imitá-las, isto o divertiria

muito, e desta arte elle conservaria com mais facilidade as suas formas.

§ 2 — Apenas o menino souber ler, e escrever, em vez de occupalo na leitura de coisas absolutamente superiores à sua comprehensão, sistema que a superstição, sempre fértil em meios de embrutecer os espiritos, faz grassar pela mór parte do mundo, deverá elle aprender por um livro mandado fazer para este fim, e designado para seu compêndio, o qual contenha, 1.º palavras isoladas, e sem nexos, que o menino possa comprehender, e das quaes o mestre lhe possa dar uma intelligência mais precisa; 2.º um número de frases simples, ou sentenças claras, proporcionadas à sua capacidade e que exprimam alguns destes juizos, que elle costuma diariamente formar, ou então algumas observações sobre objetos, que habitualmente vê, de feição que nelas descubra a expressão de suas próprias idéias, o que seria para elle um exercício encantador: nesta occasião pode o mestre explicar algumas das primeiras noções da gramática de nossa lingua; 3.º curtas histórias morais, despidas de toda a máxima, ou reflexão, próprias a fazê-lo atentar sobre os primeiros sentimentos, que experimenta. Na primeira década da vida, a compaixão pelos homens, e animais, o afêro habitual por aqueles que nos fizeram ou desejam fazer bem, mimosos gergens da ternura filial, e da doce amizade, são os primeiros sentimentos, em que se exercita a alma do menino: elles têm por origem immediata, já novas sensações de prazer, ou de pena, já esta lei interna da nossa consciência, que nos mostra a justiça, e o dever, como regra de nossas ações em todas as circumstancias da vida; elles moram no fundo de nosso ser, apenas temos noção distinta de um individuo. A compaixão pelos animais tem o mesmo domicilio, que a primeira; ambos nascem dessa dor, e dever irrefletidos, excitados em nós pela vista, ou lembrança, dos soffrimento de outro ser sensível. Se acostumamos o menino a presenciar com indifferença os males dos animais, enfraquecemos, ou embotamos nelle os principios retidos de sua moralidade, e sem os quaes não há no homem, mais que um cálculo de interêsse, ou uma fria combinação de razão; ou então geramos nelle este hábito de dureza, predisponente à ferocidade, e quasi sempre pretexto especioso para todo proceder tirânico; 4.º descrições concisas dos animais, e vegetais mais úteis ao homem na vida social, particularmente dos indigenas ou naturalizados, que o menino pode observar, e pela comparação das descrições, que leu, julgar de sua exatidão. Por este método o menino, gostoso de recordar coisas, que viu sem attenção, apreciando a utilidade, que têm os livros, de trazer-lhe à memória idéias adquiridas, que lhe escaparam, habituar-se-ia a ver melhor os objetos occasionalmente offerecidos a elle; acostumar-se-ia a formar noções mais precisas, e a distingui-las entre si; esta primeira lição de lógica, adquirida antes de conhecer este nome, não seria das menos vantajosas; 5.º e último: a exposição do sistema da numeração com os caracteres, que designam os números, e o método de com elles representar todos, escrevendo em cifras qualquer número exprimindo por palavras e inversamente.

§ 3 — Excuso dizer, que tanto no primeiro anno, como nos dois seguintes deste curso de instrução, o professor deve ter em vista amestrar-se no

método de ensinar, e fazer-se compreender; instruir-se no modo de responder às pequenas dificuldades ou questões que o menino lhe possa propor; analisar **escrupulosamente as palavras insertas** no compêndio afim de dar ao discípulo idéias precisas delas, não se esquecendo de empregar as palavras **técnicas que geralmente foram adotadas**, não só porque a linguagem filosófica é mais exata, que a vulgar, mas também porque iguais vocábulos exprimem noções mais precisas, designam objetos mais distintos, e correspondem a idéias de mais fácil análise.

§ 4 — **Excuso finalmente acrescentar, que neste curso de três anos, o mestre não deve teimar, em que o menino aprenda muito de memória; mas em que lhe dê conta da história ou descrição, que leu, ou do sentido da palavra que escreveu, e isto por muitas razões, porém a principal porque é mais útil, que o menino retenha idéias, do que repita palavras. Esta doutrina é applicavel a todo gênero de estudos.**

CAP. V — *Estudos do segundo ano.*

§ 1 — O livro de leitura do segundo ano principiará por histórias morais, nas quais os sentimentos naturais, que se pretenderem despertar já sejam mais refletidos; por exemplo, aos primeiros movimentos de piedade substituir-se-ão os da beneficência, e as doçuras que se derivam do exercício da humanidade, ao sentimento do reconhecimento, e desejo de compensar os benefícios recebidos, e o zelo atento de amizade, a estes deveres, sem o exercício dos quais se não pode ser fiel amigo etc.. As histórias, pois nesta época devem ter por fim despertar as idéias morais, e excitar o menino a que as forme; dar-lhes maior extensão, e exatidão; e finalmente conduzir o menino a compreender os preceitos do moral, ou melhor a inventá-los. Para tal ensino basta que o mestre desembrulhe o fio, que encaminhou os inventores, mostre a vereda, que eles trilharam; e estou certo que o discípulo chegará facilmente a iguais resultados. Um semelhante método é de toda necessidade, mormente no estudo das ciências morais, porque as leis imperativas e nossa vontade não nascem da vista dos objetos sensíveis, mas da reflexão de cada individuo sobre seu sentimento íntimo, sobre o seu eu interno.

§ 2 — A estas histórias seguir-se-ão as descrições dos vegetais e animais, algum tanto mais ampliadas, e já com a explicação de suas utilidades mais palpáveis na agricultura e nas artes; juntar-se-ão descrições de novos animais e vegetais, e os primeiros rudimentos práticos da cultura dos vegetais, tanto indígenas como naturalizados, por exemplo, o tempo e o modo de os plantar, as terras, que lhes são propícias, e as máquinas, que dando-lhes uma nova forma, os dispõem para os diferentes usos da vida.

§ 3 — Terminará o compêndio do segundo ano pelo estudo das quatro regras simples da aritmética, base de todas as questões que se podem propor sobre os números, e pelas primeiras noções de geometria, particularmente as que forem mais necessárias à medição dos terrenos. Neste ensino o mestre se não limitará a ensinar puramente as regras, e noções de-

terminadas; deverá além disto insistir sobre as razões em que elas se fundam; multiplicar as operações, afim de os habituar a elas; fazer aplicar as regras a diversos exemplos, propondo pequenas questões de facil resolução; e finalmente exercitar o menino em traçar figuras, já a mão, já com o compasso e régua.

CAP. VI — *Estudos do terceiro ano.*

§ 1 — O terceiro ano deve consagrar-se à explicação dos princípios morais, que diretamente se lhe devem apresentar, e de um código moral suficiente para a conduta da vida: à exposição da organização constitucional portuguesa, e da natureza dos poderes, que a mantem; a um resumo da história natural do país, e sua aplicação à agricultura, e artes mais comuns; ao aperfeiçoamento dos métodos de agrimensura, o que os fortifica no hábito da aritmética, e geometria; finalmente à exposição elementar de alguns princípios de física, e à explicação dos efeitos das máquinas mais simples, e de mais uso na Capitania.

§ 2 — Não incluo no pequeno código de moral as opiniões religiosas do nosso culto por competirem privativamente aos pais, e curas d'almas; e com toda justiça semelhantes opiniões devem ficar a cargo deles. Com efeito nunca os princípios religiosos se arraigaram tanto no coração dos moços, como na ocasião, em que os pais, e curas, ensinando os dogmas positivos da religião, que revestem a alma do dogma natural, ou religiosidade, lhes dissessem: Vós conheceis os deveres, que ligam vossa vontade; vós conheceis os fins, para que a natureza, e a sociedade vos destinam; apresentando-vos estas bases nós vos propomos novos estímulos ao exercício de vossos deveres; nós acrescentamos uma felicidade mais pura à felicidade, que elles vos prometem, e uma certa indenização aos sacrificios que elles vos demandam: nós não vos oferecemos um jugo novo, mas aligeiramos o pêso do antigo.

CAP. VII — *Considerações sobre o método seguido neste primeiro grau de instrução.*

§ 1 — Examinado na congula (?) de uma boa crítica o quadro desta primeira instrução, é manifesto, que dela resultam as seguintes vantagens: 1.^a a de encerrar os conhecimentos mais precisos; 2.^a a de formar a inteligência humana por meio de idéias justas, fortificando suas faculdades por tão contínuo exercício; 3.^a a de habilitar os moços para uma instrução mais extensa, e completa. Preenchido o primeiro fim da educação, que consiste em desenvolver, e aperfeiçoar as faculdades naturais do homem, escolheu-se para as exercer os objetos, que lhe são de diária utilidade na conduta da vida; e formado o plano, como se fosse único e suficiente para a generalidade dos povos desta Capitania, abriu-se a porta para os estudos mais prolongados.

§ 2 — Despertando os sentimentos morais por meio de histórias interessantes; misturando com o estudo da geometria o entretenimento de

fazer as figuras, já operações sobre o terreno; descrevendo no estudo elementar da história natural objetos continuamente apresentados aos olhos; excitou-se no moço esta curiosidade natural da infância, estímulo mais que suficiente para determiná-lo à aplicação, estímulo então talvez maior, que o da glória, e que jamais deve extinguir-se, apesar do que disseram contra ela essa moral supersticiosa, ferrenha em eternizar a estupidez humana, ou essa falsa filosofia, que colocava a felicidade humana numa insensibilidade apática; demais a natureza semeou de prazeres o caminho da instrução, e para um menino já é um grande deleite o poder livrar-se desta inquietação penosa que acompanha a consciência de sua ignorância.

§ 3 — Banindo dêste plano os castigos, baniu-se o antigo sistema fradesco, e absurdo, que engelhava a atividade natural dos moços, que hebetava seus sentimentos morais, e acabava por plantar na alma de um homem livre as sementes da escravidão e da baixaza; banindo-se dêste plano toda a espécie de distinções, baniu-se a ambição, êste amor das dignidades, e prerogativas pessoais e exclusive; baniu-se a ambição extremada, êste Deus cruel, que ainda não contente com um templo, e incensos, até aspira a ter vítimas; baniu-se finalmente a avareza, esta ambição tranqüila do ouro, que acaba produzindo todos os males, que atualmente contaminam e gangrenam o coração do corpo político.

§ 4 — Por último o menino, além do amor e consideração de seus mestres, tem na casa paterna outros encorajamentos ao estudo; o desejo de ser aprovado, e amado de seus progenitores, é a primeira de suas paixões; por conseguinte êle será sempre, o que seus pais quizerem, sem haver precisão de outros estímulos ao trabalho, que manifestamente ultrajam a natureza.

CAP. VIII — O segundo grau de instrução, duração do curso, divisão das escolas, mestres, etc.

O segundo grau de instrução tendo por fim o estudo elementar de todas as matérias relativas às diversas profissões da sociedade, estudo, que deve sempre proporcionar-se ao gradual desenvolvimento das faculdades naturais dos discípulos, e aos serviços de segunda ordem, necessários ao bem do Estado; além disto devendo êste regular-se pela população indústria e riqueza do país, bastará, que os estabelecimentos para êste grau se formem na cidade de São Paulo, capital da Capitania.

§ 2 — No primeiro grau de instrução deram-se de mistura os elementos de todos os conhecimentos, necessários ao uso da vida; o segundo grau que já acha as faculdades de discípulo, mais desenvolvidas, e roboradas, exige-se que se tirem linhas de demarcação entre êstes elementos, que se separem as matérias, e se acrescentem outras, e se dê maior extensão ao estudo delas. Por êste modo os moços de inteligência mais ordinária recebem instrução, que lhes é suficiente; aqueles cuja compreensão parecia tarda e até bordava à estupidez despertam-se à vista

de objetos, com que sua alma simpatiza, e desembrulham faculdades, que sem isto teriam permanecido num letargo absoluto; e os de disposições mais felizes, apaixonando-se, e sentindo uma inclinação, ou gosto decidido por esta, ou aquela ciência em particular, habilitam-se desde então para fazer progressos nela, quando passarem ao estudo de qualquer das ciências do terceiro grau de instrução.

§ 3 — Seis anos são suficientes para complemento do estudo de todas as matérias, que devem ensinar-se neste segundo curso de instrução: com êles o moço se torna capaz do exercício da mór parte dos misteres da sociedade; com êles chega à idade de dezoito anos, tempo em que as suas faculdades estão quasi em pleno vigor, e força; tempo em que suas inclinações por esta ou aquela profissão da vida, se fazem mais sensíveis, e em que êle pode aplicar-se a esta ou aquela ciência em particular, que voluntariamente escolher, ou limitando as suas vistas ao cuidado, e manutenção de sua família, limitar tambem sua atividade às funções mais gerais da sociedade.

§ 4 — Cinco mestres são precisos para o ensino das matérias, que devem estudar-se neste grau; e por consequência cinco salas decentes, subministradas pelo Estado, ou pelo menos três, se o tempo de cada aula o permitir. Dar-se-á uma lição por dia, e como disse no capítulo 3.º, durará o tempo que for determinado pela experiência do mestre e aprovação do Diretor.

§ 5 — Não é possível manter neste segundo grau a devida unidade de caracter e de instrução, porque a divisão de matérias, pressupõe a divisão de mestres; mas então já ela não é tão necessária, como no primeiro degrau da vida, em que se faz preciso dar assento e estabilidade a paixões sem cessar renascentes. Demais um caracter já meio formado pelos sentimentos morais desenvolvidos no primeiro curso de três anos e as primeiras luzes nêle adquiridas, juntas à boa escolha de mestres, destruirão em parte a versatilidade natural dos moços, e servirão de tocha para a boa direção de suas paixões.

CAP. IX — *Estudos do segundo grau de instrução.*

§ 1 — Este curso compreenderá 1.º, as noções fundamentais da gramática latina, e seu estudo, juntando-se a êle o da língua francesa, no que pode despender-se dois anos; 2.º a metafísica, lógica e moral; 3.º as ciências físicas fundadas na observação e experiência; 4.º as matemáticas e a parte das ciências físicas, fundadas no cálculo; 5.º a história, e a geografia, juntando-se a elas retórica, ou a arte de exprimir idéias.

CAP. X — *Considerações sobre cada uma destas matérias, e sobre o que delas se deve ensinar:*

§ 1 — Se a morte de um povo, trazendo consigo a morte de suas descobertas e trabalhos, torna o estudo de sua língua ainda muito mais

inútil; e o soberano, na instrução de seus vassallos, só deve fazer crer, o que é provado, e nunca as opiniões de sábios de outros países; se em toda conduta da vida, a razão, e observação deve ser o único fanal das ações humanas, e nunca o exemplo dos outros povos; se finalmente o conhecimento da língua latina só contribue a fazer-nos admirar alguns homens de gênio da antiguidade, como Cícero, Virgílio, Horácio, Lívio, Tácito, Salústio e Plínio; então o ensino desta língua, estudo verdadeiramente de luxo, não pode ter lugar em um plano de instrução geral. Mas atendendo à necessidade de melhor desenvolver, e arrear os primeiros rudimentos da gramática, dados no primeiro grau de educação; refletindo na precisão habitual, que dela têm, os que se destinam à vida eclesiástica e outras profissões, pelo sistema dominante de nossas instruções particulares; cedendo mesmo ao imperioso prejuizo da Nação nesta parte, admito uma aula de língua latina com tanto que a ela se ajunte o estudo da francesa, língua geral, e mais útil pelas muitas verdades necessárias ao bem do país, que podemos escolher dos escritos de seus sábios.

§ 2 — No ensino das ciências físicas devem preferir-se em primeiro lugar as parte mais úteis na economia doméstica, e pública; depois aquellas que engrandecem e elevam o espirito, dissipando prejuizos, e terrores; por último o majestoso edificio do sistema das leis da natureza, que, alargando a esfera de nossos pensamentos estreitos, e circunscritos, eleva nossa alma para idéias immortais, e é mais uma escola de sabedoria, que uma lição de ciência. Pela mesma razão no ânimo das matemáticas devem escolher-se com preferêcia os cálculos de aritmética política, e comercial, e os elementos das teorias sobre que elles se fundam; depois os elementos das teorias precisas ao conhecimento do uso, e utilidade das máquinas, dos projetos de manufacturas, dos planos de canais, de feição que sendo mister possamos administrar os trabalhos públicos, sem nos abandonar-mos a uma confiança cega nos homens da arte.

§ 3 — O estudo da lógica deve ser mais simples, e limitar suas observações ao exame das leis do entendimento na função do raciocínio; à forma destes raciocínios; à natureza destas proposições e aos diversos graus desta certeza, que é dada ao homem no emprego de suas leis intellectuais. Quanto à metafísica e à moral, direi, como dizia Condorcet nos últimos momentos de sua vida, que sendo manifesta a imperfeição da análise das faculdades intellectuais, e morais do homem, cumpre dar uma nova análise crítica destas mesmas faculdades, refazer a ciência do entendimento humano desfigurada pelos sensualistas, banir esta metafísica dos sentidos, que colocara o interesse e todas as paixões no trono da moral; direi finalmente, que é muito necessário o estudo de uma moral, pura como a do Evangelho, severa como a do Pórtico, de uma moral que considere o ser racional relativamente a sí, aos outros e ao destino geral da humanidade, de onde nascem os primeiros elementos da moral particular, universal e do direito natural. Fora mesmo bom, que se juntasse a este estudo os rudimentos da antropologia, pedagógica e jurisprudência, às teorias da virtude prudência e sabedoria usual da vida, que resul-

tam do tipo abstrato do dever, segundo as relações acidentais dos indivíduos e das sociedades.

§ 4 — No estudo da geografia e história não se pretende que o professor se encarregue de dar a descrição de um país ou o resumo mais ou menos circunstanciado dos fatos, que formam a história complicada de um povo, porque iguais conhecimentos se adquirem com mais facilidade pela leitura; porém sim que ele dê uma explicação mais ou menos extensa de um quadro ou tabela, que, seguindo a ordem dos tempos, apresente para cada época a distribuição da espécie humana no globo, seu estado em cada uma destas divisões, seus climas, suas produções indígenas mais úteis, suas relações com outros povos, etc., e o nome dos homens, que por suas luzes, e trabalho, mais influíram para a sua felicidade. Por meio destas tabelas o discípulo aprenderá a ordenar no espaço e no tempo, os fatos e observações diversas, que lhe forem transmitidos, habituar-se-á a abarcar suas relações e a crear para si uma filosofia da história, o que não acontece no estudo de fatos isolados, que espalhados nas diferentes páginas de um livro, instantaneamente se riscam da memória, e que, para se conservarem, exigem do discípulo, que forme iguais quadros em seu pensamento.

§ 5 — Quanto ao ensino da arte de exprimir, e desenvolver as idéias, digo, que suas regras se devem conformar com os efeitos, que delas se requerem. Na antiguidade, tempo em que se desconhecia a imprensa, e havia mister de persuadir, e seduzir os povos pelo dom da palavra, esta arte se reduzia meramente à ensinar o modo de bem falar, e os progressos que ela fez, mostram, de quanta importância era a seus olhos. Depois da invenção da imprensa, mudaram as circunstâncias; escreveu-se nos negócios particulares, imprimiu-se nos negócios públicos, e desta arte decidiram-se as questões e a proporção que cresceram as luzes de uma nação, cresceu também a facilidade de espalhar rapidamente as idéias por meio da impressão: portanto, a arte de escrever discursos é a verdadeira retórica dos modernos, e a eloquência de um discurso é a de um livro feito para ser entendido por todos os espíritos. À vista disto em que vem a consistir esta arte, considerada como parte de um ensino público? Em escrever uma memória, ou parecer, com clareza, método, e simplicidade; em desenvolver as razões com ordem, e precisão, evitando de um lado a negligência, ou afetação, e de outro a exageração e mau gosto.

§ 6 — Seria além disto bom que o mestre ensinasse a arte de reunir em um todo as idéias, de as encadear e classificar, já escrevendo com elegância, e nobreza, já evitando defeitos, que a natureza as vezes coloca a par das grandes qualidades de espirito; que finalmente exercitas-se seus discípulos, com exemplos, no modo de desembrulhar o erro den-

tre os prestígios da imaginação, ou o (*) babélico das paixões, e de abarcar a verdade sem exagerá-la. Dêste modo estou certo que os homens nascidos, para a eloquência, se-lo-ão para a verdade, e aqueles, a quem a natureza refusou igual talento, saberão inda agradar, fazendo amar a razão.

CAP. XI — *Compêndios e mestres.*

§ 1 — Os compêndios destinados para o primeiro grau de instrução, encerrando em sí elementos mais simples, e princípios de verdade geralmente reconhecida, que nunca experimentam a influência das novas descobertas, devem ser compostos debaixo da vigilância, e inspeção do Estado, porque desta forma sua doutrina nunca será desnaturalizada, pela superstição ou negligência, e por isso hão de ser de necessidades melhores. Podem, portanto, ser feitos ou pelos mestres encarregados dêste ensino, ou por particulares, que queiram entregar-se a êstes gêneros de trabalho em benefício de sua pátria, voluntariamente ou por ordem superior; podem mesmo traduzir-se alguns, que há nas outras nações cultas, particularmente a alemã, que mais se tem assinalado nesta espécie de instrução, apropriando-os ao sistema estabelecido nêste plano, e depois fazê-los examinar por aquela corporação ou pessoas literatas, e sábias, a quem o soberano haja de confiar iguais exames.

§ 2 — Como porém o segundo grau de instrução trata das ciências mais em particular, bem que ainda elementarmente, porisso, me parece justo, se deixe a cargo do mestre a escolha dos livros, porque quer ensinar, fazendo-os, traduzindo-os, ou aproveitando os que há na nossa língua; desta maneira mantem-se nêle uma atividade útil, ata-se-lhe um novo motivo de emulação, e se lhe concede a liberdade de comunicar aos seus discípulos as descobertas úteis, e curiosas, que o progresso não interrompido das ciências pode oferecer.

§ 3 — No caso de se pretender dar a devida execução a êste plano, os mestres, que se houverem de crear para as cadeiras, que êle exige, podem ser propostos no número de três para cada cadeira, precedendo exames, e conhecimento de sua capacidade, ou pelo diretor dos estudos se na Capitania, ou pelo Tribunal encarregado dêste ministério se na Côte, e dentre os três escolhidos e aprovado um pelo soberano; mas quando pelo correr dos tempos, se instituirem sociedades literárias, estabelecimentos, que pela grande massa de luzes, que procuram e disseminam, são da maior necessidade nesta, e outras Capitánias, então ficará a cargo de iguais sociedades propor três mestres para cadeira, do diretor escolher um, e do soberano aprová-lo. Por um semelhante método há se esperar mais luzes e imparcialidade na nomeação dos mestres,

*) A palavra seguinte que Primitivo Moacyr leu "bebádico" nos pareceu absurda; talvez seja, como nos sugeriu o Prof. Basílio de Magalhães, "babélico".

mormente, por não ser ela decisiva, e não apresentar preferência alguma pessoal; além de que não pode tão facilmente insinuar-se a intriga em dois juizes separados, e independentes. Depois de instituídas as sociedades literárias, julgo desnecessária a adoção dos exames públicos; 1.º porque êstes concorrem insensivelmente a corromper os estudos, a substituir palavras a razões, conhecimentos supérfluos a necessários, e instrutivos, cousas de pequeno momento a cousas grandes, e que aperfeiçoam a razão; 2.º porque então generalizadas as luzes, os homens de mérito são conceituados em seu justo valor pela opinião pública, e logo o juizo de homens sábios, e imparciais, deve ser anteposto à regra inserta de um exame público, que apenas pode decidir de uma qualidade, mas nunca do todo das qualidades diversas, que se requerem num mestre.

§ 4 — Como a função de mestre pressupõe o hábito e o gosto de uma vida sedentária, e regular; e porisso as condições, que devem encaminhar na boa nomeação, e escolha para iguais empregos, são as seguintes: que o nomeado, além das luzes precisas, tenha um caracter doce e firme, paciente e zeloso, bom e dotado de dignidade; um espírito exato, e vivo, flexível, e metódico; e como por sua natureza é continua e permanente, porisso ela dever ser incompatível com todos os empregos, que exigem assíduo exercício, e por consequente o mestre fica deles inibido. Demais os mestres, exercitando funções isoladas, porisso mesmo não devem formar associação de espécie alguma, nem governar ou influir sobre a nomeação de cadeiras vagas. Cada um deve viver separado porque êste é só o meio de entreter uma emulação, que não degenera em intriga, ou ambição, de obviar toda espécie de rotina, e fazer, com que a instrução, instituída para o bem dos discípulos, e utilidade, da pátria, se não regule pelo interêsse dos mestres.

§ 5 — A dificuldade de ser igualmente profundo em todos os ramos de conhecimentos humanos pela curteza da vida, e vastidão dêles; o adiantamento progressivo, que é de esperar-se de todo homem na ciência, que ensina; a igualdade de consideração, e estima, concedida, neste plano, a qualquer dos encarregados desta instrução pede, que os mestres não sejam amovíveis de suas cadeiras, particularmente os do segundo grau; e a utilidade pública exige, que empregado de uma longa, e penosa preparação, tenham uma espécie de perpetuidade: deve, portanto, o emprego de mestre durar vinte anos, espaço já grande na vida de um homem, e suficiente para execução dos trabalhos, que empreendeu a bem da instrução pública, e não superior à conservação de sua força capacidade e gostos. Findo êste tempo, poderá querendo, ser continuado no mesmo exercício.

§ 6 — Todo o honorário é em boa economia alimento, ou sustentação decente de empregado, e uma verdadeira receita para o Estado; em consequência êle deve avaliar-se pela consideração anexa ao emprêgo; pelo estado de careza ou barateza do país, que nasce de sua maior, ou menor riqueza; pela natureza do beneficio feito ao Estado, e pelos trabalhos e despesas anteriores. que o habilitaram para bem servi-lo. Fundado em razões de tanta evidência, e atendendo ao mesmo passo,

à atualidade de nossas finanças, sou de parecer, que os mestres do primeiro grau de instrução, sendo do interior, tenham 250\$000 de honorário anual, os da marinha e cidade 300\$000; e os do segundo grau, 400\$000, enquanto não é possível igualá-los todos; êstes honorários pelo número de cadeiras estabelecidas neste plano montam, ao cômputo de 7:000\$000 soma não superior ao rédito anual do "subsídio literário", e por isso compatível com as forças da Capitania. O acréscimo porém, e os aumentos progressivos, que tiverem trienalmente estas rendas, podem aplicar-se para a compra gradual das máquinas mais simples, e úteis, de livros, e outros objetos naturais, visto ser mister o estabelecimento de um museu, gabinete, e biblioteca para o uso dos mestres, e discípulos debaixo das regras, e norma que depois expenderei.

§ 7 — Preenchido o tempo do ensino de qualquer mestre, ou morto êle em atual serviço, é da justiça e equidade de S. A. R., que no primeiro caso, êle seja jubilado com seu ordenado por inteiro, e no segundo sua mulher, e filhos, gozem de uma pensão proporcional ao tempo do seu serviço; porque homens, que bem mereceram da pátria, e condenaram parte de sua vida a uma profissão tão penosa, e útil, têm irrefragável direito a uma recompensa, que os indenize de todos os sacrifícios feitos a outro qualquer meio de fortuna. Para o complemento de medida tão justa, e ao mesmo passo sem onerar com êste acréscimo de despesa o Estado, lembro a criação dos montes pios, reservando para o futuro o dar um plano a êste respeito, quando seja necessário.

§ 8 — Finalmente se o Estado em toda a instrução pública tem em vista a prosperidade nacional; se para obter um fim tão saudável, êle mantem com a decência possível os encarregados dele, e até estende suas recompensas indo além do têrmo de seus serviços; e então pelo mesmo motivo êle deve destituí-los, quando houverem causas graves, que a isto o forcem, quais o menoscabo e omissão absoluta, e notória de todos os deveres, que por êste plano ficam a cargo dos mestres. Mas como toda destituição é verdadeiramente um juizo penal, e iguais juizos demandam a justiça mais imparcial, e manifesta; porisso parece, que, na organização atual da Capitania se deve deixar ao Diretor dos Estudos o direito de a pedir, a uma junta composta dos dois Ministros da Cidade, dois Professores, presidida pelo General, o direito de a pronunciar, e ao Soberano a confirmação da sentença; quando se criarem as sociedades literárias, de que falei, a Junta será composta de dois Professores e dois Membros da Sociedade nomeados pelo General, e presidida por êle.

CAP. XII — *Necessidade de um Diretor dos Estudos; suas qualidades e obrigações, etc..*

§ 1 — Todo estabelecimento, ou instituição pública pressupõe um chefe, ou ecônomo, qualificado por sua representação, e probidade, e versado em todas as matérias, que fazem objeto dêste plano, o qual tenha a seu cuidado a direção, e manutenção do equilíbrio de todas as suas par-

tes; sua maior complicação estabelece uma maior necessidade dele. No começo do estabelecimento é o soberano, quem o deve nomear; porém depois da criação das sociedades literárias, julgo acertado, que elas proponham três homens para o Soberano escolher e aprovar um. A natureza, a decência, e consideração de um semelhante cargo determinam por si o honorário, que se deve conferir ao Diretor dos Estudos; porisso julgo supérfluo ateramá-lo.

§ 2 — O Diretor dos Estudos deve ser incumbido da direção e aumento da biblioteca, e gabinetes, de que falei no capítulo antecedente; porque iguais estabelecimentos, sendo reunidos debaixo da inspeção de uma só pessoa, o cuidado de os dirigir merece ocupar um homem iluminado, e pode parecer a seus olhos mais um meio de glória.

§ 3 — Além disto êle deve fazer substituir momentaneamente os mestres ausentes, ou enfermos, fazer executar todos os regulamentos dados às escolas, cuidar na decência e conservação das salas destinadas ao ensino, e dar as providências precisas para a sua reparação, afim de se evitarem todos os accidentes, que podem interromper o curso dos estudos. Além da parte, que tem na nomeação e destituição dos professores, êle deve tambem no fim de cada trimestre presidir a congregação dos professores da cidade, na qual se tratará do estado do curso letivo de cada um, do número dos discípulos, seu progresso, ou adiamento, para poder com conhecimento de causa providenciar, o que for mister, e corrigir paternalmente aqueles moços, que se desviarem do cumprimento de suas obrigações. Êle deve todos os anos exigir das municipalidades um certificado do exercício, e atividade dos mestres, e destes uma lista do número de seus discípulos com o assento de seu adiantamento, para dar as providências, que julgar acertadas, não se desonerando porisso de as visitar em certos tempos para remediar alguns abusos, que possam ter grassados. Estas listas devem ser guardadas no arquivo da sala das congregações, de onde deve extrair-se cópias, e remetê-las ao governador, para êste saber dirigir-se na escolha dos funcionários de sua Capitania, visto ser de toda necessidade que o Estado se não sirva, sinão com homens capazes, hábeis e honrados. Deve finalmente o Diretor ter a immediata inspeção de todas as aulas determinadas neste plano, e até de outras quaisquer de grau mais subido, e particulares a esta, ou aquella profissão da vida a que o homem se destine; deve porém entender-se isto com as aulas públicas, porque os ensinos por mestres particulares, que a lei permite, e aplaude, são sempre da escolha e gosto dos que os procuram.

CAP. XIII — *Regras para os diferentes cursos desta instrução.*

§ 1 — Sendo a difusão das luzes por todos os membros desta Capitania o fim, a que se propõe êste plano, é claro, que todo e qualquer vassallo de Sua Alteza Real pode ser admitido aos diferentes cursos de instrução pública.

§ 2 — Dos estudantes, que houverem de entrar para os diferentes cursos desta instrução, extrairá o professor nove listas para os nove meses do curso letivo com o número, e nomes de cada um, e nelas assentará diariamente as falhas, e estado de adiantamento deles, para no fim de cada três meses as apresentar em congregação com as competentes observações, e o Diretor dos Estudos, à vista delas, poder dar as providências, que julgar mais apropositadas, e dêste modo poder destruir a remissão de frequência ou a inaplicação.

§ 3 — Durante o curso letivo de cada um dos anos do segundo grau, exceto o de latinidade, o professor dará para matéria de dissertação três questões relativas às doutrinas ensinadas, as quais serão apresentadas no fim de cada três meses: será o meio de entreter os estudantes nas horas vagas, de os habilitar a escrever, e de arraigar melhor as idéias adquiridas.

§ 4 — Nenhum estudante do segundo grau de instrução poderá ser promovido, de um ano para o outro, uma vez que não tenha passado por um exame público, no qual se conceitue sua aplicação, e progresso: o método dos exames, admitido para os estudantes, tem por fim acostumá-lo a falar em público, e a dar-lhes certas facilidades, que é de desejar em certas idades; dele não nasce a menor intriga, porque a teima em sustentar suas opiniões nunca imporá a mestres, que sempre se julgam, e na realidade são mais hábeis do que êles.

§ 5 — Na passagem, porém, do primeiro grau para o segundo é escusado o referido exame, e basta o juizo, que o mestre forma de cada um dos seus discípulos nas listas anuais, que envia ao Diretor, para por êle ser admitido qualquer estudante, exceto se algum reputando-se lesado na opinião de seu mestre, e porisso inibido de passar apara o curso do segundo grau, quizer tentar os casos de um exame, o qual será feito por professores do segundo, nomeados pelo Diretor, e por ele presidido. Os estudantes de escolas particulares que quizerem passar para as públicas, ficam sujeitos a iguais exames.

§ 6 — Findo qualquer exame passar-se-á ao estudante uma certidão de sua aprovação, assinada pelos examinadores, e rubricada pelo Diretor dos Estudos. Semelhantes exames serão registrados num livro que para êste fim se mandará fazer, e será guardado nos arquivos da sala das congregações.

§ 7 — Iguais certidões serão o título único, pelo qual o estudante poderá ser promovido de um ano para o outro; e quando êle destinando-se a qualquer profissão da sociedade, quizer dar-se a estudos do terceiro grau de instrução, semelhantes documentos serão sempre os títulos valiosos, pelos quais deverá ser admitido.

§ 8 — O curso principiará desde 1.º de Março até o último de Novembro, ficando por esta forma reduzido a nove meses, e os de Dezembro, Janeiro, e Fevereiro, tempo dos maiores calores, e águas, destinados para as grandes férias, que serão as únicas.

§ 9 — A semana letiva constará de cinco dias, a saber, no primeiro grau de instrução, e no curso de latinidade de cinco lições, e no segundo

grau de quatro, ficando o quinto dias reservado para a recordação das matérias estudadas nos quatro antecedentes: dêste modo ficará um dia no meio da semana instituído para descanso no caso de não haver dia santo, porque então será este o feriado.

§ 10 — No primeiro dia letivo do ano cada um dos professores do segundo grau, a exceção dos de língua latina, recitará um discurso, que contenha a descrição das matérias, que vai ensinar, a história, ou luxo da ciência, ou arte, como por exemplo, seu nascimento, seus progressos pela ordem dos tempos, suas utilidades, etc., e os escritores, que mais influíram para o adiantamento dela. A curiosidade do moço excita-se, e desperta-se por tais discursos; êle começa a apaixonar-se por aquilo, que vai fazer o objeto de suas meditações, e trabalhos; além disto nos casos difíceis adquire gosto, e crítica na escolha dos sábios, cujos escritos deve consultar.

§ 11 — O tempo horário de cada aula não pode, como já disse, ser determinado: é a experiência do mestre ratificada pelo Diretor, com conhecimento de causa, quem o deve estabelecer. As lições serão dadas na manhã de cada dia.

§ 12 — Em cada uma das vilas da Capitania, em que se crear uma escola do primeiro grau de instrução, haverá como disse nos Caps. 3.º e 8.º uma sala destinada para o ensino público: na cidade, porém, além da sala para o mencionado grau, subministrará o Estado cinco, ou para mais economia três, porque é natural que no decurso de uma manhã possam dar-se numa mesma sala duas lições; uma destas salas será também destinada para a sala das congregações, e nela haverá uma estante, e uma mesa decente com gavetas, para guardar as listas mensais, livros de exame e outros papeis.

§ 13 — As congregações far-se-ão na tarde do último dia do trimestre, se não for dia santo ou do imediato, se for. Um dos professores servirá de secretário, e no tempo dos exames fará o assento deles no livro competente, de onde extrairá as certidões, que se houverem de passar aos estudantes, ou que elles as pedirem, com as cláusulas acima declaradas. Para mais comodidade para cada ano servirá um professor

§ 14 — Três são os principios, e regras que devem encaminhar o Estado nos dois primeiros graus de instrução pública, e que, postos em execução, tendem a extirpar os erros, do bárbaro sistema actual de ensino nesta Capitania. No plano que ofereço, julgo ter preenchido as duas vistas essenciaes de toda a sociedade politica, isto é, a compatibilidade com as rendas da Capitania, e o estudo de tudo, que é útil, e necessário ao homem na vida social; se apesar disto não pude conseguir este fim por escasseza de luzes, trabalhei ao menos para dar um testemunho evidente, do quanto ambiciono o bem do Estado e a prosperidade da Nação.

PETIÇÃO DE MARTIM FRANCISCO

Senhor

Diz o Coronel Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, Inspector Geral das Minas e Mattas da Capitania de S. Paulo, que havendo V. A. R. por Carta Regia de 26 de Abril de 1813 conservado ao Supp.^e o titulo, e honorarios, que vencia, não obstante a demissão, que por supplica sua lhe dera dos Empregos, que occupava na Fabrica Real de S. João do Ypanema, desde então o Supp.^e, profundamente reconhecido à hum favor de quilate tão subido, e ao mesmo passo seguro de sua probidade, e zeloso da sua honra, julgou, que não podia receber esta Graça dignamente, e com justiça, sem servir a V. A. R. com duplicado esforço, e por isso não *cansou* (?) de rogar-lhe, que o empregasse com mais effectividade. O supp.^e acha-se com forças e actividade para o Real Serviço, e julga ter verificado esta verdade no decurso de quatorze annos, que serve; outrosim estribado na honra e serviços de seos maiores, nos conhecimentos adquiridos no estudo das diversas sciencias, em que he formado, e na inteireza, com que athe o presente tem satisfeito suas obrigaçoens publicas, só ambiciona bem merecer de V. A. R. e por isso hoje novamente rcorre, e

P. à Vossa Alteza Real, se digne, para justificar a alta mercê, que lhe fez, e realizar nelle a possibilidade de acceital-la sem desdouro, nomeal-lo, ou para Director dos Estudos da Capitania de S. Paulo, ou para hum governo secundario, ou para qualquer outro Emprego, que seja compativel com sua aptidão, e pessoa

E. R M^{ce}

a) *Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado.*

(Inédito Copiado no Arquivo Nacional — Vol. 12 de Memorias, pg. 231)

PARECER SOBRE A MEMÓRIA

II^{mo} e Ex^{mo} Snr

A Memoria, q. escreveu o Cor^{el} Martim Francisco Ribr^o de Andr^e sobre a educação e instrucção nacional, comtem hum Plano p^a o estabelecim^{to} de Escolas e Estudos na Capitania de S. Paulo mais vasto, mais scientifico, e mais universal, do q. o methodo ate agora uzado e instituido pelas Leis, q regularão o ensino publico nas escolas (?) menores. He escrito com muito conhecim^{to} da materia; com grande copia de doutrina dos abalizados Escriitores deste seculo e com muita clareza, metodo, e bellissima locução. So este escrito prova o merecim^{to} do seu autor, seus bons estudos, e o conhecim^{to} q tem do coração e intellectuais facult^{es} do homem. No plano proposto se dirige elle ao util fim de fazer mais geral a instrucção de todas as classes nas coizas mais uteis, e necessarias à vida social, e nos conhecimentos mais acomodados a todos no periodo dos primeiros tres annos; e no segundo se propoem a Estudos maiores, e q ja são mais apropriados à formar a classe literaria da Nação. Neste mesmo periodo he a escolha das doutrinas de mui boa e critica selecção e a marcha de as aprender muito regular, methodica, e bem seguida; assim como no prim^o periodo he facil, e marcada à passos iguais ao do desenvolvim^{to} das facult^{es} intellectuais e fisicas (?) dos meninos. Ja o erudito e elegantismo Filangieri tinha proposto hum plano sem^{te} afim de se derramar a instrucção por todas as Classes do Estado, e formar em geral o espirito e coração dos cidadaons: e fora p certo mui justo e util, se podesse conseguir-se, q todos pulindo o entendim^{to}, e enriquecendo-o de conhecim^{tos} uteis, e aprendendo os solidos dictames da moral se fizessem homens de prohib^o, e bons e honestos cidadaons, e habeis p^a os diversos destinos da vida social. No sobredito Plano se designão os Mestres necessarios, e as doutrinas q se devem ensinar, e sobre ellas falla o Autor como homem, q bem as entende, e prondo hum Director dos Estudos na Capitania de S. Paulo, lhe assignala qualid^{es} e requisitos, q concorrem na sua pessoa; e na verd^e se houvesse de adoptar-se o Plano, deveria ser elle o Director na dita Capitnia.

Esta adopção porem não me parece poder-se ja verificar, p^rq sendo huma reforma total do metodo mandado praticar p^r Leis e Estatutos em todo o Reino Unido, não convem, q se verifique em huma Capitania só, sem se generalizar em todas as mais partes da Monarchia, e p^a assim acontecer he necessario revogar Leis, mudar a forma da educação moral e literaria da nação, e derribar todo este edificio; p^a o q devem preceder

maduros e circunspectos exames, e uma legislação ampla e geral. Alem disto ha a difficuld^e e talvez a impossibilid^e de se acharem os Professores com os conhecim^{tos}, e *prestimos* (?) q se requer, e com os pequenos Ordenados, q se lhes apontão p^a q (?) devem bastar os rendim^{tos} do Subsídio Literario, mui poucos se prestrião.

Por estes fundam^{tos} me persuado não convir mandar-se por em pratica na Capitania de S. Paulo o Plano de Educação exposto na Memoria, sobre q devo informar; confesso porem q no caso de tratar-se de reforma da q esta entre nos em uzo em virtude das Instituições Legais, q temos, *merecerião* (?) . . . contemplação as ideias do Autor por m^{to} puras, filosoficas, e judiciozas. Elle he hum homem formado em Filozofia, e concededor de todos os ramos scientificos desta Faculd^e, como se ve desta Memoria, e da outra em q refere a Analize feita nas Aguas Thermais de Ouro fino, em q desenvolve conhecim^{tos} apurados de Chymica: he de muita capacid^e e sizudeza, e mui digno de ser empregado p^r estas boas partes, e ate pelos seus bons conhecim^{tos} da Economia politica em Lugar, q faça a prosperid^e dos Povos, e bom serviço de S. Mag.^e., D^s. g^{de} a V. Ex.^{ia} Rio de Janeiro 15 de 9br.^o de 1816

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Marquez de Aguiar

a) Luiz J. (?) Carv. (?) e Melo (?)

(Inédito Copiado no Arq. Nacional — Vol. 12 de Memórias, pgs. 217 e 218)

AVISO REGIO DE 1.º DE AGOSTO DE 1815

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.: — O Principe Regente Meu Senhor

Manda reemttter a V. Ex.^a o requerimento incluzo de Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado, Diretor Geral da Minas dessa Capitania, não achando inconveniente que V. Ex.^a lhe conceda a Licença que pede para vir a esta Corte visto não achar-se effectivamente empregado no Real Serviço.

Deos guarde a V. Ex.^a Palacio do Rio de Janeiro em 1.º de Agosto de 1815, Marquez de Aguiar. — Conde de Palma.

(In Doc. Interessantes, vol. XXXVI, pg. 17 — Ed. de 1902)

PORTARIA AO CORONEL MARTIM FRAN^{co} DE LICENÇA PARA IR A CORTE

Em virtude das Reais Ordens vai com licença de seis mezes a Corte do Rio de Janeiro o Coronel de Milicias Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Inspector das Minas e Mattas desta Capitania; cuja licença ha de principio do dia 27 do corrente mez em diante.

Ordeno pr tanto q. nas Fortalzeas da Barra deste Porto, não se ponha embaraço algum a sua viagem, antes recomendo a todas as Authoridades desta Capitania lhe prestem todos os auxilio, de q. elle possa precizar para commodamente afazer; pagando porem o q. tomar pelos seus justos preços. O q. cumprão.

Q^{tel} General da Praça de Santos 25 de 7bd.º de 1815 L.S. Conde de Palma.

(Inédito do Arq. do Estado, Maço copiado n. 87, pg. 55)

PARA O CORONEL JOAO VICENTE DA FONSECA DEPU- TADO ESCRIVÃO DA JUNTA DA FAZENDA

Em observancia do disposto pelo Principe Regente nosso Senhor no Aviso Regio de 1.º de Agosto deste anno, que me foi deregido pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Brasil, de que remetto Copia, foi com licença deseis mezes com vencimento de ordenado a Corte do Rio de Janr.º o Coronel de Milicias Martins Francisco Ribeiro, de Andrada Ma-

chado Silva Inspector das Minas e Mattas desta Capitania, aq^l licença principiou no dia 27 do mez de 7br.º em diante: O que participo a V.S. para q. igualmente o faça presente na Junta da Fazenda desta Capitania, para pela mesma se mandarem e fazer os competentes assentos.

Deos guarde a V.S. S^m Paulo 3 de 8th.º de 1815.

Conde de Palma.

(Inédito do Arq. do Estado, Maço copiado n. 88; pg. 178)

SOBRE A CHEGADA DE MARTIM FRANCISCO AO RIO

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.: — Foi presente a Sua Alteza Real o Principe Regente Meu Senhor o Officio de V. Ex.^a N.º 22 de 12 de Setembro passado, participando a execução do Aviso de 1.º de Agosto pelo qual o Mesmo Senhor Houve por bem conceder licença ao Bacharel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Inspector das Minas e Mattas dessa Capitania, para vir a esta Corte, o qual já se me apresentou, e eu não deixarei de haver delle aquellas noticias que forem convenientes a respeito dessa Capitania, visto o conceito que merece a V. Ex.^a.

Deos guarde a V. Ex.^a Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Outubro de 1815. — Marquez de Aguiar — Sr. Conde de Palma.

(In. Doc. Interessantes, vol. XXXVI, pg. 21. — Ed. de 1902).

O mesmo volume dos "Documentos Interessantes traz mais as seguintes prorrogações da licença de Martim Francisco:

Pg. 26	— Mais seis meses, datada de 14, Março, 1816.
" 32	— Idem, idem 13, Novembro, 1816.
" 45	— Idem, idem 19, Julho, 1817.
" 56	— Idem, idem 17, Outubro, 1817.
" 72	— Idem, idem 4, Abril, 1818

AVISO SOBRE A VOLTA DE MARTIM FRANCISCO

El Rei Nosso Senhor Attendendo ao que lhe representou o Coronel Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, Inspector Geral das Minas e Mattas dessa Capitania, que aqui tem estado com licença: Ha por bem permittir que elle possa regressar para sua Casa a tratar dos arranjos della, Concedendo-lhe outro sim a faculdade para poder voltar, quando queira, a tratar dos negocios que deixa ainda pendente nesta Corte. O que participo a V. S.^a para sua intelligencia.

Deus guarde V.S.^a Palacio do Rio de Janeiro 10 de Dezembro de 1819. Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal. — João Carlos Augusto de Oeynhausens.

(In. Doc. Interessantes, Vol. XXXVI, dg. 121, — Ed. de 1902)

EDITAL PONDO A CONCURSO AS CADEIRAS VAGAS

O Ex^{mo} SNR. CONDE DE PALMA & faz saber q. El Rey Nosso Snr^o p^r Prov^{am} Regia de 14 de M^{co} deste anno exped^o pela Meza do Thez^o do Paço, Foi Servido Mandar crear na V^a de Lor^a hua Cadr^a de 1^{as} Letras com o Ordenado de 60\$ p^r anno, e hua igual Cadeira com o ordenado annual de 50\$ nas Villas de Lor^a S. Vicente, Itanhae, Ubatuba, Jarehy, Pindm^a, S. José, S. Luiz, Cunha, Bragança, e V^a Bella, toda da Comarca desta Cid^e e nas Villas de Cananéa, Guaratuba, Lager, Castro, Antonina, e V^a do Principe, da Com^{ca} de Par^a e nas de Mogim-Mirim, Porto Feliz Itapetininga Itapeva, e Apiahi da Com^{ca} de Itú. As quaes Cadeiras se hão de prover em pessoas da melhor conducta, e saber epr(?) pr Concurso na forma do Plano de Estudos desta Capt^a 30 dias depois da pub^{am} deste: toda as pessoas q. se quizerem oppor, se aprez^{am} na Secretar^a deste Gov^o com seus requerim^{tos} documentados com Attestações das Cmaras e Parocos respectivos por onde conste da sua boa indole, e morigeração. Secretr^a do Gov^o desta Capit^a de S. Paulo 6 de Dezbr^o de 1816. O Secr^o do Gov^o Manoel da Cunha de Azevedo Cont^a Sz^a Chichorro.

(Inédito do Arquivo do Estado)

BIBLIOGRAFIA

- (1) — Francisco Adolfo Varnhagem (Visconde de Porto Seguro); História Geral do Brasil; Cia. Melhoramentos; São Paulo; 1936.
- (2) — M. Oliveira Lima; História da Civilização; Cia. Melhoramentos; São Paulo; 1940.
- (3) — Adriano Tilgher; Le travail dans les moeurs et dans les doctrines; Librairie Felix Alcan; Paris; 1931.
- (4) — James Truslow Adams; A epopéia americana; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1940.
- (5) — Edgard W. Knight; Education in the United States; Ginn & Co.; Boston; 1934 (?).
- (6) — Serafim Leite S. J.; História da Cia. de Jesus no Brasil; Livraria Portugália; Lisboa; 1938; Imprensa Nacional; Rio; 1943.
- (7) — Diego Barros Arana; Compendio elemental de história de América; Cabaut y Cia. Editores; Buenos Ayres; 1916.
- (8) — Paul Monroe; Historia de la pedagogia; Ediciones La Lectura; Madrid.
- (9) — F. Buisson; Nouveau dictionnaire de pédagogie; Hachette & Cie.; Paris; 1911.
- (10) — Edward H. Reischer; Nationalism and education since 1789; The Macmillan Co.; New York, 1931.
- (11) — Antônio Costa; História da instrução popular em Portugal; Edição A. Figueirinhas; Porto; 1900.
- (12) — Lourenço Filho; Tendências da educação brasileira; Cia. Melhoramentos; São Paulo; 1940 (?).
- (13) — João Dewey; Democracia e educação; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1936.
- (14) — Fernando de Azevedo; Sociologia educacional; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1940.
- (15) — Bronislaw Malinowski; La vida sexual de los salvages; Edição Javier Morata; Madrid; 1932.
- (16) — Charles Letourneau; La sociologie d'après l'ethnographie; C. Reinwald — Editeur; Paris; 1884.
- (17) — Couto de Magalhães; O selvagem; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1935.
- (18) — H. Baldus & E. Willems; Dicionário de etnologia e sociologia; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1939.
- (19) — August Messer; História de La Pedagogia; Editorial Labor; Barcelona; 1935.
- (20) — Roberto Simonsen; História Econômica do Brasil; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1937.
- (21) — Max Fleuiss; História Administrativa do Brasil; Cia. Melhoramentos; São Paulo; 1925.
- (22) — Tobias Monteiro; História do Império — a elaboração da independência; F. Briguet & Cia.; Rio; 1927.
- (23) — Capistrano de Abreu; Capítulos de história colonial (1500-1800); Edição da Soc. Capistrano de Abreu; Rio; 1928.
- (24) — Paulo Prado; Paulistica; Edição Ariel; São Paulo; 1934.
- (25) — Pedro Calmon; História social do Brasil; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1937.
- (26) — Vários — O Marquês de Pombal; Edição do Clube de Regatas Guanabara; Rio;
- (27) — Washington Luiz; Capitania de São Paulo; — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes; Casa Garraux; S. Paulo; 1918.

- (29) — Alfredo Ellis Jr.: — Resumo da História de S. Paulo; Tipografia Brasil; São Paulo; 1942.
- (30) — Basílio de Magalhães; Expansão geográfica do Brasil colonial; Cia. Editora Nacional; S. Paulo; 1935.
- (31) — Pe. Rafael Galanti; História do Brasil; Duprat & Cia.; São Paulo; 1913.
- (32) — M. Oliveira Lima; D. João VI no Brasil; Tipografia do Jornal do Comércio; Rio; 1908.
- (33) — João Ribeiro; História do Brasil; Liv. Francisco Alves; São Paulo — Rio; 1935.
- (34) — Manuel Bomfim; O Brasil na História; Liv. Francisco Alves; S. Paulo-Rio; 1930.
- (35) — Agenor de Roure; Política Econômica de D. João VI; in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (R.I.H.G.B.); Tomo especial; Congresso Internacional de História da América — 1922; Vol. VI; Imprensa Nacional; Rio; 1928.
- (36) — Luiz Norton; A côrte de Portugal no Brasil; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1938.
- (37) — Azevedo Marques; Apontamentos; Tipografia Universal; Rio; 1879.
- (38) — Fidelino de Figueiredo; Estudos de História Americana; Cia. Melhoramentos; São Paulo; s. d.
- (39) — Fustel de Coulanges; A cidade antiga; Liv. Clássica Editora; Lisboa; 1919
- (40) — J. F. de Almeida Prado; Pernambuco e as Capitâneas do Norte do Brasil (1530-1630); Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1941.
- (41) — Rocha Pombo; História do Brasil; Editor Benjamim de Aquila; Rio.
- (42) — Pedro Calmon; História do Brasil; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1939.
- (43) — Hêlio Viana; Formação brasileira; Liv. José Olímpio; Rio; 1935.
- (44) — Pires de Almeida; L'instruction publique au Brêsil; Edição G. Leuzinger & Filhos; Rio; 1889.
- (45) — Gilberto Freire; Casa Grande & Senzala; Schmidt Editor; Rio; 1936.
- (46) — M. P. de Oliveira Santos; Instrução Pública; in Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil; I vol.; Imprensa Nacional; Rio; 1922.
- (47) — Almir de Andrade; Formação da Sociologia Brasileira; vol. I; Liv. José Olímpio; Rio; 1941.
- (48) — Oliveira Viana; Populações meridionais do Brasil; Cia. Editora Nacional; S. Paulo; 1933.
- (49) — Luiz Lopes de Meza; Disertacion sociologica; Casa Editora "El Grafico"; Bogotá; Colombia; 1939.
- (50) — Fernando de Magalhães; O ensino público; in R.I.H.G.B. Tomo especial; Primeiro Congresso de História Nacional (1914); Parte III; Imprensa Nacional; Rio; 1916.
- (51) — Sud Menucci; Cem anos de instrução pública; (1822-1922); Editores Sales de Oliveira, Rocha & Cia.; S. Paulo; (1932).
- (51A) — Luis dos Santos Vilhena — Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas — Publicação de Braz Amaral — Imprensa Oficial — Baía — 1921.
- (52) — Milton C. S. Rodrigues; Educação comparada; Cia. Editora Nacional; S. Paulo; 1938.
- (53) — Barão do Rio Branco; Efemérides brasileiras; Imprensa Nacional; Rio; 1938
- (54) — J. M. d'Oliveira; Quadro histórico da provincia de S. Paulo; 2.ª edição; S. Paulo; 1897.
- (55) — Arquivos do Estado; Maços ns. 87, 88, e 89 de documentos copiados mas inéditos do tempo do governo do Conde de Palma (1814-1817).
- (56) — Alberto Sousa; Os Andradas; Tipografia Piratininga; S. Paulo; 1922.
- (57) — Damião Peres e Eleutério Cerdeira; História de Portugal; Edição Monumental.
- (58) — Marina de Andrada Procópio de Carvalho; A família dos Andradas; in Revista do Instituto Heráldico — Genealógico; Ano IV; n. 7; 1.º sem. 1940; edição da Tipografia Brasil; S. Paulo; 1940.

- (59) — Afonso Taunay; *Grandes vultos da independência*; Cia. Melhoramentos; S. Paulo; 1922.
- (60) — Assis Cintra — *O homem da independência*; Cia. Melhoramentos; S. Paulo; 1922.
- (61) — Remígio Belido; *Bibliografia Andradina*; in *Brasil Histórico*; Ano I; vol. I; 1916; Tip. Brasil; São Paulo; 1916.
- (62) — José Bonifácio (o velho) — *Apontamentos genealógicos da família Andrada*; in R.I.H.G.B.; tomo LXXVI; Imprensa Nacional; Rio; 1913.
- (63) — Afonso Taunay; *Anais do Museu Paulista*; tomo III; *Diário Oficial*; São Paulo; 1927.
- (64) — *Arquivo do Estado*; *Documentos Interessantes*; Vol. 44; *Tipografia Andrade e Melo*; S. Paulo; 1902.
- (65) — Silvío Romero; *História da Literatura Brasileira*; H. Garnier; Rio; 1902.
- (66) — *Arquivo Nacional*; Vol. XII de *Memórias*; inédito.
- (67) — Martim Francisco; *Diários das viagens mineralógicas*; R.I.H.G.B.; Tomos IX e XLV; Imprensa Oficial; Rio.
- (68) — *Arquivo do Estado*; *Documentos Interessantes*; Vol. 36; *Diário Oficial*; S. Paulo; 1902.
- (69) — Primitivo Moacyr — *A instrução e o Império*; Cia. Editora Nacional; São Paulo; 1936.
- (70) — *Arquivo Nacional* — Vol. XII de *Memórias*; Inéditos;
- (71) — Primitivo Moacyr; — *A instrução pública no Estado de S. Paulo*; Cia. Editora Nacional; S. Paulo; 1942.
- (72) — Gabriel Compayré; *Histoire de la pédagogie*; Librairie Classique Paul Delaplane; Paris; 1914.
- (73) — Vários; *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*; Cia. Editora Nacional; S. Paulo; 1932.
- (74) — Ricardo Levene; *Sarmiento sociólogo da realidade americana e argentina*; Separata de "Humanidades" Imprensa Lopes; Buenos Ayres; 1938.
- (75) — Herbert Spencer — *Educação intelectual, moral e física*; Liv. Editora Tavares Cardoso & Irmão; Porto; 1903.
- (76) — Vaclav Prihoda; *Racionalização de la instruccion pública*; M. Agtular Editor; Madrid; 1935.
- (77) — Martim Francisco; *Memória sobre a reforma dos estudos na Capitania de S. Paulo*; in vol. 12 de *Memórias*; *Arquivo Nacional*.

INDUSTRIA GRAFICA
JOSE MAGALHÃES LTDA
Rua Quirino de Andrade, 59
São Paulo

